



António Luís Domingues Ginja

CASTELO DE LEIRIA: ESTRUTURAS MILITARES DO NÚCLEO A ANÁLISE ARQUITETÓNICA E ARQUEOLÓGICA

Volume I

Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural,
orientada pela Sra. Prof. Doutora Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade,
entregue ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Dezembro 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Para o Nuno

AGRADEÇO

À Prof. Doutora Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade, pela rigor da sua orientação, pela gentileza dos seus ensinamentos.

À Mestre Vânia Cecília Marques Carvalho, pela generosidade da proposta que conduziu a este trabalho, pelo incansável encorajamento.

Os meios e oportunidades disponibilizados pela Câmara Municipal de Leiria, em particular pela Oficina de Arqueologia da Divisão de Museus e Património do Município de Leiria.

Todo o apoio da minha família, tantas vezes fonte de inspiração, na simplicidade e na perseverança com que pautam as suas vidas.

RESUMO

De origem na Baixa Idade Média, o Castelo de Leiria foi, naturalmente, sofrendo alterações estruturais, sobretudo visando a sua adaptação às novidades poliorcéticas próprias das distintas conjunturas que conheceu, e durante as quais se manteve relevante do ponto de vista militar.

No presente estudo, as estruturas militares do Núcleo A do Castelo de Leiria, uma das três áreas em que tradicionalmente se divide esta fortaleza, foram pela primeira vez na sua história submetidas a leitura stratigráfica, com base num exaustivo levantamento fotométrico. O método, baseado nos pressupostos da Arqueologia da Arquitetura, permitiu determinar a sequência construtiva de vários conjuntos edificados, e concludentemente intentar a sua atribuição cronotipológica. Confrontada com fontes de distintas naturezas e com ocorrências similares de datação bem definida, a cronotipologia obtida foi posteriormente afinada, para que cada estrutura analisada pudesse ser enquadrada no seu universo histórico-artístico.

Alvo de múltiplas investigações, que, embora divergentes nos métodos, se aproximam no ímpeto de revelar os seus segredos, o Castelo de Leiria conta já com uma extensa e dedicada historiografia. Às diversas narrativas assumidas ao longo de mais de um século de pesquisas, propomo-nos acrescentar, com o presente estudo, novos argumentos, e com eles, confiamos, uma nova luz sobre as velhas muralhas do Castelo de Leiria.

ABSTRACT

Of High Middle Ages origins, the Castle of Leiria has naturally undergone different structural changes, mostly striving to adapt to the new military defense evolutions, specific to the circumstances it has met through the ages it remained relevant in military terms.

In the present study, the military structures of the castle's Sector A, one of the three areas into which the fortress is traditionally subdivided, have for the first time in its history been under stratigraphic analysis, based upon an intensive photometric survey. This method, grounded on the principles of Vertical Archaeology, has allowed to determine the constructive sequence of several erected sets and therefore attempt its chronotypological attribution. Then, compared to different sources as well as to similar chronologically well-defined occurrences, the achieved chronotypology was subsequently adjusted so that each analysed structure could be framed within its own artistic and historical universe.

Object of much research, divergent as to the methods but consistent in the desire to reveal its secrets, the Castle of Leiria already relies on a long and devoted historiography. To the many different narratives developed over more than a century we propose to add, with the present study, new arguments and so, hopefully, cast a new light upon the old walls of the Castle of Leiria.

ÍNDICE

VOLUME 1

SIGLAS E ABREVIATURAS	6
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – NÚCLEO A	10
CAPÍTULO 2 – EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS	36
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DAS ESTRUTURAS	73
3.1 – TORRE BUÇAQUEIRA, MURALHA NORTE E BARBACÃ	73
3.2 – MURALHA SUL	87
3.3 – MURALHA OESTE E PORTA DA TRAIÇÃO	92
3.4 – ESTRUTURAS A POENTE DO ÚLTIMO REDUTO	98
3.5 – TORRE DE MENAGEM E ÚLTIMO REDUTO	102
3.6 – ESTRUTURAS ‘RESTAURADAS’	110
LEITURA FINAL: ELEMENTOS EM CONTEXTO	122
ANEXOS	
ANEXOS ICONOGRÁFICOS	141
TABELA 1 – TIPOS DE APARELHO	152
TABELA 2 – SÍNTESE DA LEITURA ESTRATIGRÁFICA	165

VOLUME 2

NOTA EXPLICATIVA

ESTAMPAS

SIGLAS E ABREVIATURAS

ca. (cerca de)

C^a. (companhia)

Cap. (capítulo(s))

Cit. (citação(ões) de)

CJED (conjunto(s) edificado(s))

Coord. (coordenação, coordenador(es))

DGEMN (Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais)

Dir. (direcção, director(es))

Doc. (documento(s))

Ed. (edição, editores)

Fl. (folha(s))

IEp. (imagem(ns) de época)

LACL (Liga dos Amigos do Castelo de Leiria)

N. (número(s))

P^e. (padre)

PEp. (planta(s) de época)

Sep. (separata de)

s.d. (sem data(s))

UE (unidade(s) estratigráfica(s))

v. (verso)

Vol. (volume(s))

INTRODUÇÃO

Partindo da vontade de acrescentar à historiografia concernente ao Castelo de Leiria novos dados, que permitissem melhorar o conhecimento histórico, arqueológico e artístico deste Monumento Nacional, a Oficina de Arqueologia da Divisão de Museus e Património do Município de Leiria desenvolveu, a partir de 2009, o projeto de Valorização e Requalificação do Núcleo do Castelo de Leiria. O projeto, que se pretendeu desde a origem multidisciplinar, passou a incluir peritos e instituições das mais variadas áreas científicas, como sejam a Arqueologia, a Conservação e Restauro, a Antropologia e a História. Surgiu assim a proposta para integrar este projeto, assegurando a análise, descrição e interpretação de parte do conjunto edificado do Castelo de Leiria, estudo a que a presente dissertação procura dar resposta.

Tendo o Castelo de Leiria sido já objeto de vários estudos, que, pese embora maioritariamente de índole histórica, não deixaram de se debruçar sobre as suas características arquitetónicas, permanecia por estabelecer uma sistematização das suas fases construtivas, que permitisse conhecer a evolução arquitetónica que o moldou no decorrer do tempo. Importava portanto realizar um levantamento fotográfico métrico retificado, sobre o qual se pudesse descrever e interpretar as estruturas conservadas. Dada a dimensão do monumento e a quantidade de edifícios que o incorporam, a tarefa adivinhava-se monumental, para além de muito dispendiosa. Optou então o município por dirigir os recursos disponíveis a alguns edifícios que, desde os pontos de vista arqueológico, histórico e artístico, suscitavam maiores dúvidas.

Executado o levantamento fotogramétrico retificado, coube-me circunscrever o trabalho a realizar a um âmbito coadunável com o tempo e o espaço disponíveis para a presente dissertação. Uma vez que o levantamento incidia maioritariamente sobre as muralhas e torres do Núcleo A, uma das três áreas em que tradicionalmente se divide o Castelo de Leiria, optei por restringir o estudo às estruturas militares desta área. Excluídos ficaram, assim, os edifícios e as estruturas das demais áreas do castelo, nos designados Núcleos B e C, mas também parte significativa do conjunto edificado do Núcleo A, como sejam as cisternas, o paço, a capela palatina ou a colegiada de Santa Cruz de Coimbra, cuja natureza ultrapassa a estritamente militar.

Embora bastante completo, o levantamento executado pelo município de Leiria não cobria a totalidade das estruturas a analisar, pelo que a este se somou um levantamento

de minha própria autoria, cobrindo a totalidade das edificações pretendidas, em todos os seus alçados. Concluído o levantamento, identificaram-se os distintos momentos construtivos de cada conjunto edificado, recorrendo para o efeito aos métodos preconizados pela Arqueologia da Arquitectura. Cedo ficaram claras porém as limitações deste método que, não obstante resultar na efetiva determinação da sequência construtiva das estruturas em análise, não permite balizá-las, senão de forma relativa, no seu adequado enquadramento histórico. À análise arqueológica das estruturas associou-se então o seu estudo formal, mediante a confrontação das suas características com paralelos conhecidos, assim como com a pesquisa documental, bibliográfica e iconográfica.

O método adotado, ainda que conjugando os pressupostos arqueológicos e histórico-artísticos, não deixou contudo de apresentar alguns desafios. De facto, os levantamentos fotográficos por mim realizados, sem os mecanismos necessários à sua retificação métrica, poderão conter algumas incorreções, decorrentes dos inevitáveis erros de perspetiva e distorção. Também a leitura estratigráfica ficou por vezes condicionada pelas condições de acesso a determinados locais considerados menos seguros, ou simplesmente pela presença de rebocos que ocultavam os aparelhos em análise. A confrontação artística com paralelos conhecidos, por sua vez, terá forçosamente de salvaguardar a amplitude cronológica que amiúde caracteriza a adoção de certas formas e ornamentos. O recurso às fontes, escritas ou iconográficas, deve prevenir, por seu lado, a intenção associada à sua produção. Assim como as fontes escritas poderão conter certos contágios, frequentemente de índole ideológica, também as gravuras ou plantas, a que tantas vezes falta a adequada concordância de escala, poderão representar elementos que vão para além do existente, como reconstituições de componentes desaparecidas ou propostas de alterações a realizar.

Não obstante as limitações do método escolhido, nunca definitivamente isento de futuras corroborações, por exemplo de índole laboratorial, a determinação da sequenciação construtiva de cada estrutura em análise, confrontada com a definição artística das suas características, permitiu alcançar efetivas propostas cronotipológicas, por vezes discordantes dos resultados a que chegaram outros autores.

Na presente dissertação, os dados alcançados encontram-se organizados em três capítulos distintos. No Capítulo 1 são apresentados os distintos conjuntos edificados em análise, enquanto objetos de estudo, definindo-se as suas características e problematizando os seus aspetos mais relevantes, apontando-se as soluções

eventualmente avançadas por outros autores. No Capítulo 2 apresenta-se a sequência construtiva de cada conjunto edificado, obtida através da sua leitura estratigráfica. O Capítulo 3, finalmente, dá lugar, sempre que determinável, à definição cronotipológica dos conjuntos edificados, mediante a confrontação das características de cada uma das suas fases construtivas tanto com diversas análises de índole artística, como com as soluções avançadas por outros autores. A inserção dos diferentes momentos construtivos que compõem as estruturas analisadas no seu respetivo enquadramento histórico e, como não poderia deixar de ser, militar, apresenta-se em sede de uma última análise, sob o título de 'Leitura Final: Elementos em Contexto'.

No Volume 2 incluíram-se as Estampas I a LVIII, para que a leitura do Volume 1 possa fazer-se em confronto permanente com estes elementos gráficos, essenciais ao sentido do texto e ao acompanhamento da argumentação desenvolvida. As estampas incluem os levantamentos fotogramétricos do existente, a representação gráfica das estratigrafias apuradas, as subsequentes matrizes estratigráficas, as plantas de época e as imagens de época, organizadas pela ordem em que surgem mencionadas no corpo de texto. Por 'plantas de época' e 'imagens de época' entendam-se levantamentos topográficos e iconográficos, realizados em período compreendido entre o início do século XIX e a década de 1970, representando as estruturas em análise em diferentes estádios, anteriores ou contemporâneos ao restauro empreendido no Castelo de Leiria durante boa parte do século XX.

Efetiva solução para a compreensão da presente dissertação, o cruzamento entre os volumes 1 e 2 reflete a interação entre fontes de natureza diversa, não só possível como indispensável a um percurso académico em que Arqueologia, Arte e Património se idealizam como experiências complementares.

CAPÍTULO 1

NÚCLEO A

“Arrasaram os mouros (...) a povoação [de Leiria] mas não a fortaleza, que esta fortificaram mais, e é obra sua, fundada por eles”

Autor Anónimo: *Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*¹

Tradicionalmente atribuída a D. Afonso Henriques, a fundação do Castelo de Leiria encontra-se associada na historiografia concernente à cruzada ibérica medieval, também conhecida por *Reconquista Cristã*. Escavações arqueológicas conduzidas no interior da fortaleza têm vindo a fornecer, porém, testemunhos de ocupações anteriores ao reinado afonsino, nomeadamente proto-históricos e islâmicos². Tais indícios concorrem, senão para a preexistência de uma fortaleza, ao menos para a existência de uma ocupação humana anterior à chegada dos exércitos afonsinos. Os vestígios arqueológicos possibilitam ainda uma segunda leitura, a de que a região leiriense possa não ter estado exatamente despovoada à chegada de D. Afonso Henriques, como de resto haveria de descrevê-la o próprio monarca³.

Na realidade, ainda que não tenhamos ao nosso dispor testemunhos arqueológicos que inequivocamente o corroborem, não será de excluir por completo a existência de uma

¹ Segundo transcrição do Pe. Inácio José de Matos, publicada em 1898, a partir de o *Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, um texto de autor desconhecido, datado de cerca de 1650 (*Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, in Ed. AZEVEDO, 2011: 25).

² Leia-se Vânia CARVALHO e Isabel INÁCIO: *Projecto de Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria*, PNTA, Sondagens Arqueológicas de Avaliação, Relatório Final, Leiria, 2011.

³ Já no século XIX, Vitorino da Silva Araújo defendia a existência de uma povoação anterior à fundação do Castelo de Leiria, baseando-se na passagem “*Ibiprimium aedificavit castellum, et ibi habitantes in eo*”, da *Chronica Gothorum*, ca. 1185, na qual cada *ibi* se referiria, a um local específico, respetivamente a fortaleza e a povoação (ARAUJO, 1876: 10). No mesmo documento pode ler-se, por outro lado, que D. Afonso Henriques teria edificado o Castelo de Leiria “*in locus vastae solitudinis*”. Apoiado sobretudo nesta premissa, Saul António Gomes sustenta a hipótese de uma fundação afonsina *ab initio*, no Inverno de 1135, em “terra despovoada, erma e bravia” (GOMES, 2004: 21 a 30). À tese de fundação afonsina, de resto sustentada já no século XIX por Alexandre Herculano e pelo Pe. António Carvalho da Costa, aderiram igualmente o arqueólogo José Saraiva, os historiadores João Cabral e Lucília Verdelho da Costa, e o poeta leiriense António Rodrigues Cordeiro (HERCULANO, 2007: 278; COSTA, 1869: 66; SARAIVA, 1929: 13; CABRAL, 1975: 17; COSTA, 1997: 192; CORDEIRO, 1873: 35). Apenas Ernesto Korrodi sugere, sem que porém tenha para tal estabelecido qualquer argumentação, uma fundação anterior, que o arquiteto recua ao condado de D. Henrique (KORRODI, 1944: 12).

estrutura militar prévia a D. Afonso Henriques, islâmica ou mesmo medieval cristã. A possibilidade de um bastião militar anterior à fundação afonsina, comprovada de resto para casos geograficamente próximos ao de Leiria⁴, tem encontrado eco, embora nem sempre de forma sustentada, na historiografia dedicada à fortaleza leiriense⁵.

Independentemente das ocorrências que eventualmente precedam a chegada dos exércitos afonsinos à região leiriense⁶, o Castelo de Leiria assumiria, no contexto da *Reconquista Cristã*, um papel preponderante, quer na defesa da região do baixo Mondego, e conseqüentemente da capital do jovem reino, Coimbra, quer na preparação dos assaltos à região de Santarém, fundamentais para as tão almejadas conquistas de Lisboa e Sintra⁷. Ao indubitável papel militar associa-se igualmente, coadjuvando a colonização e exploração agrária da região⁸, o contributo da fortaleza leiriense para a fixação de população, protegida pela primitiva cerca das incursões a que estava exposta.

Nos anos que se seguiram à conquista afonsina da região, o Castelo de Leiria seria todavia alvo de ataques perpetrados pelas forças muçulmanas, em número e em datas ainda não totalmente consensuais. A maioria dos autores aponta 1137 como o ano do

⁴ Mário Jorge Barroca estima a existência de uma fortificação muçulmana em Montemor-o-Velho, anterior a 987, que poderá “ter começado por ser um pequeno ponto de vigia”, enquanto os castelos de Soure e de Penela poderão recuar também a período anterior à conquista afonsina da região a sul do Mondego (BARROCA, 2005: 112; *idem*, 1990/91: 103 a 105).

⁵ Para além da já citada passagem de o *Couseiro* (*Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, in Ed. AZEVEDO, 2011: 25), na qual se atribui a fundação do Castelo de Leiria aos ‘mouros’, consta do Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 12, uma narrativa que dá conta da existência de uma fortificação leiriense já em período visigótico (DGEMN, 1938: 6 e 7). Desprovido da devida fundamentação, este texto *estadonovista*, e de autor anónimo, deve ser entendido, todavia, com sérias reservas. O historiador da arte Gustavo Sequeira sugere, por sua vez, a possibilidade de uma atalaia muçulmana no domo leiriense, posteriormente aproveitada na fortificação afonsina, ainda que não tenha apresentado para o efeito também qualquer argumentação (SEQUEIRA, 1955: 57).

⁶ Para o entendimento do Castelo de Leiria no seu respetivo contexto histórico, leia-se, entre outras, as obras de Saul António GOMES: ‘A organização do espaço urbano numa cidade estremenha: Leiria Medieval’, *A Cidade - Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Actas II, Universidade Aberta, Lisboa, 1993; *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 2004; ou ainda de Luciano CRISTINO: ‘A Vila de Leiria em 1385’, *Jornadas sobre Portugal Medieval*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1983.

⁷ Sobre o papel desempenhado pelo Castelo de Leiria nos avanços militares da *Reconquista*, e respetiva articulação com as demais fortalezas com as quais, a norte e a sul, partilhava a defesa da ‘linha do rio Mondego’, como Montemor-o-Velho, Penela e Soure ou Ourém, Porto de Mós e Pombal, leia-se, por exemplo, do historiador Joaquim RUIVO: *O Castelo de Leiria, sua acção no período da Reconquista Cristã: 1135-1147*, Dissertação para a Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [texto policopiado], 1950; João Gouveia MONTEIRO: *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Edições Colibri, Lisboa, 1999; Saul António GOMES: *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 2004; ou ainda José MATTOSO: *D. Afonso Henriques*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2007.

⁸ Saul António Gomes descreve o processo de fixação populacional nas faldas do rio Lis como colonização económica e agrária (GOMES, 2004: 96 a 105); Maria Helena da Cruz Coelho, por sua vez, destaca o papel do direito de presúria, usufruído pelos pioneiros do baixo Mondego, na ocupação da região imediatamente a sul dos limites conimbricenses, (COELHO, 1989: 42 a 56). Para a compreensão da “vertente de defesa (...) do reino e de núcleos de povoadores”, enquanto “factor indispensável na estruturação (...) do Estado medieval português” (MARQUES, 1988: 21), leia-se, entre outras obras possíveis, José MARQUES: ‘Povoamento e Defesa na Estruturação do Estado Medieval Português’, *Revista de História*, N. VIII, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1988.

primeiro assalto, seguido de uma nova investida, em 1140, com a qual menos historiadores concordam. Ainda menos consenso têm merecido a terceira e a quarta incursões, que alguns autores posicionam em 1144 e 1195, respetivamente⁹.

Ultrapassada a ameaça islâmica, o Castelo de Leiria voltaria a sofrer novos ataques, desta feita no âmbito de disputas políticas nascidas no seio das monarquias cristãs. Entre 1245 e 1248, no contexto do conflito que opôs D. Sancho II a seu irmão, futuro D. Afonso III, a fortaleza leiriense seria tomada de assalto, e, entre 1320 e 1324, sujeita a cerco promovido por D. Dinis a seu filho, futuro D. Afonso IV¹⁰. De resto, tanto D. Dinis como D. Afonso IV promoveriam reparações no Castelo de Leiria, a que se somam as intervenções fernandinas, no contexto do conflito que opôs D. Fernando ao reino de Castela¹¹, assim como as manuelinas, no ano de 1510¹².

No início do século XVI, pese embora as ações de consolidação, já o abandono no interior da cerca de Leiria era uma realidade, de certo modo atestada pela doação dos paços régios, em 1475, aos condes de Vila Real¹³. Precisamente por se encontrar “muito desbaratada e em partes *caída*”, parte da muralha da vila seria também doada, em 1566, ao bispado leiriense¹⁴. Abandonada e debilitada, não surpreende que a fortaleza tenha sofrido particularmente com o Terramoto de 1755¹⁵, nem tão pouco que servisse de pedreira, já em 1773¹⁶.

Erguido sobre um elevado e escarpado domo, o Castelo de Leiria configuraria no entanto, na plenitude da sua integridade física, uma fortaleza quase inexpugnável mas

⁹ Alexandre Herculano apontou 1137 e 1140 como os anos do primeiro e do segundo assaltos a Leiria, datas que mereceram a concordância de José Saraiva e de Saul António Gomes. Pe. António Carvalho da Costa e José Mattoso ficam-se por um ataque apenas, que posicionam em 1137, ao passo que Frei António Brandão e Joaquim Ruivo preferiram avançá-lo para 1140, ano de resto já proposto pelo autor seiscentista de o *Couseiro*. Recuperada a fortaleza pelo exército afonsino, segundo Joaquim Ruivo e o autor de o *Couseiro* em 1144 ou 1145, haveria lugar, de acordo com Saul António Gomes, a um terceiro ataque, em 1144. Pe. António Carvalho da Costa, João Cabral e Saul António Gomes defendem um último ataque, em 1195, investida que mereceu de José Saraiva alguma contestação (BRANDÃO, 1690, Parte III: 150; COSTA, 1869: 66 e 67; SARAIVA, 1929: 13 a 30; RUIVO, 1950: 23; CABRAL, 1975: 18; GOMES, 2004: 23 a 106; HERCULANO, 2007: 739 – XV, 744 – XVII; MATTOSO, 2007: 155; *Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, in Ed. AZEVEDO, 2011: 21 a 25).

¹⁰ GOMES, 2004: 107.

¹¹ GOMES, 2004: 108; CABRAL, 1975: 19.

¹² MELO, 1995: 92.

¹³ Saul António Gomes associa o abandono da fortaleza, a partir de finais do século XV, à desertificação do interior da cerca da vila, cuja população vinha paulatinamente ocupando as margens do Lis, na base do domo ocupado pelo castelo. Para o historiador, “a conservação e o reparo das muralhas [do Castelo de Leiria] deve ter sofrido um considerável abrandamento”, não obstante a manutenção a que o município se encontrava obrigado, ainda em 1456 (Gomes, 2004: 108).

¹⁴ Carta régia de doação, de 18 de Janeiro de 1566 (in GOMES, 2004: 109).

¹⁵ MELO, 1995: 118.

¹⁶ Em documento de 1773, transcrito e publicado por Saul António Gomes, assinala-se a degradação do Castelo de Leiria, “por *delle* se lhe tirar muita pedra *pera* obras de particulares” (GOMES, 2004: 390, doc. 297). O cerceamento das muralhas leirienses continuaria a verificar-se pelo menos até início do século XX, conforme se depreende das demolições e dinamitações denunciadas pela imprensa local, respetivamente em 1908 e 1913 (COSTA, 1997: 203).

também, de forma não menos significativa, um poderoso veículo de afirmação do poder régio. De “mentalidade simbolista”, a sociedade medieval encarava os castelos não apenas como um reduto de segurança mas também como um símbolo do poder, da ordem e da estabilidade, diretamente emanados por quem ordenava a sua construção, o rei¹⁷. Detentor do direito exclusivo de construção de estruturas fortificadas, consignado pelo *ius crenelandi*, o rei atribuía às muralhas uma relevância capital, indispensável mesmo, à fundação da cidade, palco privilegiado para o exercício do seu próprio poder¹⁸. A associação entre muralhas e poder régio é no caso leiriense particularmente empolada pela escolha da implantação topográfica, que recaiu, posto que também por motivos defensivos, no setor mais elevado, e logo mais dominante, do cume da cidade.

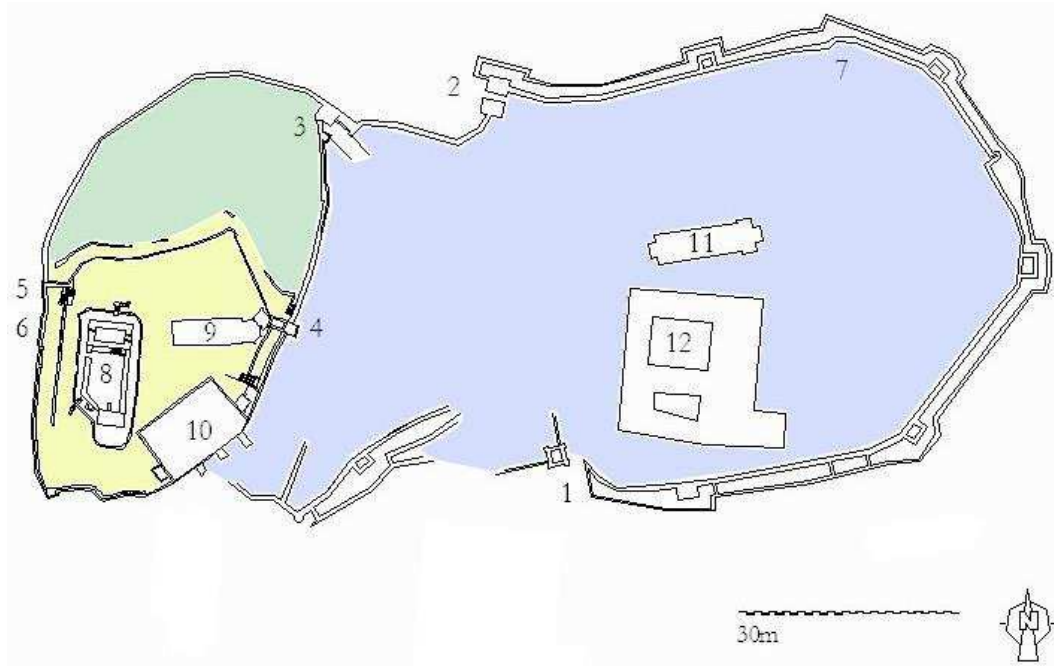
Seguindo a tradição dos castelos medievais ibéricos, o principal conjunto fortificado do Castelo de Leiria compõe-se por dois distintos núcleos amuralhados, tradicionalmente chamados de Núcleo A e Núcleo B. O primeiro, reservado ao representante do poder no território, ocupa a área mais elevada, enquanto o segundo, numa área mais baixa, se destinava a abrigar o contingente militar ou, em caso de assalto, a população e respetivos haveres. Dentro do Núcleo A ergue-se ainda, organizado em torno da Torre de Menagem, um conjunto amuralhado autónomo, o denominado Último Reduto, ou Castelejo, de resto também uma estrutura habitual em toda a Península Ibérica.

Isoladamente, o Núcleo A do Castelo de Leiria configura também uma fortificação tipicamente ‘românica’, tendo em conta as características das suas estruturas, e o modo como se encontram distribuídas no espaço que ocupam. Contando apenas com a robustez das suas muralhas e a impenetrabilidade da sua Torre de Menagem para travar e resistir a assaltos e a cercos, este recinto encontra-se ainda hoje praticamente isento de mecanismos de contra-ataque, proporcionando, ao invés, uma “*defesa passiva*”¹⁹.

¹⁷ TRINDADE, 2013: 121 a 140.

¹⁸ Sobre a relação entre os castelos medievais e o poder régio leia-se, entre outros estudos disponíveis, José MATTOSO: ‘Introdução à História Urbana Portuguesa. A Cidade e o Poder’, *Cidades e História*, Ciclo de Conferências Promovidas pelo Serviço de Belas Artes, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987; Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA: ‘Muralhas Românicas e Cercas Góticas de Algumas cidades do Centro e Norte de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então’, *Cidades e História*, Ciclo de Conferências Promovidas pelo Serviço de Belas Artes, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987; Amélia Aguiar ANDRADE: ‘De Contrasta a Valença: a formação de uma vila medieval’, *Monumentos*, 12, DGEMN, Lisboa, 2000; ou ainda Luísa TRINDADE: *Urbanismo na Composição de Portugal*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.




¹⁹ BARROCA, 2003: 106.



Planta do Castelo de Leiria e Principais Estruturas e Edifícios.

Fonte: Câmara Municipal de Leiria e DGEMN, 1938, Boletim N.º 12.

LEGENDA

1 – Arco da Torre Sineira da Sé	7 – Cerca da Vila	 Núcleo C
2 – Portas de Pêro Alvito	8 – Torre de Menagem e Último Reduto	 Núcleo B
3 – Porta de Albacara	9 – Igreja de Santa Maria da Pena	 Núcleo A
4 – Porta e Torre Buçaqueira	10 – Paços Novos	
5 – Porta Nova	11 – Igreja de São Pedro	
6 – Porta da Traição	12 – Paços Episcopais (Antigos)	

Disseminados entre nós desde o século XII até às reformas ditas góticas, promovidas durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis²⁰, os castelos ‘românicos’ compõem-se, genericamente, por uma cintura de muralha, equipada com adarve, ameias e aberturas, mas escassa em torreões, geralmente semicirculares e aplicados nos pontos de inflexão. A muralha define, por sua vez, um pátio de planta irregular, ainda que na

²⁰ Sobre as inovações arquitetónicas introduzidas nas fortalezas portuguesas por D. Afonso III e, principalmente, por D. Dinis, leia-se, entre os diversos trabalhos disponíveis, João Gouveia MONTEIRO: ‘Reformas góticas nos castelos portugueses ao longo do século XIV e na primeira metade do século XV’, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Palmela, 2002; ou Mário Jorge BARROCA: ‘D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa’, *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval – as relações de fronteira no século de Alcanises*, Tomo 1, Porto, 1998 b.

generalidade arredondada, comunicando com o exterior por um reduzido número de portas, habitualmente apenas a porta principal e a porta da traição. O interior do pátio, reservado à guarnição militar e às instalações do senhor dominante, não previa o abrigo dos vilãos. Em contrapartida, albergava a torre de menagem, que, ocupando uma posição central e sobrelevada, constituía o último reduto em caso de assédio.

Simultaneamente, a torre de menagem possibilitava a organização da defesa da periferia para o centro, ou “*princípio do comando*”²¹, que, conjuntamente com a *defesa passiva*, compõem os dois principais conceitos inerentes à edificação dos castelos ‘românicos’²².

A nascente do Núcleo A e do Núcleo B do Castelo de Leiria, desenvolve-se, acompanhando a encosta menos abrupta do domo dolerítico, o designado Núcleo C. Espaço amuralhado, desde cedo ocupado pelo primitivo núcleo habitacional da vila medieval de Leiria, é, por este mesmo motivo, conhecido também por cerca da vila²³.

Sendo circundado por duas linhas de muralha que correm paralelas, o Núcleo C abarca uma área três vezes superior à do conjunto formado pelos Núcleos A e B, com os quais estabelece uma planta aproximadamente elíptica. As duas muralhas, a externa mais baixa, a interna mais elevada e, a intervalos sensivelmente regulares, acoplada por torreões paralelepípedicos, comunicam com o exterior por duas aberturas, as Portas de Pêro Alvito, a norte, e o arco da Torre Sineira da Sé, a sul²⁴.

O Núcleo C, cujo casario medievo se organizaria em torno dos desaparecidos Paços de São Simão²⁵, alberga atualmente um conjunto arquitetónico composto sobretudo por

²¹ BARROCA, 2003: 106.

²² Para mais informações sobre as características arquitetónicas e militares dos castelos ‘românicos’ portugueses, leia-se por exemplo, as obras de Mário Jorge BARROCA: ‘Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)’, *Portugalia*, Nova Série, Vol. XI-XII, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1990/1991 e ‘Arquitectura Militar’, *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 1, Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severino Teixeira, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003.

²³ Sujeita ao longo dos séculos a múltiplas ações de consolidação, sobretudo nos séculos XIV e XV, a cerca da vila de Leiria manteria todavia o “carácter típico da construção militar undecentista portuguesa” (GOMES, 2004: 15). Sobre cercas medievais leia-se, entre outras possíveis, Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA: ‘Castelos e cercas medievais. Séculos X a XIII’, *História das fortificações portuguesas no mundo*, Dir. Rafael Moreira, Lisboa, Publicações Alfa, 1989 e ‘Muralhas Românicas e Cercas Góticas de Algumas Cidades do Centro e Norte de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então’, *Cidades e História*, Ciclo de Conferências Promovidas pelo Serviço de Belas Artes, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.

²⁴ Também conhecidas por Portas do Norte, Portas do Vento ou Portas dos Castelinhos, as Portas de Pêro Alvito, documentadas desde 1262 (GOMES, 2004: 110), compõem-se por dois vãos ‘românicos’ e dois torreões. O arco da Torre Sineira da Sé articula-se com a torre sineira propriamente dita, erguida na segunda metade do século XVIII (SEQUEIRA, 1955: 64; ZÚQUETE, 1943: 246). Arco e sineira terão vindo ocupar o local onde se presume ter estado a primitiva abertura sul da cerca, as Portas do Sol, referidas documentalmentemente desde 1340 (GOMES, 2004: 111).

²⁵ Os Paços de São Simão, edifício cujas localização e época de fundação têm merecido algum debate, deverão anteceder, segundo Saul António Gomes, o reinado de D. Dinis, que os herdou e “transformou seguramente num complexo mais actualizado” (GOMES, 2004: 115).

habitações privadas recentes. Conserva ainda, todavia, a ‘românica’ Igreja de São Pedro, documentada já desde 1156²⁶, assim como os antigos Paços Episcopais, que remontam a cerca de 1640, ainda que profundamente reformados na primeira metade do século XIX²⁷.



Igreja de São Pedro, à esquerda, e antigo Paço Episcopal (atual sede da Polícia de Segurança Pública), à direita.
Fotomontagem.

Ocupando uma área equivalente à do Núcleo A, com o qual estabelece uma planta também aproximadamente elíptica, o Núcleo B encontra-se circunscrito por uma única muralha, rasgada por uma só passagem, a Porta de Albacara. Aberta no extremo nordeste do Núcleo B, a Porta de Albacara compõe-se por vão de volta perfeita, ladeado por dois torreões, posto que antecedida em tempos por um segundo arco, entretanto desaparecido²⁸. Posicionado entre o Núcleo C, primitivamente reservado à vila, e o

²⁶ GOMES, 2004: 99. Tanto Saul António Gomes como José Saraiva se baseiam na semelhança entre marcas de canteiro para estabelecer correspondência construtiva entre a Igreja de São Pedro e a cerca da vila (GOMES, 2004: 102; SARAIVA, 1929: 29).

²⁷ Iniciados durante a prelatura de D. Diogo de Sousa, aproximadamente em 1640, os Paços Episcopais, incendiados durante as *Invasões Francesas*, haveriam de ser reconstruídos a partir de 1818, por iniciativa do bispo D. João Inácio da Fonseca Manso (ZÚQUETE, 1943: 193, 275). Sobre este e outros edifícios históricos do Núcleo C do Castelo de Leiria leia-se, entre outros, José SARAIVA: *Leiria: Breve estudo...*, Monumentos de Portugal, Collecção de Vulgarização Artístico-Monumental, N. 6, Litografia Nacional, Porto, 1929; Afonso ZÚQUETE: *Leiria: Subsídios para a História da sua Diocese*, Gráfica Leiria, Leiria, 1943, e *Monografia de Leiria. A Cidade e o Concelho 1950*, Folheto, Leiria, 2003; Lucília Verdelho da COSTA: *Leiria*, Colecção Cidades e Vilas de Portugal, Dir. Raquel Henriques da Silva, Editorial Presença, Lisboa, 1989; Saul António GOMES: *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 2004.

²⁸ Associando a origem etimológica da expressão islâmica *albacara* à atividade pecuária, Saul António Gomes atribui ao Núcleo B a função de refúgio para os vilãos e respetivo gado, em caso de assalto à fortaleza. O historiador considera tanto o Núcleo B como a Porta de Albacara, inicialmente composta por um conjunto de dois arcos, modelos de “influência islâmica” (GOMES, 2004: 109 e 111).

Núcleo A, onde se encontravam os edifícios mais nobres da fortaleza, como o Paços Novos, a Igreja de Santa Maria da Pena ou a Torre de Menagem, o Núcleo B medeia duas áreas que, embora tangentes, não têm ligação direta entre si.

O interior do Núcleo B alberga atualmente um único edifício, a chamada Casa do Guarda, adjacente ao alçado interno da sua muralha, junto da Porta de Albacara, que, pese embora o significativo restauro a que foi sujeito, mantém ainda múltiplos elementos medievais²⁹. Para além deste edifício, o interior do Núcleo B alberga ainda uma estrutura de funcionalidade ainda não totalmente esclarecida, de planta retangular e paredes em alvenaria, interior tripartido e teto abobadado³⁰.



Porta de Albacara e Casa do Guarda.

A sul do Núcleo B desenvolve-se o Núcleo A do Castelo de Leiria, delimitado por uma cintura de muralha de planta irregular, ainda que tendencialmente elíptica. De traçado profundamente ditado pela topografia do terreno em que se ergue, articula-se a sul e a oeste com as íngremes escarpas do domo dolerítico, superando a norte e a este encostas menos declivosas. Uma segunda linha de muro, de que subsistem escassos

²⁹ José Saraiva destaca um vão ogival, onde identificou uma sigla equivalente a siglas patentes na Igreja de Santa Maria da Pena e nos Paços Novos, no Núcleo A, para remeter à Época Medieval a origem da Casa do Guarda (SARAIVA, 1929: 37).

³⁰ Sobre a natureza desta estrutura não existe ainda completo consenso nos estudos concernentes. Para Saul António Gomes e José Saraiva terá servido de celeiro (GOMES, 2004: 98; SARAIVA, 1929: 38), embora o major Brandão de Sousa a tenha descrito como cisterna, na planta que do castelo executou no século XIX. Da mesma opinião partilham as arqueólogas Vânia Carvalho e Isabel Inácio, que da estrutura dizem assemelhar-se "mais à tipologia de construção de reservatórios de água" (CARVALHO *et al*, 2011: 133 a 137 – Sondagem 20).

e esparsos vestígios, desenvolve-se no exterior da muralha norte do Núcleo A³¹, com a qual aparenta estabelecer um patamar de circulação.

A norte e a sudoeste, a muralha do Núcleo A assinala dois pontos de inflexão, marcados por dois torreões, de planta semicircular e quase retangular, respetivamente. Também a nordeste se assinala um ponto de inflexão, desta feita marcado por uma porta, convencionalmente designada Porta Buçaqueira, aberta sob uma torre, que assume de resto igual denominação. Na extremidade oposta da mesma muralha, desta feita sem qualquer torre, encontra-se a chamada Porta Nova. Às duas portas, abertas para Núcleo B, soma-se uma terceira, chamada Porta da Traição, já na muralha oeste e diretamente aberta para o exterior.



Torre e Porta Buçaqueira, ao fundo, e respetivo corredor, em primeiro plano.

Documentalmente referida desde pelo menos 1282³², à Torre Buçaqueira encontra-se unanimemente associada uma primitiva função defensiva, seguida de reforma para adaptação a torre sineira³³. De planta aproximadamente retangular, a torre,

³¹ A estrutura apresenta atualmente características compatíveis com um muro de sustentação de terras. Duas sondagens arqueológicas realizadas junto de dois pontos distintos desta estrutura revelaram diferentes níveis de circulação, um dos quais composto por calçada de época medieval/moderna. Seria revelado também que o seu paramento interno, hoje abaixo da cota de circulação, havia sido executado com o cuidado próprio de uma estrutura projetada para cotas positivas (CARVALHO *et al*, 2011: 41 a 47, 159 a 163 - Sondagens 4 e 26).

³² GOMES, 2004: 98.

³³ José Saraiva, baseando-se nos paralelos entre os siglários observados na Torre Buçaqueira, na Igreja de São Pedro e na cerca da vila, remeteu a origem da primeira a período posterior ao "arrasamento de Leiria, em 1190" (SARAIVA, 1929: 39). Por seu turno, Saul António Gomes, que de resto remete a Igreja de São Pedro para período anterior a 1156

contrafortada a nascente, ergue-se a cerca de quinze metros de altura. Na base toma forma a porta propriamente dita, de volta perfeita, enquanto que no piso superior se abrem, distribuídos pelos quatro alçados, um vão de porta ogival e doze vãos de janela ogivais geminados. O topo remata-se por ameias chanfradas, atribuídas ao restauro promovido pela Liga dos Amigos do Castelo de Leiria³⁴.

A sul da Torre Buçaqueira desenvolve-se um corredor, compreendido entre a muralha exterior do Núcleo A e um muro mais estreito, que arranca do cunhal sudoeste da torre. Desenvolvendo-se inicialmente de forma paralela à muralha, o muro inflete, alguns metros depois, na direção da mesma, fechando o espaço numa área sensivelmente retangular. Na sua parede oeste abre-se um arco ogival, ao passo que a parede sul alberga um pequeno nicho. Não existem, na bibliografia concernente, atribuições cronológicas inequivocamente referentes a este espaço³⁵.

De igual modo, não existem sobre a Porta Nova quaisquer referências bibliográficas. Aberto em volta perfeita, este vão encontra-se diretamente estruturado pelo aparelho da muralha, isento de moldura ou de qualquer ornamento. Acima, desviado para nascente, um par de vãos de janela ogivais geminados completa as aberturas deste tramo da muralha norte³⁶.

(GOMES, 2004: 99), não se compromete com um período específico para a fundação da torre. Não obstante, atribui os vãos ogivais “ao gótico mais antigo da fortaleza”, comparáveis aos vãos do Paço de Monte Real, “documentalmente atribuível a D. Dinis e a D. Isabel” (GOMES, 2004: 153 e 154). A fundação militar da torre seguida de adaptação a sineira, na sequência da reforma da Igreja de Nossa Senhora da Pena, conta com o apoio de José Saraiva, assim como do militar Jorge Larcher (SARAIVA, 1929: 39; LARCHER, 1933: 54). A estas funções acrescenta Saul António Gomes a de albergue para aves de caça, baseando-se para tal na origem do étimo *buçaqueira* (GOMES, 2004: 98).

³⁴ Segundo Afonso Zúquete, que se dedicou à história da cidade de Leiria e do seu castelo, as ameias terão sido “restauradas aquando das obras de consolidação empreendidas pelo (...) sr. Ernesto Korrodi” (ZUQUETE, 1943: 74).

³⁵ Para além da referência meramente descritiva que sobre este corredor fez José Saraiva (SARAIVA, 1929: 39), poderá ser a estas estruturas que se refere a passagem de o *Couseiro*, onde se descreve um “arco, que está em um muro antes de chegar à Igreja”. A mesma passagem refere ainda que o muro incluiria “um letreiro, esculpido em pedra, ao pé de um nicho da Imagem de Nossa Senhora”, no qual se lia, entre outras coisas: “mandei fazer esta obra, no ano de 1538. Diogo Dias, Vigário da Vila de Leiria” (*Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, in ed. AZEVEDO, 2011: 26). Caso corresponda às estruturas em causa, esta passagem remete o muro a oeste do corredor para período não posterior a 1538, enquanto simultaneamente atribui ao nicho a antiga função de albergar uma imagem religiosa.

³⁶ Uma sondagem arqueológica aberta junto do alçado exterior da Porta Nova revelaria que o pano mais antigo da muralha que alberga este vão se encontra erguido sobre um nível estratigráfico não anterior ao século XII/XIII. Uma estrutura argamassada detetada na mesma sondagem foi interpretada como vestígio de uma construção primitiva, eventualmente muralha, torre ou porta (CARVALHO *et al*, 2011: 99 a 104 - Sondagem 14).



Porta da Traição, à esquerda, e Porta Nova, ao fundo.

Não muito distante, embora posicionada já na muralha voltada a oeste, a chamada Porta da Traição compõe-se por vão em arco abatido no alçado interior, com moldura ogival no exterior. Ocorrência frequente nas fortalezas medievais, onde desempenha um papel estratégico fundamental³⁷, a atual Porta da Traição do Castelo de Leiria ergue-se em cantaria de calcário, maioritariamente isenta do espectável desgaste temporal³⁸.

Próximo da Porta da Traição, a sul, ergue-se a ruína de uma edificação, de que subsiste apenas parte da fachada poente, atualmente inserida no alinhamento da muralha. Das suas extremidades partiam duas paredes perpendiculares, de que apenas sobrevivem os arranques. Como veremos adiante, uma destas paredes terá sido, porém, erguida muito posteriormente à restante edificação. No remanescente desta estrutura observam-se ainda, como veremos igualmente, seteiras e vestígios de pisos, entretanto desaparecidos. Apesar de nos estudos dedicados ao Castelo de Leiria não existirem referências a esta construção, uma sondagem arqueológica, aberta junto do seu alçado interno, veio revelar indícios passíveis de remeter a sua origem a período medieval cristão, eventualmente a período islâmico³⁹.

³⁷ Segundo o Tenente-Coronel António Lopes Nunes, as portas da traição, pequenas e dissimuladas, abrem-se na muralha oposta às portas de entrada principais, destinando-se tanto à investida inesperada sobre o inimigo, como à fuga do contingente do castelo, em caso de assalto, ou mesmo do alcaide, em caso de rebelião dos vilãos (NUNES, 2005: 198).

³⁸ José Saraiva descreve, em período não posterior a 1929, como “a porta da traição do *castello* de Leiria, da qual apenas existia a soleira e os fundos das *hombreiras*”, teria sido restaurada em arco de ogiva, sem que fosse possível saber “se tal havia sido a sua forma anterior” (SARAIVA; 1929: 46, 47). Também Saul António Gomes subscreve o ascendente do restauro sobre este vão, que considera isento de “qualquer lavor que indície a sua real antiguidade” (GOMES, 2004: 109). Uma sondagem arqueológica aberta junto do alçado interno da porta, por seu turno, confirmaria o local como antiga área de circulação, anterior a finais da época medieval (CARVALHO *et al*, 2011: 96 a 99 - Sondagem 13).

³⁹ A escavação arqueológica conduzida neste local revelaria que a muralha oeste se encontra encostada por um nível térreo de onde se exumou espólio enquadrável em período islâmico/medieval cristão (CARVALHO *et al*, 2011: 90 a 96 – Sondagens 12).



Edificação a sul da Porta da Traição.

Circunscrito por muralha na totalidade da sua área, o Núcleo A alberga enfim diversos edifícios, cuja natureza ultrapassa o estrito âmbito militar, e que, por este motivo, não serão analisados no presente estudo. Não obstante, merecem alguma reflexão, na medida em que poderão contribuir para o esclarecimento de questões associadas às estruturas em análise. Entre estes edifícios, contam-se as ruínas do paço, designado Paços Novos, em oposição aos Paços de São Simão, cronologicamente anteriores. Junto do paço, com o qual comunica através de um passadiço erguido sobre arco, a capela palatina, chamada Igreja de Santa Maria da Pena. Os dois edifícios assumem, pela dimensão e pela nobreza construtiva, destacada relevância arquitetónica⁴⁰. Apesar da divergência historiográfica inerente à atribuição cronológica destes dois edifícios, a tese joanina tem merecido a concordância dos autores mais recentes, sendo atualmente consensual a sua atribuição a D. João I⁴¹.

Ainda que os Paços Novos não sejam no presente estudo alvo de análise cronológica ou de interpretação arquitetónica, registamos que da leitura de um documento datado de 1442 se depreende existirem já os Paços Novos, em oposição aos “*paços velhos*”

⁴⁰ Sobre os Paços Novos e a Igreja de Santa Maria da Pena, leia-se, entre outras obras disponíveis, José SARAIVA: *Leiria: Breve estudo...*, Monumentos de Portugal, Collecção de Vulgarização Artístico-Monumental, N. 6, Litografia Nacional, Porto, 1929; José Custódio da SILVA: *Paços Medievais Portugueses*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2002, e ‘Os Paços Régios de Leiria’, *Leiria 450 anos Diocese e Cidade*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, 1996; ou ainda Saul António GOMES: *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 2004.

⁴¹ Tradicionalmente identificados como obra dionisina por diversos autores (MURPHY, 1795: 75; COSTA, 1869: 66 e 67; CORDEIRO, 1873: 37; HAUPT, 1907: 186; ORTIGÃO, 1917?: 66; SARAIVA, 1929: 54 a 77; LARCHER, 1933: 51; SEQUEIRA, 1955: 59), os Paços Novos têm sido atribuídos mais recentemente a D. João I, quer por via da comparação estilística com o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha (DIAS, 1986: 103; SILVA, 1993: 172; *idem*, 1996: 84 a 85; *idem*, 1997: 21; *idem*, 2002: 120; COSTA, 1997: 163 e 191; GOMES, 2004: 15, 125 e 130), quer pela filiação das suas características nas estratégias em voga na arquitetura doméstica medieval (BARROCA, 2002: 94 a 96).

referidos neste texto⁴². De forma similar, também da leitura de um documento datado de 1373 se deduz não existir ainda nenhum paço dentro do Núcleo A do Castelo de Leiria. De facto, o exercício do privilégio de pousadio nas “*muytas e muy boas casas*” da colegiada do Castelo de Leiria, a que se refere um documento datado de 15 de Dezembro de 1373, sugere a inexistência até esta data de um paço real no Núcleo A da fortaleza leiriense, edifício que caso existisse, de acordo com Saul António Gomes, seria certamente da preferência dos fidalgos, que “nele se acolheriam deixando em paz os crúzios”⁴³.

Amplamente restaurado⁴⁴, o paço ergue-se em três pisos sobrepostos, ultrapassados, num quarto piso, por dois torreões laterais. Apesar do restauro, a estrutura e compartimentação do paço permaneceu *grosso modo* inalterada⁴⁵. Tal como descrito por José Saraiva, o edifício compunha-se por um “*rectangulo* cortado por dois planos de frente, dois de perfil e *tres* de *nivel*”⁴⁶. Por seguirem de muito perto os cânones arquitetónicos definidos por D. Duarte em o *Leal Conselheiro*⁴⁷, erguidos em planta de acentuada simetria e ortogonalidade, e livres das condicionantes que inevitavelmente decorrem de preexistências, os Paços Novos dir-se-iam paradigmáticos no estudo da arquitetura palaciana portuguesa, na transição do século XIV para o século XV⁴⁸.

⁴² Sendo vários os documentos que mencionam os ‘paços velhos’, o documento 207 (*in* GOMES, 2004: 329), de 25 de Junho de 1442, será, tanto quanto temos conhecimento, o mais antigo.

⁴³ GOMES, 2004: 153.

⁴⁴ Sobre a amplitude do restauro promovido nos Paços Novos consulte-se, entre várias possibilidades, José SARAIVA: *Leiria: Breve estudo crítico das suas origens...*, Monumentos de Portugal, Collecção de Vulgarização Artístico-Monumental, N. 6, Litografia Nacional, Porto, 1929; Lucília Verdelho da COSTA: *Ernesto Korrodi 1889 – 1944: arquitectura, ensino e restauro do património*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997; ou Saul António GOMES: *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 2004.

⁴⁵ A confrontação com fotografias prévias ao restauro basta para deduzir que, não obstante o acréscimo significativo de paredes e pisos internos aos Paços Novos, se preservaram as linhas gerais das plantas e dos alçados do mesmo. *Vide* Vol. 2, Estampa L.

⁴⁶ SARAIVA, 1929: 50.

⁴⁷ O paço de Leiria apresenta uma sala central, ladeada por duas alas, cada uma destas compondo-se de três compartimentos sucessivos, a que se soma um último, integrado já nos torreões laterais à fachada. Em o *Leal Conselheiro*, D. Duarte descreve como a casa nobre deveria precisamente compor-se por uma “*Prymeira, salla (...). Segunda, (...) antecamara (...). Terceira, camara de dormyr (...). Quarta, trescamara (...). Quinta, oratorio*” (DUARTE, 1942: 303). Para mais detalhado confronto entre os princípios vazados em o *Leal Conselheiro* e a compartimentação do paço leiriense leia-se, entre outras obras possíveis, José Custódio da SILVA: *O Fascínio do Fim*, Livros Horizonte, Lisboa, 1997, ou Mário Jorge BARROCA: ‘Arquitectura Gótica Civil’, *História da Arte em Portugal - O Gótico*, Editorial Presença, Lisboa, 2002.

⁴⁸ SILVA, 1993: 176; *idem*, 1997: 21, *idem*, 2002: 122.



Igreja de Santa Maria da Pena, à esquerda, e Paços Novos, à direita.
Fotomontagem.

Concebido por D. João I, e prosseguido pela dinastia que fundou, o programa construtivo para melhoria das condições habitacionais das principais praças portuguesas⁴⁹, no qual com toda a probabilidade se inserem os Paços Novos, explica-se pela debilidade que afetava alguns paços régios, principalmente decorrente do conflito de 1383-85. A afirmação do poder régio da nova dinastia, que importava sobremaneira legitimar, terá sido também preponderante⁵⁰, incontornável evidência no paço leiriense, idealizado para dominar visualmente sobre toda a cidade.

A construção dos Paços Novos insere-se, contudo, num processo mais alargado de residencialização de fortalezas, consumado em Portugal nos séculos XIV e XV⁵¹. A sua edificação acrescentaria ao Núcleo A do Castelo de Leiria uma nova função residencial, sem que tenha, todavia, diminuído a sua natureza militar. De forma similar, muitos outros paços portugueses, remodelados ou edificados de raiz, transformaram as velhas fortalezas em residências palacianas⁵², dotadas de todos os confortos disponíveis à época. Proliferaram entãolareiras de aquecimento e respetivas chaminés, escadas de pedra para comunicação interna entre pisos, janelas para arejamento e iluminação mais abundantes, ou ainda *loggias* e varandas para a contemplação da paisagem.

Destes elementos arquitetónicos, de que subsistem largos vestígios nos Paços Novos leirienses, dão precisamente conta as múltiplas representações de Duarte de Armas,

⁴⁹ *Idem, ibidem*: 21.

⁵⁰ SILVA, 1993: 171, *idem*, 2002: 122.

⁵¹ MONTEIRO, 1999: 45.

⁵² João Gouveia Monteiro, entre os vários autores que se debruçaram sobre esta temática, aponta o enfraquecimento da ameaça islâmica e a crescente sedentarização das cortes nos finais da Idade Média como principais fatores impulsionadores da residencialização dos castelos medievais portugueses (MONTEIRO, 1999: 45 a 49). Para o processo terá significativamente concorrido também o enriquecimento da nobreza, destacado, por exemplo, por José Custódio da Silva (SILVA, 1997: 24).

ainda que o Castelo de Leiria não se encontre entre as várias fortalezas retratadas pelo emissário de D. Manuel I⁵³. Fixadas sensivelmente no final da primeira década de 1500, as perspetivas de Armas são um testemunho inestimável da arquitetura militar e residencial das fortalezas portuguesas de finais da Época Medieval a inícios da Época Moderna.

Entre as fortalezas registadas, merece destaque o caso de Castelo Branco, não tanto pela abundância de chaminés e de janelas, que não deixa todavia de exibir, mas sobretudo pela posição e orientação do alçado principal do seu paço. Sendo certo que os retratos de Sintra, para citar o caso mais evidente, não deixam margem para dúvidas quanto à imensidão de janelas e de chaminés de que um paço real podia à época conter, é Castelo Branco⁵⁴ o que melhor testemunha a opção, também verificada em Leiria, de posicionar o paço sobre a muralha da fortificação, sobranceiramente orientado para a povoação.

Voltada a sul, posição que lhe permitia confrontar com a urbe 'gótica' já plenamente instalada na área ribeirinha, a fachada principal dos Paços Novos assenta diretamente sobre a muralha meridional do Núcleo A, onde se encontra reforçada por três maciços contrafortes. O peso exercido pela fachada de quatro pisos sobre a muralha que lhe serve de base justifica por si só o esforço construtivo inerente aos contrafortes. Não obstante, constata-se a presença destes pontos de apoio ao longo de apenas dois terços da largura da fachada, estando o restante terço isento de qualquer apoio⁵⁵. Assente sobre uma muralha preexistente, cujo adarve cobriu, a fachada do paço terá encerrado as primitivas abertas, transformando-as nos vãos ogivais que atualmente se alinham no seu nível inferior⁵⁶.

⁵³ Visando dar conta das condições em que se encontravam as fortalezas portuguesas raianas, o projeto de Duarte de Armas, encomendado por D. Manuel I, tomou forma entre 1509 e 1510, tendo sido registadas panorâmicas e plantas de 56 fortalezas, entre Castro Marim e Caminha. Da obra resultariam dois volumes, o códice A existente na Torre do Tombo e o códice B, ligeiramente distinto, atualmente da Biblioteca Nacional de Madrid (CASTELO BRANCO, *in* DUARTE, 2006, p. 1 a 21).

⁵⁴ ARMAS, 2006: fl. 53.

⁵⁵ Saul António Gomes justifica a edificação dos três contrafortes com a necessidade de prevenção de "possíveis desmoronamentos" (GOMES, 2004: 125), ainda que não explique a sua distribuição espacial não abrangente.

⁵⁶ Segundo Ernesto Korrodi, "a fachada principal (...) assenta *sobre* o velho reduto, cujo caminho de ronda foi conservado (...) tendo-se fechado algumas seteiras e transformado as restantes em portais mediante arcos de *tejolo* ogivais" (KORRODI, 1944: 15). Também José Saraiva descreve "ao *nível* do caminho de ronda, e no seguimento *d'elle* (...) uma série de dez largas frestas arqueadas de tijolo" (SARAIVA, 1929: 49). Saul António Gomes afirma, por sua vez, que os "dez vãos góticos [tenham sido] (restaurados)", corroborando contudo o aproveitamento do "pano amuralhado voltado a sul" que serve de base à fachada (GOMES, 2004: 125).

Paços Novos do Castelo de Leiria, desde a Praça Rodrigues Lobo, antigo adro da desaparecida igreja medieval de São Martinho.



Atualmente, a fachada, de um pano só, caracteriza-se por uma abundância de vãos e de aberturas, com natural destaque para a *loggia* central, restaurada entre 1927 e 1946⁵⁷, e para as duas varandas dos torreões laterais, entre outros vãos ogivais, simples ou mainelados. A abundância de vãos reflete naturalmente preocupações funcionais, como sejam a iluminação e o arejamento dos compartimentos internos, mas a volumetria reservada na fachada às varandas e à *loggia* denuncia também propósitos lúdicos, já que resultam em áreas cujo único propósito parece ser o da contemplação paisagística.

A *loggia* e as varandas dos Paços Novos, modelos seguidos de muito perto por outros paços, nomeadamente no Castelo de Porto de Mós⁵⁸, emergem de um “sentido do viver tardo-medieval”⁵⁹, de matriz erudita e humanista. Estas soluções arquitetónicas proliferariam, de resto, na arquitetura palaciana dos séculos XVI, atingindo o seu expoente português no Paço da Ribeira, logo replicado em vários outros paços, como sucederia, por exemplo, com a Galeria das Damas do Paço de Évora⁶⁰.

⁵⁷ GOMES, 2004: 127.

⁵⁸ Entre outros autores possíveis, leia-se por exemplo, para um maior entendimento do Castelo de Porto de Mós e da proximidade cronológica e geográfica do seu paço ao paço leiriense, Alexandra Alves BARRADAS: *Ouré e Porto de Mós: a obra mecénática de D. Afonso*, 4.º Conde de Ourém, Edições Colibri, Lisboa, 2006.

⁵⁹ SILVA, 2002: 122.

⁶⁰ Sobre o desaparecido Paço da Ribeira, e respetiva ascendência sobre a arquitetura palaciana portuguesa, leia-se, entre outros autores possíveis, Nuno SENOS: *O Paço da Ribeira*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002. Para maior

Os Paços Novos do Castelo de Leiria, e com eles a maioria das rendas e dos direitos da coroa em Leiria, seriam doados por D. Afonso V, em 1475, aos condes de Vila Real, que ali residiriam até finais do século XVI⁶¹. A partir deste período escasseiam as referências documentais ao paço, tornando-se o seu trajeto historiográfico difícil de discernir.

A norte do paço erguem-se as ruínas da real capela palatina, a Igreja de Santa Maria da Pena, ou Penha, reformada a partir de uma igreja anterior, de fundação situada entre 1144 e 1147⁶². O edifício atual partilha semelhanças arquitetónicas com os Paços Novos, pelo que, à semelhança do que se verifica para aquele edifício, os distintos autores têm vindo também a debater-se quanto ao seu período construtivo, alternando igualmente entre as teses dionisina e joanina⁶³.

Excluída do enquadramento eminentemente militar do presente estudo, a filiação arquitetónica de Santa Maria da Pena não será alvo de análise, ainda que, na possibilidade de concorrer para o entendimento de questões associadas às estruturas investigadas, logre algumas considerações. A sua análise formal, por exemplo, tem permitido compará-la a esquemas praticados na primeira empreitada do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, remetendo-a a período compreendido entre os finais do século XIV e o início do século XV⁶⁴.

entendimento sobre a Galeria das Damas do Paço de Évora, leia-se, por exemplo, José Custódio da SILVA: *Paços Medievais Portugueses*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2002.

⁶¹ GOMES, 2004: 108 e 134; MELO, 1995: 92.

⁶² Referida em o *Couseiro* como “a primeira que houve” em Leiria (*Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, in ed. AZEVEDO, 2011: 26), a primitiva Igreja de Santa Maria da Pena, fundada por D. João Anaia, clérigo da Sé de Coimbra, foi posteriormente integrada no priorado de Santa Cruz de Coimbra, antes ainda de 1154, altura em que assume funções matriciais (GOMES, 2004: 151). Escavações arqueológicas, abertas na área compreendida entre os Paços Novos e Santa Maria da Pena, revelariam algumas sepulturas, vestígios compatíveis com a utilização do adro deste templo como necrópole. Desta realidade, de resto, havia já notícia desde que nas obras de restauro conduzidas nas décadas de 1940 e 1950 se detetaram ossadas humanas e sepulturas (GOMES, 2004: 152). Duas das sepulturas descobertas recentemente, de tipo antropomórfico (CARVALHO *et al*, 2011: 58 a 69, 72 a 77 – Sondagens 6, 8), revelam a antiguidade desta tradição no local, recuando provavelmente ao período do primitivo templo afonsino.

⁶³ Sobretudo sustentada em paralelismos estilísticos com o Mosteiro de Santa Maria da Vitória e na repetição da sigla Y entre os elementos decorativos, a atribuição de Santa Maria da Pena a D. João I tem merecido o consenso da maioria dos autores (KORRODI, 1898: XX; *Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, in ed. AZEVEDO, 2011: 26; GOMES, 2004: 125, 154; COSTA, 1997: 191). Outros, porém, servem-se de distintos argumentos, incluindo a ausência da sigla Y no cenóbio batalhense, para atribuir Santa Maria da Pena a D. Dinis; (SARAIVA, 1929: 63 a 77; ZUQUETE, 1943: 74, 75; *Idem*, 2003: 100; CABRAL, 1975: 22).

⁶⁴ Santa Maria da Pena encontra-se hoje consensualmente filiada no designado ‘gótico’ batalhino, estando mesmo atribuída a Afonso Domingos, mestre diretor do estaleiro batalhense entre 1388 e 1402, ou, eventualmente, a um dos seus oficiais (PEREIRA, 2007: 72 a 79). Também a análise do siglário permite deduzir “uma inegável participação de obreiros batalhinos nas obras de Santa Maria da Pena” (GOMES, 2004: 155 e 160). Sobre a arquitetura do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha, e sua influência no ‘gótico’ português, leia-se, entre outros possíveis, Paulo PEREIRA: ‘A arquitetura (1250-1450)’, *O «Modo» Gótico*, História da Arte Portuguesa, Vol. 8, Dir. Paulo Pereira, Círculo de Leitores, Lisboa, 2007, e *A Arquitectura Gótica*, Arte Portuguesa da Pré-História ao Século XX, Vol. 3, Coord. Dalila Rodrigues, Fubu Editores, Porto, 2009.



Igreja de Santa Maria da Pena. Cabeceira.

Costume recuado, eventualmente remontando à monarquia sueva, as capelas privadas constituíram privilégio régio até ao fim do século XV⁶⁵, antes de serem passíveis de adotar pela nobreza, confrarias, irmandades e população em geral. Locais de culto simultaneamente divino e régio, as capelas reais constituíam, muito para além do mero espaço de celebração de ritos religiosos, instituições de aparato, palcos privilegiados para o cerimonial e para a organização hierárquica da corte régia⁶⁶.

De nave única, Santa Maria da Pena orienta-se canonicamente, com uma única cabeceira poliédrica, rasgada por altos vãos ogivais e coberta por abóbada nervurada. O corpo, sóbrio e retilíneo, interrompe-se a sul por um portal lateral de arquivoltas ogivais múltiplas, outrora precedido por galilé⁶⁷. A norte da cabeceira encontra-se adossada a sacristia, atribuída a D. Manuel I⁶⁸. O coro alto, demarcado do restante

⁶⁵ SILVA, 2002: 30 a 33.

⁶⁶ CURTO, 1993: 143 a 154.

⁶⁷ GOMES, 2004: 155.

⁶⁸ A sacristia de Santa Maria da Pena remontará a 1510, ano em que se empreenderam diversas obras de restauro no castelo (MELO, 1995: 92). Também o autor desconhecido de o *Couseiro* atribui a D. Manuel I a construção da sacristia, “no tecto da qual está a sua divisa” (*Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, in ed. AZEVEDO, 2011: 26). Para informações adicionais sobre a realidade arqueológica desta área do Núcleo A, leia-se Vânia CARVALHO e Isabel INÁCIO: *Projecto de Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria*, PNTA, Sondagens Arqueológicas de Avaliação, Relatório Final, Leiria, 2011, no concernente à Sondagem 5 (pp. 47 a 58).

espaço por um arco polilobado⁶⁹, comunica presentemente com o paço, através de passagem assente sobre arco ogival.

Privada do seu estatuto matricial em 1548, na sequência da criação do bispado de Leiria, isolada e de difícil acesso, Santa Maria da Pena foi paulatinamente abandonada. Aberta ao culto pelo menos até 1773, não obstante o mau estado em que se encontrava, seria definitivamente abandonada, cerca de 1800⁷⁰.

Entre Santa Maria da Pena e a muralha norte do Núcleo A, encontra-se atualmente um conjunto de estruturas arruinadas, cujo estudo aprofundado excede também o âmbito do presente estudo. Interpretadas nos estudos concernentes como vestígios da antiga colegiada crúzia, terão acolhido a residência do vigário de Santa Cruz de Coimbra em Leiria, assim como dos respetivos cónegos e pessoal auxiliar. Apesar da degradação, das ruínas percebe-se alguma compartimentação, distinguindo-se ainda vestígios de muros e de vãos, assim como a cobertura de uma cisterna⁷¹.

Como consequência da criação do bispado de Leiria, ocorrida, de forma não totalmente consensual⁷² em 1545, a mando de D. João III, os bens crúzios na vila foram apropriados pela nova diocese e os edifícios da colegiada demolidos, por ordem do primeiro bispo leiriense, D. Brás de Barros⁷³.

A poente da colegiada, ocupando a área mais elevada do Núcleo A, e consequentemente de toda a fortificação leiriense, erguem-se a Torre de Menagem e um recinto muralhado com ela articulado. O conjunto constitui por si mesmo um bastião

⁶⁹ Transferido para Santa Maria da Pena na década de 1930, o arco polilobulado tem a sua origem na desaparecida capela de Santo António do Carrascal, nas imediações de Leiria, onde constituía o arco triunfal (GOMES, 2004: 165).

⁷⁰ Sobre a história de Santa Maria da Pena leia-se, por exemplo, Saul António GOMES: *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 2004; *Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, Ed. Ricardo Charters d’Azevedo, Textiverso, Leiria, 2011. Relativamente à criação do bispado de Leiria, leia-se, entre outros, Afonso ZÚQUETE: *Leiria: Subsídios para a História da sua Diocese*, Gráfica Leiria, Leiria, 1943; ou Maria Luísa de Albuquerque MELO: ‘A criação da Diocese de Leiria e o contexto europeu da época. As transformações sociais e religiosas da idade moderna’, *Leiria-Fátima Órgão Oficial da Diocese*, Ano III, N. 8, Leiria, 1995.

⁷¹ Embora em documento de 1330 se refiram já umas “Casas de *Sancta Maria hu fazem audiência*”, este conjunto edificado, onde, segundo Saul António Gomes, se realizavam múltiplos “actos administrativos” (GOMES, 2004: 152), surge melhor descrito em documento de 1458, integrando então “*dormitorio rrefectorio* e cozinha e outras *pertemças*” (*Idem*, 2004: 338, doc. 230). Estes “vestígios de construções”, como designados por José Saraiva (SARAIVA, 1929: 40), incluíam ainda claustro, logradouros e cisterna, a julgar pela descrição patente em o *Couseiro (Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, in ed. AZEVEDO, 2011: 39). Para mais informações relativas à realidade estratigráfica deste conjunto edificado, leia-se Vânia CARVALHO e Isabel INÁCIO: *Projecto de Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria*, PNTA, Sondagens Arqueológicas de Avaliação, Relatório Final, Leiria, 2011, no respeitante às Sondagens 18 e 24 (pp. 126 a 130; 149 a 153).

⁷² A criação da Diocese de Leiria foi contestada pelo bispado de Coimbra e por Santa Cruz de Coimbra, que viam ameaçadas as suas possessões no território leiriense. De facto, quando o Papa Paulo III assinou a bula *Pro excellenti*, a Diocese de Leiria passou a ser constituída por dez paróquias anteriormente sob alçada crúzia, e outras cinco que, dependendo da jurisdição do bispado de Coimbra, eram pastoralmente assistidas por Santa Cruz (CRISTINO, 2005: 37).

⁷³ *Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, in ed. AZEVEDO, 2011: 40; GOMES, 2004: 163.

fortificado, “uma segunda fortaleza encaixada na primeira”⁷⁴, assumindo por esse motivo na historiografia convencional as designações de Último Reduto ou de Castelejo.

Introduzidas nos reinos peninsulares durante a segunda metade do século XII, por intermédio dos cavaleiros da Ordem do Templo, a partir de modelos orientais conhecidos durante as *Cruzadas*, as torres de menagem caracterizam-se pela sua construção robusta e sobrelevada acima de todas as edificações da fortaleza, constituindo simultaneamente um elemento defensivo e um símbolo da autoridade régia⁷⁵.

Considerando uma inscrição aplicada junto do vão de acesso à Torre de Menagem do Castelo de Leiria, datada de 1324, os vários autores que se debruçaram sobre a cronologia da sua edificação não hesitam em atribuí-la a D. Dinis⁷⁶. Esta circunstância não excluiu porém a possibilidade de uma ocupação humana anterior nesta área do Núcleo A, como comprovam de resto os vestígios, significativamente mais antigos, detetados em escavações arqueológicas no interior da torre e do último reduto⁷⁷.

Uma segunda inscrição pode ainda observar-se no alçado poente da Torre de Menagem, à esquerda do vão de porta de acesso ao recinto do Último Reduto. Gravada sobre o reboco, recua também ao século XIV⁷⁸.

⁷⁴ SARAIVA, 1929: 40.

⁷⁵ Sobre torres de menagem, consultar, entre os autores possíveis, Mário Jorge BARROCA: ‘Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)’, *Portugalia*, Nova Série, Vol. XI-XII, FLUP, Porto, 1990/91 e ‘Arquitectura Militar’, *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 1, Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severino Teixeira, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003; ou ainda João Gouveia MONTEIRO: *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Edições Colibri, Lisboa, 1999.

⁷⁶ Na inscrição pode ler-se, para além da data apontada, que a Torre de Menagem do Castelo de Leiria “MANDOU A:FAZER:O:MUY:NOBRE:D:DINIS”. Tendo maioritariamente por base este elemento epigráfico, vários autores atribuem a sua autoria a D. Dinis (CORDEIRO, 1873: 37; SEQUEIRA, 1955: 57; CABRAL, 1975: 18; CRISTINO, 1983: 177; ZÚQUETE, 2003: 76 a 89; GOMES, 2004: 104). De entre os vários autores que estudaram esta inscrição, consulte-se, para informações adicionais, Jorge LARCHER: *Castelos de Portugal: Distrito de Leiria*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1933; Saul António GOMES: *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 2004; e Mário Jorge BARROCA: *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Vol. II, Tomo 2, Corpus Epigráfico Medieval Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000.

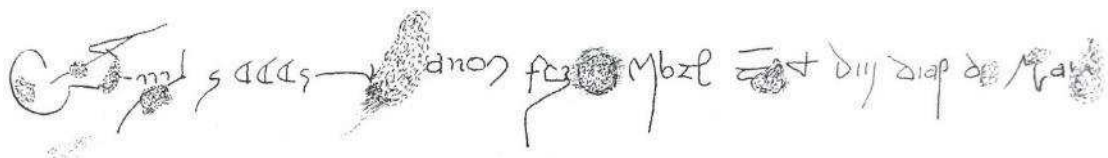
⁷⁷ Para além dos materiais culturais enquadráveis nos períodos medieval e moderno, maioritariamente concentrados entre o início do século XIII e o início do século XVI, as escavações conduzidas no interior do Último Reduto e da Torre de Menagem, revelaram espólio atribuível ao Calcolítico e à Idade do Bronze (LOPES, 2001: 31 a 37; CARVALHO, *et al*, 2011: 154 a 159 – Sondagem 25). Alguns fragmentos sugerem também ocupação islâmica em período califal, eventualmente emiral (LOPES, 2001: 31 a 37).

⁷⁸ Afonso Zúquete leu neste registo: “Era de mil e trezentos ... anos. fez ... oito dias de Maio”. A inscrição serviu de argumento ao autor para reforço da autoria dionisina que atribuiu à Torre de Menagem (ZÚQUETE, 2003: 89).



Inscrição epigráfica a poente do vão de porta da Torre de Menagem.

Fotografia do autor, à esquerda, desenho publicado *in* Arte Portuguesa (fonte: SARAIVA, 1929: 40), à direita.



Inscrição epigráfica à esquerda do vão de porta de acesso ao recinto do Último Reduto.

Fotografia do autor, em cima (esgrafitos destacados), desenho de Afonso Zúquete (ZUQUETE, 2003: 89), em baixo.

Erguendo-se sob planta retangular até uma altura de cerca de dezassete metros, a Torre de Menagem compõe-se de alçados simples, isentos de ornamentação, rasgados apenas por estreitas frestas e, a sul, por um vão de porta ogival, posicionado sensivelmente a um terço da sua altura⁷⁹. Ainda que deslocada para noroeste do centro do Núcleo A, mais próxima das muralhas norte e oeste, a torre ocupa uma posição

⁷⁹ Para informações adicionais sobre a Torre de Menagem do Castelo de Leiria leia-se, entre outras obras disponíveis, Saul António GOMES: 'Torre e Prisão: para um entendimento da Torre de Menagem do Castelo de Leiria', *Torre de Menagem do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 2001. Em *Introdução à História do Castelo de Leiria*, o historiador debruça-se igualmente sobre as obras dionisinas da torre, que remete para período posterior ao da vitória de D. Dinis sobre o seu filho, D. Afonso. Segundo o autor, as obras terão anulado a Torre de Menagem afonsina, sobre cujas fundações se ergue a atual (GOMES, 2004: 103, 104).

relativamente central, erguendo-se sobre o local mais elevado deste núcleo. Não deixa por isso de constituir um modelo arcaizante de torre de menagem, num período “de pleno triunfo dos modelos turriformes góticos”, como refere Saul António Gomes⁸⁰.

Desprovida de aparato habitacional, como o que se constata nas congéneres dionisinas de Bragança ou de Beja⁸¹, a Torre de Menagem do Castelo de Leiria parece ter sido projetada para cumprimento de funções estritamente militares, não obstante a argumentação conduzida por Saul António Gomes no sentido de lhe atribuir também a função de espaço prisional⁸². De resto, da compartimentação interna original da torre nada subsiste, sendo presentemente ocupada por pisos, escadas e cobertura, resultantes de restauro. À data de início do restauro do Castelo de Leiria, todavia, registava-se ainda a existência de uma cobertura de eirado em tijolo assente sobre vigamento de madeira, alombado para escoamento das águas⁸³.



Torre de Menagem e Último Reduto.

A sul da Torre de Menagem desenvolve-se o recinto do Último Reduto, delimitado por muralha alta, munida de adarve e ameias, a que se acede por porta aberta a oeste, “de

⁸⁰ GOMES, 2001: 13.

⁸¹ Saul António Gomes sustenta que, caso a edificação tenha excedido, por morte, o reinado de D. Dinis, a conclusão da Torre de Menagem do Castelo de Leiria possa atribuir-se ao monarca herdeiro, D. Afonso IV, justificando-se por esta via a diferença de aparato verificada entre este edifício e outros análogos estritamente dionisinos, como o de Bragança ou o de Beja (GOMES, 2001: 16).

⁸² Baseando-se numa passagem do foral de D. Afonso IV, de 1348, da qual se depreende a existência de uma prisão no interior do Castelo de Leiria, Saul António Gomes defende a possibilidade de o cárcere ter sido desde cedo instalado no piso inferior da Torre de Menagem (GOMES, 2001: 16 a 19), ali permanecendo até pelo menos ao século XV (GOMES, 2004: 108). O historiador refere também que o Último Reduto se encontraria reservado ainda à guarnição militar régia ou do alcaide da vila (GOMES, 2004: 103).

⁸³ SARAIVA, 1929: 41.

arco apontado, encastado em vão românico”⁸⁴. No extremo oposto ao da torre, o recinto, atribuído por alguns autores a D. Dinis⁸⁵, encontra-se delimitado por um torreão maciço, de menores dimensões. Frequentemente designado nos estudos concernentes por Torreão Sul, acede-se ao seu topo por um conjunto de degraus, aparentemente integrados na estruturação original⁸⁶.

No interior do recinto encontra-se uma cisterna, denunciada por tampa exposta acima do solo, para além de alguns muros arruinados, sugerindo compartimentação do espaço. A norte ergue-se ainda um corpo de escadas, adjacente ao alçado meridional da Torre de Menagem, servindo tanto a porta que lhe dá acesso como o adarve que circunda todo o recinto.

Todo o conjunto se encontra circunscrito por uma segunda muralha, mais baixa e reforçada, no exterior, por maciço oblíquo, estabelecendo com o recinto propriamente dito um estreito corredor. Nesta muralha abrem-se duas portas, uma a norte, ogival, a outra a sudoeste, de moldura retangular. A primeira, atribuída por Saul António Gomes a reforma dionisina deste conjunto edificado, encontra-se servida por um conjunto de degraus que não deverá recuar a período anterior aos séculos XVI/XVII. Com o segundo, por sua vez, estabeleceu o historiador paralelismo com outros vãos undecentistas do Castelo de Leiria⁸⁷.

Para a atribuição cronológica de edificação das distintas estruturas que compõem o Último Reduto, concorrem escassos elementos, senão mesmo nenhum, se excetuarmos a inscrição presente na Torre de Menagem, datada de 1324.

⁸⁴ GOMES, 2004: 103.

⁸⁵ José Saraiva atribui todo o complexo a D. Dinis, por considerar que Torre de Menagem e recinto “tudo (...) foi construído no mesmo balanço” (SARAIVA, 1929: 44). Também Ernesto Korrodi atribui o complexo ao reinado dionisino, embora não tenha para tal avançado com quaisquer argumentos (KORRODI, 1944: 14). Saul António Gomes, por sua vez, remete o Último Reduto ao “gótico mais antigo da fortaleza”, comparando os seus vãos ogivais aos do Paço de Monte Real, comprovadamente atribuído a D. Dinis e a Isabel de Aragão (GOMES, 2004: 154).

⁸⁶ José Saraiva descreve o conjunto como “escadas de pedra”, sem referência a eventual restauro, como habitualmente fez, sempre que aplicável, na sua obra *Leiria: Breve estudo crítico das suas origens...* (SARAIVA, 1929: 40).

⁸⁷ Se para o conjunto de degraus que serve o vão ogival, por sua vez “datado da reforma dionisina”, Saul António Gomes justifica a atribuição cronológica com a presença de lápides funerárias datáveis dos séculos XVI/XVII, de que não encontrámos vestígios, já para a datação avançada para a sua reforma não são referidos argumentos. Para o vão de moldura retangular, “bastante mais tosco e estreito”, o historiador afirma lembrar os vãos existentes nas Portas de Pêro Alvito, de “cronologia undecentista” (GOMES, 2004: 103 e 104).



Torre de Menagem e vão de porta que, a norte, lhe dá acesso.

Não obstante, escavações arqueológicas revelaram evidências que permitem adivinhar preexistências edificadas, que efetivamente precedem a Torre de Menagem, para além de vestígios que sugerem distintos períodos cronológicos de edificação para as componentes estruturais que integram o Último Reduto. De facto, sob os alicerces da Torre de Menagem foi identificado um nível estratigráfico composto por pedras com vestígios de argamassa, apontando para a presença de um edifício em alvenaria de pedra, accidental ou intencionalmente derrubado para dar lugar à torre. Sob os alicerces do Torreão Sul, por seu turno, expôs-se o remanescente de um muro em alvenaria de pedra, que, contando com 2,10 metros de espessura, sugere a preexistência de um edifício de consideráveis dimensões. Se para o nível de derrube observado sob a Torre de Menagem se pode apontar uma datação posicionada não antes da Época Medieval, considerando os materiais medievais recolhidos sob o mesmo, já sobre a datação da estrutura identificada sob o Torreão Sul subsistem, face à ausência de materiais datáveis, algumas reservas. No interior do recinto foi por sua vez identificado, entre outros vestígios, um nível de circulação medieval encostado ao muro poente, comprovando que este existia já em período medieval. Por outro lado, foi também detetado um nível estratigráfico com materiais de Época Contemporânea sob o setor central do muro nascente, atestando a sua recente edificação⁸⁸.

⁸⁸ Para informações adicionais sobre os vestígios arqueológicos detectados no Último Reduto, leia-se Vânia CARVALHO e Isabel INÁCIO: *Projecto de Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria*, PNTA, Sondagens Arqueológicas de



Torreão Sul e recinto do Último Reduto.

Já durante o século XX, à semelhança do que sucederia na restante fortaleza, o Último Reduto seria sujeito a intervenções de restauro, algumas das quais posteriormente revertidas. São os casos de um alpendre e de um guarda-corpos de escada, acrescentados ao alçado meridional da Torre de Menagem, assim como de um torreão erguido no seu topo, sobre o seu canto Sudoeste, estruturas entretanto desmontadas⁸⁹.

A oeste do Último Reduto encontra-se por fim um conjunto edificado bastante arruinado, que arranca junto da Porta Nova e se desenvolve de forma sensivelmente paralela à muralha exterior poente do Núcleo A. Compõem-no um muro pouco espesso, na extremidade norte do qual se abre uma porta ogival, assim como o remanescente de um torreão, maciço, ladeando a porta a sudeste. Sendo a porta, a oeste, sobrelevada acima do nível de circulação, aí se ergueu uma escadaria em pedra, que a serve. Escasseiam as referências bibliográficas a este conjunto, sendo vagos, ou mesmo inexistentes, os argumentos que o associam a cavaliariças e o atribuem ao reinado de D. Dinis⁹⁰.

Avaliação, Relatório Final, Leiria, 2011, no respeitante às Sondagens 15, 16, 22 e 25 (pp. 104 a 117; 141 a 146; 154 a 159).

⁸⁹ José Saraiva descreve as estruturas acrescentadas pelo restauro, referindo igualmente como o alpendre, erguido sobre o vão de porta da torre, se apoiava em “dois estribos *mettidos* no muro” (SARAIVA, 1929: 42). *Vide* Vol. 2, Estampas LVI e LVII. Também no âmbito do Seminário de Arquitetura Civil e Militar, frequentado no 1º semestre do 2º Ciclo em História da Arte, Património e Turismo Cultural, tivemos oportunidade de executar um levantamento das intervenções de restauro levadas a cabo no Último Reduto, que apresentámos para fins de avaliação, em trabalho precisamente intitulado *O Restauro no Último Reduto do Castelo de Leiria*.

⁹⁰ Identificadas por Ernesto Korrodi, sem contudo argumentação que o sustente, como “habitações e *cavalleriças*” (KORRODI, 1898: V), as ruínas deste conjunto mereceriam também a atenção de José Saraiva, que nelas identificou três siglas de canteiro, das quais apenas uma é atualmente perceptível. O autor associou as siglas, todas identificadas na porta ogival que integra o conjunto, a siglas idênticas presentes nos Paços Novos (SARAIVA; 1929: 44 e 70).

Conjunto edificado, a oeste do Último Reduto.



CAPÍTULO 2

EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

“O *Principe* Dom *Affonso Henriquez* (...) ano de *Christo* de 1135, teve principio a fundação de Leiria, (...) por ser mui defensável, e forte pelo *sítio*, (...) mandou *alli* fundar *hum* grande, e forte *Castello*”

Frei D. Nicolau de Santa Maria: *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*⁹¹

Quando em 1894 o arquiteto Ernesto Korrodi se mudou para Leiria, seis meses bastaram para que, através da interpretação arqueológica dos vestígios existentes, reconstituisse aquela fortaleza medieval⁹². Volvidos cem anos de sucessivas intervenções de restauro, que promoveram tanto adições como subtrações estruturais, a mesma tarefa adivinha-se hoje bastante mais árdua.

A interpretação estratigráfica do edificado revela-se assim particularmente vantajosa, senão mesmo indispensável, para a reconstituição do processo construtivo do Castelo de Leiria. Como elucida Caballero Zoreda, a formação de estratos, ou *unidades estratigráficas*, num edifício histórico faz-se acompanhar de alterações nas suas características construtivas⁹³. A identificação de alterações estruturais de um edificado permite, como tal, sequenciar a sua construção, mediante o reconhecimento da adição ou da subtração de estratos.

Esta premissa deverá contudo salvaguardar pelo menos uma exceção, já que de uma mesma campanha construtiva poderão resultar aparelhos construtivos distintos, tal como aparelhos tipologicamente semelhantes poderão resultar de campanhas construtivas distintas.

⁹¹ Segundo transcrição de Joaquim RUIVO: *O Castelo de Leiria, sua acção no período da Reconquista Cristã: 1135-1147*, Dissertação para a Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [texto policopiado].

⁹² Apesar de publicados apenas em 1898, os *Estudos de Reconstrução sobre o Castelo de Leiria*, pioneira proposta de intervenção de salvaguarda para as ruínas desta fortaleza, seriam concluídos ainda durante o primeiro ano de Ernesto Korrodi em Leiria, que ao “fim de seis meses tinha reconstruído, não artisticamente (...) mas tecnicamente (...) todo o majestoso edificio” (*in* *Correio da Manhã*, 31-8-1895, cit. COSTA, 1997: 113).

⁹³ CABALLERO ZOREDA, 2009: 12.

À distinção tipológica dos estratos devemos portanto associar um criterioso reconhecimento dos testemunhos de contacto entre os mesmos, ou *interfaces*⁹⁴. Da identificação de um interface dependerá o apuramento da passagem entre um determinado momento construtivo e o momento construtivo que se lhe sucede, ou seja, a definição de relações de anterioridade ou de posterioridade entre os distintos estratos identificados, enfim, da sequência construtiva em análise.

A extensão de tempo decorrido entre os dois momentos em análise, porém, não é diretamente calculável pela determinação da sequência construtiva que os originou, mas antes deverá apoiar-se no contributo de outras perspetivas, como sejam as que decorrem de investigações históricas, arquitetónicas ou artísticas.

De forma análoga, no Núcleo A do Castelo de Leiria o processo de leitura estratigráfica, incluindo a definição de unidades estratigráficas e dos interfaces que definem em conjunto com as unidades estratigráficas que lhe estão adjacentes, constituiu o primeiro passo para o entendimento do seu processo construtivo. No presente capítulo serão expostas as relações estratigráficas identificadas neste setor da fortaleza leiriense, assim como os argumentos que as sustentam, numa linguagem apropriada a um estudo científico de índole arqueológica. Para o Capítulo 3, remetemos a relação entre as evidências agora apresentadas e as respetivas interpretações cronológicas, tipológicas e funcionais.

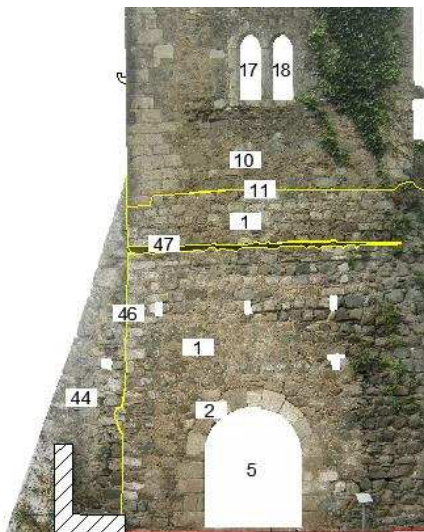
À semelhança do processo que serviu de base à atribuição numérica dos conjuntos edificados e das respetivas unidades estratigráficas, também a presente análise se organiza no sentido dos ponteiros de um relógio, tomando início na principal porta de acesso ao Núcleo A, a designada Torre Buçaqueira.

A identificação de um interface horizontal na Torre Buçaqueira [CJED I: UE 11] testemunha um processo construtivo composto por duas campanhas distintas, em que a estrutura que envolve os vãos sineiros [CJED I: UE 10] sucede à estrutura na qual se rasga a porta propriamente dita [CJED I: UE 1], cobrindo-a.

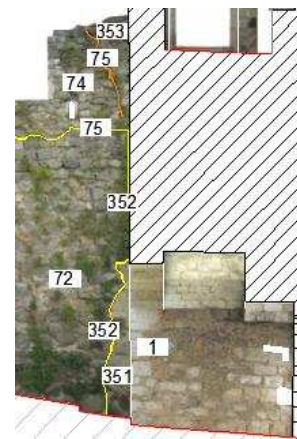
O interface, identificável sensivelmente a meio da altura da torre, denuncia uma iniciativa construtiva sobreposta à que esteve na origem da porta. Apesar de ambas as estruturas

⁹⁴ Divididos entre superfícies de contacto e superfícies resultantes de subtração, os interfaces compõem frequentemente mais de metade do registo arqueológico dos sítios analisados, não devendo, como tal, ser subestimado o seu papel na interpretação de sequências estratigráficas. Por entre a extensa bibliografia dedicada a este tema, consulte-se, por exemplo, Marley BROWN III e Edward HARRIS: 'Interfaces in archaeological stratigraphy', *Practices of Archaeological Stratigraphy*, Ed. Edward C. Harris, Marley R. Brown III e Gregory J. Brown, Colonial Williamsburg Foundation, Virginia, 1993.

se encontrarem erguidas em aparelhos tipologicamente similares [Tipo 1.1.1], apenas a estrutura superior conta com arestas rematadas por cunhais em silharia pseudo-isodoma⁹⁵. A distinta forma dos vãos abertos em cada estrutura, de volta completa na inferior [CJED I: UE 5] e em ogiva na superior [CJED I: UE 17, 18, 20, 24, 25, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 38, 39], aponta também, ainda que de uma forma meramente sugestiva, para dois momentos construtivos distintos.



Torre Buçaqueira, alçado nordeste
(secção inferior).
CJED I.
Excerto da Estampa III.



Torre Buçaqueira (secção longitudinal) e arranque
de muro a sudoeste.
CJED I.
Excerto da Estampa V.

Só posteriormente terá sido erguido, recorrendo a um aparelho construtivo distinto [Tipo 1.2.1], o contraforte [CJED I: UE 44] onde a torre se apoia, como, de resto, testemunha o interface vertical [CJED I: UE 46] que o separa de ambas as estruturas que a compõem.

Em ambos os alçados anterior e posterior da estrutura inferior da torre foram rasgados, acima da porta, dois roços horizontais [CJED I: UE 47, 100]. Tendo cortado o aparelho existente, os dois roços testemunham um intento construtivo claramente posterior à edificação do aparelho em que foram rasgados.

⁹⁵ Por aparelho *pseudo-isodomo*, ou *pseudo-isodumum*, entenda-se silharia aparelhada de dimensão uniforme disposta em fiadas de alturas alternadamente desiguais, em que as juntas de uma fiada coincidem com o centro dos silhares das fiadas superior e inferior (RODRIGUES, 2005: 33).

No alçado anterior da torre identificam-se igualmente duas pedras sobrepostas, lavradas em baixo-relevo com cruz pátea inscrita em círculo [CJED I: UE 97, 98], uma das quais constituindo a pedra de fecho [CJED I: UE 97] do arco que compõe a moldura [CJED I: UE 2] do vão da porta. Ainda nesta moldura, identifica-se uma marca de canteiro (∞), lavrada numa peça da sua ombreira nascente, idêntica à que se encontra lavrada na ombreira poente da moldura [CJED I: UE 1044] do vão ogival de acesso ao Último Reduto.

A sudoeste da torre desenvolve-se um compartimento relativamente estreito, composto por duas paredes articuladas em ângulo reto. Este conjunto resulta, todavia, do somatório de pelo menos nove momentos construtivos.

Antes mesmo de atingir a porta ogival [CJED I: UE 87] que se abre neste complexo, são identificáveis, quer pela diversidade de aparelhos utilizados, quer pelos interfaces decorrentes dos sucessivos encostos e sobreposições, cinco destes momentos. Os dois primeiros correspondem às estruturas que imbricavam com a própria torre [CJED I: UE 351, 353], e dos quais praticamente nada subsiste. Foram respetivamente encostadas por dois aparelhos distintos [Tipo 2.1.1; 1.2.1] e sobrepostos [CJED I: UE 72, 74], cuja justaposição acontece à cota do interface que separa as duas campanhas da torre [CJED I: UE 11]. Uma nova edificação [CJED I: UE 347] soma-se depois a este conjunto. Ainda que tipologicamente similar [Tipo 2.1.1] à estrutura que cobre [CJED I: UE 72], a nova edificação, erguida também à cota do interface [CJED I: UE 11], fez-se articulada, a sul, com uma estruturação vertical pelásgica⁹⁶ [CJED I: UE 76].

À estruturação pelásgica [CJED I: UE 76] encostaram-se então, faseadamente, as peças que compõem a porta ogival [CJED I: UE 77 (?), 349, 86]. A parede que, erguida em aparelho distinto [Tipo 2.2.2], imbrica na última e mais completa secção desta porta [CJED I: UE 85] cobre a maioria das estruturas anteriores [CJED I: UE 74, 76, 347], unindo o complexo à sua parede sul, que também cobre.

⁹⁶ Entende-se por *pelásgico* o aparelho composto por pedras *grosso modo* paralelepípedicas, que não tenham no entanto sido sujeitas a qualquer tipo de tratamento (RODRIGUES *et alii*, 2005: 33).



Porta ogival a sudoeste da Torre Buçaqueira (à direita) e muro a nascente, perpendicular à mesma (à esquerda).
CJED I.

Excerto da Estampa V, Vol. 2.

Antes da edificação deste último tramo [CJED I: UE 85], a parede sul, por seu turno resultante da sobreposição de dois aparelhos [CJED I: UE 89, 94] tipologicamente distintos [Tipo ?; 2.1.2], não teria qualquer relação com a parede adjacente oeste.

Ainda que os interfaces gerados pelos sucessivos encostos e sobreposições deste conjunto [CJED I: UE 75, 88, 96, 348, 350, 352, 354] fossem porventura menos evidentes, a divergência entre a natureza de cada aparelho utilizado corroboraria por si a sucessão de distintos momentos construtivos. A diferenciação tipológica dos aparelhos empregues no Núcleo A do Castelo de Leiria, suportada pela sistematização das suas *variações formais*, como designado por Mañana Borrazás⁹⁷, constituiu, como tal, uma importante ferramenta para a determinação da sequência construtiva desta fortaleza.

A não deteção de interfaces, por outro lado, permitiu remeter ao mesmo momento construtivo duas estruturas tipologicamente tão distintas como as que compõem a base da Torre Buçaqueira e a muralha que dela nasce, a noroeste [CJED I: UE 1, CJED VII: 801/CJED VI: 702]. Imbricadas, as duas estruturas são claramente coetâneas, não obstante as diferenças entre os aparelhos em que se erguem [Tipo 1.1.1; 2.1.3].

⁹⁷ MAÑANA BORRAZÁS *et alii*, 2002: 25.

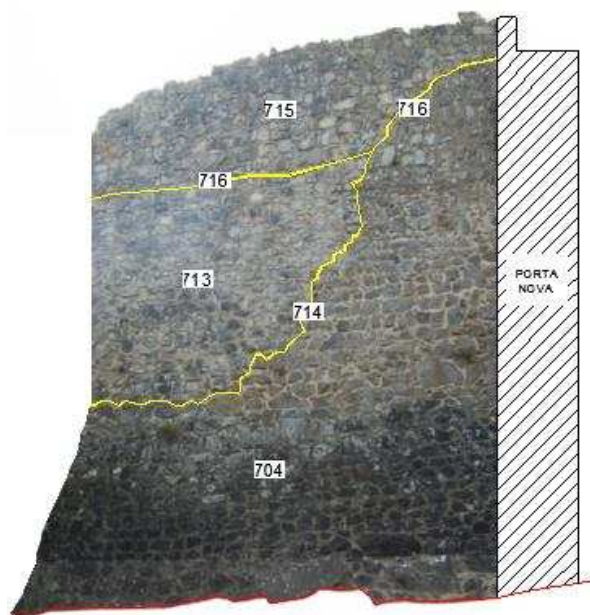


Perspetiva este e norte (à esquerda e à direita, respetivamente) do cubelo e da muralha norte do Núcleo A. CJED VI (à direita); CJED VII (à esquerda). Excertos das Estampas XXVI e XXXI, Vol. 2.

A muralha [CJED VII: 801] arranca da torre no sentido norte, alterando depois o seu percurso para oeste. No local da inflexão desenha uma estrutura semicircular [CJED VI: 702/CJED VII: 801]. A estrutura, compatível com um cubelo, reforça-se em altura por um aparelho [CJED VI: 706/CJED VII: 804] distinto [Tipo 2.2.1], logo posteriormente acrescentado, como se depreende do respetivo interface [CJED VI: 707/CJED VII: 805]. O aparelho acrescentado estabelece, de resto, a ligação entre a muralha que cobriu e outro pano de muralha [CJED VII: 704], desenvolvido até à designada Porta Nova, ao qual por sua vez encosta. Note-se que, sem este reforço, o tramo que desenha o cubelo não teria, pelo menos acima da cota do solo, qualquer relação com o tramo que se desenvolve até à Porta Nova. Os dois tramos [CJED VI: 702/CJED VII: 801; CJED VI: 704] erguem-se em aparelhos distintos [Tipo 2.1.3, 2.2.1].

Antes de alcançar a Porta Nova, o tramo de muralha [CJED VI: UE 704] altera drasticamente a sua configuração. Destaca-se para norte, assume uma planta prismática, infletindo primeiro para sudoeste, depois para sul, e reforça-se com estrutura maciça e oblíqua no alçado exterior ao Núcleo A. Como demonstra o interface [CJED VI: UE 705], este tramo veio, por seu turno, somar-se a uma estrutura preexistente [CJED VI: UE 701], tipologicamente distinta [Tipo 2.1.1], visível apenas no alçado interno.

Muralha a nordeste da Porta Nova, alçado poente.
CJED VI.
Excerto da Estampa XXVI, Vol. 2.



Junto à Porta Nova, a estrutura [CJED VI: UE 704] desenha, em alçado, uma depressão, preenchida por um aparelho [CJED VI: UE 713] tipologicamente distinto [Tipo 1.2.2], que, cobrindo-a, lhe foi posteriormente adicionado, conforme, de resto, se pode comprovar pelo interface estabelecido entre ambos [CJED VI: UE 714].

Sobre toda esta muralha levantou-se finalmente um último tramo, que lhe imprimiu o coroamento que hoje exhibe, construído em aparelho distinto [Tipo 3.2] de todas as demais estruturas que cobre. Desenvolve-se desde a muralha que alberga a Porta Nova [CJED IV: UE 514], onde define o vão [CJED IV: UE 519], prolonga-se sobre toda a muralha norte, cobrindo as estruturas [CJED VI: UE 701, 702, 704, 706]. Estende-se igualmente sobre a muralha este, onde cobre os tramos [CJED VII: UE 801, 804, 808], e termina junto do alçado poente da Torre Buçaqueira, ao qual encosta. Ao longo de todo o seu percurso define, nos distintos trajetos e a distintas cotas, um adarve com respetivo guarda-corpos.

Desde a Torre Buçaqueira até à Porta Nova, são assim vários os testemunhos da sucessão dos momentos construtivos responsáveis pela edificação da muralha Norte, que se sucedem ao compasso de novos tipos, e se materializam, de forma mais ou menos evidente, em linhas de contacto ou interfaces [CJED VI: UE 705, 707, 714, 716, 718; CJED VII: 805, 809, 813].

Noutros casos, contudo, mesmo que a sequência construtiva possa deduzir-se pela lógica, a exiguidade dos tramos em análise, ainda que tipologicamente distintos, impede

a adequada leitura estratigráfica, sobretudo pela redução ou omissão das áreas onde seria expectável a ocorrência de interfaces.



Detalhe da muralha a sudeste da Torre Buçaqueira, alçado poente.

CJED II.

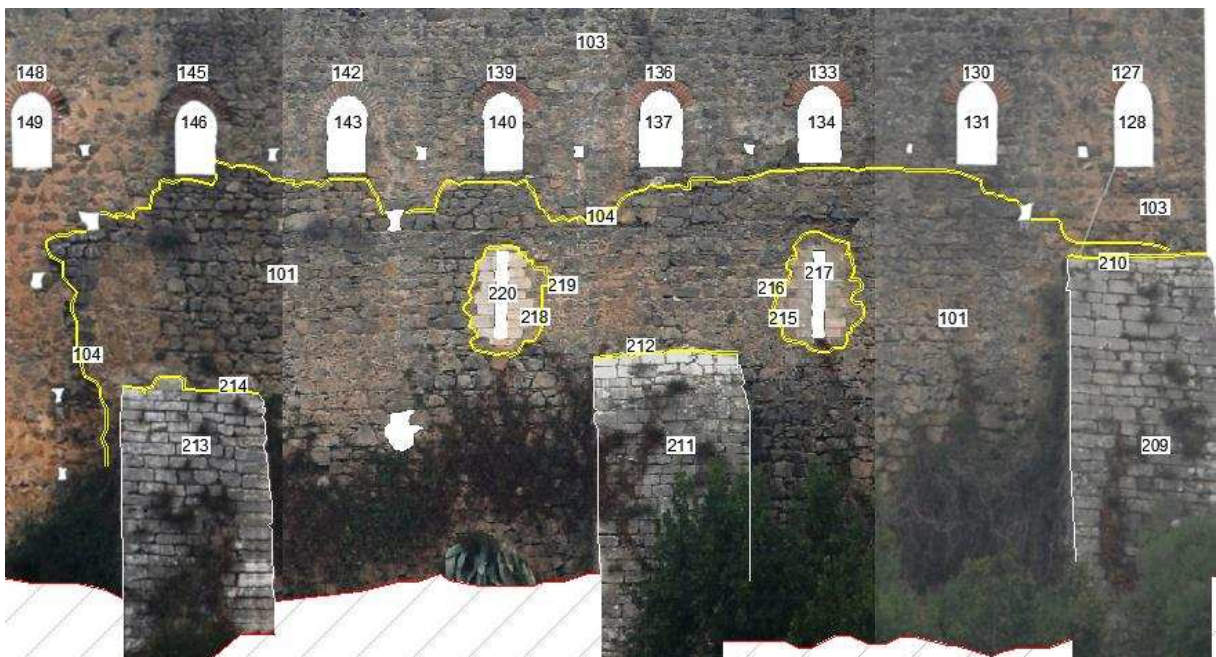
Excerto da Estampa X, Vol. 2.

A sudeste, a muralha adjacente à Torre Buçaqueira, por exemplo, configura um destes casos. Ocultada pelo encosto do contraforte em que se apoia a torre, a relação entre esta e a muralha que fecha a sul o Núcleo A, revelou-se difícil de descortinar. A muralha desenvolve-se para sul ao encontro dos designados Paços Novos, encoberta no alçado externo por denso manto vegetal. O alçado interno, pelo contrário, permitiu alguma leitura estratigráfica, através da qual se apuraram três momentos construtivos distintos, cujo somatório resultou no muro que atualmente une a torre ao paço.

A muralha inicia-se neste tramo pela edificação de uma estrutura [CJED II: UE 233] aparentemente encostada ao contraforte da torre, pelo menos tanto quanto a ausência de rebocos no seu alçado externo nos permitiu avaliar. Coberta depois por um aparelho [CJED II: UE 340] de distinto tipo [Tipo 1.2.1], foi encostada pela parede sul [CJED I: UE 89, 94] do edificado que se prolonga da Torre Buçaqueira. Como resultado, surgiram os interfaces [CJED I: UE 354, 355; CJED II: UE 341]. Uma terceira e última estrutura [CJED II: UE 344], de aparelho distinto [Tipo 1.1.2], foi posteriormente adicionada, cobrindo, conforme se denota pelo respetivo interface [CJED II: UE 345], as duas anteriores. Simultaneamente define, no alçado interno, um adarve e respetivo parapeito.

A dificuldade de leitura estratigráfica da muralha, à medida que esta se aproxima dos Paços Novos, vai aumentando em função do encosto tanto de diferentes estruturas no

alçado interno, como do coberto vegetal no externo. Não obstante, o aparelho com que se encontra erguida junto do limite sudeste do paço [CJED II: UE 103] organiza-se num tipo [Tipo 2.1.1] diferente das verificadas junto à Torre Buçaqueira, sugerindo tratar-se de uma estrutura distinta daquelas. Esta estrutura [CJED II: UE 103] prolonga-se por toda a fachada dos Paços Novos, cobrindo um tramo [CJED II: UE 101] que, embora tipologicamente idêntico [Tipo 2.1.1], lhe é anterior, conforme testemunhado pelo interface estabelecido entre ambos [CJED II: UE 104].



Área inferior da fachada principal dos Paços Novos.

CJED II.

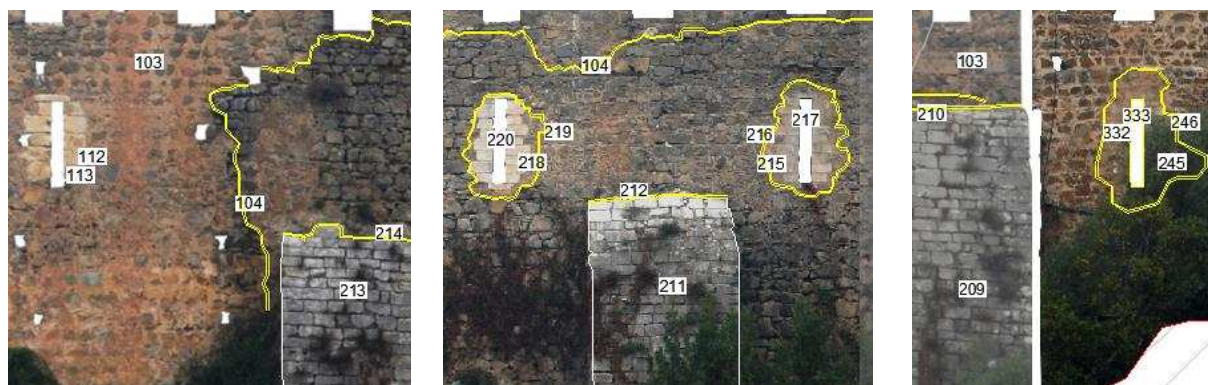
Excerto da Estampa VIII, Vol. 2.

Três contrafortes [CJED II: UE 209, 211, 213] encostam, por sua vez, ao tramo preexistente [CJED II: UE 101], resultando o seu encosto na criação de três interfaces [CJED II: UE 210, 212, 214]. Denote-se que, embora se ergam a intervalos regulares ao longo do alçado principal dos paços, abrangem apenas dois terços da sua amplitude, restringindo-se à área onde se ergue o pano preexistente [CJED II: UE 101].

Ao contrário do vão de seteira [CJED II: UE 113], cuja moldura [CJED II: UE 112] imbrica diretamente no aparelho da estrutura [CJED II: UE 103], de que será portanto coetânea, os

vãos de seteira [CJED II: UE 217, 220, 333] articulam-se com aparelhos que encostam às paredes em que se abrem [CJED II: UE 101, 103], sendo-lhes por isso posteriores. Contudo, enquanto os vãos de seteira [CJED II: UE 217, 220] se estruturam em aparelhos [CJED II: UE 215, 218] que se aproximam do tipo [Tipo 1.1.1] adotado na moldura do seu congénere poente [CJED II: UE 112], o vão de seteira nascente estrutura-se diretamente pelo aparelho que o alberga [CJED II: UE 245], isento de qualquer moldura.

Para além deste vão de seteira, o pano [CJED II: UE 113] alberga ainda um conjunto de dez vãos de janela ogivais [CJED II: UE 125, 128, 131, 134, 137, 140, 143, 146, 149, 153], distribuídos a espaços regulares, abertos sensivelmente à cota do cimo do muro [CJED II: UE 101], por sua vez coberto pelo aparelho que os alberga [CJED II: UE 103].



Pormenores das seteiras abertas na área inferior da fachada principal dos Paços Novos.

CJED II.

Excertos da Estampa VIII, Vol. 2.

Sobre o aparelho do muro [CJED II: UE 103] desenvolve-se toda a fachada principal dos Paços Novos, cuja estratigrafia não será interpretada no âmbito do presente trabalho, por melhor se enquadrar numa análise arquitetónica de âmbito residencial. Não obstante, foi efetuada a sua leitura estratigráfica⁹⁸, de que resultou, por exemplo, a constatação de que o muro [CJED II: UE 103] imbrica progressivamente, em altura, num aparelho de tipo distinto [CJED II: UE 115], no qual se abrem algumas das componentes das janelas e das galerias que caracterizam esta fachada. Apesar de exceder o âmbito do presente trabalho, esta evidência, por demonstrar sincronia de edificação entre o

⁹⁸ Vide Tabela 2, Anexos; Estampas VIII e XI, Vol. 2.

muro em causa [CJED II: UE 103] e a fachada principal do paço [CJED II: UE 115], não poderia deixar de ser referida.

Pelo interior do paço, o alçado das estruturas em análise não se encontra acessível, obstruído pela sua compartimentação interna, pisos e rebocos, ali aplicados durante as sucessivas campanhas de restauro, assim como por expositores e outras infraestruturas que as salas do paço atualmente albergam.

No exterior, o muro [CJED II: UE 103] prolonga-se para lá do limite oeste do alçado principal do paço, para abruptamente terminar alguns metros depois. Uma parede mais recente [CJED II: UE 221] cobre-a neste local e encosta à lateral nascente da fachada principal do paço [CJED II: UE 115], dando origem ao interface [CJED II: UE 222]. Embora tipologicamente similar [Tipo 2.1.1], é clara a existência de um interface [CJED II: UE 222] entre ambas, sobretudo junto do cunhal sudoeste do paço.



Área de muralha a sudoeste dos Paços Novos, alçado sudeste.

CJED II.

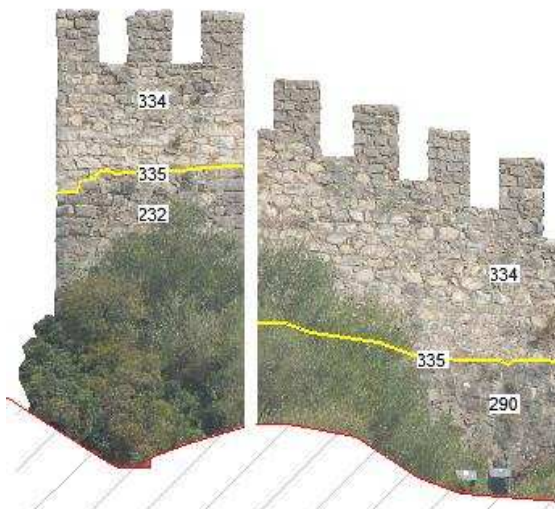
Excerto da Estampa VII, Vol. 2.

Um muro tipologicamente similar [CJED II: UE 223] surge alguns metros a oeste. Não se verifica porém qualquer relação entre si e o muro [CJED II: UE 103]. Em vez disso, ambos são encostados por uma estrutura [CJED II: UE 234] de aparelho tipologicamente distinto

[Tipo 2.2.1], erguida no espaço que as medeia. Uma outra estrutura [CJED II: UE 243] ergue-se no mesmo local, cobrindo a anterior [CJED II: UE 234] e encostando tanto aos muros laterais [CJED II: UE 103, 223] como à parede [CJED II: UE 221]. Da edificação das paredes sobrepostas [CJED II: UE 234, 243] resultou a materialização de dois interfaces [CJED II: UE 235, 244], que permitem adivinhar a posterioridade destas face às demais adjacentes.

Deste ponto para poente, a leitura estratigráfica dificulta-se grandemente. Pelo alçado exterior a área torna-se inacessível e densamente florestada, ao passo que, pelo alçado interior, a elevação da cota de circulação pouco permite observar. Prevê-se, como adiante se verá, que a estrutura [CJED II: UE 223] se interrompa a Oeste, para dar lugar a um muro de datação distinta [CJED II: UE 290], tendo o encosto entre ambas resultado no interface [CJED II: UE 331].

Na extremidade oeste da muralha ergue-se um torreão [CJED II: UE 232/CJED III: UE 454], que constitui a inflexão da muralha para norte, de planta tendencialmente retangular e cunhais reforçados por aparelho pelásgico. Ainda que aparentemente se aproxime do tipo [Tipo 2.1.1] do muro que com ele confina a nascente [CJED II: UE 223], permanece por avaliar, face às vicissitudes acima descritas, a relação estabelecida entre ambos.



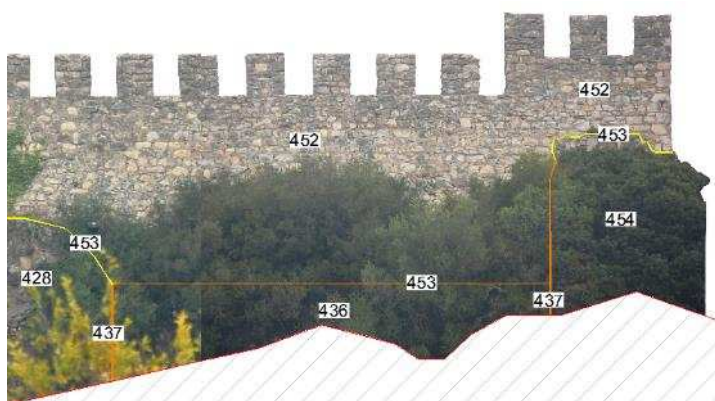
Torreão e área poente da muralha a sudoeste dos Paços Novos, alçado sul. CJED II.

Excerto da Estampa VII, Vol. 2.

Torreão [CJED II: UE 232/CJED III: UE 454] e muralha [CJED II: UE 290, 223, 243] foram posteriormente cobertos através da edificação de um novo tramo, que, desenvolvendo-se desde o paço ao torreão, os dotou de adarve e ameias [CJED II: UE 334, 336, 338]. A edificação deste novo tramo, tipologicamente distinto [Tipo 3.1.2] das estruturas que

cobriu, deu origem a interfaces [CJED II: UE 335, 337, 339] claramente visíveis em ambos os alçados, interno e externo, nos locais onde a cota de circulação ou o arvoredado permitem entrever o seu embasamento.

O mesmo tramo foi, de resto, prolongado sobre a muralha que se estende para norte, após inflexão do seu sentido. A muralha que se desenvolve nesta direção forma-se também ela, contudo, do somatório de distintas estruturas. Pelo alçado interno percebem-se sete momentos construtivos distintos. O alçado exterior, inacessível e, portanto, registado à distância, sugere a possibilidade de dois momentos construtivos adicionais.



Torreão e secção sul da muralha oeste do Núcleo A, alçado poente.

CJED III.

Excerto da Estampa XIII, Vol. 2.

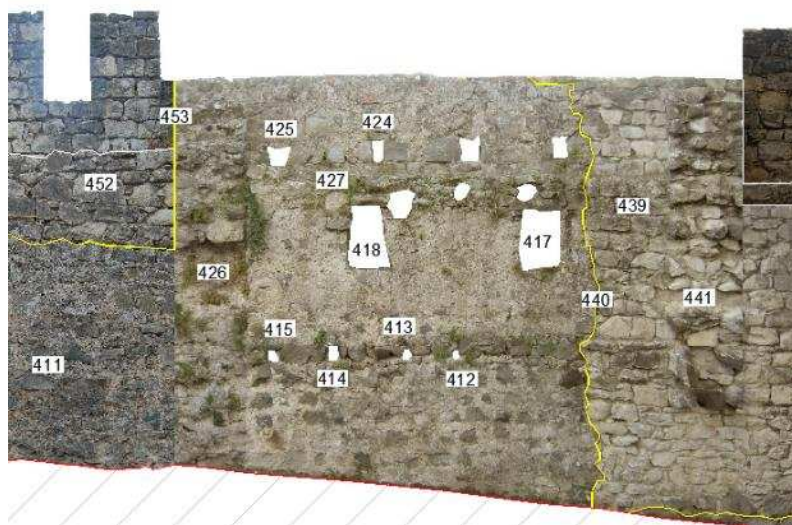
Ao alçado oeste do torreão [CJED III: UE 454] parece ter sido encostada uma estrutura [CJED III: UE 436], cuja natureza desconhecemos. Ocultada por arvoredado, no alçado externo, e situada abaixo da atual cota de circulação, no alçado interno, aparece no entanto sugerida em registos fotográficos de época⁹⁹. A confirmar-se a sua existência, esta estrutura poderá encontrar-se encostada ou imbricada com o torreão, assim como ao muro que a norte lhe é adjacente [CJED III: UE 428], podendo portanto ser posterior ou coetânea de ambos.

Embora pouco visível pelo alçado interno, o muro [CJED III: UE 428] parece erguer-se diretamente sobre o afloramento rochoso, tanto quanto nos foi possível deduzir pela observação do seu alçado externo. Nele imbricam os vestígios de uma parede [CJED III: UE 458] que se prolongaria, conforme sugerido pela sua orientação, para nascente. Imbricadas, as duas estruturas são, seguramente, coetâneas.

⁹⁹ Vide Estampa LI, Vol. 2.

O mesmo poder-se-á dizer das paredes que se desenvolvem alguns metros a norte [CJED III: UE 411, 426], também integradas na muralha em análise. Mutuamente imbricadas, pertencerão à mesma campanha construtiva. Da campanha que lhes deu origem, resultou a edificação de uma parede [CJED III: UE 411], da qual arrancam, sensivelmente a meia largura, os vestígios de uma segunda parede [CJED III: UE 426], orientada para nascente.

A norte desta última, abrem-se, na parede [CJED III: UE 411], dois vãos, respetivamente retangular e trapezoidal [CJED III: UE 417, 418]. No alçado interno, sob a cota dos vãos, a parede forma um soco [CJED III: UE 416], acompanhado, a compasso sensivelmente regular segundo uma linha horizontal, por quatro orifícios [CJED III: UE 412 a 415]. Saliente-se que os orifícios se situam a uma cota a partir da qual um homem de estatura mediana poderia aceder sem esforço aos vãos, situação que, face à atual cota de circulação, já não se verifica. De igual modo, também acima dos vãos se observa novo soco [CJED III: UE 427], acompanhado de quatro orifícios equidistantes e vazados [CJED III: UE 422 a 425].



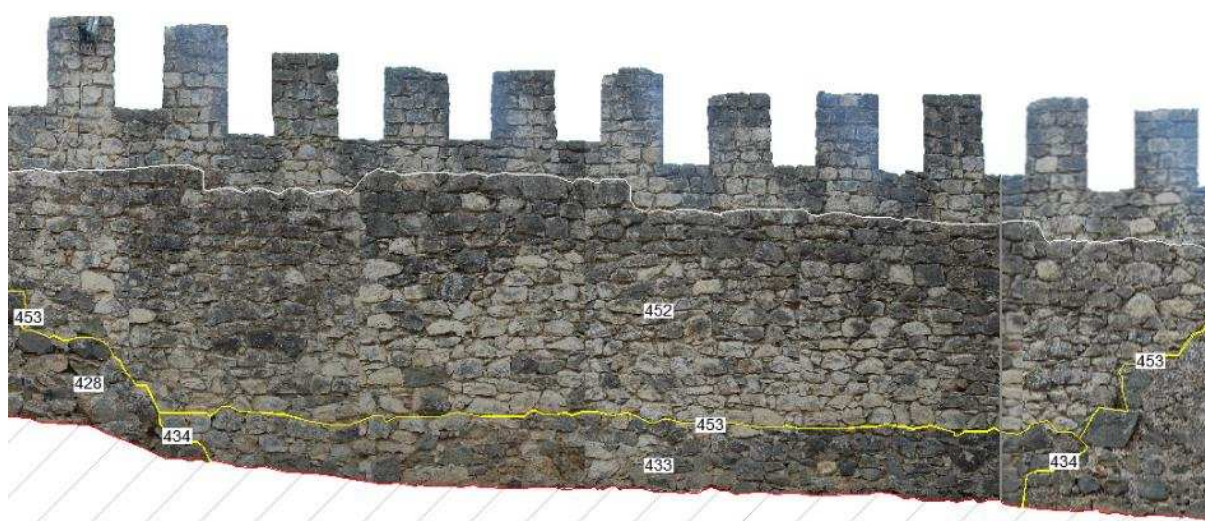
Detalhe da muralha oeste do Núcleo A, alçado nascente.

CJED III.

Excerto da Estampa XV, Vol. 2.

A sul, a parede [CJED III: UE 411] foi posteriormente encostada por um muro [CJED III: UE 433] tipologicamente distinto [Tipo 1.2.1], e que encosta igualmente à parede [CJED III: UE 428]. De notar que as paredes [CJED III: UE 411, 428], sem qualquer relação entre si, se erguem em aparelhos tipologicamente distintos [Tipo 2.1.1; 2.2.1]. A edificação do muro [CJED III: UE 433] resultou na criação de um interface [CJED III: UE 434], testemunho da sua ulterior construção sobre as estruturas [CJED III: UE 411, 428].

Sobre o conjunto de estruturas composto pela parede [CJED III: UE 411] e pelas estruturas a sul [CJED III: UE 428, 433, 454], e sobre a eventual estrutura [CJED III: UE 436], foi posteriormente edificado, como acima referido, um extenso tramo de muralha [CJED III: UE 452] de aparelho distinto [Tipo 3.1.2], responsável não só pela unificação daquelas estruturas como também pela conceção de um adarve flanqueado por ameias. A construção deste tramo geraria um interface [CJED III: UE 453], testemunha do seu contacto sobre as estruturas que cobre.



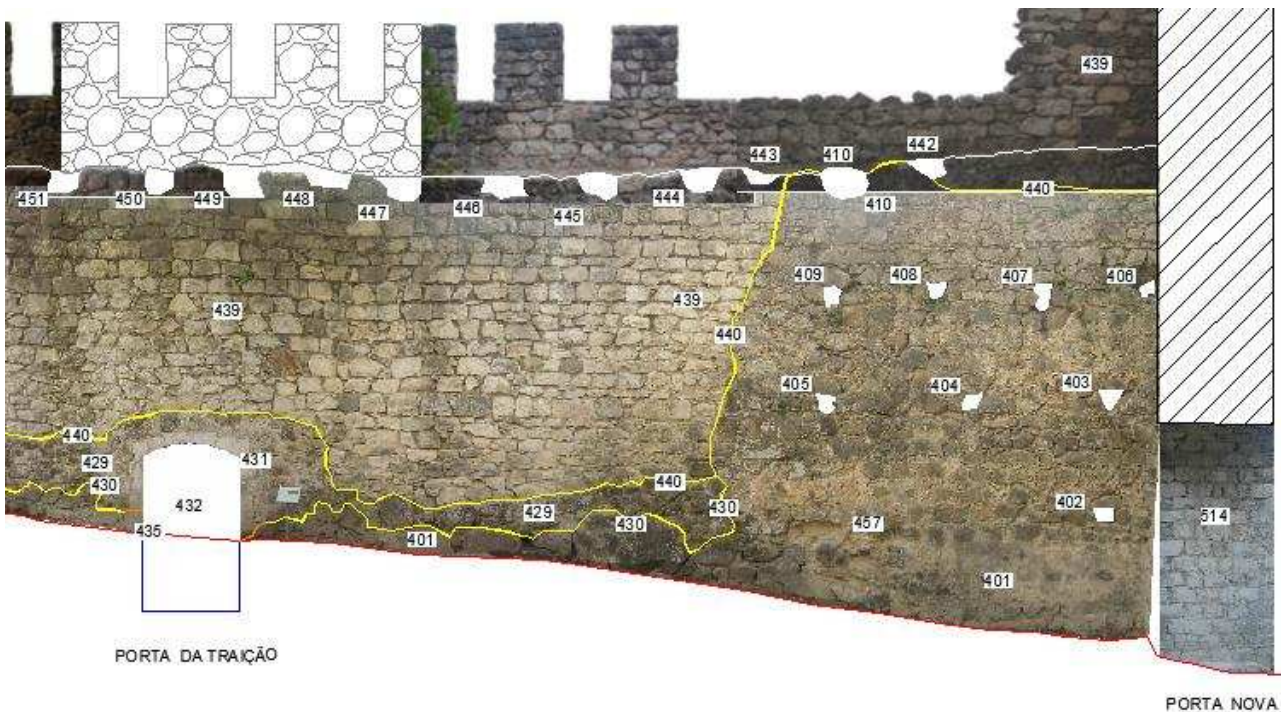
Detalhe da muralha oeste do Núcleo A, alçado nascente.

CJED III.

Excerto da Estampa XV, Vol. 2.

A norte, a parede [CJED III: UE 411] termina abruptamente, pouco depois do seu vão setentrional [CJED III: UE 417]. Uma parede [CJED III: UE 401] de aparelho tipologicamente similar [Tipo 2.1.1] surge mais a norte, já junto da Porta Nova. Para além das semelhanças tipológicas, as duas estruturas encontram-se unidas por uma linha de muro que, no alçado interno, pouco se eleva acima do solo. Este muro, que inclui claramente a parte inferior da moldura [CJED III: UE 435] da Porta da Traição, dá lugar, a norte, à parede [CJED III: UE 401], sendo, na realidade, a mesma estrutura. No exterior, de terreno acidentado e denso coberto vegetal, a observação destas estruturas revestiu-se de limitantes dificuldades. Salvaguardadas as devidas reservas, as paredes [CJED III: UE 411] e [CJED III: UE 401] aparentam encontrar-se efetivamente unidas pelo tramo de muro que inclui a parte inferior da moldura da Porta da Traição.

De notar que a parede [CJED III: UE 401] se encontra pontuada por agulheiros¹⁰⁰ [CJED III: UE 402 a 409], ocorrência que não se verifica na parede a sul [CJED III: UE 411]. A estrutura [CJED III: UE 401] surge também marcada, no alçado interno, por uma linha horizontal, próxima do atual nível de circulação, abaixo da qual o aparelho se torna mais irregular [CJED III: UE 457]. Ainda no alçado interno, a estrutura [CJED III: UE 401] define, no topo, um orifício [CJED III: UE 410] que, tendo estado a descoberto antes da edificação da estrutura que o cobriu [CJED III: UE 439], poderá resultar tanto de uma estruturação funcional, como de um desmonte accidental do coroamento, então exposto aos elementos naturais.



Área setentrional da muralha oeste do Núcleo A, alçado nascente.
Porta da Traição, à esquerda, e Porta Nova, em secção, à direita.

CJED III.

Excerto da Estampa XV, Vol. 2.

As duas estruturas [CJED III: UE 401, 411] surgem, no tramo adjacente à Porta da Traição encostadas por uma posterior [CJED III: UE 429], de aparelho distinto [Tipo 2.2.1], tendo o encosto originado o interface [CJED III: UE 430]. A estrutura imbrica com a parte superior

¹⁰⁰ Por *agulheiros* definem-se os orifícios deixados nos muros para introdução e apoio das traves, ou *caibros*, de sustentação a andaimes (RODRIGUES, 2005: 22).

da moldura [CJED III: UE 431/455] da Porta da Traição [CJED III: UE 432/456], de que será, como tal, coetânea.

À semelhança do verificado a sul da parede [CJED III: UE 411], as estruturas posicionadas a norte da mesma [CJED III: UE 401, 429] foram posteriormente cobertas por um único e extenso tramo de muralha [CJED III: UE 439], que está na origem do interface [CJED III: UE 440]. A sul, o seu aparelho incorpora uma estrutura [CJED III: UE 441] que, orientada para nascente, se assemelha aos vestígios da parede [CJED III: UE 426]. Para mais, a estrutura [CJED III: UE 441] guarda do vão [CJED III: UE 417] uma distância equivalente à que os vestígios da parede [CJED III: UE 426] guardam do vão [CJED III: UE 418]¹⁰¹.

Este tramo de muralha [CJED III: UE 439], tipologicamente distinto [Tipo 3.1.2] das estruturas que cobriu mas de tipo similar ao do seu congénere sul [CJED III: UE 452], define no seu topo um adarve acompanhado por ameias. À cota do adarve abre-se uma série de orifícios [CJED III: UE 442 a 451] que, a par do orifício [CJED III: UE 410], espelham, em dimensão e em ritmo, um conjunto similar de orifícios [CJED V: UE 630 a 645] localizados na parede oposta [CJED V: UE 621]. Na sua extremidade norte, o tramo [CJED III: UE 439] eleva-se num corpo independente e de aresta irregular, onde imbrica já com a parede [CJED III: UE 514], na qual, por sua vez, se abre a Porta Nova.

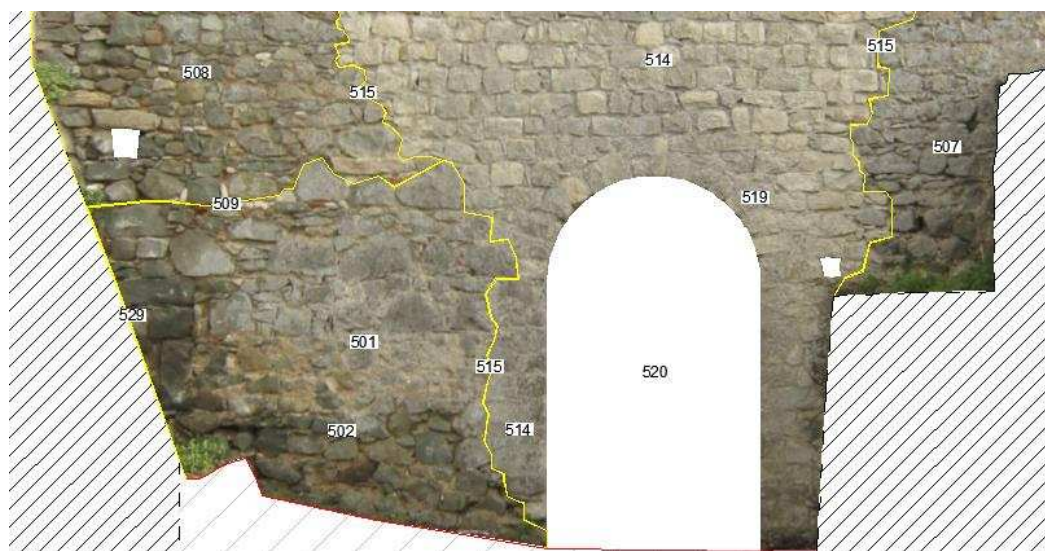
Atingida a Porta Nova, a muralha [CJED III], que limita a oeste o Núcleo A, prossegue o seu percurso para norte, cercando o Núcleo B, não abrangido pelo presente estudo. Por sua vez, a estrutura [CJED IV: UE 514], em que se abre a porta propriamente dita, constitui, contudo, apenas a mais recente das seis estruturas que compõem a totalidade da muralha em que se encontra a porta.

Sobre uma das estruturas mais antigas deste complexo [CJED IV: UE 503] foi erguido um maciço [CJED IV: UE 504], de aparelho distinto [Tipo 1.1.1], em que predomina a cantaria pseudo-isodoma. Ambas as estruturas [CJED IV: UE 503, 504], diferenciadas pelo interface [CJED IV: UE 505], se prolongam para a muralha norte do Núcleo A, onde imbricam, respetivamente, com os tramos de muralha [CJED VI: UE 701, 704].

Tanto no alçado norte como no alçado nascente, o maciço [CJED IV: UE 504/CJED VI: 704] exhibe rebocos, dificultando a sua interpretação. Ainda assim, constata-se ter sido encostado, a poente, por uma parede [CJED IV: UE 501] tipologicamente distinta [Tipo 2.2.1]. Num momento construtivo posterior, outra parede [CJED IV: UE 508], de aparelho diferente [Tipo 1.2.1], haveria de encostar igualmente a poente do maciço [CJED IV: UE 504/CJED VI:

¹⁰¹ Vide imagem acima, p. 49.

704]. De aparelhos distintos, a edificação destas duas paredes haveria de resultar nos respetivos interfaces [CJED IV: UE 509, 529].



Porta Nova e respetiva muralha, alçado norte.

CJED IV.

Excerto da Estampa XVIII, Vol. 2.

Tal como verificado na parede [CJED III: UE 401], também na base da parede [CJED IV: UE 501] se distingue, desta feita em ambos os alçados, uma marca horizontal [CJED IV: UE 502], abaixo da qual o aparelho se torna irregular.

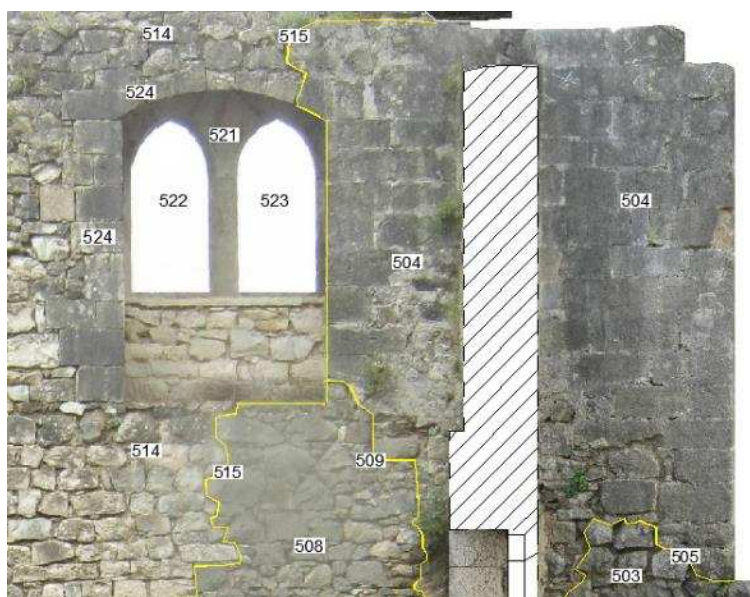
Tipologicamente distinta [Tipo 1.2.1], uma estrutura parietal [CJED III: UE 508] cobriu depois a parede [CJED III: UE 501], encostando igualmente ao maciço [CJED IV: UE 504/CJED VI: 704]. Da edificação deste tramo resultaria o interface [CJED III: UE 509].

Em frente, a poente da porta, a estrutura mais antiga que se observa [CJED IV: UE 507] corresponde à muralha nascente [CJED III: UE 401], que se encontra igualmente imbricada na muralha que se desenvolve para norte, já no Núcleo B do Castelo de Leiria. A estrutura [CJED IV: UE 507] orienta-se, contudo, perpendicularmente à muralha [CJED III: UE 401], constituindo por isso uma inflexão do seu sentido. Terminando abrupta e irregularmente, não estabelece nenhuma relação direta com as estruturas desenvolvidas a poente do maciço [CJED IV: UE 504/CJED VI: 704], com as quais, de resto, não partilha qualquer afinidade tipológica.

Num dos mais recentes momentos construtivos observados neste conjunto, as estruturas encostadas a poente do maciço [CJED IV: UE 504/CJED VI: 704], assim como este próprio, foram unidas à estrutura [CJED IV: UE 507], através de um único tramo de muralha [CJED IV: UE 514], que, erguido em aparelho distinto [Tipo 3.2], originou o interface [CJED IV: UE 515].

O tramo [CJED IV: UE 514] imbrica, por sua vez, com a moldura [CJED IV: UE 519], assim como com as estruturas [CJED IV: UE 521, 524], devendo por este facto ser coetâneo dos vãos de porta e de janela que estas definem [CJED IV: UE 520, 522, 523, 525]. Dado que o tramo [CJED IV: UE 514] ocupa, como referido, uma das posições estratigráficas mais recentes, os vãos deverão também ser considerados das projeções mais recentes desta muralha.

Área oriental da muralha e do maciço adjacentes à Porta Nova, alçado sul. CJED IV. Excerto da Estampa XVIII, Vol. 2.

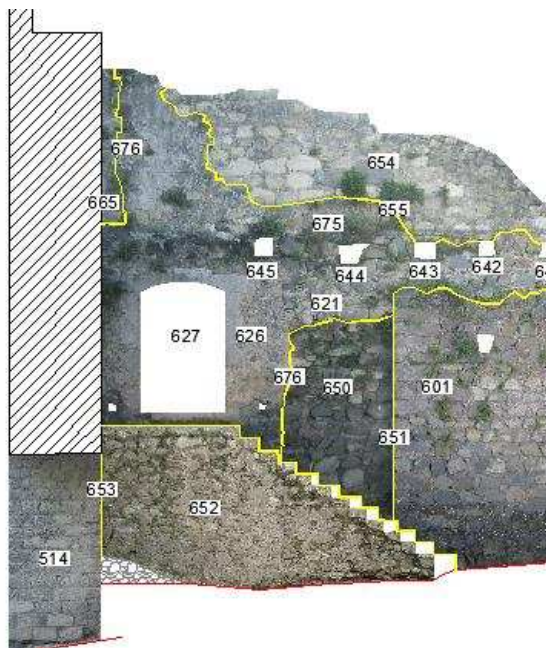


Apenas uma edificação será mais recente: a colmatação [CJED IV: UE 526] do espaço entre a ombreira nascente do vão [CJED IV: UE 523] e o maciço a que a mesma encostou [CJED IV: UE 504/CJED VI: 704]. O encosto entre a estrutura da ombreira e o maciço preexistente encontra-se, de resto, materializado no respetivo interface [CJED IV: UE 527].

Da Porta Nova parte ainda um conjunto de estruturas [CJED V], que, desenvolvendo-se no sentido sul, se orienta de forma paralela à muralha [CJED III] que delimita a oeste o Núcleo A. De grande complexidade arqueológica, este conjunto inclui um corpo de

escadas, uma porta e um torreão, distribuídos por vários tramos de aparelho tipologicamente diferentes, num total de pelo menos dez momentos construtivos.

Num primeiro momento, terá sido projectada uma parede, imbricada com o maciço [CJED IV: UE 504/CJED VI: 704], de que será, portanto, coetânea. Apesar de imbricadas, maciço e estrutura parietal não partilham o mesmo tipo construtivo [Tipo 2.1.1; 1.1.1]. Da parede subsistem apenas alguns vestígios [CJED V: UE 665], que permitem deduzir um desenvolvimento no sentido sul. Sendo diminutos os vestígios, não foi possível determinar o tipo de relação que terá mantido com o muro [CJED V: UE 601], ou sequer que tenham alguma vez estado relacionados. Não obstante, o muro [CJED V: UE 601], erguido em aparelho tipologicamente distinto [Tipo 2.1.1] do de [CJED V: UE 665], ocupa uma posição muito recuada na sequência construtiva deste edificado, senão mesmo a mais antiga, uma vez que se encontra coberto ou encostado pela maioria das estruturas adjacentes.



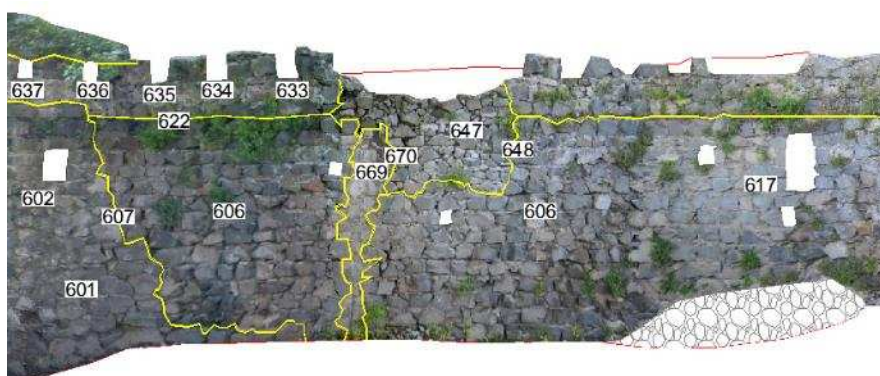
Vão de porta e escadas do CJED V, alçado oeste. CJED V.

Excerto da Estampa XXIII, Vol. 2.

Estruturado em cunhal no seu limite setentrional, o tramo [CJED V: UE 601] desenvolve-se para sul, terminando abrupta e irregularmente, logo após um exíguo vão [CJED V: UE 602], por sua vez posicionado abaixo da cota de circulação a nascente deste complexo. Na sua base, exhibe uma marca horizontal [CJED V: UE 605], abaixo da qual, à semelhança do

verificado nas estruturas a norte e a oeste [CJED III: UE 401; CJED IV: 501], o aparelho se torna irregular.

Ao limite sul da estrutura [CJED V: UE 601], encostou posteriormente um extenso tramo de muralha [CJED V: UE 606], de aparelho tipologicamente similar [Tipo 2.1.1], testemunhado este encosto pelo respetivo interface [CJED V: UE 607]. Desenvolvendo-se até ao limite sul deste conjunto edificado, na direção do qual vai paulatina e irregularmente desaparecendo, o tramo [CJED V: UE 606] encontra-se apenas interrompido, como demonstrado pelo interface [CJED V: UE 670], por uma simulação de aparelho [CJED V: UE 669], destinada a ocultar uma conduta recente. Sensivelmente ao centro da sua extensão, abre-se no tramo [CJED V: UE 606] um vão [CJED V: UE 617], estruturado de forma similar ao vão [CJED V: UE 602], e, como este, também soterrado no alçado nascente.



Tramo a centro do CJED V, alçado oeste.

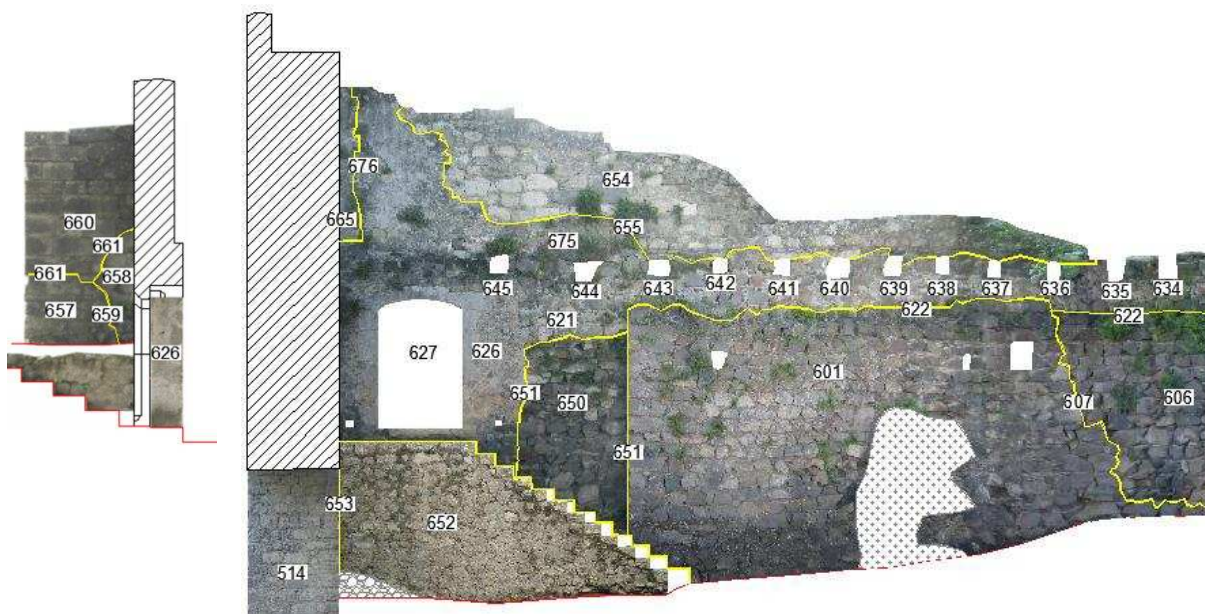
CJED V.

Excerto da Estampa XXIII, Vol. 2.

Posicionado de frente para o vão [CJED III: UE 417], aberto na muralha confrontante [CJED III: UE 411], poder-se-ia, face à proximidade e desenvolvimento paralelo verificados entre as duas muralhas, estimar uma relação entre respetivos vãos e, conseqüentemente, entre ambas as muralhas. Nenhuma estrutura contudo permite deduzir tal relação, nem mesmo a partir dos vestígios da parede [CJED III: UE 426] que, imbricada perpendicularmente na parede [CJED III: UE 411], parece ter-se desenvolvido na direção do muro [CJED V: UE 606].

Toda a extensão da estrutura [CJED V: UE 606] surge ainda marcada por vários orifícios [CJED V: UE 608 a 611, 612 (?), 613 a 616, 618 a 620], que, dispostos em linhas horizontais, de

forma ritmada mas separados por alturas relativamente curtas, deverão corresponder a 'ladrões' para escoamento de águas.



Vão de porta do CJED V, secção este-oeste, à esquerda, e alçado poente com estruturas adjacentes, à direita.

CJED V.

Excertos das Estampas XXI e XXIII, Vol. 2.

Num momento construtivo posterior, uma estrutura parietal [CJED V: UE 621/675] foi acrescentada ao conjunto, unindo os vestígios [CJED V: UE 665] ao conjunto já existente a sul [CJED V: UE 601, 606]. Esta parede, cujo contacto nas adjacentes se assinala pelo interface [CJED V: UE 676], alberga um vão de porta ogival [CJED V: UE 627/629], de molduras [CJED V: UE 626/628] com marca de canteiro, evidente desgaste temporal e ombreiras que se desenvolvem a partir de bases 'em unha'. Imbricados mutuamente, parede e moldura do vão pertencerão ao mesmo momento construtivo.

A parede [CJED V: UE 621/675] viria a desenvolver-se sobre os muros [CJED V: UE 601, 606], prolongando-se sobre grande parte da extensão deste conjunto, sendo o seu momento construtivo assinalado pelo interface [CJED V: UE 676]. Interrompida sensivelmente a meio do seu comprimento, foi posteriormente colmatada por uma estrutura distinta [CJED V:

UE 647], cuja construção, também encostada ao muro [CJED V: UE 606], se pode aferir pelo interface [CJED V: UE 648].

Ao longo de todo o remanescente da parede [CJED V: UE 621/675] verificam-se, no alçado poente, diversos orifícios mais ou menos bem preservados [CJED V: UE 630 a 645], alinhados horizontalmente e dispostos a intervalos regulares. Estes orifícios encontram na parede confrontante [CJED III: UE 439], como visto, um conjunto de orifícios similares, em dimensão e em ritmo. Não obstante a semelhança entre os orifícios que albergam, as duas paredes, que se encontram erguidas em aparelhos tipologicamente distintos [Tipo 2.1.1; 3.1.2], não estão diretamente relacionadas.

A encimar a parede [CJED V: UE 621/675], que cobriu, foi posteriormente acrescentado um último tramo de muralha [CJED V: UE 654], denunciado tanto pela diferença de aparelho em que se ergue [Tipo 1.2.2] como pelo interface [CJED V: UE 655] que estabelece com as estruturas adjacentes. O seu aparelho haveria de colmatar o topo dos orifícios [CJED V: UE 643 a 636], conforme se comprova pela leitura do referido interface.

A nascente, este conjunto edificado [CJED V] faz-se acompanhar por um maciço de planta retangular, por si só composto de três momentos distintos. No momento mais recuado que se observa, uma estrutura [CJED V: UE 657] de planta tendencialmente retangular surge erguida a sul do local onde se abre o vão ogival deste complexo. Num último momento, ergueu-se o restante maciço [CJED V: UE 660], recuperando o tipo de aparelho [Tipo 1.1.1] e a planta retangular da estrutura preexistente [CJED V: UE 657], que, de resto, cobriu, como corroborado pelo interface [CJED V: UE 661].

Num momento construtivo totalmente distinto [Tipo 2.2.1], foi erguida a estrutura [CJED V: UE 650], que deverá corresponder, pela posição que ocupa, à estrutura [CJED V: UE 658], esta última observável apenas, e de forma diminuta, do lado nascente deste complexo. Encostada ao cunhal que limita a norte o muro [CJED V: UE 601], assim como à estrutura tendencialmente retangular [CJED V: UE 657] e à parede [CJED V: UE 621/675], está na origem dos interfaces [CJED V: UE 651, 659]. O seu alçado poente, irregular e pouco aprumado, sugere diminuto cuidado construtivo, próprio de uma obra de consolidação, colmatação ou emparedamento.

A oeste da muralha, o Conjunto Edificado V foi ainda encostado por um corpo de escadas [CJED V: UE 652] de acesso ao vão de porta ogival [CJED V: UE 627/629], conforme se depreende do respetivo interface [CJED V: UE 653]. Encostado às estruturas [CJED V: UE 601, 650, 675], das quais difere tipologicamente [Tipo 1.2.2], encostando também às

superfícies irregulares posicionadas abaixo das marcas [CJED IV: UE 502; CJED V: UE 605], deverá constituir a mais recente das estruturas que compõem este complexo arquitetónico.

Significativamente mais difíceis de descortinar são as relações estratigráficas entre as componentes do designado Último Reduto, cada uma encerrando em si um conjunto de diversos momentos construtivos. A somar à sua complexidade arquitetónica, a aplicação de infraestruturas recentes e de rebocos consolidantes resulta na difícil leitura das respetivas sequências estratigráficas. Na Torre de Menagem, por exemplo, são identificáveis várias áreas consolidadas e infraestruturas de circulação que dificultam a leitura estratigráfica e, conseqüentemente, a interpretação da sua sequência construtiva.

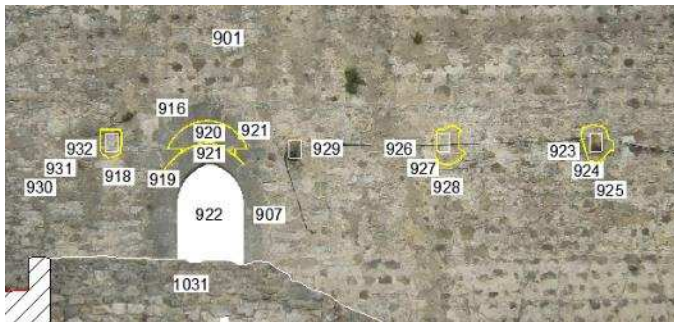
Erguida a partir de um maciço estrutural [CJED VIII: UE 899], a Torre de Menagem edificou-se praticamente de um ímpeto só [CJED VIII: UE 901], durante o qual se definiram as robustas paredes, assim como os estreitos vãos de seteira [CJED VIII: UE 903 a 905, 908 a 913]. O maciço [CJED VIII: UE 899], que, pelo exterior, excede em largura as paredes da torre, encontra-se imbricado nas primeiras pedras de embasamento destas paredes, sendo como tal coetâneo das mesmas. No topo, pelo contrário, a torre exhibe um coroamento [CJED VIII: UE 978] erguido em aparelho distinto [Tipo 1.2.1] do das suas paredes [Tipo 1.1.1]. Perfeitamente distinguível, o interface [CJED VIII: UE 980] entre as paredes da torre e a estrutura que define as ameias que a coroam, comprova a posterioridade deste momento construtivo. Do conjunto de ameias que encimam a torre e que, como visto, lhe são posteriores, exclui-se contudo a ameia sudeste. Erguida em



Torre de Menagem, detalhe do alçado poente.
CJED VIII.
Excerto da Estampa XXXVI, Vol. 2.

aparelho similar [Tipo 1.1.1] e sem qualquer interface identificável, ameia e torre pertencerão ao mesmo momento construtivo.

No alçado sul, voltado para o interior do recinto muralhado, abre-se a porta de acesso à torre, de vão ogival [CJED VIII: UE 922]. Imbricada no aparelho da torre, a moldura do vão [CJED VIII: UE 907], e consequentemente o próprio vão, será coetânea da sua edificação. O vão encimase por abóbada de descarga, cuja extremidade sul se adivinha em arco [CJED VIII: UE 916], também coetânea da torre, já que se encontra imbricada no aparelho da mesma. Deverá ser, contudo, posterior à estruturação da moldura da porta, como atesta o interface entre ambas [CJED VIII: UE 919]. O vão entre a moldura da porta e a abóbada de descarga terá sido preenchido posteriormente, conforme demonstra o interface de contacto [CJED VIII: UE 921] definido entre as duas estruturas e o aparelho que as uniu [CJED VIII: UE 920].

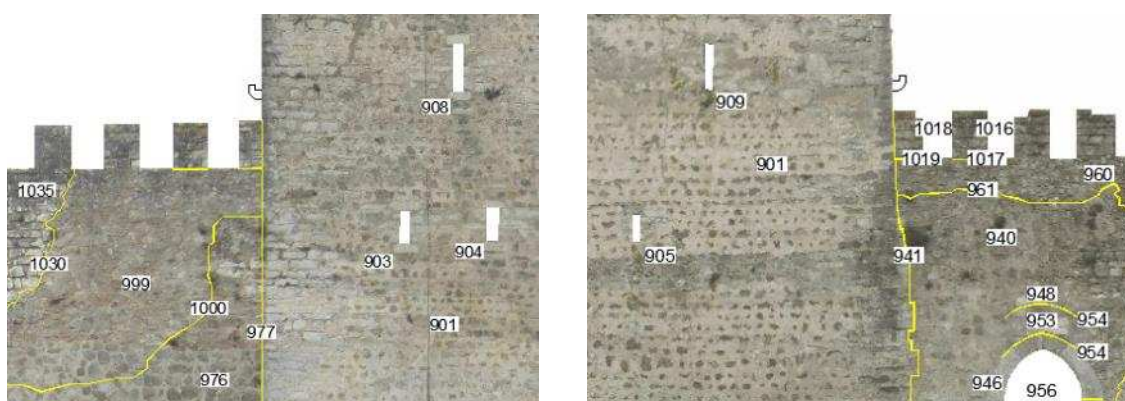


Torre de Menagem, detalhe do alçado sul.
CJED VIII.

Excerto da Estampa XXXVI, Vol. 2.

A nascente, a porta faz-se acompanhar de um cachorro [CJED VIII: UE 929] embutido na parede da torre. Não havendo distinção entre o aparelho da torre e o aparelho que circunda esta peça, deduz-se serem coetâneos. O mesmo não acontece com os restantes três cachorros [CJED VIII: UE 924, 927, 931] que, pese embora embutidos a uma cota um pouco superior, se distribuem praticamente no mesmo alinhamento horizontal do primeiro. Ainda que os interfaces de contacto [CJED VIII: UE 925, 928, 932] se observem com alguma dificuldade, são nítidas as diferenças construtivas entre o aparelho da torre e os aparelhos [CJED VIII: UE 923, 926, 930] que envolvem estas peças. Os três cachorros deverão por este motivo resultar de um momento posterior, durante o qual se abriram três orifícios, posteriormente preenchidos pelos cachorros e respetivos aparelhos de remate.

No alçado sul da torre encontra-se uma inscrição¹⁰² [CJED VIII: UE 918], aparentemente, tanto quanto os rebocos consolidantes permitem aferir, imbricada no aparelho da mesma. A confirmar-se, este elemento constituirá não apenas uma declaração de autoria, como também um veículo para a definição cronológica da torre e de todas as estruturas que lhe são coetâneas ou posteriores¹⁰³. No alçado oeste, nota-se ainda uma segunda inscrição [CJED VIII: UE 915], esgrafitada sobre o reboco da parede, de leitura inconclusiva¹⁰⁴, dado o estado de degradação em que se apresenta.



Torre de Menagem e Último Reduto, detalhes do alçado nascente, à esquerda, e do alçado poente, à direita.

CJED VIII.

Excertos das Estampas XXXVIII e XXXVI, Vol. 2.

A ambas as arestas do alçado sul da Torre de Menagem [Tipo 1.1.1] encontram-se encostados os muros que encerram o recinto propriamente dito [CJED VIII: UE 940, 960, 976, 999]. Sendo evidentes as diferenças entre os seus aparelhos [Tipo 2.2.1; 1.2.1; 1.2.1; 1.2.1], assim como os interfaces resultantes dos respetivos encostos à torre [CJED VIII: UE 941, 961, 977, 1000], os muros e, conseqüentemente o recinto, serão posteriores à mesma.

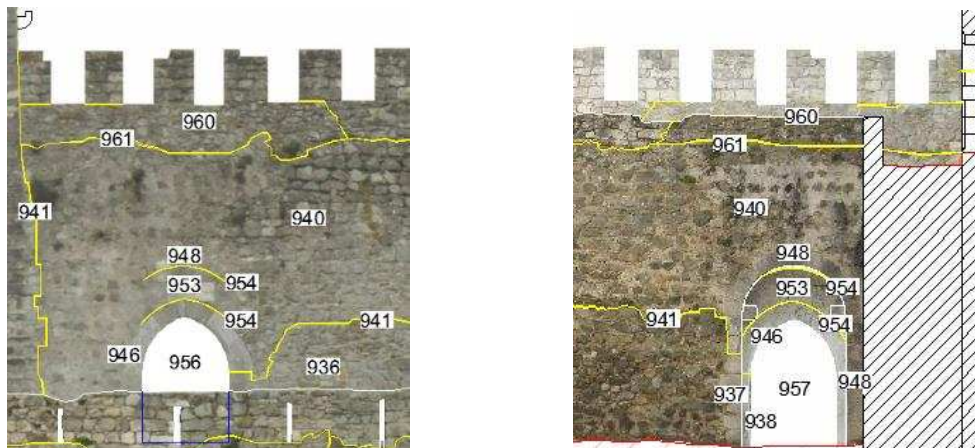
¹⁰² A inscrição, datada de 1324, atribui a edificação da Torre de Menagem do Castelo de Leiria a D. Dinis. Para informações adicionais, *vide supra*, p. 29.

¹⁰³ A atribuição de cronologias relativas a um estrato deriva tanto da sua posição dentro de determinada sequência construtiva, como da aplicação das lógicas de *terminus post quem* e *terminus ante quem*. Para informações adicionais, consultar, por exemplo, Davies MARTIN: 'The application of the Harris Matrix to the recording of standing structures', *Practices of Archaeological Stratigraphy*, Ed. Edward C. Harris, Marley R. Brown III e Gregory J. Brown, Colonial Williamsburg Foundation, Virginia 1993; ou ainda Jim GRANT *et alii*: *The Archaeology Coursebook, an introduction to study skills, topics and methods*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 2002.

¹⁰⁴ Esgrafitada sobre reboco, a inscrição encontra-se em acelerado processo de degradação, estando consideravelmente menos legível que no final da década de 1940, quando Afonso Zúquete a registou: "Era de mil e trezentos ... anos. fez ... oito dias de Maio" (*vide supra*, p. 30). Consultados sobre a sua leitura, Mário Jorge Barroca assumiu a dificuldade de leitura, preferindo não avançar com transcrições adicionais à proposta por Zúquete, ao passo que Maria do Rosário Morujão, salvaguardadas as devidas dúvidas, arriscou a leitura: "Era de mil e trezentos e cinco/cinquenta (?) ... anos fez Mbzl (?) t... V (?) III dias de Maio".

Não obstante, enquanto a aresta sudeste da torre se desenha em perfeita verticalidade, a sua congénere sudoeste recorta-se irregularmente. Esta ocorrência sugere, senão o arranque de uma estrutura desmontada antes do encosto promovido pelas estruturas [CJED VIII: UE 940, 960, 1018], pelo menos a criação intencional de pontos de apoio para o encosto ulterior de uma qualquer estrutura.

Coincidentemente, foi este o local escolhido para adossar à torre o corpo de escadas [CJED VIII: UE 933] por onde atualmente se acede à sua porta. Dada a presença de rebocos consolidantes, não pudemos avaliar adequadamente a relação que as escadas estabelecem com o muro oeste [CJED VIII: UE 940] do recinto. Todavia, a similitude dos aparelhos em que se erguem [Tipo 2.2.1] sugere que se encontrem imbricados, sendo, portanto contemporâneos. A confirmar-se, as escadas remontarão a uma iniciativa construtiva posterior à da torre, já que, como visto, a torre foi encostada por aquele muro [CJED VIII: UE 940].



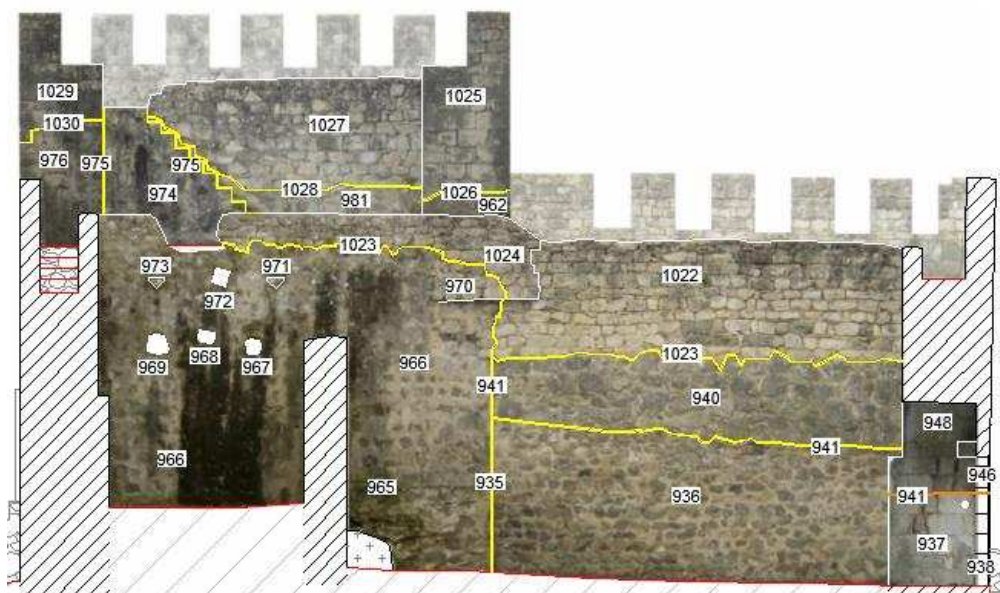
Vão de acesso ao recinto do Último Reduto, alçado poente, à esquerda, e alçado nascente, à direita.

CJED VIII.

Excertos das Estampas XXXVI e XLII, Vol. 2.

De aparelho imbricado na estruturação do vão de acesso ao recinto [CJED VIII: UE 956, 957], o muro [CJED VIII: UE 940], por seu turno, terá sido projetado e erguido simultaneamente com este vão. Contudo, este muro constitui apenas a secção superior de um anterior [CJED VIII: UE 936], que cobriu. Para tal concorre não apenas o interface [CJED VIII: UE 941] que os separa, como também a distinção entre o aparelho de ambos [Tipo 1.2.1; 2.2.1] e a diferente espessura que exibem, mais reduzida no muro superior.

No seu alçado este, esta preexistência [CJED VIII: UE 936] aparenta imbricar com a ombreira sul [CJED VIII: UE 937, 938] da moldura do vão de porta [CJED VIII: UE 956, 957]. A ser verdade, o muro preexistente [CJED VIII: UE 936] articular-se-ia já com um vão de acesso ao recinto, antes mesmo da edificação do tramo superior [CJED VIII: UE 940] ter introduzido nesse vão a reforma [CJED VIII: UE 946, 948] responsável pela configuração que hoje exhibe. À semelhança do verificado na porta de acesso à torre, o novo vão passou então a exhibir uma moldura em arco apontado [CJED VIII: UE 946], sobre a qual se ergue a abóbada de descarga [CJED VIII: UE 948]. O vão entre a moldura e a abóbada seria, também neste caso, posteriormente preenchido [CJED VIII: UE 953] por aparelho distinto [Tipo 4.1], daí resultando o interface [CJED VIII: UE 954].



Torreão Sul e muro poente do Último Reduto, alçados setentrional e nascente, respetivamente.

CJED VIII.

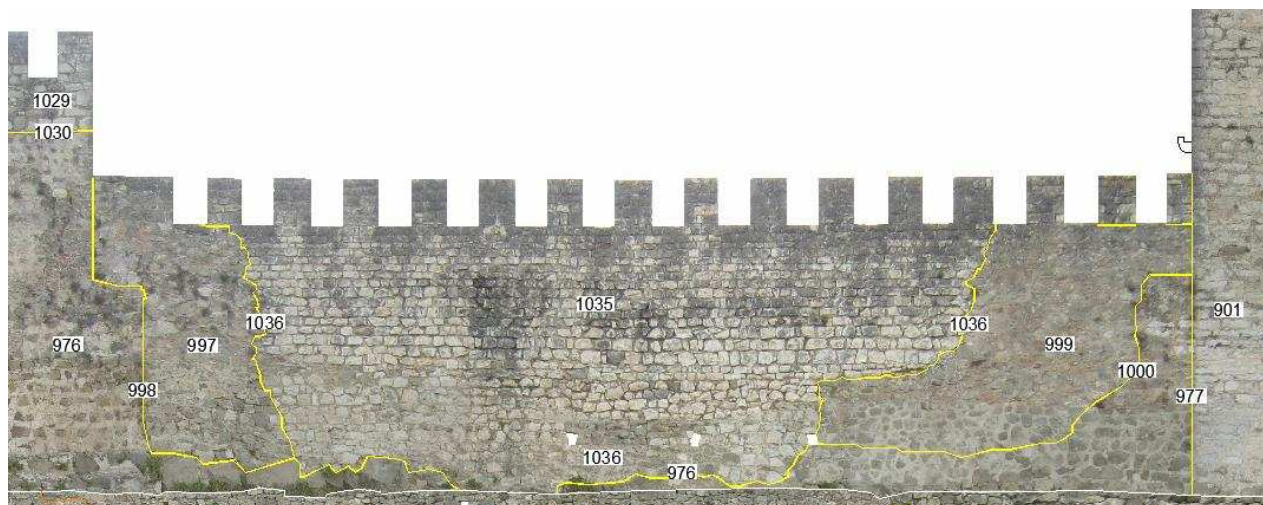
Excerto da Estampa XLVI, Vol. 2.

A sul, o recinto encontra-se delimitado por um torreão de planta tendencialmente retangular, de que se observam apenas as paredes externas [CJED VIII: UE 962, 966, 976, 981]. O torreão, que assume na historiografia do Castelo de Leiria a designação Torreão Sul, resulta de uma iniciativa construtiva que lhe conferiu as quatro faces em simultâneo, conforme se deduz do facto de se encontrarem todas mutuamente imbricadas. Tem por base uma sapata [CJED VIII: UE 959] similar à que estrutura a fundação da Torre de

Menagem. Encontrando-se, como aquela, imbricada em diversos pontos da respetiva sapata, pertencerá ao momento construtivo da mesma. No topo do torreão, encontra-se um corpo de escadas [CJED VIII: UE 974], posteriormente encostado ao alçado interno das suas paredes laterais sul e este [CJED VIII: UE 976, 981], conforme se denota pelo respetivo interface [CJED VIII: UE 975]. No seu alçado norte [CJED VIII: UE 966], voltado para o interior do recinto, encontram-se embutidas duas impostas [CJED VIII: UE 971, 973], niveladas, ladeando um diminuto vão [CJED VIII: UE 972]. Abaixo, três orifícios também nivelados [CJED VIII: UE 967, 968, 969] rasgam-se no mesmo alçado. Ao alçado poente do torreão foram posteriormente encostados, conforme demonstrado pelos decorrentes interfaces [CJED VIII: UE 935, 941], ambos os muros [CJED VIII: UE 936, 940].

Da aresta nordeste do torreão arranca uma parede [CJED VIII: UE 976] que, prolongando-se para norte, vai encostar diretamente na aresta sudeste da Torre de Menagem, onde promove o interface [CJED VIII: UE 977]. Junto da Torre de Menagem define ainda, sensivelmente a meio da sua altura, um estreito soco [CJED VIII: UE 1001]. Delimitando a nascente o recinto, esta parede [Tipo 1.2.1], imbricada no torreão e como tal sua coetânea, exhibe um coroamento irregular, praticamente desaparecendo em alguns pontos da sua extensão. Sobre ela foram posteriormente erguidos dois tramos de muro [CJED VIII: UE 997, 999], cuja edificação está na origem dos interfaces [CJED VIII: UE 998, 1000]. Erguidos em aparelhos distintos [Tipo 2.1.1; 1.2.1], os dois novos tramos, que não estabelecem qualquer relação entre si, deverão integrar campanhas construtivas distintas. No seu topo, o tramo [CJED VIII: UE 997] definiu um adarve com guarda-corpos, e, unindo o adarve ao torreão, um breve conjunto de degraus. O tramo [CJED VIII: UE 999] haveria, por seu turno, de definir no seu topo um adarve flanqueado por algumas ameias, ainda que as duas ameias setentrionais [CJED VIII: UE 1040, 1042] tenham sido acrescentadas posteriormente, conforme denunciam os respetivos interfaces [CJED VIII: UE 1041, 1043]. Ambos os tramos definem, no alçado poente, estreitos socos [CJED VIII: UE 1002, 1003], que posicionadas à cota do soco [CJED VIII: UE 1001] lhe prolongam a trajetória.

Os dois tramos [CJED VIII: UE 997 e 999] definem entre si um espaço que viria a ser posteriormente ocupado por um último tramo de muro [CJED VIII: UE 1035], erguido com recurso a um aparelho distinto [Tipo 3.1]. A sua edificação, corroborada pelo interface [CJED VIII: UE 1036], daria lugar a um adarve flanqueado por ameias e abertas, que uniu os troços de adarve criados pelos tramos anteriores [CJED VIII: UE 997, 999]. Também os socos definidos por estes seriam unidos por um soco equivalente [CJED VIII: UE 1048], definido pelo novo tramo.



Muro entre Torreão Sul, à esquerda, e Torre de Menagem, à direita, alçado nascente.

CJED VIII.

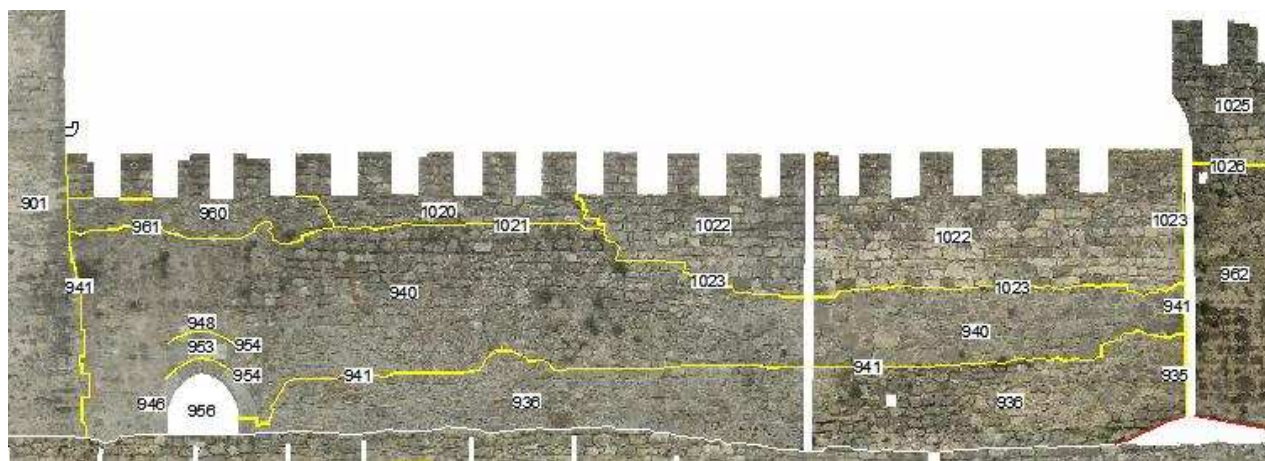
Excerto da Estampa XLIV, Vol. 2.

Sobre o Torreão Sul [Tipo 1.2.1] ergueram-se, em aparelho similar [Tipo 3.1] ao muro [CJED VIII: UE 1035], três muros [CJED VIII: UE 1025, 1027, 1029] consecutivamente imbricados, e, como tal, coetâneos entre si. Posteriores às paredes que cobriram, haveriam de dar origem aos respetivos interfaces [CJED VIII: UE 1026, 1028, 1029].

Também a escadaria [CJED VIII: UE 933] de acesso à porta da Torre de Menagem seria posteriormente coberta por uma estrutura que lhe conferiu um guarda-corpos [CJED VIII: UE 1031]. De aparelho tipologicamente distinto [Tipo 2.2.2] do da escadaria [Tipo 2.2.1], o guarda-corpos encontra-se imbricado com um tramo de adarve e respetivas ameias [CJED VIII: UE 960], erguidos sobre o muro oeste [CJED VIII: UE 940] do recinto. Mutuamente imbricadas, as duas estruturas [CJED VIII: UE 1031, 960] remontarão à mesma iniciativa construtiva. Ao cobrir as estruturas precedentes [CJED VIII: UE 933, 940], guarda-corpos e adarve definiriam os interfaces [CJED VIII: UE 1032, 961].

O muro que define a oeste o recinto seria ainda coberto por dois tramos de parede distintos. Ao centro, um tramo de muro [CJED VIII: UE 1020] tipologicamente diferente [Tipo 1.2.1] foi erguido sobre o muro [CJED VIII: UE 940], encostando à parede [CJED VIII: UE 960], com a qual passou a definir o interface [CJED VIII: UE 1021]. De forma similar, o tramo de parede [CJED VIII: UE 1022], de tipo distinto [Tipo 3.1], foi posteriormente erguido sobre o muro [CJED VIII: UE 940], encostando às estruturas [CJED VIII: UE 962, 1020], com as quais

passou a definir o interface [CJED VIII: UE 1023]. No seu alçado interno, a nova parede [CJED VIII: UE 1022] passou ainda a integrar um passadiço [CJED VIII: UE 1024] de comunicação com o Torreão Sul [CJED VIII: UE 962, 966, 976, 981]. O passadiço encostou, de resto, ao arranque de uma estrutura similar [CJED VIII: UE 970] preexistente, definindo-se entre ambos o interface de contacto [CJED VIII: UE 1023].



Muro entre a Torre de Menagem, à esquerda, e o Torreão Sul, à direita, alçado poente.

CJED VIII.

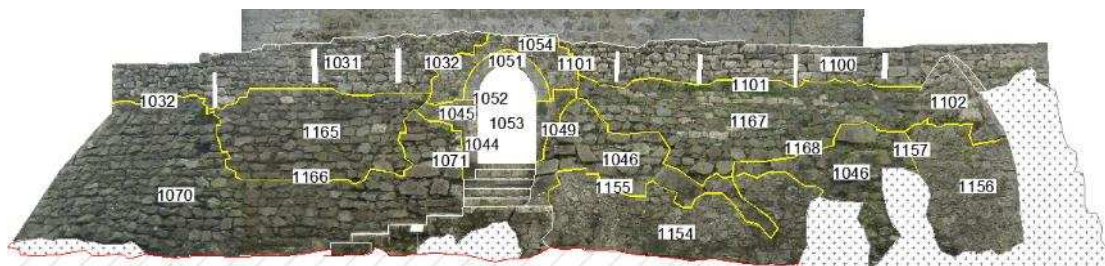
Excerto da Estampa XXXVI, Vol. 2.

No interior do recinto são ainda visíveis várias estruturas arruinadas. Deste conjunto, três muros articulam-se diretamente com as estruturas defensivas acima descritas. Um primeiro muro, mais elevado, parte perpendicularmente do alçado norte do Torreão Sul, ao passo que os restantes dois se desenvolvem perpendicularmente à muralha nascente do recinto. Apesar das dificuldades impostas quer por rebocos consolidantes, quer pela reduzida área subsistente, as três paredes aparentam encontrar-se encostadas às estruturas com que se relacionam. Também por este facto, mas sobretudo por constituírem vestígios de compartimentação interna (mais do que estruturas defensivas, propriamente ditas), as três paredes foram excluídas da presente análise.

Circunscrevendo todo o conjunto do designado Último Reduto, uma muralha mais baixa define com as paredes do recinto propriamente dito um estreito corredor. Ao corredor acede-se, pelo lado norte desta muralha, por um vão ogival [CJED VIII: UE 1053]. Na ombreira poente deste vão pode observar-se uma marca de canteiro (∞), idêntica à que

se observa, como referido a montante, na porta da Torre Buçaqueira. Ainda que com algumas reservas, a diferença entre os níveis de desgaste constatados entre as ombreiras do vão [CJED VIII: UE 1044] e o arco apontado [CJED VIII: UE 1051] que as cobre sugere que as ombreiras possam recuar a um momento construtivo anterior ao do arco. De igual modo, também os aparelhos adjacentes [CJED VIII: UE 1045, 1054] às duas componentes da moldura aparentam encontrar-se meramente encostados entre si, definindo um interface [CJED VIII: UE 1052] de contornos difíceis de delimitar.

Independentemente de o vão resultar de uma única iniciativa ou de uma edificação seguida de reforma, não há dúvidas de que a muralha em que se insere tenha sido posteriormente encostada pela estrutura maciça e oblíqua que hoje caracteriza praticamente todo o alçado externo desta muralha. De facto, junto de ambas as ombreiras do vão são nítidas as evidências do encosto desta estrutura [CJED VIII: UE 1046, 1070], com as quais define, de resto, evidentes interfaces [CJED VIII: UE 1049, 1132].



Muro circundante ao Último Reduto e vão de porta norte, alçado setentrional.

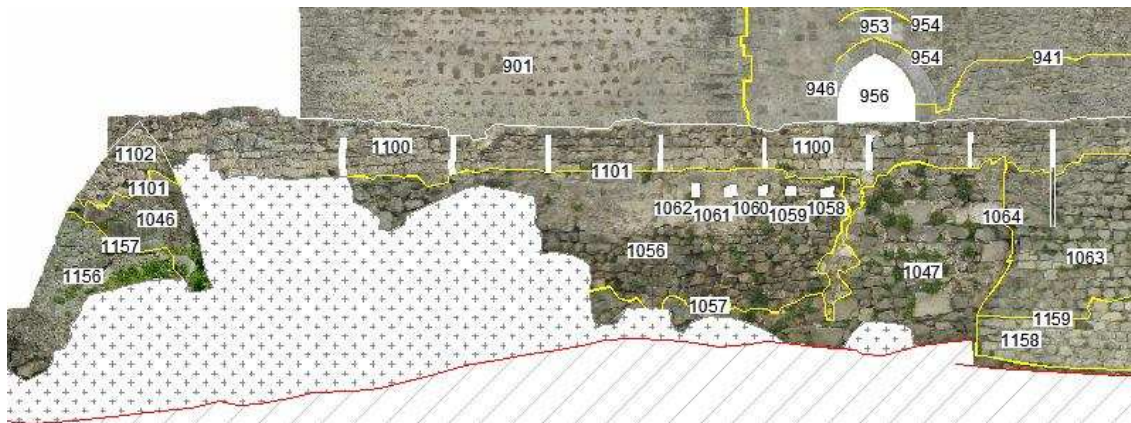
CJED VIII.

Excerto da Estampa XL, Vol. 2.

Da escadaria que serve o vão, o troço [CJED VIII: UE 1097] que se desenvolve paralelamente ao mesmo encontra-se imbricado nas suas ombreiras [CJED VIII: UE 1044], das quais será, portanto, coetâneo. Só depois deverá ter sido encostado pelo maciço oblíquo [CJED VIII: UE 1046, 1070], tal como se adivinha pelos interfaces resultantes [CJED VIII: UE 1049, 1071]. Relativamente ao segundo lance destas escadas [CJED VIII: UE 1098], perpendicular ao vão, não foi possível avaliar, dada a existência de rebocos consolidantes, a relação que mantém com o primeiro lance ou com o maciço.

Dos aparelhos que envolvem a moldura do vão, abruptamente interrompidos junto do mesmo, não voltamos a encontrar sinais em toda a muralha, mesmo no seu alçado oeste, onde se desenvolvem dois tramos de muralha de datação mais recuada [CJED

VIII: UE 1047, 1056]. De facto, o tramo [CJED VIII: UE 1047], também ele indubitavelmente encostado pelo maciço oblíquo [CJED VIII: UE 1063], conforme denuncia o interface detectado entre ambos [CJED VIII: UE 1064], integrará uma das iniciativas construtivas mais recuadas desta muralha. O mesmo se poderá dizer do tramo [CJED VIII: UE 1056], que, erguido posteriormente, veio cobrir, conforme explicita o interface [CJED VIII: UE 1057], o tramo [CJED VIII: UE 1047]. Em conjunto, os dois tramos [CJED VIII: UE 1047, 1056] constituem a única área da muralha circundante ao Último Reduto onde não foi encostada a estrutura maciça e oblíqua. Sensivelmente ao centro da área definida pelos dois tramos abrem-se cinco orifícios [CJED VIII: UE 1058 a 1062] nivelados e equidistantes, a uma cota superior, no topo do tramo [CJED VIII: UE 1056].



Detalhe do muro circundante ao Último Reduto, alçado poente.

CJED VIII.

Excerto da Estampa XXXVI, Vol. 2.

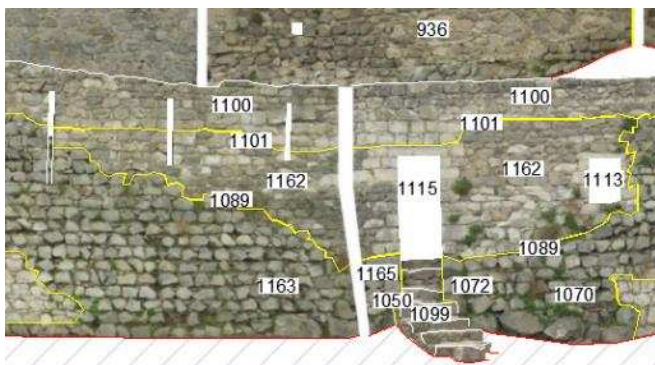
Deste ponto em diante o maciço oblíquo [CJED VIII: UE 1063] desenvolve-se para sul, definindo no seu topo quatro roços verticais [CJED VIII: UE 1066 a 1069], distribuídos de forma ritmada ao longo da extensão desta estrutura.

A sul, o maciço encontra-se interrompido pelo vão de porta [CJED VIII: UE 1115], imbricando na base das suas ombreiras [CJED VIII: UE 1065, 1072]. Ultrapassado o vão, retoma de novo o maciço [CJED VIII: UE 1070], que continua ininterruptamente o seu percurso ao longo de toda a restante muralha baixa. Ainda que, como se verá, o vão [CJED VIII: UE 1115] resulte de uma reforma posterior, o facto de a base das suas

ombreiras imbricarem no maciço [CJED VIII: UE 1063, 1070] permite adivinhar a existência de um vão coetâneo do mesmo, anterior à referida reforma.

Maciço e ombreiras foram posteriormente cobertos por um aparelho [CJED VIII: UE 1162] tipologicamente distinto [Tipo 1.2.1], cuja edificação se testemunha pelo interface [CJED VIII: UE 1101]. Este aparelho haveria de estruturar novas ombreiras e, acrescido de um novo lintel [CJED VIII: UE 1114], configurar o vão [CJED VIII: UE 1115], tal como hoje se apresenta. De forma análoga, o vão [CJED VIII: UE 1113], encimado pelo lintel [CJED VIII: UE 1112], seria definido pelo aparelho [CJED VIII: UE 1162]. O novo tramo definiria ainda, a norte do vão, um conjunto de dois roços verticais [CJED VIII: UE 1163, 1164], abertos ao nível do cimo do aparelho.

O vão [CJED VIII: UE 1115] encontra-se presentemente servido por um lance de escadas [CJED VIII: UE 1099], que, a julgar pela forma como encostou à base das suas ombreiras [CJED VIII: UE 1065, 1072], tal como testemunhado pelo interface [CJED VIII: UE 1050], corresponderá a uma iniciativa construtiva posterior.



Detalhe do muro circundante ao Último Reduto e vão de porta oeste, alçado poente.

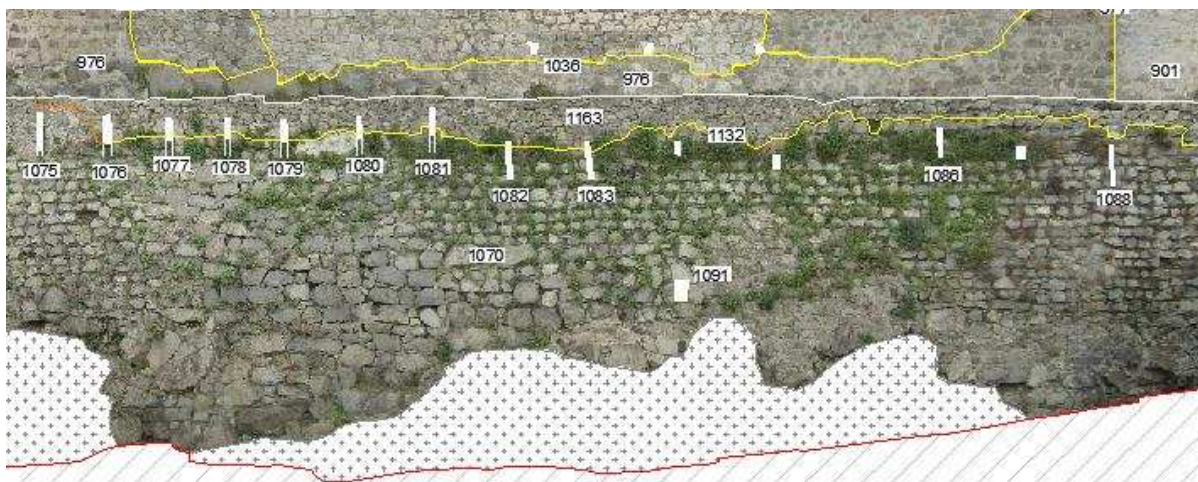
CJED VIII.

Excerto da Estampa XXXVI, Vol. 2.

A sul do vão [CJED VIII: UE 1115] prossegue, como referido, o maciço oblíquo [CJED VIII: UE 1070], que se desenvolve em toda a restante extensão da muralha baixa, até ao vão ogival norte [CJED VIII: UE 1053]. Em toda esta extensão, o maciço desenvolve-se com regularidade, sem interrupções, articulando-se com o afloramento rochoso, particularmente proeminente na sua secção sul.

Ao longo da sua secção este, o maciço define diversos roços verticais [CJED VIII: UE 1073 a 1083, 1086, 1088, 1090, 1092], maioritariamente distribuídos de forma equidistante. A maioria destes roços [CJED VIII: UE 1076 a 1083] terminaria sem qualquer cobertura, antes de acrescentado ao maciço o aparelho que atualmente o cobre [CJED VIII: UE 1131].

Sensivelmente ao centro da secção este do maciço, abre-se um orifício [CJED VIII: UE 1091], de dimensão significativa. De embocadura definida pelo próprio aparelho do maciço, não restam dúvidas relativamente à intencionalidade da sua edificação ou à coetaneidade entre abertura e maciço.



Detalhe do muro circundante ao Último Reduto, alçado Este.

CJED VIII.

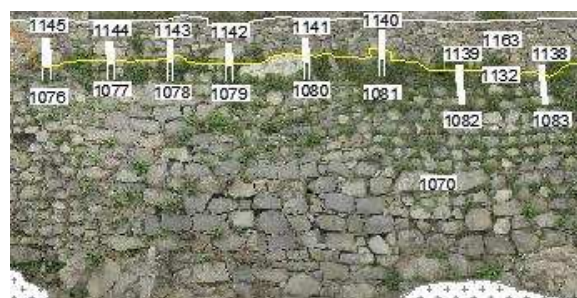
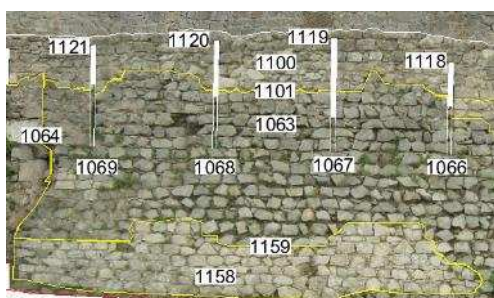
Excerto da Estampa XXXVIII, Vol. 2.

De forma similar ao verificado na secção do maciço que se desenvolve em torno do vão [CJED VIII: UE 1115], também as secções do maciço que ladeiam o vão a norte [CJED VIII: UE 1053] foram reforçadas por dois novos tramos de maciço [CJED VIII: UE 1165, 1167]. Ainda que erguidos em aparelho tipologicamente equivalente ao do maciço original que vieram cobrir [Tipo 2.1.1], os novos tramos haveriam de conduzir à formação de dois interfaces [CJED VIII: UE 1166, 1168], testemunhos da sua posterioridade. A oeste, o novo tramo [CJED VIII: UE 1167] imbrica com uma estrutura piramidal [CJED VIII: UE 1102], consistente com um contraforte, de que será portanto coetâneo. Não obstante, todo o maciço a oeste do vão, incluindo a estrutura piramidal, tem o seu embasamento ocultado por tramos de aparelho [CJED VIII: UE 1154, 1156] distinto [Tipo 2.2.2], que lhe foram encostados, conforme se observa pelo comportamento dos respetivos interfaces [CJED VIII: UE 1155, 1157]. Por este motivo, não foi possível avaliar convenientemente o comportamento da estrutura piramidal, nomeadamente se a sua base cobrirá alguma estrutura análoga preexistente.

Finalmente, foram erguidos os dois tramos superiores da muralha baixa, responsáveis quer pela regularização do seu coroamento, quer pela definição integral ou parcial dos roços verticais que atualmente se observam nesta estrutura.

O tramo [CJED VIII: UE 1100] desenvolve-se ao longo de uma considerável extensão, desde o lado poente do vão ogival norte [CJED VIII: UE 1053], onde encosta ao aparelho [CJED VIII: UE 1054], até metade da secção sul da muralha baixa, percorrendo todo o seu lado poente. Ao longo da sua extensão, define integralmente um conjunto de dezoito roços verticais [CJED VIII: UE 1103 a 1111, 1122 a 1130], estruturando ainda a cobertura de outros seis [CJED VIII: UE 1116 a 1121]. Como demonstra o interface [CJED VIII: UE 1101], a edificação do tramo [CJED VIII: UE 1100] viria a cobrir grande parte das estruturas localizadas a norte, a oeste e a sul da muralha [CJED VIII: UE 1047, 1054, 1056, 1063, 1070, 1162, 1167], relativamente às quais será, portanto, posterior.

Por seu turno, o tramo [CJED VIII: UE 1131] desenvolve-se desde o lado nascente do vão ogival norte [CJED VIII: UE 1053], onde encosta ao aparelho [CJED VIII: UE 1054], percorrendo praticamente todo o lado nascente da muralha baixa. Ao longo da sua extensão, define integralmente sete roços verticais [CJED VIII: UE 1133 a 1136, 1146 a 1148], estruturando ainda a cobertura de outros oito [CJED VIII: UE 1138 a 1145]. Definindo um interface de contacto [CJED VIII: UE 1132] nem sempre evidente, a edificação deste tramo viria cobrir e encostar a vários tramos da muralha [CJED VIII: UE 1054, 1070, 1165], relativamente aos quais será também posterior.



Detalhes do muro circundante ao Último Reduto, alçado poente, à esquerda, e alçado nascente, à direita.

CJED VIII.

Excerto das Estampas XXXVI e XXXVIII, Vol. 2.

Cobrindo conjuntamente quase toda a extensão da muralha baixa, e não sendo cobertos por quaisquer estruturas, estes dois tramos [CJED VIII: UE 1100, 1131] constituirão as mais recentes edificações a ocorrer nesta estrutura. Apesar das suas semelhanças estruturais, diferem quanto ao tipo construtivo [Tipo 3.1; 1.2.1].

Na secção da muralha baixa voltada a oeste, constata-se ainda duas áreas de aparelhos tipologicamente similares entre si [Tipo 3.1], embora distintos dos aparelhos a que encostaram [Tipo 2.1.1], podendo, como tal, corresponder a consolidações mais recentes. Trata-se do tramo [CJED VIII: UE 1158], encostado ao setor do maciço oblíquo [CJED VIII: UE 1063], com o qual estabelece o interface [CJED VIII: UE 1159] e do tramo [CJED VIII: UE 1160], encostado ao setor do maciço oblíquo [CJED VIII: UE 1070], com o qual estabelece o interface [CJED VIII: UE 1161].

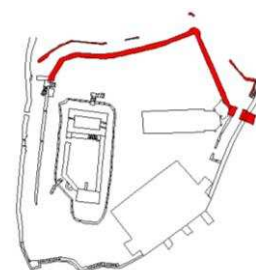
CAPÍTULO 3

ANÁLISE DAS ESTRUTURAS

“Dally partio el-Rey, e veo-sse a Lleyrea, huuma booa villa e castello forte”

Fernão Lopes: *Crónica del-Rei dom João I de Boa-Memória*¹⁰⁵

3.1. TORRE BUÇAQUEIRA, MURALHA NORTE E BARBACÃ



Aberta em vão de volta completa, inserida por sua vez numa torre maciça de planta aproximadamente retangular, a Porta Buçaqueira constitui o principal ponto de acesso ao Núcleo A do Castelo de Leiria. Ainda sem os torreões laterais que frequentemente passam mais tarde a ladear as portas fortificadas¹⁰⁶ e isenta de indícios arqueológicos que permitam adivinhar outras alterações, a porta configura, no seu tramo inferior [CJED I: UE 1], uma estrutura essencialmente ‘românica’. Tal não significa, contudo, que a sua datação, mesmo que relativa, não apresente alguns problemas. Tendo em conta o prolongamento temporal associado à aplicação de determinadas formas, a que se junta a prevalência de influências culturais distintas, como seja a islâmica, a definição cronológica de certas soluções arquitetónicas deve indispensavelmente revestir-se de alguma ponderação.

De facto, dotada de abóbada de tipo escalonado com arcos de volta perfeita, a rematar o topo do seu vão, a Porta Buçaqueira encontra paralelo, por exemplo, com a Porta

¹⁰⁵ In GOMES: 2004, p. 108.

¹⁰⁶ Mário Jorge Barroca estabelece a fortificação das portas por via de torreões laterais como uma inovação ‘gótica’. O autor destaca ainda o duplo sistema de trancas e o recurso a portas de duas folhas como características expectáveis nas portas de período ‘românico’ (BARROCA, 2003: 110 a 111), sistema que, a julgar pelos orifícios e gonzos [CJED I, UE 12, 14, 70, 71] ainda hoje observáveis, terá sido adotado na Porta Buçaqueira.

Legal do Castelo do Alandroal, datada por inscrição do ano de 1294¹⁰⁷. Acresce que, através da comparação entre a Porta *Legal* e a Porta do Minarete da antiga Mesquita de Sevilha, que recorre também a abóbadas escalonadas, Fernando Branco Correia filia este tipo de coberturas numa arquitetura de tradição islâmica, que, assim, se encontraria vigente em Portugal ainda no final do século XIII¹⁰⁸. Por outro lado, imbricado com a muralha norte [CJED VII: UE 801] do Núcleo A, de que será portanto coetâneo, o tramo inferior [CJED I: UE 1] da Porta Buçaqueira pode indiretamente ser remetido para, pelo menos, meados do século XIV, época atribuída à muralha através de escavação arqueológica¹⁰⁹. Embora passível de ser filiada, como visto, numa arquitetura de tradição islâmica, e arqueologicamente atestada desde meados do século XIV, os contributos mais relevantes para a atribuição cronológica do tramo inferior da torre continuam a ser a sua mais antiga referência documental, a recuar a 1282, e o siglário que exhibe, com paralelos no portal da Igreja de São Pedro, recuável a 1156¹¹⁰.

No seu alçado principal, o tramo inferior da Porta Buçaqueira exhibe três orifícios [CJED I: UE 7, 8, 9] alinhados horizontalmente, que, tendo sido programados em simultâneo com a porta, serão compatíveis com agulheiros. No entanto, dada a sua proximidade à fissura [CJED I: UE 47], estas ocorrências poderão ter estado articuladas com a sustentação de uma estrutura de que já não subsistam outros vestígios. A projeção da torre em simultâneo com qualquer estrutura que, aproveitando os orifícios em causa, avançasse sobre o vão de passagem, como um telheiro ou um sobrado, como registado por Duarte de Armas, por exemplo, sobre a muralha de Mogadouro, constitui uma possibilidade inverosímil, visto que concorreria para a diminuição da capacidade defensiva da torre. Um balcão matacões, de natureza militar mais adequada às necessidades defensivas da porta, caso também registado por Armas, por exemplo, no Castelo de Freixo de Espada à Cinta, não constitui tão pouco uma possibilidade viável. Se desmontado, um matacões, necessariamente robusto e portanto pesado, deixaria, sobretudo ao nível das mísulas de suporte, vestígios de amputação, não concordantes

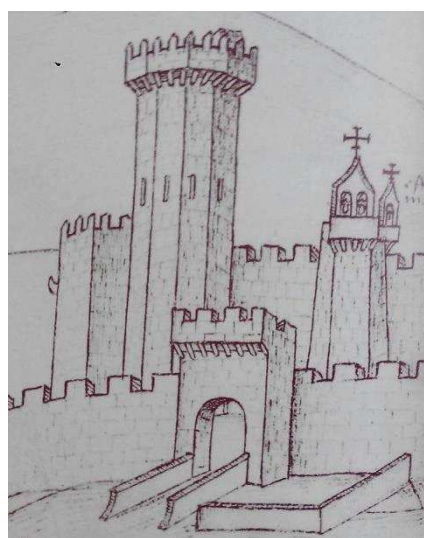
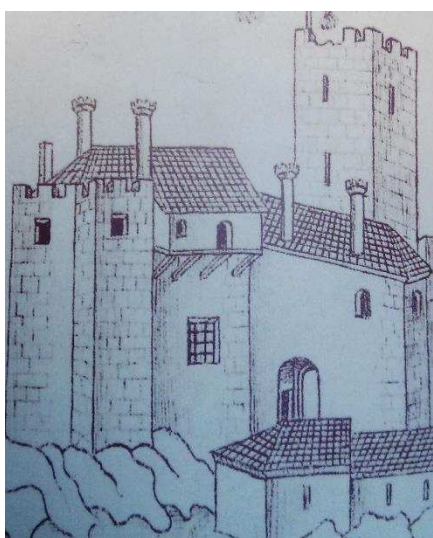
¹⁰⁷ Estudada por Mário Jorge Barroca, a inscrição comemorativa da edificação da porta do Castelo do Alandroal, frequentemente referida como *Porta Legal*, em alusão à primeira palavra da inscrição, atribui a autoria da obra a D. João Afonso, mestre de Avis, no ano de 1294 (BARROCA, 2000: 1109 a 1113, N. 430).

¹⁰⁸ Para mais informação sobre o paralelismo entre a Porta *Legal* e a Porta da Mesquita de Sevilha, incluindo a influência das ordens militares na adoção de certas formas islâmicas nos castelos portugueses cristãos, leia-se Fernando Branco CORREIA: 'Prevalências do período islâmico em castelos portugueses das Ordens Militares', *Castelos das Ordens Militares*, Atas do Encontro Internacional, Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, 2013.

¹⁰⁹ Sobre a realidade arqueológica a oeste do setor nascente da muralha norte, leia-se Vânia CARVALHO e Isabel INÁCIO: *Projecto de Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria*, PNTA, Sondagens Arqueológicas de Avaliação, Relatório Final, Leiria, 2011, no concernente à Sondagem 5.

¹¹⁰ Vide supra, pp. 16 e 18. Vide ainda Imagens 1 e 2, constante de Anexo Iconográfico.

com os orifícios que se observam. Uma vez que, como visto, a fissura foi aberta posteriormente à edificação da torre, a estrutura que tenha suportado poderá ter aproveitando os agulheiros preexistentes. Desaparecida em período que desconhecemos, a hipotética estrutura, cujo tipo, face à escassez de vestígios, não se permite adivinhar, poderá ter sido eventualmente desmontada durante a reforma da torre, para adaptação a sineira.



Excertos dos registos de Duarte de Armas dos castelos de Mogadouro, à esquerda, e de Freixo de Espada à Cinta, à direita, ca. 1509.

Fonte: ARMAS, 2006: fl. 80, vista este; fl. 77, vista sul.

Sobre o tramo inferior [CJED I: UE 1] da torre ergue-se um corpo distinto [CJED I: UE 10], caracterizado pela abertura de diversos vãos ogivais. À distinta natureza destes vãos, que imprimem ao tramo superior da torre maior graciosidade, soma-se o interface [CJED I: UE 11] estabelecido entre os dois tramos, para corroborar a posterioridade de edificação do tramo superior face ao tramo inferior. A reformulação da torre, decorrente da edificação do tramo superior, terá não apenas promovido a alteração da fisionomia da estrutura, sendo atualmente impossível deduzir a sua configuração anterior, como também a adaptação da mesma a novas funções. A possibilidade de ter sido projetada como torre sineira para a Igreja de Santa Maria da Pena, de resto enunciada na obra de

diversos autores¹¹¹, sai reforçada pela sua proximidade geográfica à própria igreja, assim como pela proximidade cronológica, sugerida pela semelhança entre as molduras dos vãos da torre e do vão de porta patente na parede norte da igreja. De facto, sendo compostos por molduras de arestas chanfradas e ombreiras de base em ‘unha’, estes vãos encontram paralelo em alguns dos vãos não restaurados dos Paços Novos, nomeadamente no vão de porta patente na parede lateral nascente da sua *loggia*¹¹². Apesar da amplitude temporal que poderá estar associada à adoção de determinadas formas ornamentais, a que as ombreiras de base em ‘unha’ não serão com certeza exceção, a reformulação da Torre Buçaqueira não deverá, face ao exposto, distanciar-se grandemente do período cronológico de edificação da Igreja de Santa Maria da Pena, ou mesmo da dos Paços Novos.

Por sua vez, o contraforte [CJED I: UE 44] erguido junto do alçado nascente da Torre Buçaqueira, cujo contacto se estende até ao tramo superior da mesma, conforme corroborado pelo interface [CJED I: UE 45], resulta por esse motivo de uma ação posterior à reestruturação do tramo superior da torre¹¹³. Não obstante, o hiato temporal entre as duas ações construtivas pode não ter sido muito alargado, dado o reforço estrutural que uma reestruturação desta magnitude exigiria.

Imbricada no tramo inferior da Torre Buçaqueira, arranca, pelo seu lado poente, a muralha norte. Ainda que não tenha sido possível aferir a época de edificação desta muralha [CJED VI: UE 702; CJED VII: UE 801], uma sondagem arqueológica aberta junto ao seu alçado poente viria a comprovar tratar-se da estrutura mais antiga desta área do Núcleo A, à qual encostariam posteriormente múltiplas estruturas e níveis térreos, os mais antigos dos quais a recuar ao século XIV¹¹⁴. Pese embora a datação relativa obtida por via da escavação arqueológica, a interpretação estratigráfica da sua componente edificada resultou, como visto, na constatação do travamento entre este pano de muralha e o tramo inferior da Torre Buçaqueira. Como tal, e não obstante se encontrar

¹¹¹ Vide supra, p. 19.

¹¹² Ao contrário da opinião veiculada por Saul António Gomes, para quem os vãos do Paço de Monte Real “denunciam paridade com os (...) vãos superiores da Torre dos Sinos (Buçaqueira)”, os vãos da Torre Buçaqueira não deverão remontar “ao primeiro gótico” do Castelo de Leiria (GOMES, 2004: 154). Efetivamente, os vãos da torre leiriense exibem arestas chanfradas e bases em ‘unha’, características que não estão presentes nos vãos de Monte Real, de arestas vivas e sem ornamentação ao nível das suas bases. Vide Imagens 4 a 8, constante de Anexo Iconográfico.

¹¹³ Vide Imagem 9, constante de Anexo Iconográfico.

¹¹⁴ Sobre a realidade arqueológica a oeste do setor nascente da muralha norte, leia-se Vânia CARVALHO e Isabel INÁCIO: *Projecto de Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria*, PNTA, Sondagens Arqueológicas de Avaliação, Relatório Final, Leiria, 2011, no concernente à Sondagem 5.

erguida em aparelho tipologicamente distinto, a muralha resultará do mesmo momento construtivo da torre.

Num ponto de inflexão, a noroeste da torre, a muralha assume uma configuração ultra-semicircular, consistente com a tipologia de um cubelo. Generalizados entre o século XIV e a primeira metade do século XV¹¹⁵, o recurso a cubelos nos castelos medievais portugueses, tal como a torreões, recua até ao século XII, assumindo frequentemente no vale do Mondego, por influência islâmica, plantas semicirculares e ultra-semicirculares¹¹⁶.

Também os registos de Duarte de Armas revelam com particular incidência a aplicação de cubelos em posições de inflexão nas muralhas, representadas, como por exemplo, em Penamacor, Castelo de Vide, Mértola ou Almeida. Da análise a algumas plantas elaboradas pelo emissário de D. Manuel I, João Gouveia Monteiro estipula que os cubelos deveriam elevar-se oito a dez metros acima da cota dos adarves das muralhas adjacentes e, quando em posição de inflexão, assumir três a cinco metros de diâmetro¹¹⁷. Apesar de várias imagens comprovarem a existência do cubelo da muralha norte do Núcleo A do Castelo de Leiria¹¹⁸, são também claras quanto ao nível de ruína em que se encontrava antes do restauro empreendido no século XX lhe atribuir o coroamento que atualmente exhibe. Como tal, dificilmente saberemos a altura que atingia antes de arruinado. Já o seu diâmetro, com aproximadamente 3,5 metros, insere-se plenamente na média avançada por João Gouveia Monteiro.

Em período 'românico', torreões e cubelos surgem frequentemente em número muito diminuto, por vezes até reduzidos a uma única unidade, como sucede, por exemplo, no Castelo de Arnóia¹¹⁹. Em toda a muralha norte existe apenas um cubelo, o que, face à generalização que estes elementos conheceram entre o século XIV e a primeira metade do século XV, parece concorrer para a sua datação 'românica'. Todavia, não são desconhecidos casos em que cubelos e torreões integram, em período 'românico' conjuntos mais vastos, distribuídos de forma mais ou menos regular pelas respetivas muralhas, como acontece, por exemplo, nos castelos de Pombal e de Tomar.

Apesar de a muralha em análise contar presentemente apenas com um torreão, não será de excluir a existência de outros torreões ou cubelos na mesma muralha,

¹¹⁵ MONTEIRO, 1999: 35.

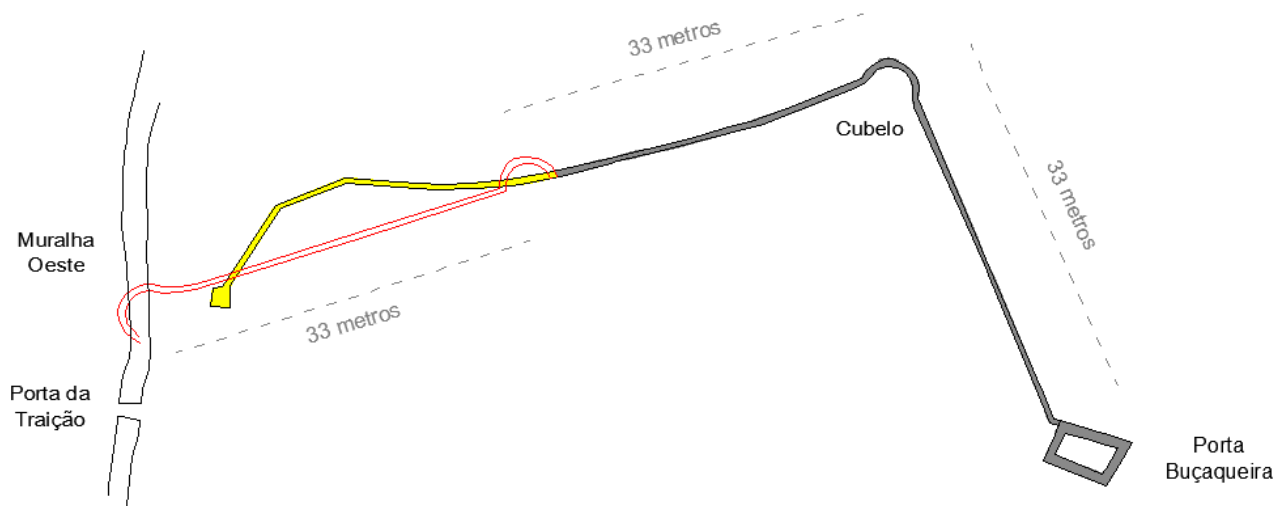
¹¹⁶ BARROCA, 1998: 23 e 109.

¹¹⁷ MONTEIRO, 1999: 63, 72 e 73.

¹¹⁸ *Vide* Estampas LIV e LV: IEp. 40, IEp. 48, IEp. 49, IEp. 50.

¹¹⁹ BARROCA, 2003: 109.

eventualmente desaparecidos perante a reforma, que, como veremos, atingiu o seu setor ocidental. De facto, se a referida reforma alcançou mais de metade da muralha, no seu percurso voltado a norte, legitima-se considerar desconhecido o seu trajeto primitivo. Ora, a distância que separa o cubelo em causa da Porta Buçaqueira, cerca de 33 metros, equivale exatamente a metade da sua distância à muralha oeste do Núcleo A, caso a mesma se desenvolvesse em linha recta, 66 metros. A proporção entre as duas distâncias, de cálculo tão exato, alude à possibilidade de outros torreões ou cubelos que, eventualmente equidistantes, segmentassem a distância superior, de 66 metros, em intervalos regulares equivalentes à distância inferior, de 33 metros.



Hipotético traçado da muralha norte sobre excerto da planta do Núcleo A do Castelo de Leiria.

- Legenda:
- Estruturas 'românicas'
 - Muralha reformada (finais século XV)
 - Hipotético traçado 'românico', anterior à reforma

Posto que absolutamente hipotética, a possibilidade de um traçado primitivo que unisse a muralha norte à muralha oeste, com ou sem torreões ou cubelos, deve ser tida em consideração, dadas as características expectáveis das muralhas de um recinto fortificado 'românico'. De facto, se em período 'românico' os castelos dispunham, na maioria das vezes, de apenas duas portas, a principal e a da traição, dificilmente se abriria nas muralhas do Núcleo A do Castelo de Leiria uma terceira passagem, como a

que viria a ser definida pelo referido tramo reformado, sobretudo em local tão próximo ao da porta da traição.

No seu setor ocidental [CJED VI, UE: 704] a muralha norte do Núcleo A do Castelo de Leiria assume uma configuração que, a par da diferença tipológica em que se ergue, a afasta do setor oriental mais próximo [CJED VI, UE: 702]. Embora se inicie de forma retilínea, este tramo define, ao aproximar-se da Porta Nova, dois ângulos pouco pronunciados, alterando a trajetória da própria muralha para sudoeste. Os panos adjacentes aos ângulos passam ainda a assumir bases oblíquas, ou em talude¹²⁰, distintas da restante muralha norte, que, *grosso modo*, se apresenta aprumada.

Estratigraficamente isolada, pelo menos à cota positiva, da sua congénere oriental [CJED VI, UE: 702], a posição deste conjunto edificado na sequência construtiva da muralha norte reveste-se de alguma dificuldade. No entanto, as suas características construtivas sugerem objetivos defensivos específicos, passíveis de enquadramento cronotipológico. Se tivermos em consideração o talude da sua base, de 3,5 metros de espessura máxima e 4,80 metros de altura, contando com a extensão à cota negativa revelada em escavação arqueológica¹²¹, percebe-se não apenas o esforço empreendido para acrescentar robustez à base da muralha mas também a dificuldade criada à sua escalada, em caso de assalto.

Estas características, que poderiam aproximar o talude à tipologia de um alambor, são na realidade compatíveis com uma escarpa, já que ao talude se somam ângulos pouco pronunciados. De facto, escarpas e ângulos obtusos concorrem para a resistência da muralha ao tiro direto e rasante, salvaguardando-as dos impactos frontais. João Gouveia Monteiro, por exemplo, insere estas características arquitetónicas num plano de adaptação aos primeiros tempos da piobalística, que, com base na análise que o próprio autor faz dos desenhos de Duarte de Armas, posiciona entre finais do século XV e inícios do século XVI¹²². Embora as escarpas surjam nos desenhos de Duarte de Armas mais frequentemente associadas a torreões, o escudeiro não deixou de as representar em associação a muralhas, como sucede por exemplo no caso do Castelo de Moura.

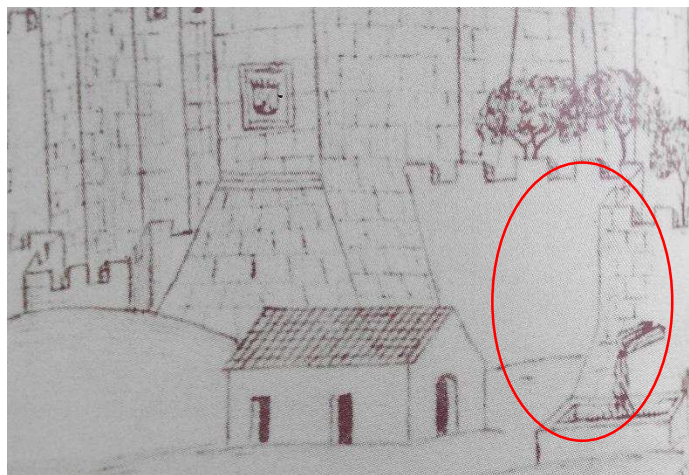
¹²⁰ Vide Imagem 10, constante de Anexo Iconográfico.

¹²¹ Sondagem 14, vide Capítulo 1.

¹²² MONTEIRO, 1999: 36 a 47.

Nos primeiros tempos, porém, as inovações da pirobalística coabitavam com as antigas técnicas herdadas da neurobalística¹²³. Por este motivo, e não obstante a periodização proposta por João Gouveia Monteiro, a transição entre as estruturas arquitetónicas próprias de cada uma destas formas de guerra tem-se revelado, quando em casos concretos desprovidos de documentação adequada, de difícil balizamento cronológico.

Uma sondagem arqueológica¹²⁴ realizada junto do alçado exterior deste tramo de muralha revelou, entre outras evidências, um nível térreo encostado à escarpa da muralha [CJED VI, UE: 704], do qual se exumou espólio cerâmico enquadrável nos séculos XII e XIII. Encostada pelo nível térreo, a escarpa precede-lhe estratigráfica e cronologicamente. Não entanto, a heterogeneidade da composição do nível térreo levou a que fosse considerado como “provavelmente resultante de escorrências e lixeira”¹²⁵. Como tal, a sua cronologia de deposição pode não coincidir com a datação atribuída aos materiais dele exumados, e, assim, ser pouco proveitosa para a definição cronológica da escarpa a que encostou.



Excerto do desenho do Castelo de Moura, segundo Duarte de Armas, ca de 1509. Muralha escarpada em destaque.

Fonte: ARMAS, 2006: fl. 9 vista oeste.

¹²³ GUIMARAENS IGUAL *et alli*, 2011/2012: 163.

¹²⁴ Sondagem 14, *vide supra*, p. 19.

¹²⁵ CARVALHO *et all*, 2011: 100.

Embora encontrem reflexos na tratadística concernente apenas desde finais do século XIV¹²⁶, as escarpas e outras estruturas arquitetónicas adaptadas à pirobalística deverão preceder cronologicamente a produção literária da especialidade. De facto, como preveniu Alfredo Vera Boti, as obras propriamente ditas, como se de experimentações se tratassem, precediam a redação dos tratados, escritos para a divulgação de dados, como tal, já tecnicamente comprovados¹²⁷. Assim, e de forma semelhante, não deveremos recusar a possibilidade de existência de muralhas facetadas e de escarpas em tempos mais recuados, ainda que nos tratados de arquitetura militar encontremos referências a estas estruturas apenas a partir do primeiro terço do século XVI.

Na *Gionta* ao Livro VI das *Quesiti et Inventioni Diversi*, publicado em 1554, por exemplo, o lombardo Niccolò Tartaglia, propõe que os ângulos definidos entre dois panos consecutivos de muralha devam ser obtusos, nunca retos ou agudos¹²⁸. Francesco di Giorgio Martini, por seu turno, recomenda, no *Quinto Trattato* do *Codex Senese* do seu *Trattati di Architettura e Arte Militare*, redigido entre 1490 e 1500, que os ângulos das muralhas se posicionassem onde o assédio fosse mais fácil e que as muralhas fossem escarpadas em dois terços da sua altura¹²⁹. Também a acentuação do declive aplicado à escarpa mereceu a atenção de diferentes tratadistas. O florentino Antonio Avertino, il Filarete, por exemplo, recomenda no seu *Trattato di Architettura*, redigido a partir do terceiro quartel do século XVI, que as escarpas tivessem cinco a seis braças de base e dez braças de altura, ao passo que di Giorgio Martini propunha que para cada quatro ou cinco pés de altura, a escarpa tivesse um de base¹³⁰.

Uma vez que não podemos estimar a altura total do tramo ocidental da muralha [CJED VI, UE: 704], anterior ao restauro que, como veremos, a dotou no século XX do coroamento que atualmente exhibe, não sabemos se o rácio recomendado pelo autor toscano encontraria paralelo na estrutura leiriense. Não obstante, a relação entre as alturas da escarpa e da parede aprumada não deverá configurar o seu único critério de atribuição cronológica, já que a altura das muralhas escarpadas, sobretudo a do seu pano vertical, diminui tendencialmente ao longo de todo o século XVI.

¹²⁶ Sobre a tratadística respeitante à arquitetura militar e respetiva repercussão nas fortalezas da Península Ibérica, ao longo dos séculos XV e XVI, leia-se, entre outras obras possíveis, Alfredo VERA BOTÍ: *La arquitectura militar del Renacimiento a través de los tratadistas de los siglos XV y XVI*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Escola Técnica Superior de Arquitectura da Universidade politécnica de Valência, Valência, 2001.

¹²⁷ VERA BOTI, 2001: 126.

¹²⁸ *Idem, Ibidem*: 201 a 210.

¹²⁹ *Idem, Ibidem*: 150 a 162.

¹³⁰ *Idem, Ibidem*: 492.

Salvaguardadas as devidas reservas, decorrentes das diferenças verificadas entre os distintos tratadistas, a escarpa verificada no tramo da muralha [CJED VI, UE: 704] em análise, com 70º de inclinação, posiciona-se precisamente entre os valores propostos por Filarete (59º a 63º) e Giorgio Martini (76º a 79º). À inclinação da escarpa acresce o traçado angular definido pela muralha no seu setor poente, que, contando com dois ângulos obtusos de aproximadamente 170º e 160º, definem um “perímetro côncavo quebrado”, conforme estabelecido por Giorgio Martini¹³¹.

Contando com a inclinação e o traçado angular próprios de uma muralha em adaptação à pirobalística, o setor poente da muralha [CJED VI, UE: 704] deverá, assim, ser entendido como uma muralha escarpada. Sem outros elementos funcionalmente paralelos noutras partes do Núcleo A do Castelo de Leiria, como sejam as troneiras, a edificação de uma muralha escarpada não deixa de ser, ainda que de uma forma tímida, uma efetiva tentativa de adaptação da fortaleza à pirobalística.

Adaptada à nova realidade poliorcética, a muralha [CJED VI, UE: 704] resultará, assim, de uma edificação que, dada a sua localização na planta geral do Núcleo A do Castelo de Leiria, terá forçosamente de ter substituído uma muralha preexistente. Já antes, a propósito da estruturação das muralhas ‘românicas’ desta área, se levantaram suspeitas sobre a eventual natureza de tal preexistência. Para a sua corroboração concorrem, para além do mais, os vestígios estruturais [CJED IV, UE: 503/CJED VI, UE: 701], que a muralha reformada claramente veio cobrir.

Assumindo que a nova muralha resulta de uma efetiva reforma, a mesma, expostos os factos, não poderá deixar de ter ocorrido em tempos necessariamente mais recentes do que a muralha com que confina a nascente, [CJED VI, UE: 702]. Os dois tramos, significativamente arruinados no início do século XX, conforme comprovam algumas imagens¹³², só voltariam a estar unidos graças às estruturas edificadas nas várias campanhas de restauro promovidas no Castelo de Leiria, como adiante se verá.

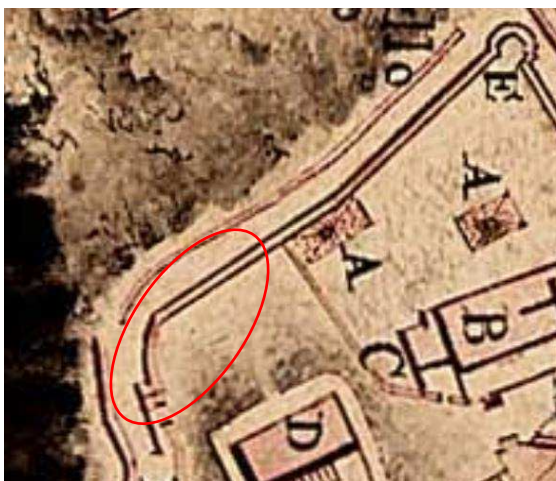
À muralha norte ‘românica’, eventualmente retilínea e dotada de mais torreões ou cubelos, sucedeu assim uma muralha quebrada e munida de escarpa, melhor capacitada para resistir ao impacto balístico dos novos aparelhos poliorcéticos. Esta reforma poderá, na sua origem, ter sido motivada pela degradação da própria muralha, pela vontade de adaptá-la aos novos desafios bélicos, particularmente nocivos a oriente,

¹³¹ *Idem, Ibidem*: 522 a 529.

¹³² *Vide* Estampa LIV, por exemplo, IEP. 40 a IEP. 44.

onde a topografia do terreno melhor permitiria estacionar aparelhos pirobalísticos, ou mesmo pelo conjunto de ambas as circunstâncias.

A julgar pelo traçado de algumas plantas¹³³, a muralha reformada coabitaria com uma passagem onde atualmente se posiciona a Porta Nova. Se o ponto de passagem concorreria para a necessidade da reforma, na medida em que as adaptações estruturais serão prioritárias em pontos mais suscetíveis aos assaltos, não deixaria de convergir também para a debilidade defensiva do Núcleo A, como de resto resulta de qualquer abertura numa muralha. A configuração maciça e aproximadamente quadrangular da extremidade sudoeste da muralha reformada, compatível com um torreão [CJED IV, UE: 504/CJED VI, UE: 704], poderá ser, por este motivo, entendida na lógica defensiva desta eventual passagem.



Muralha norte, registada em planta de 1816. Área em causa [CJED VI, UE: 702] destacada.

Excerto da Estampa XLVIII, PEp. 2.



Torreão [CJED IV, UE: 504/CJED VI, UE: 704], registado ca. 1936-56. Estruturação côncava destacada.

Excerto da Estampa LII, IEp. 31.

Ainda que a estruturação da passagem possa não ter tido, à data da reforma, a aparência que atualmente exhibe, a construção de um torreão, de resto sugerido em planta de 1816¹³⁴, configurar-se-ia fundamental à defesa deste debilitado ponto de acesso ao Núcleo A. Adossado por um vão de janela e pela própria Porta Nova, ambos,

¹³³ Vide Estampa XLVIII, PEp. 1 e PEp. 2.

¹³⁴ Vide Estampa XLVIII, PEp. 1.

como se verá, resultantes do restauro decorrido no século XX, perder-se-ia a visibilidade ao eventual torreão. Imagens anteriores ao restauro permitem porém vislumbrar a sua aparência primitiva, ainda que bastante arruinada¹³⁵, assim como a existência de uma estruturação côncava no topo do seu alçado poente¹³⁶, bem distinta da convexidade que atualmente caracteriza o lintel da janela ali adossada.

Posta a possibilidade de uma passagem já existente, poderá a mesma estar na origem da reforma da muralha norte, não sendo de excluir porém a possibilidade oposta: caso a muralha anterior à reforma fechasse a poente com a muralha oeste, poderá estar na base desta reforma a necessidade de promover a abertura de uma passagem, onde anteriormente não existisse nenhuma.

No exterior da muralha norte do Núcleo A do Castelo de Leiria subsistem, por sua vez, vestígios estruturais que, embora bastante arruinados e interrompidos no seu percurso, se desenvolvem, inequivocamente, de forma paralela à muralha. Observáveis desde a Porta Nova à Porta Buçaqueira, estes vestígios despontam à cota positiva pelo seu lado setentrional, mas não pelo lado oposto, onde não ultrapassa o atual nível de circulação¹³⁷. Esta característica em particular poderia concorrer para a possibilidade de se tratar de um muro de sustentação de terras, mormente dada a inclinação do terreno em que se ergue. Contudo, duas sondagens arqueológicas conduzidas entre estas estruturas arruinadas e a muralha norte¹³⁸ confirmam o local como ponto de passagem desde período medieval/moderno, corroborado pela deteção de distintos pisos de circulação, abaixo da superfície do solo. As sondagens revelariam ainda reboco aplicado no alçado meridional destes vestígios estruturais, presentemente soterrado, comprovando que a mesma tenha estado em tempos à cota positiva.

A estrutura constituiria, assim, uma parede erguida à cota positiva que, por acompanhar paralelamente a muralha norte, deverá ser entendida como uma barbacã, enquanto o espaço compreendido entre a mesma e a muralha, comprovado local de passagem, corresponderá à sua liça.

Ainda que hoje o seu percurso, em função do avançado estado de degradação em que se encontra, se perca no setor oriental da muralha norte, uma estrutura similar surge na

¹³⁵ Vide Estampa LII, IEp. 30.

¹³⁶ Vide Estampa LII, IEp. 31.

¹³⁷ Vide Imagens 11 e 12, constantes de Anexo Iconográfico.

¹³⁸ Sobre a estratigrafia detetada entre a muralha norte e a estrutura arruinada, a norte, leia-se Vânia CARVALHO e Isabel INÁCIO: *Projecto de Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria*, PNTA, Sondagens Arqueológicas de Avaliação, Relatório Final, Leiria, 2011, no concernente às sondagens 4 e 26.

extremidade oposta, junto da Porta Buçaqueira, onde se articula com um corpo de escadas de acesso ao Núcleo A. Sendo possível que esta parede tenha integrado a própria barbacã, não deixa de ser plausível também que resulte de uma reforma da mesma, tal como sugerido pelos indícios detetados em sondagem arqueológica realizada neste local¹³⁹. De forma equivalente, a estrutura interrompe-se abruptamente na extremidade oposta, próximo da Porta Nova. A sua direção, no sentido sudoeste, sugere uma união à muralha oeste do Castelo de Leiria, ainda que no remanescente da mesma sejam presentemente indetetáveis vestígios que o possam corroborar.

Posta a possibilidade de corresponderem a uma barbacã, os vestígios estruturais deverão ser entendidos como o remanescente de uma barbacã extensa¹⁴⁰, uma vez que, como visto, acompanhariam, muito provavelmente, a totalidade da muralha norte do Núcleo A. O grau da sua extensão pode, de resto, ser comprovado pela análise de algumas plantas e imagens de diferentes épocas¹⁴¹, salvaguardadas as devidas reservas que, como já exposto, decorrerem do recurso a estes documentos como fontes historiográficas.

Adaptações estruturais acrescentadas aos antigos castelos 'românicos', como primeiras barreiras¹⁴² a ultrapassar, antes mesmo que o assalto atingisse as muralhas principais, a construção de barbacãs em Portugal encontra-se documentada desde pelo menos 1337¹⁴³, generalizando-se ao longo dos séculos XIV e XV¹⁴⁴.

Não obstante, a barbacã à muralha norte do Núcleo A do Castelo de Leiria ajusta o seu traçado aos contornos do setor poente da muralha, que, como visto, deverá ter resultado de reforma, promovida com forte probabilidade a partir de finais do século XIV. Deste modo, caso a barbacã preceda a muralha norte, poderá recuar ao segundo quartel do século XIV, sendo posteriormente reformada para ajustamento ao traçado do tramo

¹³⁹ Sobre os indícios que apontam para uma reforma da estrutura arruinada a norte da Porta Buçaqueira, leia-se Vânia CARVALHO e Isabel INÁCIO: *Projecto de Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria*, PNTA, Sondagens Arqueológicas de Avaliação, Relatório Final, Leiria, 2011, no concernente à Sondagem 26.

¹⁴⁰ BARROCA, 2003: 120.

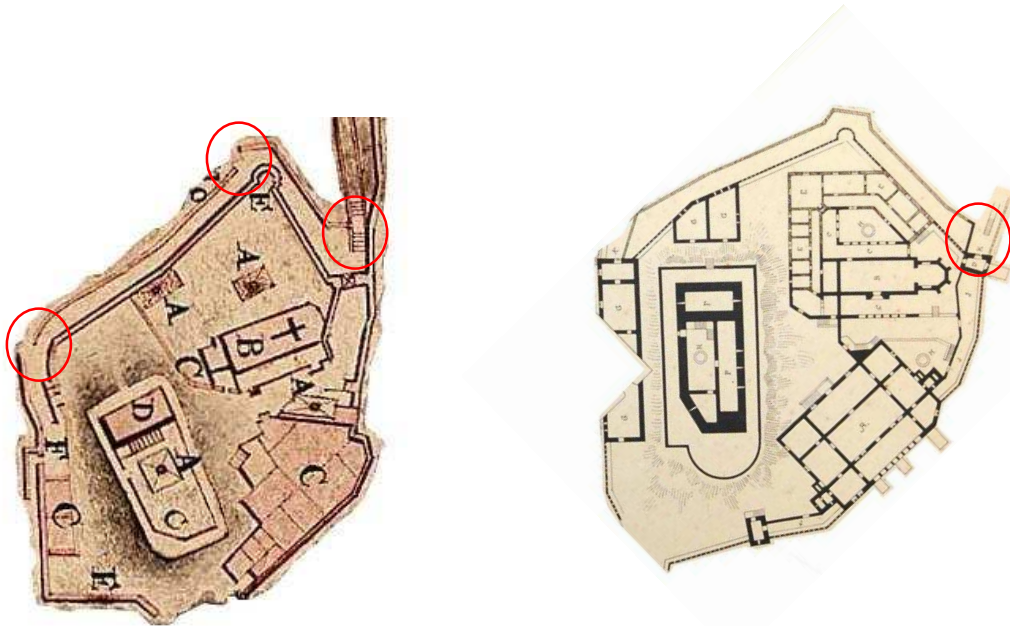
¹⁴¹ Vide, por exemplo, Estampa XLVIII: PEp. 2, PEp. 4 e Estampa LV: IEp. 48.

¹⁴² António Pires Nunes salvaguarda a empregabilidade do termo *barreira* para designação alternativa a *barbacã*, à semelhança do que acontece, por exemplo, em Espanha (NUNES, 2005: 61).

¹⁴³ A construção de "*huum* portado de pedra na *barvacã* asu a porta do castelo" de Torre de Moncorvo consta de documento datado de 1337 (TRINDADE, 2013: 437), que constituirá, tanto quanto se saiba, a mais antiga referência a uma barbacã.

¹⁴⁴ Sobre a generalização da barbacã nas fortalezas portuguesas, leia-se, entre outros, Mário Jorge BARROCA: 'Castelos Medievais Portugueses. Origens e Evolução (Séc. IX-XIV)', *La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo*, Ed. Juan António Barrio Barrio e José Vicente Cabezero Pliago, Alicante, 1998; ou João Gouveia MONTEIRO: 'Reformas góticas nos castelos portugueses ao longo do século XIV e na primeira metade do século XV', *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Palmela, 2002.

reformado da muralha. Contudo, não será de excluir a possibilidade de ter sido erguida em período mais tardio, já coetâneo ou posterior à reforma da muralha norte. De resto, as barbacãs permanecerão recomendáveis pelo menos até à segunda metade do século XVI, conforme se denota, por exemplo, do *Trattato di Architectura Militare*, de Baldassarre Peruzzi, redigido entre 1527 a 1530¹⁴⁵.



Núcleo A do Castelo de Leiria. Excertos das plantas de Major Nunes da Costa, de 1816, à esquerda, e de Ernesto Korrodi, de 1898, à direita (Estampa XLVIII, PEp. 2 e 3). Aberturas da barbacã em destaque.

Fonte: Câmara Municipal de Leiria; KORRODI, 1898: Estampa V.

Da estrutura propriamente dita subsistem, como referido, escassos vestígios, que pouco permitem deduzir do seu comportamento medieval. Plantas do Castelo de Leiria, traçadas no início do século XIX¹⁴⁶, sugerem que possa ter albergado, para além das escadas de acesso à Porta Buçaqueira, outras duas passagens, junto ao cubelo e no extremo poente da muralha norte, respetivamente. De igual modo, se poderá deprender da análise da planta ‘reconstruída’ de Korrodi, ou mesmo da planta de 1918/1919¹⁴⁷, que a barbacã não dispunha, para além das referidas escadas, de nenhuma outra passagem. Se a dupla abertura registada nas plantas oitocentistas

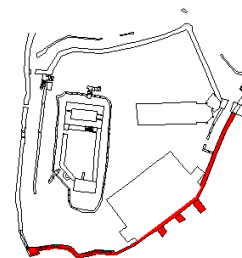
¹⁴⁵ VERA BOTÍ, 2001: 178.

¹⁴⁶ Vide Estampa XLVIII, PEp. 1, 2.

¹⁴⁷ Vide Estampa XLVIII, PEp. 3, 4.

levanta sérias dúvidas face à diminuição das capacidades defensivas que implicaria, sobretudo a ocidente, onde passaria a estabelecer comunicação directa com o interior do castelo, também uma liça totalmente fechada se supõe improvável, dado que dificultaria o acesso não só a assaltantes, como também à população do castelo. Como tal, do mesmo modo que as aberturas registadas na planta de 1816 poderão corresponder tanto a passagens intencionais como a ruínas parciais da barbacã, também a liça fechada, 'reconstruída' por Korrodi, poderá resultar de uma interpretação hiperbolizada das características defensivas desta estrutura.

3.2. MURALHA SUL



Sobreposta pelos Paços Novos, maioritariamente soterrada no seu alçado interno e de acesso muito condicionado pelo exterior, a muralha que define a sul o Núcleo A do Castelo de Leiria revelou-se de difícil análise. As relações estratigráficas que mantém com a Torre Buçaqueira, com o paço ou com o setor a sudoeste, incluindo o torreão com que a poente se encontra rematada, por exemplo, permaneceram menos claras, não obstante os esforços desenvolvidos para a sua avaliação.

Tanto quanto foi possível avaliar, o tramo inferior da muralha sul [CJED II: UE 233] encosta, a nordeste, no tramo inferior [CJED II: UE 1] da Torre Buçaqueira. A verificar-se, a muralha sul terá de suceder à torre na sequência cronológica construtiva do Núcleo A, pelo menos no concernente ao seu tramo nordeste. Deste ponto em diante, a muralha desenvolve-se até aos Paços Novos. Ocultada pelo encosto de uma cisterna, no interior, e por denso coberto vegetal, no exterior, a relação que mantém com o paço permaneceu, contudo, imperscrutável. Mesmo tendo em consideração a distinção tipológica em que se ergue, comparativamente ao paço e à torre, os tímidos testemunhos estratigráficos impedem maiores considerações quanto à posição ocupada pelo tramo [CJED II: UE 233] na sequência construtiva desta área do Castelo de Leiria.

A análise de uma gravura datada de 1834, de autoria de James Holland, revela porém a existência de um vão de janela geminado, ao centro do setor nascente da muralha sul, entre os Paços Novos e a Torre Buçaqueira. Uma imagem¹⁴⁸ do início do século XX, por seu turno, testemunha a ruína do mesmo setor, com o tramo [CJED II: UE 233] ainda não sobreposto pelos tramos [CJED II: UE 340, 344], e isento de quaisquer indícios de vãos. Como tal, a ter existido, este vão, necessariamente desaparecido entre 1834 e o início do século XX, dotaria a muralha de um elemento de natureza residencial, de resto em sintonia com o processo que conduziu à edificação do paço no interior do Núcleo A.

Integrado na base da fachada principal dos Paços Novos, desenvolve-se um pano de muro [CJED II: UE 101] que, deste modo 'selado', precede cronologicamente o paço, não podendo ser, portanto, posterior a período compreendido entre 1373 e 1442¹⁴⁹. Erguida sobre este pano, a fachada do paço eleva-se em distintos pisos, albergando um diversificado conjunto de vãos, grande parte dos quais restaurados, conforme se poderá constatar, por exemplo, através da análise a algumas imagens¹⁵⁰. Ainda que os Paços Novos não sejam abrangidos pelo presente estudo, importa salientar que, a avaliar pelo travamento entre os seus dois principais tramos construtivos [CJED II: UE 103, 115], a sua fachada principal deva resultar de uma empreitada só. A confirmar-se, a hierarquização associada aos seus distintos pisos¹⁵¹ poderá encontrar reflexo na diferença construtiva demonstrada pelos dois tramos, o inferior, de menor qualidade técnica, em aparelho de pedra não aparelhada, a que se segue o superior, esteticamente mais cuidado, em cantaria.

À fachada seriam posteriormente encostados três contrafortes [CJED II: UE 209, 211, 213], limitados à área correspondente ao tramo de parede preexistente [CJED II: UE 101]¹⁵². A distribuição não abrangente dos contrafortes, que exclui as áreas da fachada diretamente fundeadas no afloramento rochoso, denota preocupação com a resistência do tramo preexistente. Não obstante, a preservação deste tramo, em detrimento de um eventual desmonte, sugere que poderia encontrar-se ainda em condições de estabilidade aceitáveis, aquando da sua integração no novo edifício.

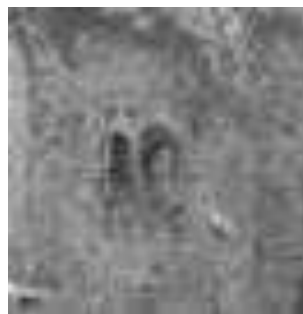
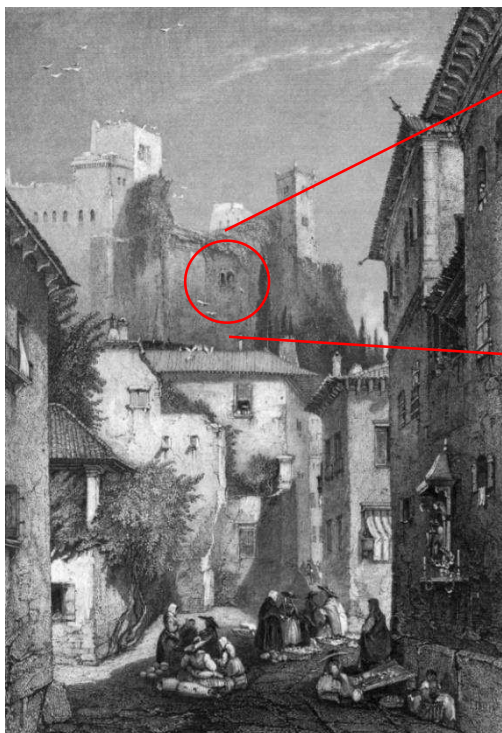
¹⁴⁸ Vide Estampa L, IEp. 15.

¹⁴⁹ Vide supra, p. 21.

¹⁵⁰ Vide Estampa L, IEp. 14, IEp. 17 e IEp. 20.

¹⁵¹ Sobre a função e a distinção reservada aos distintos pisos dos Paços Novos do Castelo de Leiria, leia-se, entre outras obras possíveis, José Custódio da SILVA: *Paços Medievais Portugueses*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2002, e 'Os Paços Régios de Leiria', *Leiria 450 anos Diocese e Cidade*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, 1996; ou Saul António GOMES: *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 2004.

¹⁵² Vide Imagem 13, constante de Anexo Iconográfico.



Castelo de Leiria e Rua da Misericórdia, segundo gravura de James Holland. 1839. Centro do setor nascente da muralha sul, em destaque (em cima).

Fonte: Câmara Municipal de Leiria.

A necessidade de reforço mediante a aplicação dos contrafortes sugere, por outro lado, que o tramo [CJED II: UE 101] possa não ter sido projetado para integrar a fachada do paço mas antes para uma função inteiramente distinta. Tendo em conta as descrições veiculadas por Ernesto Korrodi e por José Saraiva, que dão conta da sobrevivência de um adarve e de ameias no cimo do tramo [CJED II: UE 101]¹⁵³, esta parede poderá ter efetivamente integrado o sistema defensivo do Núcleo A do Castelo de Leiria. Todavia, ao contrário da seteira [CJED II: UE 113], coetânea do tramo [CJED II: UE 103] da fachada do paço, as seteiras [CJED II: UE 217, 220] terão sido abertas posteriormente, não figurando em imagens até, por exemplo, cerca de 1930¹⁵⁴. Ocultados pela compartimentação do espaço interior do paço, decorrente dos restauros promovidos ao longo do século XX, o adarve e as ameias descritos por Korrodi e por Saraiva são hoje absolutamente impossíveis de perscrutar, encontrando-se assim indisponíveis os únicos elementos eventualmente úteis para a atribuição cronológica da muralha [CJED II: UE 101]¹⁵⁵.

Interrompido a poente, o pano de muro [CJED II: UE 103] que se desenvolve a partir da extremidade sudoeste dos Paços Novos, foi posteriormente substituído por um conjunto

¹⁵³ Vide supra, p. 24.

¹⁵⁴ Vide Estampa L, IEp. 17.

¹⁵⁵ Vide Imagem 14, constante de Anexo Iconográfico.

de três aparelhos distintos [CJED II: UE 223, 234, 243]. De acesso muito condicionado pelas imposições de segurança, o exterior da muralha sul não pode ser avaliado a partir deste ponto em diante. Pelo interior, por sua vez, grande parte da muralha encontra-se à cota negativa, sendo impossível, sem sondagens arqueológicas, avaliar, por exemplo, as suas fundações. Por estes motivos, permanece por estimar o comportamento da muralha sul, no seu setor poente, e, conseqüentemente, a relação que estabeleceria com o muro que arranca a sudoeste dos Paços Novos.

Na sua extremidade poente, a muralha sul define um corpo maciço [CJED II: UE 232; CJED III: UE 454] de planta aproximadamente retangular, que, destacando-se para o exterior da muralha, será consistente com um torreão. Implantado na extremidade sudoeste do Núcleo A, em posição que lhe permite defender a inflexão entre a muralha sul e a muralha oeste, este torreão reveste-se de significativa relevância defensiva. Não obstante, estando estratigraficamente isolado dos tramos das muralhas sul e oeste similares mais próximos [CJED II: UE 101, 103, CJED III: UE 411], e de balizamento cronológico demasiado amplo¹⁵⁶, o torreão não poderá, sem o contributo de provas adicionais, ser devidamente remetido à posição que ocupa na sequência construtiva do Núcleo A.

A avaliar por algumas plantas e imagens, a área compreendida entre o torreão [CJED II: UE 232; CJED III: UE 454] e os Paços Novos encontrar-se-ia, antes das obras de restauro promovidas ao longo do século XX, significativamente arruinada, em particular no setor a oeste dos Paços Novos¹⁵⁷. Nesta área, contudo, 'reconstruiria' Ernesto Korrodi¹⁵⁸ um torreão, em aparente comunicação com o paço, através de um corredor.

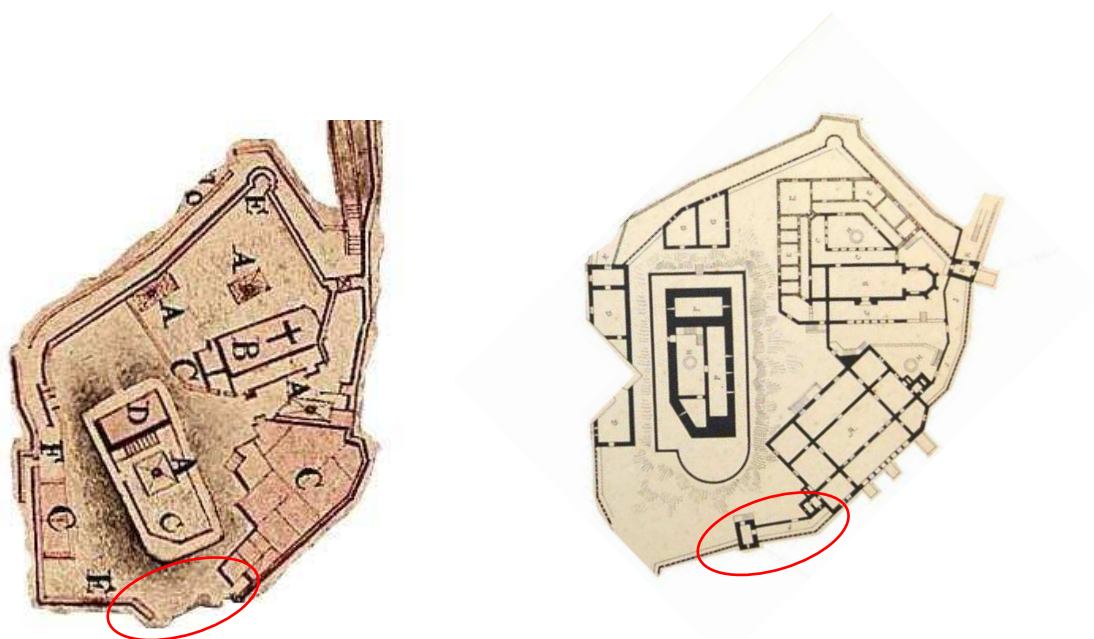
Talvez por influência da planta korrodiana, todas as plantas efetuadas a partir dessa data exibem nesse local um torreão idêntico. Só em planta de 1966¹⁵⁹ surge a área em causa isenta de qualquer estrutura. Atualmente porém não se detetam no local evidências estruturais concordantes com um torreão, que, a ter existido, terá, pelo menos à cota positiva, desaparecido por completo.

¹⁵⁶ Apesar de a generalização dos torreões ter conhecido grande incremento entre o século XIV e a primeira metade do século XV (MONTEIRO, 1999: 35), estas estruturas defensivas encontram-se patententes nos castelos portugueses desde pelo menos o século XII (BARROCA, 1993: 23).

¹⁵⁷ Ambas as plantas de 1809 e 1816 mostram uma interrupção neste setor da muralha sul (*vide* Estampa XLVIII, PEp. 1 e PEp. 2). Dois registos fotográficos são particularmente reveladores deste estado de ruína, a IEp. 13, cerca de 1907, exhibe, imediatamente a oeste dos Paços Novos, duas depressões intervaladas por um resquício de parede. Cerca de uma década depois, a IEp. 16 fixava o desaparecimento da parede remanescente intercalar, retratando uma das depressões, a poente, reedificada (*vide* Estampa L).

¹⁵⁸ *Vide* Estampa XLVIII, PEp. 3.

¹⁵⁹ *Vide* Estampa XLVIII, PEp. 10.



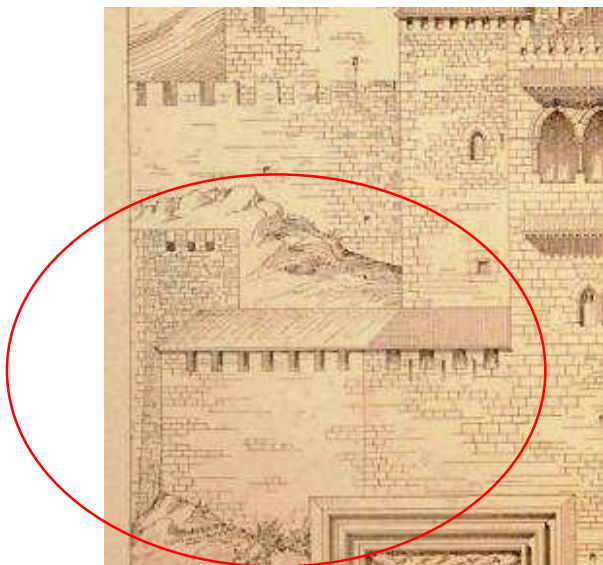
Núcleo A do Castelo de Leiria. Excertos das plantas de Major Nunes da Costa, de 1816, à esquerda, e de Ernesto Korrodi, de 1898, à direita (Estampa XLVIII, PEp. 2 e 3). Setor a oeste dos Paços Novos em destaque.

Fonte: Câmara Municipal de Leiria; KORRODI, 1898: Estampa V.

À esquina sudoeste dos Paços Novos, contudo, encosta o vestígio de uma parede [CJED II: UE 221], erguida sobre o alinhamento da muralha sul. Ainda que possa sugerir a existência de uma estrutura a sudoeste do paço, entretanto desaparecida, os seus vestígios estruturais, bastante residuais, são insuficientes para a corroboração das edificações 'reconstruídas' por Ernesto Korrodi.

A ter existido, o torreão representado por Korrodi distaria do torreão sudoeste cerca 15 metros, distância que o aproxima dos casos registados por Duarte de Armas, por exemplo em Mourão ou em Monsaraz¹⁶⁰. A distância entre os torreões, todavia, não pode ser exclusivamente responsável pela sua atribuição cronológica, já que depende de fatores tão variáveis como a planta das muralhas, a topografia do terreno ou a necessidade de defesa de pontos considerados mais suscetíveis.

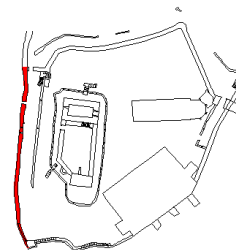
¹⁶⁰ Nos castelos de Mourão e de Monsaraz, os torreões distam entre si 15,40 a 29,70 metros e 7,15 a 13,75 metros, respetivamente (MONTEIRO, 1999: 65 a 68).



Castelo de Leiria, segundo 'reconstrução' de Ernesto Korrodi. Torreão e corredor a sudoeste dos Paços Novos em destaque.

Fonte: KORRODI, 1898: Estampa X (excerto).

3.3. MURALHA OESTE E PORTA DA TRAIÇÃO



Elemento recorrente nas fortificações 'românicas', onde desempenhava um papel estratégico fundamental, a porta da traição posiciona-se geralmente em locais discretos e de difícil acesso, não raras as vezes no extremo oposto ao da porta principal do castelo¹⁶¹. Paradigmaticamente, a Porta da Traição do Castelo de Leiria, aberta na muralha oeste do Núcleo A, não só se encontra em local de acesso muito dificultado, como se opõe à posição assumida na planta do Núcleo A pela porta principal, a Porta Buçaqueira. De igual modo, as suas modestas dimensões poderiam concorrer para o padrão típico das portas da traição, não fosse a leitura estratigráfica da sua moldura e do aparelho que a engloba revelarem que a sua configuração possa afinal ter recebido algumas alterações. De facto, quando analisada pelo exterior, a moldura da Porta da Traição revela inequivocamente dois níveis distintos de desgaste, o mais acentuado dos

¹⁶¹ Sobre a função e as características das portas da traição leia-se, por exemplo, Mário Jorge BARROCA: 'Arquitectura Militar', *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 1, Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severino Teixeira, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003; ou António Pires NUNES: *Dicionário de Arquitectura Militar*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2005.

quais afetando a sua soleira e a base das suas ombreiras, a que se sobrepõem as restantes peças das ombreiras e as aduelas do arco cimeiro, com menor desgaste. Assim, e ainda que entre os dois aparelhos nem sempre seja claro o respetivo interface de contacto [CJED III: UE 430], à soleira e à base das ombreiras [CJED III: UE 435] corresponderá o primeiro tramo de muralha [CJED III: UE 401] visível acima da cota de circulação, a que se seguiu a sobreposição de um novo pano de muralha [CJED III: UE 429], de tipo distinto, imbricado nas cantarias do topo do vão [CJED III: UE 431/455]¹⁶².

Esta ocorrência estratigráfica encontra ratificação na monografia de José Saraiva, publicada em 1929, segundo a qual, antes das ações de restauro conduzidas na Porta da Traição do castelo leiriense, a mesma contaria apenas com a soleira e a base das ombreiras¹⁶³. Também a análise de algumas plantas do Castelo de Leiria, com particular nitidez na de 1816¹⁶⁴, revela a existência de um vão de porta no local onde se encontra a atual Porta da Traição, sugerindo a sua anterioridade relativamente às ações de restauro empreendidas no século XX. Corroboradas por plantas de diversas épocas, pela narrativa de José Saraiva e, mais significativamente, pela estratigrafia do seu edificado, a Porta da Traição do Castelo de Leiria, embora aberta no seu provável local de origem, terá alcançado a configuração que exhibe mediante reforma, levada a cabo cerca de 1929.

Considerando o nível de desgaste da sua moldura, a que acresce o amplo desgaste da superfície da soleira, o tramo inferior da porta [CJED III: UE 435] recuará a período significativamente anterior ao do seu tramo superior. De facto, sendo composta por ombreiras de arestas chanfradas e bases em ‘unha’, a base da moldura deste vão deverá recuar a período aproximado ao da construção dos Paços Novos¹⁶⁵, onde encontra paralelo, por exemplo, no suprarreferido vão de porta patente na parede lateral nascente da sua *loggia*¹⁶⁶. A verificar-se, o tramo inferior da Porta da Traição poderá recuar ao reinado de D. João I. Dificilmente se pode, porém, perspetivar uma fortaleza ‘românica’ onde esteja ausente uma porta da traição, pelo que o caso em análise, de período joanino ou aproximado, deverá ele próprio constituir a reforma de um vão

¹⁶² Vide Imagens 15 e 16, constantes de Anexo Iconográfico.

¹⁶³ SARAIVA; 1929: 46, 47. Escrita pouco tempo depois das mesmas terem ocorrido, *Leiria: Breve estudo crítico das suas origens* ..., publicada em 1929 por José Saraiva, constitui um veículo privilegiado para o entendimento de diversas ações de restauro promovidas no Castelo de Leiria.

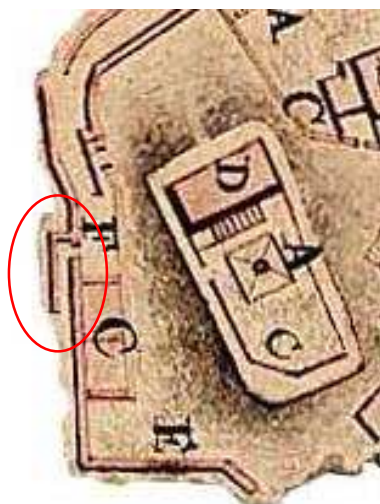
¹⁶⁴ Estampa XLVIII: PEp. 2. Na legenda, a letra F, que pela localização corresponderá à Porta da Traição, surge identificada com a expressão “*Sahida* p.^a a Campanha”.

¹⁶⁵ O tipo ornamental adotado e o desgaste evidenciado pelas peças que constituem a base da moldura da Porta da Traição desmentem a ideia veiculada por Saul António Gomes, para quem este vão se encontra isento de “qualquer lavor que indicie a sua real antiguidade” (GOMES, 2004: 109).

¹⁶⁶ Vide supra, p. 76.

anterior. De resto, uma escavação arqueológica haveria de comprovar este como um local de passagem já em finais de período medieval¹⁶⁷. Apesar da ambiguidade cronológica, os resultados da escavação sugerem a existência de uma passagem anterior ao vão eventualmente joanino, posto que o nível de passagem detetado se prolongava sob a base da muralha [CJED III: UE 431/455], contemporânea do tramo inferior da Porta da Traição [CJED III: UE 435].

De difícil acesso e de circulação condicionada pela perigosidade do terreno escarpado e densidade do coberto vegetal, a área exterior à Porta da Traição do Castelo de Leiria seria prospetada apenas de forma parcial, não sendo detetados quaisquer vestígios estruturais. Todavia, a planta do Castelo de Leiria de 1816 exhibe, sem margem para dúvidas, um muro exterior à Porta da Traição, tal como aparenta exhibir a planta alegadamente elaborada em 1809¹⁶⁸. Ernesto Korrodi, por seu turno, não incluiu este muro na ‘reconstrução’ da planta do Castelo de Leiria, que publicou em 1898¹⁶⁹, e nenhuma outra planta da fortaleza volta a fazer-lhe referência. De igual modo, nenhum dos autores consultados faz menção a qualquer estrutura posicionada no exterior da Porta da Traição, nem mesmo José Saraiva, que na monografia que publica em 1929 dedica a esta abertura extensa reflexão.



Área noroeste do Núcleo A do Castelo de Leiria.
Excerto da planta de Major Nunes da Costa, de 1816
(Estampa XLVIII, PEp. 2). Barbacã de porta à Porta
da Traição em destaque.

Fonte: Câmara Municipal de Leiria.

Nas plantas de 1809 e 1816, o muro desenvolve-se paralelamente ao alçado exterior da muralha oeste do Núcleo A, unindo junto da ombreira setentrional da Porta da Traição,

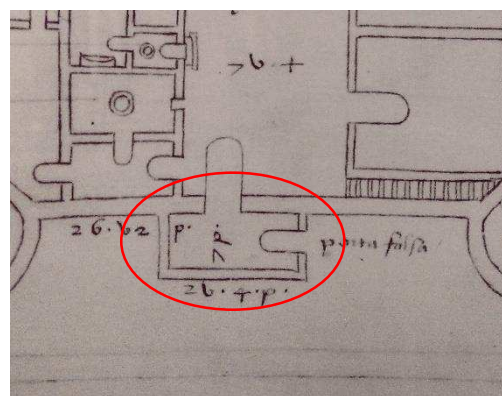
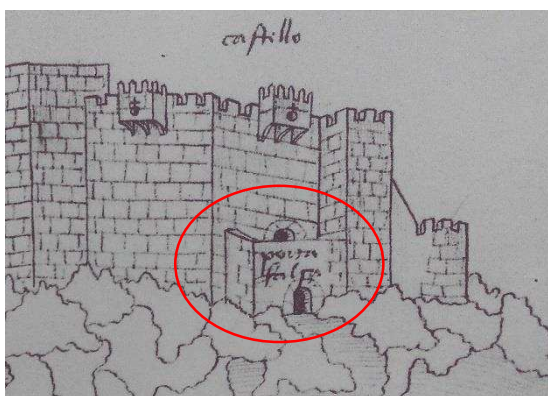
¹⁶⁷ Sondagem 13, *vide supra*, p. 20.

¹⁶⁸ *Vide* Estampa XLVIII: PEp. 2, PEp. 1.

¹⁶⁹ *Vide* Estampa XLVIII: PEp. 3.

esquema construtivo filiável na tipologia de barbacã de porta¹⁷⁰. Anteparo fortificado, as barbacãs de porta permitiam congestionar o assalto a espaços mais reduzidos, dificultado o acesso à porta a que se encontravam associadas. À semelhança das barbacãs extensas, deverão ter sido difundidas na arquitetura militar portuguesa a partir de meados do século XIV e ao longo de todo o século XV¹⁷¹.

Também nos registos de Duarte de Armas se encontram barbacãs de porta aplicadas a portas da traição¹⁷², por exemplo, nas perspetivas e nas plantas tiradas aos castelos de Penamacor e de Castro Marim. Apesar de representada em algumas plantas do Castelo de Leiria, e da generalização testemunhada por Armas, não se pode presentemente, face à total ausência de vestígios estruturais na área em análise, traçar suposições sobre uma eventual barbacã de porta à Porta da Traição do Castelo de Leiria. Não obstante, o facto de ter deixado de ser representada nas plantas elaboradas entre o primeiro quartel e o final do século XIX, sugere que, a ter existido, possa ter desaparecido por completo algures ao longo deste período.



Excertos dos registos de Duarte de Armas dos castelos de Penamacor, à esquerda, e de Castro Marim, à direita, ca. 1509. Barbacãs de porta a portas da traição em destaque.

Fonte: ARMAS, 2006: fl. 1, vista norte; fl. 127 v.

¹⁷⁰ NUNES, 2005: 62.

¹⁷¹ BARROCA, 1998: 30; MONTEIRO, 2002: 661.

¹⁷² Embora Duarte de Armas recorra amiúde à denominação *porta falsa* em várias das perspetivas e das plantas das fortalezas que representou, a expressão deverá corresponder, na opinião de António Lopes Pires Nunes, à porta da traição dos respetivos castelos, segundo o autor para intencionalmente “provocar equívocos” (NUNES, 1991: 171).

Salvaguardadas as devidas reservas, decorrentes das dificuldades que, como exposto, se impuseram à prospeção da área externa à muralha oeste, o tramo de muro [CJED III: UE 401], que alberga a Porta da Traição do Castelo de Leiria, corresponderá, tanto quanto se pode observar do alçado externo desta muralha, ao tramo [CJED III: UE 411]. Erguido a sul da Porta da Traição, o tramo [CJED III: UE 411] alberga dois estreitos vãos [CJED III: UE 417, 418], articulados no alçado interno com vestígios de travejamento e de distintos pisos [CJED III: UE 412 a 416, 422 a 425]. Os dois vãos, diretamente abertos na muralha, os pisos estruturados no alçado interno e a articulação com o arranque de uma parede [CJED III: UE 426] no sentido nascente, suscitam a possibilidade de um edifício orientado para o interior da muralha e organizado em distintos pisos.

Na planta do Castelo de Leiria de 1816 constata-se, de resto, a existência de edificações a nascente da muralha oeste¹⁷³, atribuídas a “edifícios antigos”, e que Ernesto Korrodi associa, na planta da fortaleza que publicou em 1898¹⁷⁴, a “habitações e *cavalleriças*”. Ainda que os dois vãos possam, pela sua configuração, sugerir seteiras, e que a proximidade dos vestígios à Porta da Traição justificasse edificações de natureza defensiva, como seja por exemplo um torreão, a perspetiva de um torreão erguido no interior da muralha, configura-se, pela invulgaridade que constituiria, inverosímil¹⁷⁵. Assim, não existem presentemente, não obstante a funcionalidade avançada por Korrodi e os vestígios estruturais remanescentes, evidências que permitam deduzir quais as funções reservadas a este edifício.

Uma sondagem arqueológica aberta neste local¹⁷⁶, junto do alçado interior da muralha, revelou, por sua vez, indícios de uma reforma estrutural, expondo um muro perpendicularmente encostado à muralha oeste, assente sobre níveis de período islâmico/medieval cristão. Do muro descobriu-se a sapata e um primeiro piso de circulação, ‘selados’ por um nível de abandono, de datação posicionada entre os séculos XIII e XIV¹⁷⁷. Alinhados, na prumada e na direção, os vestígios da parede perpendicular [CJED III: UE 426] deverão corresponder ao muro detetado na sondagem.

¹⁷³ Vide Estampa XLVIII: PEp. 2.

¹⁷⁴ Vide Estampa XLVIII: PEp. 3.

¹⁷⁵ Mesmo tendo em conta o acentuado declive que se faz sentir no exterior da muralha oeste, que poderia explicar a escolha por uma implantação do edifício no interior da mesma, a capacidade defensiva decorrente de tal solução sairia substancialmente diminuída. Para mais, em nenhuma planta desenhada por Duarte de Armas no seu *Livro das Fortalezas* se encontram paralelos para uma ocorrência equivalente, mesmo nas fortificações implantadas sobre terrenos escarpados, como sejam, por exemplo, Penha Garcia, Portelo ou Piconha.

¹⁷⁶ Vide supra, p. 20.

¹⁷⁷ Para informações adicionais leia-se Vânia CARVALHO e Isabel INÁCIO: *Projecto de Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria*, PNTA, Sondagens Arqueológicas de Avaliação, Relatório Final, Leiria, 2011, no respeitante à Sondagem 12, pp. 90 a 96.

Assim, ao tramo inferior da muralha oeste, preexistente, sucedeu a edificação de um tramo superior [CJED III: UE 411], imbricado num muro perpendicular [CJED III: UE 426], associando a muralha a um edifício organizado no interior da mesma. Uma vez que o tramo de muralha [CJED III: UE 411] se encontra com toda a probabilidade imbricado no aparelho [CJED III: UE 401], que inclui a base da Porta da Traição, perspectiva-se que a reforma da muralha seja coetânea da reforma da porta, e, assim, do edifício que integrou os vãos [CJED III: UE 417, 418], independentemente da sua forma. Se a reforma da Porta da Traição ocorreu, como acima se expôs, em período aproximado ao da construção dos Paços Novos, deverá remontar a período equivalente a reforma deste tramo da muralha oeste, como de resto parece corroborar o nível de abandono do seu primeiro piso, enquadrado, como revelado pela sondagem arqueológica, em período compreendido entre os séculos XIII e XIV.



Área noroeste do Núcleo A do Castelo de Leiria.
Excerto da planta de Major Nunes da Costa, de
1816 (Estampa XLVIII, PEp. 2). Possíveis
correspondências com as estruturas UE 426 e UE
458 sinalizadas.

Fonte: Câmara Municipal de Leiria

A sul do tramo reformado [CJED III: UE 411] desenvolve-se um tramo de muro [CJED III: UE 428] tipologicamente distinto, a partir do qual, por sua vez, arranca o remanescente de um segundo muro [CJED III: UE 458]. Com escassos vestígios visíveis acima do solo, pelo interior, e virtualmente inacessíveis pelo exterior, estes muros revelam-se difíceis de interpretar. Uma sondagem arqueológica¹⁷⁸ revelou, no entanto, que o muro [CJED III: UE 458] se desenvolvia no sentido nascente, encontrando-se meramente encostado ao

¹⁷⁸ Sobre os vestígios estruturais detetados a nascente da muralha oeste, leia-se Vânia CARVALHO e Isabel INÁCIO: *Projecto de Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria*, PNTA, Sondagens Arqueológicas de Avaliação, Relatório Final, Leiria, 2011, no concernente à Sondagem 11.

tramo [CJED III: UE 428], relativamente ao qual será, portanto, posterior. À semelhança do verificado com os muros [CJED III: UE 411, 426], também neste local poderia encontrar-se um edifício adossado ao interior da muralha. De resto, a planta de 1816 sugere a existência de dois compartimentos, cuja parede exterior sul poderá, pela posição relativa que ocupa na planta do Núcleo A, eventualmente corresponder ao muro [CJED III: UE 428].

3.4. ESTRUTURAS A POENTE DO ÚLTIMO REDUTO

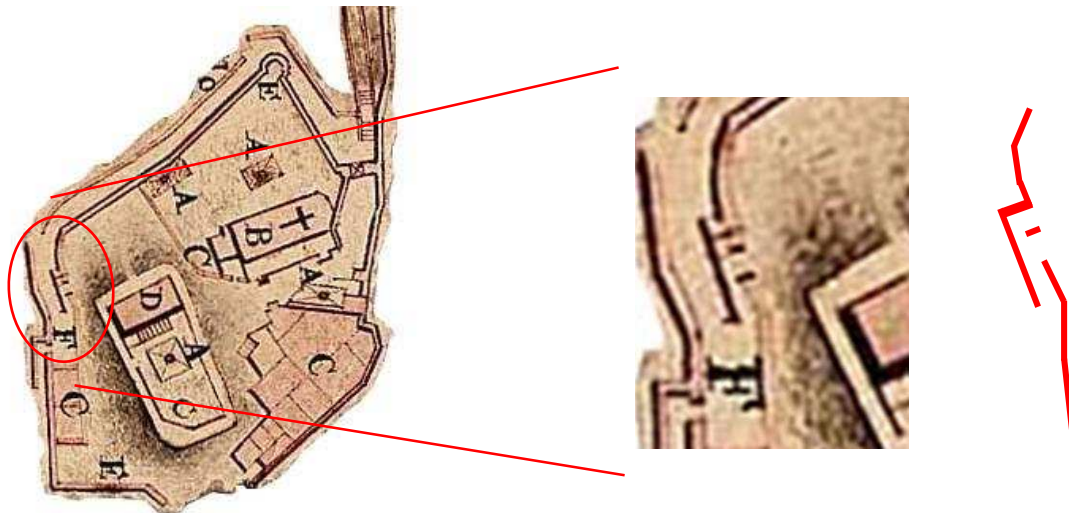


Imbricados no alçado meridional do torreão [CJED IV, UE: 504/CJED VI, UE: 704] que terá eventualmente rematado o setor escarpado da muralha norte, os vestígios parietais [CJED V, UE 665] sugerem a existência de uma estrutura desenvolvida no sentido sul, entretanto desaparecida. No seu local, uma série de novas construções foram sendo sucessivamente encostadas, conferindo ao Conjunto Edificado V a complexidade estratigráfica que hoje exhibe.

Rematado a norte por um cunhal, o muro [CJED V, UE 601], de posição estratigráfica recuada, não mantém qualquer relação com o alegado torreão, relativamente ao qual dista cerca de 5 metros. Sem relação estratigráfica direta, torna-se impossível determinar qual a articulação eventualmente estabelecida entre as duas estruturas. Não obstante, a distância entre o torreão [CJED IV, UE: 504/CJED VI, UE: 704] e o cunhal de remate ao muro [CJED V, UE 601], hoje colmatada por outras edificações, sugere a possibilidade de uma passagem, eventualmente definida pela estrutura [CJED V, UE 665]. Quando analisadas as plantas do início do século XIX¹⁷⁹, a área em causa revela diferentes estruturas, que, ainda que de natureza difícil de discernir, se afastam do aspeto linear que o conjunto exhibe, enquanto simultaneamente aparentam contribuir para o reforço da possibilidade de uma passagem neste local. De facto, ao muro que, como atualmente, se desenvolve de norte para sul, parece somar-se um segundo, paralelo ao primeiro mas bastante menos longo, que, cartografado com estas características,

¹⁷⁹ Vide Estampa XLVIII, PEp. 1 e PEp. 2.

sugere uma barbacã de porta ou uma passagem em cotovelo. Todavia, não subsistem no local indícios que corroborem uma estrutura desta natureza, que, a ter existido, não deixou quaisquer testemunhos visíveis à cota positiva.



Núcleo A do Castelo de Leiria. Excerto da planta de Major Nunes da Costa, de 1816 (Estampa XLVIII, PEp. 2 e 3).
Setor norte do CJED V em destaque (à direita).

Fonte: Câmara Municipal de Leiria.

Independentemente da suposta relação com outras barreiras defensivas, permanece neste conjunto edificado um muro desenvolvido no sentido norte-sul, na sua maior parte composto pelo somatório de dois momentos construtivos. O primeiro, já referido, consiste no muro [CJED V, UE 601], rematado a norte por um cunhal, aparentemente retratado também nas plantas de início do século XX. Apesar de dotado de dois orifícios e de um pequeno vão, eventualmente articulados com a proposta estrutura desaparecida, o muro encontra-se isento de quaisquer indícios que possam conduzir à sua inequívoca atribuição cronotipológica. A este muro encostou posteriormente um segundo [CJED V, UE 604], que se estende até ao limite sul do conjunto edificado. De aparelho pontuado por orifícios, cuja distância, espaçamento e regularidade concorrem para a função de escoamento de águas infiltradas¹⁸⁰, este muro deverá na realidade corresponder a uma estrutura de suporte de terras. A confirmar-se, as terras a sustentar

¹⁸⁰ Vide supra, p. 56.

localizar-se-iam a nascente da estrutura, dado que no lado oposto se encontrariam erguidos, como visto, os edifícios anexos à muralha oeste. Neste caso, a projeção do muro [CJED V, UE 604] poderá dever-se tanto a terras preexistentes, cuja sustentação importaria garantir, como à criação de aterros para subida da cota de circulação, cuja área importaria circunscrever. Dada a proximidade do muro ao Último Reduto, qualquer uma das possibilidades poderia, assim, encontrar-se relacionada com a edificação das estruturas que circundam este último, nomeadamente do edifício que, como veremos, se erguia a poente do mesmo.

A sul do alegado torreão [CJED IV, UE: 504/CJED VI, UE: 704] da muralha norte, seria posteriormente erguido um vão de porta [CJED V, UE: 627/629], coetâneo de um pano de muro que, prolongando-se para sul, cobriu o muro [CJED V, UE: 601] e o muro de sustentação de terras [CJED V, UE: 606], relativamente aos quais será, portanto, posterior. Exibindo claro desgaste erosivo e uma marca de canteiro, o vão de porta estrutura-se em arco ogival, de moldura com arestas chanfradas e ombreiras de base em 'unha', forma que o aproxima dos vãos do tramo superior da Torre Buçaqueira, e, à semelhança destes, do vão não restaurado da parede lateral nascente da *loggia* dos Paços Novos¹⁸¹. Deste modo, o vão, e conseqüentemente todo o aparelho em que se insere, deveria remontar a período não muito distante do de edificação do paço leiriense. Todavia, todo o seu aparelho encosta ao alçado sul do hipotético torreão de remate à muralha escarpada, por seu turno remetido para finais do século XV, meados do século XVI. Ora, se o formato do vão o remete para período próximo ao do paço, a sua relação estratigráfica com o torreão adjacente remete-o para período significativamente posterior. Este paradoxo anacrónico poderá justificar-se pela reutilização das cantarias que emolduram o vão, hipótese que sai reforçada pela total ausência de orifícios de tranca nas ombreiras do mesmo. Ainda que não tenhamos dados suficientes para remeter esta ação de reutilização ao seu adequado enquadramento cronológico, o reaproveitamento destas peças sugere o estado de ruína do edifício de proveniência. Por ter sido descrito por José Saraiva em 1929 como um vão dionisino¹⁸², deduz-se, porém, que nesta data não existisse já memória da edificação deste vão.

Tendo em conta que a moldura da porta [CJED V, UE: 627/629] se encontra orientada para nascente, orientação oposta, por sua vez, à dos batentes e dos gonzos, o interior do edifício por ela servido posiciona-se-ia a poente do Conjunto Edificado V. No entanto,

¹⁸¹ Vide Imagens 4 e 5, 17 e 18, constantes de Anexo Iconográfico.

¹⁸² Vide supra, p. x.

esta área desenvolve-se a uma cota substancialmente inferior à da soleira do vão, motivo pelo qual a porta deverá ter servido, aquando da sua projeção, um piso sobrelevado relativamente ao solo¹⁸³. No local ergue-se presentemente um corpo de escadas maciço [CJED V, UE: 652], que, não constando de uma imagem datada de cerca de 1929¹⁸⁴, se deduz ter sido erguido já no decurso do restauro promovido no Castelo de Leiria. Dada a considerável volumetria das escadas, mas sobretudo pelo local onde vieram encostar, encontra-se vedada a possibilidade de maiores ilações sobre relação do vão com o piso de circulação que inevitavelmente serviu.

Imbricado com a moldura da porta, de que será portanto contemporâneo, o aparelho [CJED V, UE: 621/675], que se prolonga, como dito, sobre os muros [CJED V, UE: 601, 606], ostenta ao longo de toda a sua extensão uma série de orifícios. De dimensão considerável e distribuídos à mesma cota de uma forma ritmada, os orifícios serão compatíveis com a sustentação de um travejamento, entretanto desaparecido. Uma vez que, à cota dos orifícios, as paredes mais próximas, tanto a norte, acima da Porta Nova, como a oeste, acima da Porta da Traição, resultam, como se verá, de restauro, não existem elementos que permitam tecer maiores considerações sobre as características do travejamento que terão sustentado, nem mesmo sobre a relação que eventualmente tenham mantido com os edifícios a nascente da muralha oeste. Não obstante, sendo coevos do vão de porta [CJED V, UE: 627/629], deverão ter integrado um edifício que, posto que aproveitando estruturas preexistentes, como sejam os muros [CJED V, UE: 601, 606], terá sido erguido em período aproximado ao da construção dos Paços Novos. Por outro lado, a dimensão dos orifícios e o comprimento ao longo do qual se distribuem, aproximadamente 16 metros, sugerem um travejamento, e como tal um edifício, de consideráveis proporções.

No alçado nascente, a sul do seu vão de porta, o Conjunto Edificado V integra uma estrutura maciça de planta retangular, compatível com um torreão. A análise estratigráfica deste elemento revelou, como expectável, que o seu tramo superior [CJED V, UE: 660] tenha sido acrescentado posteriormente, momento construtivo que se poderá, mediante análise a algumas imagens, atribuir a restauro, com grande probabilidade conduzido entre 1936 e 1956¹⁸⁵. Antes desta ação, a estrutura contaria apenas com a

¹⁸³ Também a marca [CJED V, UE: 605], correspondente ao negativo do nível de circulação associado ao alçado poente do muro [CJED V, UE: 601], sensivelmente 1,5 metros abaixo da soleira do vão [CJED V, UE: 627/629], concorre para a posição sobrelevada deste vão.

¹⁸⁴ Vide Estampa LIII, IEp. 35.

¹⁸⁵ Vide Estampa LIII, IEp. 35, IEp. 37, IEp. 38.

sua base [CJED V, UE: 657], que, apesar de se encontrar apenas residualmente preservada, aparenta derivar de uma estrutura de planta retangular. Não obstante, o teor residual desta base, a mesma aparenta, no seu alçado sul, encostar à parede [CJED V, UE: 621/675] que alberga a porta deste conjunto. A confirmar-se, a estrutura terá sido erguida posteriormente, na sequência da construção do edifício associado à porta. Como a norte a porta encostasse já a um eventual torreão [CJED IV, UE: 504/CJED VI, UE: 704], preexistente, admite-se a possibilidade de a sul esta estrutura ter vindo integrar efetivamente um torreão que, até certo ponto, espelharia o seu congénere setentrional. Caso esta base integrasse de facto um torreão, a porta ogival deste conjunto encontrar-se-ia ladeada por dois torreões, solução de resto enquadrada nas novidades arquitetónicas introduzidas nos castelos portugueses em período 'gótico'¹⁸⁶.

Por fim, ao Conjunto Edificado V somou-se a estrutura [CJED V, UE: 650/658], que, dada a irregularidade do seu alçado poente deverá resultar de uma ação de consolidação ou colmatação. Pela sua localização, esta ação construtiva deverá decorrer do aluimento de parte da parede [CJED V, UE: 621/675] que alberga a porta, assim como da base [CJED V, UE: 657] da estrutura maciça, estruturas às quais, de resto, aparenta encostar.

3.5. TORRE DE MENAGEM E ÚLTIMO REDUTO



Dotada de inscrição própria, que não só a atribui a um reinado específico como revela também o ano de início da sua construção, a Torre de Menagem do Castelo de Leiria encontra-se incontestavelmente datada. Não havendo motivos que coloquem em causa a autenticidade da inscrição, a construção desta torre terá assim tido início a 8 de maio de 1324, no reinado de D. Dinis. Não obstante, sobretudo quando comparada com outras torres de menagem atribuídas ao rei trovador, a Torre de Menagem leiriense

¹⁸⁶ BARROCA, 2003: 110 e 111.

apresenta atributos bastante conservadores, configurando um aparente retrocesso arquitetónico.

De planta retangular, baixa estatura, isolada das muralhas circundantes e com escassas aberturas, características a que se soma a absoluta ausência de atributos residenciais, esta Torre de Menagem aproxima-se dos parâmetros habitualmente associados às torres de menagem ‘românicas’, como sejam, por exemplo, os casos de Tomar, Pombal ou Almourol. Bem distintas, as torres de menagem de Sabugal, Beja ou Freixo de Espada à Cinta, comprovadamente dionisinas¹⁸⁷, encontram-se erguidas junto às muralhas dos respetivos castelos, assumindo plantas poligonais e alturas elevadas, interiores dotados de tetos abobadados e exteriores coroados por mísulas e balcões. Ora, se para a escolha do local de implantação da Torre de Menagem de Leiria, dissociada das muralhas circundantes, se poderia apontar a procura por um local de cota mais elevada, já para a adoção de características arquitetónicas tradicionalmente filiáveis no ‘românico’ castelar não se encontra, aparentemente, justificação.

Este aparente paradoxo dilui-se, todavia, quando se analisa a Torre de Menagem em conjunto com as estruturas a que se encontra associada, e dissolve-se por completo quando comparada com outras torres de menagem também atribuíveis a D. Dinis. De facto, ao associar-se a uma cintura de muralha, a Torre de Menagem integra um conjunto fortificado que constitui efetivamente um pequeno castelo. O encastelamento, tradicionalmente denominado por Último Reduto ou, como exposto a montante, por Castelejo, estabelece um recinto fechado que poderá considerar-se uma verdadeira praça de armas. Rematado por muralhas laterais e, a sul, pelo Torreão Sul, o recinto consubstancia-se como uma fortificação que reflete os padrões poliorcéticos vigentes ao tempo de D. Dinis, na qual a Torre de Menagem, à cabeceira das muralhas, assume de facto uma posição plenamente ‘gótica’.

Não obstante o Último Reduto formar, assim, um conjunto aparentemente unitário, as evidências arqueológicas sugerem que a Torre de Menagem possa ter sido projetada separadamente das estruturas que o constituem. A nascente, o muro [CJED VIII, UE 976] que primitivamente encerraria o recinto, ainda que coetâneo do Torreão Sul, encontra-se encostado à Torre de Menagem, sendo, como tal, evidente a sua posterioridade, desta forma também extensível ao Torreão Sul. A poente, ambos os panos [CJED VIII, UE

¹⁸⁷ Sobre as características arquitetónicas e a atribuição cronológica das torres de menagem de Sabugal, Beja e Freixo de Espada à Cinta, veja-se, por exemplo, Mário Jorge BARROCA: ‘Arquitectura Gótica Civil’, *História da Arte em Portugal - O Gótico*, Editorial Presença, Lisboa, 2002; e Rita Costa GOMES: *Castelos da Raia*, Vol. II: Trás-os-Montes, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2003.

936, 940] que encerrariam originalmente o recinto serão posteriores quer ao Torreão Sul, quer à Torre de Menagem, estando, como se viu, encostados a ambos.

Similares do ponto de vista construtivo, do tipo de aparelho à forma, Torre de Menagem e Torreão Sul, assim como, consecutivamente, o muro que a nascente os une, deverão remontar contudo a períodos construtivos muito próximos. De modo equivalente, também a poente o muro que une torre e torreão não deverá exceder em muito a construção da primeira, dada a similitude entre as molduras dos respetivos vãos de porta [CJED VIII, UE 956/957; 922]. Assim, e ainda que nem tudo tenha sido “construído no mesmo balanço”, como defendido por José Saraiva¹⁸⁸, o Último Reduto poderá resultar de um só projeto, posto que concretizado de forma faseada. Tendo em conta que, conforme patente na inscrição suprarreferida, a Torre de Menagem terá sido iniciada escassos meses antes da morte de D. Dinis, a sua construção, e conseqüentemente a construção do Último Reduto, poderá ter sofrido adaptações ou mesmo paragens não previstas¹⁸⁹. O eventual faseamento poderia de resto explicar a sucessiva sobreposição estratigráfica das diferentes componentes edificadas, em detrimento de uma construção ininterruptamente imbricada, que decorreria de uma só fase construtiva. Face às semelhanças verificadas entre aparelhos e vãos, contudo, afigura-se provável que os distintos elementos em causa resultem de uma sucessão construtiva temporalmente não muito extensa.

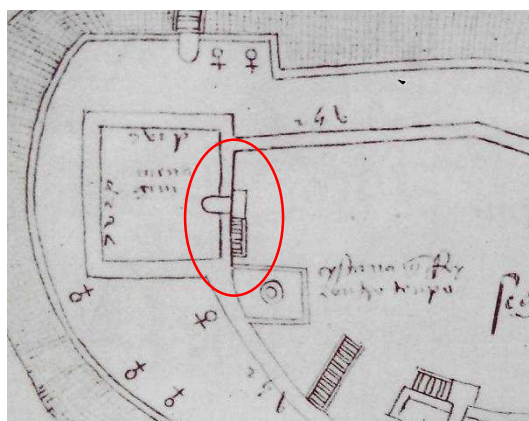
O próprio corpo de escadas [CJED VIII, UE 933] que, tendo adossado ao alçado sul da Torre de Menagem, passou a garantir o acesso à sua porta, não deverá ter sido erguido senão em período muito aproximado ao do restante conjunto que compõe o Último Reduto. Aparentemente imbricados¹⁹⁰, as escadas e o tramo de muro [CJED VIII, UE 940] que encerra, a poente, o recinto, deverão remontar ao mesmo momento construtivo. Uma vez que, como visto, a semelhança entre a porta de acesso [CJED VIII, UE 956/957] ao recinto aproxima, do ponto de vista cronológico, o muro à Torre de Menagem, assim deverá resultar para as estruturas com ele imbricadas, nomeadamente para as escadas. A edificação das escadas poderá, de resto, estar na origem da reforma da parede poente do recinto, denunciada, entre outros motivos, pelo interface [CJED VIII, UE 941], assim como, porventura, na irregularidade que caracteriza o tramo inferior do cunhal sudoeste da Torre de Menagem.

¹⁸⁸ SARAIVA, 1929: 44.

¹⁸⁹ Saul António Gomes alertou para a possibilidade de a morte de D. Dinis poder ter motivado alterações no projeto inicial para a Torre de Menagem do Castelo de Leiria (GOMES, 2001: 16). *Vide supra*, p. 31.

¹⁹⁰ *Vide supra*, p. 62.

Alcançada a reforma, ter-se-á desmontado a estrutura que, a julgar pela irregularidade da prumada da esquina sudoeste da Torre de Menagem, eventualmente dali arrancasse. Adivinha-se por este motivo difícil perscrutar a natureza da estrutura desmontada. No entanto, a projeção do maciço que suporta as escadas e o eventual reajuste da porta que inicialmente daria acesso ao recinto, de que de resto subsiste ainda a ombreira meridional [CJED VIII, UE 938], configuram-se causas a considerar, quando analisados os motivos inerentes ao desmonte em causa. O acesso a torres de menagem por via de escadas adossadas não deveria ser, de resto, totalmente estranho já no início do século XIV, como decorre, por exemplo, da interpretação construtiva do Castelo de Monforte de Rio Livre, onde a torre, erguida aproximadamente em 1312¹⁹¹, surge já travada com a muralha que sustenta a escada que lhe dá acesso. Salvaguardado o evidente hiato temporal esta realidade não escapou a Duarte de Armas, que a representou, por exemplo, nos casos de Idanha-a-Nova, Monsanto e Segura.



Excerto do registo de Duarte de Armas do Castelo de Segura, ca. 1509. Corpo de escadas da Torre de Menagem em destaque.

Fonte: ARMAS, 2006: fl. 126 v.

Expostas as evidências que comprovam a curta posterioridade de edificação do Último Reduto face à da Torre de Menagem, permanece por enquadrar a própria torre nos padrões construtivos da sua época, clarificando o aparente conservadorismo do seu

¹⁹¹ GOMES, 2003: 171.

modelo. Efetivamente, quando comparada, como já referido, com alguns casos atribuídos a D. Dinis, Leiria exhibe características arquitetónicas que parecem resultar de um aparente retrocesso 'estilístico', sobretudo se tivermos em conta que terá sido erguida nos últimos meses de vida do monarca, em período plenamente 'gótico'. Não obstante, este aparente conservadorismo não é, entre os casos de torres dionisinas, um exclusivo da Torre de Menagem do Castelo de Leiria. Em Chaves, a torre dionisina da fortificação medieval, ainda que de planta quadrangular e coroada de balcões¹⁹², pode comparar-se com a torre leiriense, pela sua aparência maciça, baixa estatura e escassez de aberturas. Seguida de muito perto pela construção da torre de Chaves, a torre de Monforte de Rio Livre, exhibe também características equiparáveis a Leiria, incluindo o escalonamento da sapata¹⁹³, a cachorrada que se sobrepõe à porta¹⁹⁴, a exiguidade do espaço amuralhado que encabeça e, como referido, o corpo de escadas de acesso à torre. De modo equivalente, também as torres de menagem de Mértola, cuja construção remonta a 1292, assim como de Vilar Maior, provavelmente dionisina, exibem características arquitetónicas equiparáveis à de Leiria, como a baixa estatura, o aspeto robusto ou o reduzido número de aberturas¹⁹⁵.

Uma muralha baixa, circunda por sua vez todo o conjunto de estruturas que compõem o Último Reduto, incluindo a Torre de Menagem. Dado que não adossa diretamente ao complexo, mas antes estabelece com o mesmo um estreito corredor, esta estrutura

¹⁹² Atualmente coroada por ameias paralelepípedicas, resultantes, conforme se avalia quer pelo interface [CJED VIII, UE 980], quer pela análise de algumas imagens (Estampa x, IEp. 64, IEp. 66), de restauro, a Torre de Menagem do Castelo de Leiria deverá ter tido o seu coroamento composto por ameias tronco-piramidais, conforme se avalia por registos iconográficos anteriores às ações de restauro promovidas ao longo do século XX (Estampa x, IEp. 53, IEp. 54, IEp. 55).

¹⁹³ No caso de Monforte de Rio Livre, mas também, por exemplo, em Estremoz, obra iniciada cerca de 1260 ainda no reinado de D. Afonso III (BARROCA, 2002: 83), as torres de menagem surgem articuladas com sapatas escalonadas, como frequentemente acontecia no período 'românico'. No caso leiriense, a componente escalonada da sapata da Torre de Menagem encontra-se, como visto (*vide supra*, p. 59), imbricada nas suas paredes, resultando portanto do mesmo momento construtivo. Coetânea e em perfeito acordo com os parâmetros vigentes à época, a sapata da Torre de Menagem de Leiria recuará também ao reinado dionisino, podendo não ser totalmente exata a teoria veiculada por Saul António Gomes, para quem "sob os alicerces da primeira torre românica ou afonsina, [se ergueu a] nova construção" (GOMES, 2004: 104). *Vide* Imagem 19, constante de Anexos Iconográficos.

¹⁹⁴ Da análise a algumas imagens percebe-se que os cachorros presentes no alçado sul da Torre de Menagem do Castelo de Leiria existiam claramente, antes mesmo das intervenções de restauro promovidas neste edifício ao longo do século XX (*vide* Estampa LVI, IEp. 62). Apesar de atualmente estes cachorros continuarem presentes, dois deles não figuram numa imagem recolhida entre 1936 e 1950, mais concretamente o primeiro e o terceiro, contando de poente (*vide* Estampa LVII, IEp. 66). Desconhece-se a data da ablação destes cachorros, embora a mesma possa ter decorrido do desmonte do telheiro ali erguido pela LACL, posteriormente desmontado, como adiante se verá. A sua reposição, ocorrida também em período desconhecido, produziu porém marcas corroborantes, como sejam os interfaces [CJED VIII, UE 925, 928, 932] (*vide* Estampa XLVI).

¹⁹⁵ Sobre os castelos, e atribuição cronológica às respetivas torres de menagem, de Chaves, Monforte de Rio Livre e Vilar Maior, leia-se, entre outras obras possíveis, Rita Costa GOMES: *Castelos da Raia*, Vol. II: *Trás-os-Montes*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2003; e *Castelos da Raia*, Vol. I: *Beira*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1996. Para o Castelo de Mértola, designadamente para a datação atribuída à sua torre, consulte-se, por exemplo, Joaquim BOIÇA *et al*: *O Castelo de Mértola. História, Espaço e Formas, sécs. XIII-XXI*, Câmara Municipal de Mértola, Mértola, 2013.

constitui na realidade uma barbacã extensa, correspondendo o corredor à sua respetiva liça. Pelo exterior desta barbacã desenvolve-se, por seu turno, uma estrutura maciça que, projetada em talude de perfil em linha quebrada, atingindo cinco metros de espessura e 50º de inclinação, deve ser interpretado como um alambor¹⁹⁶.

Reforço estrutural à base das muralhas, o alambor resguardava o assalto às mesmas por via de sapa, contribuindo simultaneamente para dificultar a escalada ou a aproximação de aparelhos de assalto. Uma vez que o alambor do Último Reduto [CJED VIII, UE: 1046, 1063, 1070], independentemente de, como adiante se verá, encostar ou imbricar com a barbacã, se encontra circunscrito à configuração desta, não poderá anteceder-lhe, do ponto de vista cronológico. Todavia, se o alambor chegou a Portugal por via dos Templários a partir de 1156¹⁹⁷, a barbacã surge significativamente mais tarde, a partir da primeira metade do século XIV¹⁹⁸. Como tal, o alambor do Último Reduto do Castelo de Leiria, posterior ou contemporâneo da sua barbacã, não deverá recuar a período anterior à primeira metade do século XIV.

Desfasado do período de edificação característico dos alambores, em pelo menos dois séculos, a construção do alambor em análise deve assim ser entendida como um revivalismo. De facto, tendo paulatinamente perdido o seu valor defensivo com a difusão dos balcões matacões, os alambores conheceriam, por influência da arquitetura militar italiana, um renascimento no século XV¹⁹⁹, época a que muito provavelmente remontará o alambor do Último Reduto.

Para o balizamento cronológico deste alambor concorre igualmente a planta que estabelece a sul, local onde, por via do alargamento da liça, se desenvolve uma pequena praça terraplanada. Ao permitir uma plataforma de assalto ao Torreão Sul, a praça contraria as características confinantes, expectáveis de uma liça. A sua projeção deverá portanto decorrer dos progressos militares de meados do século XV, época em que a integração de aparelhos de artilharia conduziu à adoção de terraços²⁰⁰ nas

¹⁹⁶ Por apresentar um perfil maioritariamente em linha quebrada, o alambor do Último Reduto do Castelo de Leiria deveria na realidade designar-se por *ressalto* (NUNES, 2005: 225). Não obstante, por conter partes em que o perfil se apresenta simplesmente côncavo ou mesmo em linha reta inclinada, optamos pela denominação mais abrangente, *alambor*.

¹⁹⁷ Sobre o contributo da Ordem do Templo para a arquitetura militar portuguesa, nomeadamente no respeitante à introdução do alambor em Portugal, leia-se, por exemplo, Mário Jorge BARROCA: 'Arquitectura Militar', *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 1, Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severino Teixeira, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003; 'Castelos Medievais Portugueses. Origens e Evolução (Séc. IX-XIV)', *La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo*, Ed. Juan António Barrio Barrio e José Vicente Cabezuolo Pliego, Alicante, 1998 a.

¹⁹⁸ *Idem* supra, p. 85.

¹⁹⁹ BARROCA, 2003: 113 e 120.

²⁰⁰ Nas obras *Dicionário Temático de Arquitectura Militar* (2005) e *Arte de Fortificar e Dicionário de Arquitectura Militar* (1991) António Pires Nunes não inclui o termo *terraço*, preferindo as expressões *plataforma*, *praça alta* ou *cavaleiro*, quando aplicadas a fortificações abaluartadas. À semelhança de João Gouveia Monteiro (MONTEIRO, 2002: 665),

fortificações portuguesas. Evoluindo posteriormente para a integração de casamatas, os terraços perduraram nos castelos portugueses, contudo, apenas até ao terceiro quartel do século XV²⁰¹, período a partir do qual, portanto, será inverosímil a sua adoção no Castelo de Leiria.

A estrutura [CJED VIII, UE: 1093], cuja natureza suscita muitas reservas, encontra-se, por seu lado, imbricada no aparelho do alambor, de que será portanto coetânea²⁰². De planta semicircular [CJED VIII, UE: 1093], esta estrutura constitui, tanto quanto se observa à cota positiva, a única edificação a estabelecer relação estratigráfica direta entre os muros que delimitam o recinto do Último Reduto e o alambor. Encostada ao muro poente [CJED VIII, UE: 936] do recinto, sendo-lhe portanto posterior, encontra-se imbricada no alambor [CJED VIII, UE: 1070], de que será contemporânea. Esta relação, única e substancialmente diminuta, não deixa ainda assim de sugerir posterioridade do alambor face às estruturas que encerram o pátio do Último Reduto.

Dominando maioritariamente a muralha baixa que circunda o Último Reduto, o alambor poderá no entanto não ser a estrutura defensiva mais antiga a ser aplicada nesta barreira. Ao formar uma liça, no lugar de encostar diretamente aos muros deste complexo, adivinha-se a preexistência de uma barbacã, de que de resto poderão subsistir ainda alguns vestígios. Uma vez que as obras de restauro promovidas ao longo do século XX, cuja extensão se poderá avaliar através da análise a algumas imagens²⁰³, imprimiram ao alambor grande parte do coroamento que atualmente exhibe, torna-se difícil discernir os vestígios de uma eventual barbacã. Não obstante, algumas estruturas precedem estratigraficamente a edificação do alambor, como sejam as distintas componentes²⁰⁴ do vão ogival [CJED VIII, UE: 1053] aberto a norte do conjunto e os dois tramos de muro voltados a poente do mesmo [CJED VIII, UE: 1047, 1056]. Claramente encostadas pelo alambor, as estruturas precedem-lhe na sequência construtiva do Último Reduto.

Ocultado sob o alambor, o muro que integraria inicialmente o vão de porta [CJED VIII, UE: 1053] terá com certeza constituído uma estrutura defensiva. Efetivamente, posicionado

servimo-nos do termo *terraço*, eventualmente mais adequado à adoção das praças terraplanadas em fortificações ainda não exatamente abaluartadas.

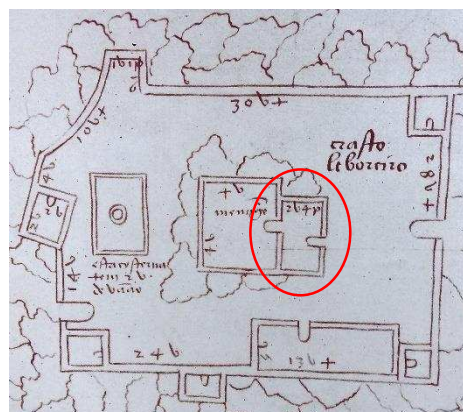
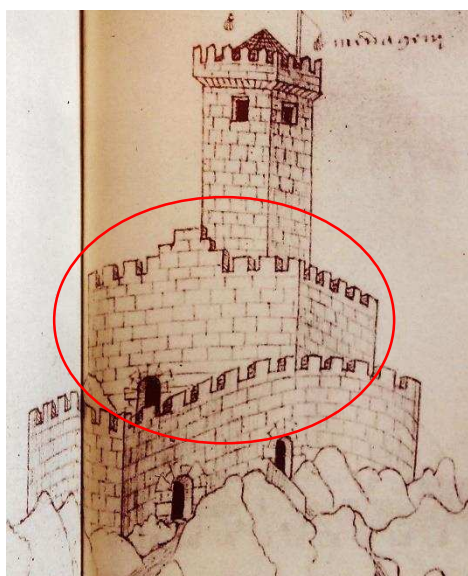
²⁰¹ MONTEIRO, 2002: 665.

²⁰² Vide Imagem 20, constante de Anexo Iconográfico.

²⁰³ Vide Estampa LVI: IEp. 53, IEp. 55 a 59, IEp. 61 a IEp. 63.

²⁰⁴ Uma vez que a ombreira poente [CJED VIII, UE: 1044] do vão norte da eventual barbacã exhibe marca de canteiro com paralelo na Porta Buçaqueira, as cantarias utilizadas na sua moldura poderão encontrar-se em contexto de reaproveitamento, dado o anacronismo que constituiria a edificação de uma barbacã em período equivalente ao daquela porta 'românica'.

a escassos metros da Torre de Menagem, qualquer outro tipo de edificação diminuiria a capacidade defensiva da mesma, pela criação de obstáculos ao tiro procedente da sua seteira [CJED VIII, UE: 912] ou das suas ameias. Perspetiva-se portanto a edificação de uma estrutura defensiva, que, cronologicamente anterior ao alambor e a curta distância do complexo que pretendia defender, se deduz consistir numa barbacã.



Excertos dos registos de Duarte de Armas do Castelo de Castro Laboreiro, vista sul à esquerda, planta à direita, ca. 1509. Barbacã à Torre de Menagem em destaque.

Fonte: ARMAS, 2006: fl. 104, vista sul; fl 132 v.

As barbacãs aplicadas a torres de menagem não seriam de resto completamente estranhas ao universo das fortificações portuguesas de finais da Época Medieval, posto que retratadas por Duarte de Armas, por exemplo, no Castelo de Castro Laboreiro²⁰⁵.

Por outro lado, a ponte do Último Reduto o alambor encontra-se interrompido, revelando duas estruturas parietais [CJED VIII, UE: 1047, 1056], às quais veio encostar. Ao muro [CJED VIII, UE: 1047] encostou posteriormente o muro [CJED VIII, UE: 1056], que alberga na sua estruturação cinco orifícios [CJED VIII, UE: 1058, 1059, 1060, 1061, 1062] compatíveis com a aplicação de travejamento. Não se conhecem outros vestígios do edifício associado a este travejamento, cujo absoluto desaparecimento parece sugerir uma natureza simples. Dado que o alambor se interrompe neste local, configura-se provável

²⁰⁵ ARMAS, 2006: fl. 104, vista sul; fl. 132 v.

que à data da sua edificação o edifício associado ao travejamento se encontrasse já erguido, impedindo a progressão deste talude. A forma como o muro [CJED VIII, UE: 1056] cobriu o muro [CJED VIII, UE: 1047], sugere também uma reforma deste último. A reforma, que incluiu como visto a projeção de um edifício, não exclui a natureza militar destas paredes, embora diminuísse, pela criação de obstáculos, a sua capacidade defensiva. Erguidos a curta distância do Último Reduto, com o qual definem uma liça, para mais de forma retilínea e perpendicular à porta de acesso ao seu interior, estas estruturas comportam-se, no entanto, efetivamente como uma barbacã.

Solução arquitetónica comprovadamente adotada desde a primeira metade do século XIV²⁰⁶, a edificação da barbacã do Último Reduto do Castelo de Leiria não deverá, por seu turno, ultrapassar o terceiro quartel do século XV, período máximo estimado, como visto, para a construção da estrutura que lhe foi encostada, o alambor.

3.6. ESTRUTURAS 'RESTAURADAS'

Ainda que o presente estudo não incida diretamente sobre os contornos ideológicos e processuais do restauro empreendido no Castelo de Leiria, não podemos, face à amplitude das ações de restauro incidentes sobre as estruturas em análise, deixar de abordar os seus aspetos mais relevantes²⁰⁷.

A história do restauro do Castelo de Leiria recua a 1898, ano em que o arquiteto Ernesto Korrodi publicou os seus *Estudos de Reconstrução sobre o Castelo de Leiria*. Próxima tanto da reverência quanto da preocupação com a preservação da ruína, a obra enquadrava-se plenamente no ambiente intelectual europeu da sua época, uma vez que, seguindo o critério da unidade estética, assimilava os princípios preconizados por Viollet-le-Duc²⁰⁸. Não obstante, entre a publicação da proposta reconstrutiva de Korrodi

²⁰⁶ Vide supra, p. 85.

²⁰⁷ No âmbito do Seminário de Teoria e História do Património, frequentado no 2º semestre do 2º Ciclo em História da Arte, Património e Turismo Cultural, tive oportunidade de explorar mais detalhadamente o enquadramento social, ideológico, político e processual inerente ao restauro do Castelo de Leiria, nomeadamente no respeitante à fundação e desempenho das duas instituições responsáveis pelas distintas empreitadas, a Liga dos Amigos do Castelo de Leiria e a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

²⁰⁸ Apesar de concluídos em 1894, os *Estudos de Reconstrução sobre o Castelo de Leiria* seriam publicados apenas em 1898. Compilando registos gráficos das ruínas, detalhadamente desenhados, a obra apresentava uma proposta de reconstrução que, para além de sustentada nos vestígios arqueológicos existentes, se baseava no critério da unidade estética. Sobre o conteúdo programático do projeto korrodiano e a subjacente fundamentação científica, nomeadamente

e o início das obras, conduzidas a partir de 1915 pela Liga dos Amigos do Castelo de Leiria (LACL), ganharam terreno os ideais defendidos por John Ruskin e Camillo Boito, começando a prevalecer a *conservação* sobre a *reconstrução*²⁰⁹.

Fortemente condicionada por constrangimentos financeiros, a atuação da Liga dos Amigos do Castelo de Leiria pautou-se sobretudo pela salvaguarda dos vestígios existentes, em concordância de resto com os princípios de restauro da I República²¹⁰. Suspendida escassos meses passados do início dos trabalhos, a atividade da Liga retomaria apenas em 1921, já sob direção de Ernesto Korrodi²¹¹, perspetivando-se, como tal, que a maioria dos trabalhos genericamente atribuídos à Liga tenha na realidade sido executada sob orientação do arquiteto.

O restauro do Castelo de Leiria, plenamente assumido pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) a partir de 1933²¹², caminharia contudo no sentido da restituição do 'traçado primitivo' da fortaleza. Associados a uma mensagem ideológica, os monumentos restaurados pela DGEMN constituíam veículos privilegiados para a divulgação de personagens e de episódios específicos, cuidadosamente selecionados para engrandecimento da pátria, como D. Afonso Henriques e fundação da nacionalidade, D. João I e a restauração da independência, ou o Infante D. Henrique e a expansão ultramarina²¹³.

D. João I constituía, de resto, não apenas o monarca heróico restaurador da independência mas também, enquanto grão-mestre de Avis, o líder de uma ordem

a sua filiação na obra de Viollet-le-Duc, leia-se Lucília Verdelho da COSTA: *Ernesto Korrodi 1889 – 1944: arquitectura, ensino e restauro do património*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997.

²⁰⁹ Sobre as filosofias de intervenção em património edificado defendidas por John Ruskin e Camillo Boito, leia-se, por exemplo, Maria José MARTÍNEZ JUSTICIA: *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*, Tecnos, Madrid, 2001; Ana Maria MACARRÓN MIGUEL e Ana GONZÁLEZ MOZO: *La conservación y la restauración en siglo XX*, Tecnos, Madrid, 1998; Ana Maria MACARRÓN MIGUEL: *Historia de la conservación y la restauración desde la antigüedad hasta el siglo XX*, Tecnos, Madrid, 2002; ou Javier RIVERA BLANCO: *De varia restoratione teoria e historia de la restauración arquitectónica*, Restauración & Rehabilitación, Valladolid, 2001.

²¹⁰ Sobre o restauro na I República, e respetivas medidas e infraestruturas de proteção aos Monumentos Nacionais, leia-se, entre outros possíveis, Jorge CUSTÓDIO: *“Renascença” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República - Fundamentos e antecedentes*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2010.

²¹¹ Sobre a fundação da Liga dos Amigos do Castelo de Leiria, em 1915, a sua estrutura, atuação e os condicionamentos impostos tanto pela escassez de fundos, como pelos conflitos ideológicos, nomeadamente entre a sua Direcção Técnica e a entidade executante, a Direcção de Obras Públicas, leia-se, por exemplo, Lucília Verdelho da COSTA: *Ernesto Korrodi 1889 – 1944: arquitectura, ensino e restauro do património*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997.

²¹² COSTA, 1997: 223 e 224. Sobre a criação e princípios de atuação da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1929, leia-se, por exemplo, Maria João NETO: *Memória, Propaganda e Poder, O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2001; ou Miguel TOMÉ: *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, FAUP publicações, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2002.

²¹³ Sobre a elevação de determinadas figuras históricas à categoria de heróis nacionais, a associação destas a monumentos específicos, a sua promoção e a promoção de determinados episódios históricos em eventos comemorativos nacionalistas consulte-se, por exemplo, Maria João NETO: *Memória, Propaganda e Poder, O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2001.

monástico-militar, representando, assim, dois dos ideais mais valiosos para o Estado Novo, o poder centralizado e a congregação religiosa. Não surpreende por isso que o Castelo de Leiria, mais concretamente os Paços Novos, atribuídos a D. João I²¹⁴, tenha merecido particular atenção da DGEMN, contando-se entre as cinco fortalezas nacionais com maior orçamento aplicado entre 1929 e 1960, ultrapassado apenas pelos castelos de Óbidos e de São Jorge²¹⁵.

Ainda que a própria DGEMN tenha veiculado discursos contrários, as suas intervenções baseavam-se efetivamente na reintegração estilística, critério, de resto assumido pelo organismo até meados da década de 1940²¹⁶. Embora algumas intervenções no Castelo de Leiria se tenham verificado também durante a segunda metade do século XX, a maioria decorreria até finais da década de 1950²¹⁷.

Assim, as ações de restauro que comprovadamente se poderão atribuir à Liga de Amigos do Castelo de Leiria no Núcleo A deste baluarte encontram-se, como expectável, em harmonia com os pressupostos associados ao restauro estilístico. Logo na Torre Buçaqueira, principal ponto de acesso ao Núcleo A, o coroamento da estrutura faz-se atualmente mediante ameias [CJED I, UE: 49 a 66] que, sendo chanfradas no topo, se poderiam classificar como ‘manuelinas’. Não obstante, algumas imagens²¹⁸ demonstram que previamente ao restauro o coroamento desta estrutura recorria a quatro templetes tronco-piramidais, respetivamente colocados na prumada de cada um dos quatro cantos da torre. Do restauro da cobertura da torre, ocorrido entre 1915 e 1929²¹⁹, resultaria a anulação dos templetes e a criação de ameias, obtidas as abertas por desmonte do aparelho. Na demanda por um coroamento ameado, cuja sustentação arqueológica era, como visto, inexistente, terá efetivamente prevalecido o critério da unidade estilística.

²¹⁴ *Vide supra*, p. 21.

²¹⁵ NETO, 1995: 477; NETO, 2001: 256 e 257..

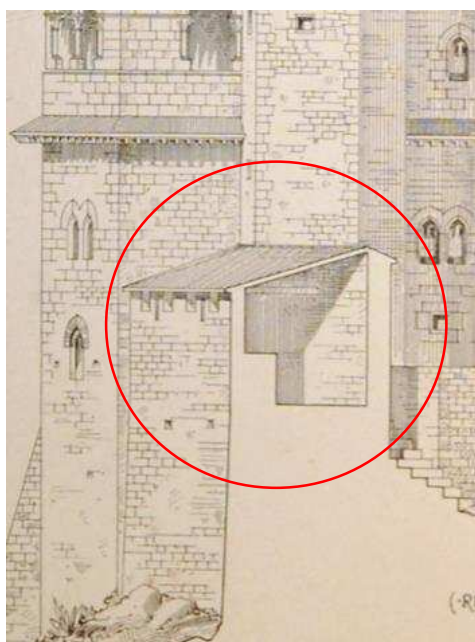
²¹⁶ Em 1935, a DGEMN reivindicava a missão de integrar cada monumento “na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores” (Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 1, 1935: 19 e 20). Já em 1948, em *15 anos de Obras Públicas 1932-1947*, publicado pela DGEMN, a expressão *conservação* substitui *restauro*, que desaparece por completo (*in* NETO, 1995: 445). Sobre a política inerente ao restauro de Monumentos Nacionais promovido pela DGEMN durante o Estado Novo leia-se, por exemplo, Joana da Costa BRITES: ‘Uma nova memória para um Estado Novo: restauro de monumentos e ensino da História no salazarismo’, *Biblos*, vol. 3, 2.ª série, Coimbra, 2005.

²¹⁷ COSTA, 1997: 225 e 226.

²¹⁸ *Vide* Estampa XLIX, IEp. 1 a IEp. 6.

²¹⁹ Atribuídas por Afonso Zuquete à Liga dos Amigos do Castelo de Leiria (*vide supra*, p. 19), as ameias da Torre Buçaqueira constam efetivamente de duas estampas publicadas por José Saraiva, em 1929 (SARAIVA, 1929: Estampas II e IV), antes portanto de iniciados os restauros promovidos pela DGEMN. *Vide* Estampa XLIX, IEp. 8.

Também a sudeste da Torre Buçaqueira haveria a Liga de promover o desmonte parcial de uma parede [CJED I, UE: 74, 353] que se desenvolvia nas traseiras da Igreja de Santa Maria da Pena. Esta parede, cuja existência se comprova por alguns registos fotográficos de época²²⁰, deverá mesmo ter servido de inspiração a Ernesto Korrodi para a reconstituição de um adarve elevado e coberto neste setor do Núcleo A. De facto, a parede incluía, antes de desmontada, uma série de orifícios horizontalmente alinhados e espaçados a intervalos regulares, que, posicionados cerca de 5 metros acima do solo, poderiam ter sugerido o travejamento de uma cobertura. Não obstante, os orifícios encontravam-se dispostos à cota da base de um vão [CJED I, UE: 83], de que ainda subsistem a base e a parte inferior das ombreiras. Com a base à cota dos orifícios, o vão mais facilmente corresponderia a uma passagem, que, a confirmar-se, se encontraria, como tal, articulada com um piso sustentado pelo dito travejamento.



Castelo de Leiria, segundo 'reconstrução' de Ernesto Korrodi. Adarve coberto a sudoeste da Torre Buçaqueira em destaque.

Fonte: KORRODI, 1898: Estampa X (excerto).

Assim, o piso e o vão poderão ter integrado uma edificação que, erguida à cota de um primeiro piso, melhor corresponderia a um compartimento coberto do que a uma cobertura de adarve. A possibilidade de um compartimento acima da passagem estabelecida pela Porta Buçaqueira, ainda que invulgar, sai reforçada pela aplicação de reboco no alçado nascente da parede, difícil de justificar caso se tratasse do vão de uma

²²⁰ Vide Estampa XLIX, IEp. 2 a IEp. 6; e Estampa L, IEp. 15.

cobertura. De igual modo, também a eventual articulação com a janela desenhada por James Holland²²¹ que, a ter existido, se abriria na parede oposta ao vão de passagem, na muralha sul, concorre para a possibilidade da existência de um compartimento neste local.

No alçado oposto desta parede, a existência de reboco e de um negativo de travejamento acima da que seria a cota do vão de passagem, observável em imagem de cerca de 1900²²², concorre por sua vez para a possibilidade de uma edificação a poente da parede. A confirmar-se, a edificação não poderia ter ocorrido senão sobre a sacristia da Igreja de Santa Maria da Pena. Independentemente do tipo de edificação, de que não subsistem vestígios para maiores ilações, a sua presença sugere, posta a sua localização, articulação entre o vão de passagem e as escadas de acesso ao primeiro piso da Torre Buçaqueira, nas traseiras da sacristia.

O desmonte parcial desta estrutura, que, como se poderá constatar pelas diversas imagens em que se encontra retratada, se encontraria em condições de estabilidade bastante débeis, poderá ter decorrido de motivações de segurança. Não obstante, o seu desaparecimento anulou vestígios associados a um compartimento, preservando contudo dois vãos compatíveis com seteiras. Por convergir para o reforço da natureza defensiva deste espaço, em detrimento de uma compartimentação eventualmente menos bélica, o critério inerente a este desmonte coincide na realidade com a busca da pressuposta primitiva unidade estilística deste espaço.

Na sua origem, a parede parcialmente desmontada [CJED I, UE: 74] encostaria aos vestígios de uma anterior [CJED I, UE: 353], por sua vez coetânea da reforma que conduziu à criação do tramo superior da Torre Buçaqueira²²³. Posterior à reforma da torre, a parede desmontada não deverá recuar a período anterior a finais do século XIV, primeira metade do século XV²²⁴. Não obstante, a sua edificação cobriu uma parede anterior [CJED I, UE: 72], por sua vez encostada pela sacristia da Igreja de Santa Maria da Pena²²⁵.

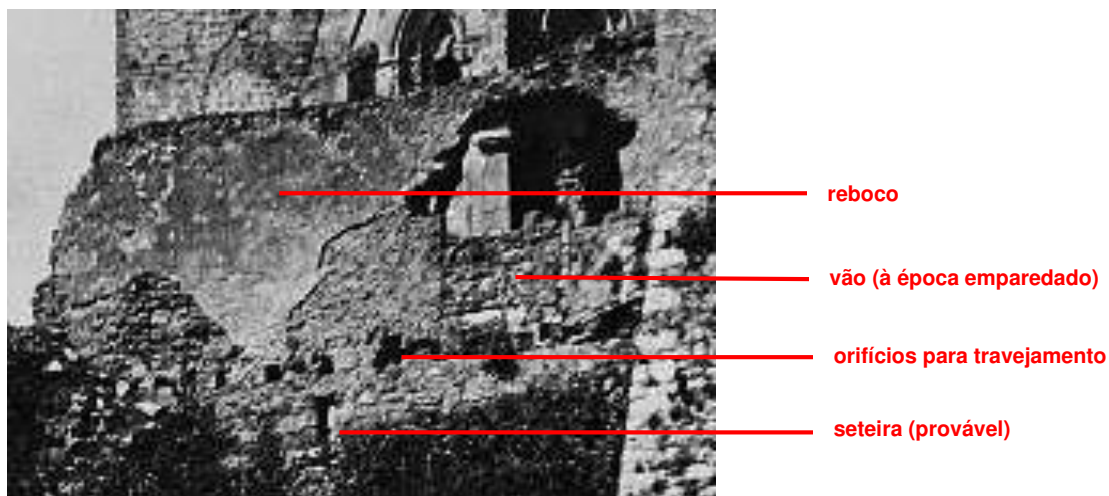
²²¹ *Vide supra*, p. 88.

²²² *Vide* Estampa XLIX, IEp. 6.

²²³ *Vide* Imagem 21, constante de Anexo Iconográfico.

²²⁴ *Vide supra*, p. 76.

²²⁵ *Vide* Imagem 22, constante de Anexo Iconográfico.



Parede a sudoeste da Torre Buçaqueira, anterior ao seu desmonte parcial. Ca. 1900. Excerto da IEp. 15, Estampa L.

Fonte: GOMES, 2004: 116.

Não são conhecidos indícios passíveis de remeter esta parede primitiva à sua devida funcionalidade, nem que justifiquem o cunhal que aparentemente define a sudoeste, contudo, uma vez que a sacristia da Pena se encontra datada de 1510²²⁶, deduz-se que se encontraria já edificada no início do século XVI. Efetivamente, a esta primitiva parede encontra-se encostada uma outra [CJED I, UE: 347], cuja relação com a parede desmontada não se pode adivinhar²²⁷. A parede [CJED I, UE: 347] porém, para além de albergar dois estreitos vãos, eventualmente compatíveis com seteiras, une-se à base de uma ombreira de vão de porta [CJED I, UE: 77], no seu limite sudoeste. Salvaguardadas as devidas reservas, que advêm da inexistência de maior suporte argumentativo, este vão poderá estar associado a uma narrativa que, a confirmar-se, remete a parede para período não posterior a 1538²²⁸. Assim, à primitiva parede [CJED I, UE: 72] edificada antes mesmo de 1510, veio encostar uma parede [CJED I, UE: 347], eventualmente dotada de seteiras e de porta, erguida com alguma probabilidade cerca de 1538. A estas viria juntar-se a parede desmontada [CJED I, UE: 74], que não será anterior a finais do século XIV, primeira metade do século XV, e que, cobrindo a parede primitiva, não poderá ser anterior a 1510.

²²⁶ Vide supra, p. 27.

²²⁷ Tendo o desmonte da parede superior [CJED I, UE: 74] alcançado o topo da parede em causa [CJED I, UE: 347], não é possível estabelecer uma relação estratigráfica entre as duas. Não obstante, a diferença entre o tipo de aparelho de ambas sugere que tenham resultado de momentos construtivos distintos.

²²⁸ Vide supra, p. 19.

Desmontada a parede, enveredou o restauro por uma série de edificações [CJED I, UE: 85, 94, 95, 349 (?)] que uniriam a parede a sudoeste da Torre Buçaqueira ao remanescente de uma parede [CJED I, UE: 89] encostada à muralha sul. O espaço compreendido entre as duas paredes, a torre e a muralha sul passou então a definir um corredor, cuja saída se passou a fazer por um vão de porta [CJED I, UE: 87] também resultante do restauro. Restaurada a partir da sua ombreira nordeste, a porta assumiria um vão ogival, reproduzindo-se a moldura de aresta chanfrada da ombreira preexistente [CJED I, UE: 77]. Ainda que a ombreira sugerisse a existência de um vão, e consequentemente de uma parede orientada para sudoeste, na direção da parede encostada à muralha sul, não existiam evidências estruturais suficientes para deduzir a forma do vão ou sequer para estimar que as duas paredes se encontrassem unidas entre si. Não obstante, a construção da porta e das paredes adjacentes conduziriam à formação de um espaço que, articulado com a Porta Buçaqueira, encerrado sobre si próprio, para mais confluindo numa saída disposta lateralmente à Porta Buçaqueira, configura o que poderia interpretar-se como uma porta em cotovelo. Tendo o espaço resultante assumido uma natureza militar, quando os vestígios arqueológicos sugeriam, como visto, outras possibilidades, a opção de restauro perfilha claramente critérios de uniformidade estilística.

Fazendo-se representar em várias imagens do início do século XX, a parede sobrelevada [CJED I, UE: 74, 357] surge claramente desmontada em fotografia publicada em 1929, comprovando que o seu desmonte ocorreu ainda antes das intervenções realizadas sob tutela da DGEMN. Em contrapartida, a mesma imagem prova que o vão de porta só viria a ser restaurado depois desta data, com toda a probabilidade portanto durante intervenção dirigida por aquela Direcção-Geral. Embora sem datação conhecida, uma segunda imagem de época retrata o vão em plena intervenção de restauro, enquanto outra, publicada em 1950 demonstra como nesta data a porta e as paredes adjacentes se encontrariam já plenamente edificadas²²⁹.

Noutros locais a intervenção parece pautar-se contudo pela simples consolidação das estruturas arruinadas. Em muitas destas consolidações predomina igualmente o critério da unidade estética, patente no recurso a tipos construtivos e a materiais que no decurso do tempo se tornariam indistinguíveis das estruturas restauradas. Este parece ser o caso dos tramos erguidos na base dos setores nordeste e sudoeste da muralha sul [CJED II, UE: 233, 234, 243, 340]. Não obstante, ao passo que algumas imagens ilustram como o

²²⁹ Vide Estampa XLIX: IEp. 9 a IEp. 12.

restauro do setor sudoeste da muralha sul possa ter ocorrido antes de 1930, sendo portanto atribuível à LACL, o restauro conduzido no seu setor nordeste, conta apenas com um testemunho fotográfico de 1944, deixando em aberto a possibilidade de atribuição tanto à LACL como à DGEMN²³⁰. Também na muralha oeste parece ter sido este o caminho tomado na edificação dos tramos [CJED III, UE: 433, 436] que consolidariam os espaços abertos entre os dois panos [CJED III, UE: 411, 428] centrais e entre estes e o torreão [CJED I, UE: 454] que remata a sul a muralha. Estes casos porém, como referido a montante, carecem de análise mais aprofundada que, por ora, a dificuldade de acesso impossibilita.

A consolidação mediante aparelhos que mimetizam as estruturas a consolidar verifica-se igualmente no tramo [CJED IV, UE: 508] acima da Porta Nova, que, estando ausente de um registo fotográfico publicado em 1929²³¹, deverá provavelmente remeter-se para intervenção da responsabilidade da DGEMN, assim como nos tramos [CJED VI, UE: 713] e [CJED VII, UE: 808] da muralha norte, respetivamente acima da escarpa do seu extremo sudoeste e ao centro do seu setor voltado a nascente. Nos dois últimos casos porém, ainda que algumas imagens ilustrem as muralhas arruinadas e os espaços a consolidar, a ausência de datação para os registos fotográficos em causa impossibilita a atribuição cronológica destas consolidações²³².

Pelo contrário, o restauro da Porta da Traição, na muralha oeste, encontra-se perfeitamente enquadrado em termos cronológicos. Descrito por José Saraiva, em 1929, como uma obra realizada então recentemente²³³, o restauro da Porta da Traição, incluindo o tramo de parede [CJED III, UE: 429] que passou a envolvê-la, remontará ao período de intervenções conduzidas pela LACL. Comparando as bases das ombreiras, de ornato em 'unha', com vãos similares existentes noutros locais do castelo, por exemplo, como referido, na parede lateral nascente da *loggia* dos Paços Novos, o restauro enveredou neste caso pela reconstrução integral da estrutura a intervencionar. A fundamentação em exemplos locais, associada à total reconstrução, mediante recursos indistintos dos do restante edificado, como parece ser o caso, atesta a intenção de o restituir à sua unidade de estilo. O mesmo critério terá pautado o restauro promovido no Conjunto Edificado V, onde a reconstrução do torreão [CJED V, UE: 660], assim como do tramo de parede [CJED V, UE: 654] onde este parcialmente se apoia, se

²³⁰ Vide Estampa L: IEp. 13, IEp. 15, IEp. 16, IEp. 18, IEp. 19.

²³¹ Vide Estampa LII: IEp. 30.

²³² Vide Estampa LIV: IEp. 40 a IEp. 42; Estampa LV: IEp. 48 a IEp. 50.

²³³ Vide supra, p. 20.

sustentam em aparelhos construtivos que encontram paralelos, por exemplo, no tramo superior da Torre Buçaqueira e na parede imediatamente abaixo [CJED V, UE: 621/675], respetivamente. Em imagens posicionadas entre 1936 e 1956²³⁴, estes dois elementos não se encontram retratados, motivo pelo qual a sua edificação deverá remeter-se para data não anterior a este período, e, como tal, inserir-se no âmbito das intervenções conduzidas pela DGEMN.

Ainda que recorrendo a aparelho de calcário, frequentemente unido a argamassa de cimento, materiais dissonantes dos utilizados nas estruturas a restaurar, prevalece o critério da unidade estilística nas intervenções que, também promovidas pela DGEMN, dotariam a maioria das estruturas em análise de adarves e de ameias.

De facto, em algumas muralhas, como no setor da muralha sul a nascente dos Paços Novos e em toda a extensão da muralha norte, seriam acrescentados aparelhos de calcário, alteando as muralhas existentes e recriando adarves, sem que aparentemente existissem vestígios arqueológicos que sustentassem a sua existência. Em imagem publicada em 1944 percebe-se que o tramo [CJED II, UE: 344] da muralha sul se encontraria maioritariamente por edificar, ao passo que os tramos [CJED VI, UE: 715; CJED VII, UE: 812] da muralha norte, cujos trabalhos de restauro constam de imagens captadas entre 1936 e 1956²³⁵, se encontram também descritos por Afonso Zúquete, em publicação de 1943, como o resultado de “recente reconstrução”²³⁶.

A período equivalente deverá remontar a edificação do tramo [CJED II, UE: 334] do setor da muralha sul a poente dos Paços Novos, assim como dos tramos [CJED III, UE: 439, 452] da muralha oeste que, erguidos igualmente com recurso a pedra calcária, dotariam estas muralhas de adarve e de ameias paralelepípedicas. Algumas imagens comprovam porém a inexistência de testemunhos arqueológicos que corroborassem esta opção. O mesmo conjunto de imagens demonstra ainda como estes tramos não se encontrariam ainda erguidos cerca de 1930, remetendo-os como tal para intervenções realizadas sob alçada da DGEMN. Em dois registos iconográficos, datados de cerca de 1950, consta parte significativa destes tramos, de onde se depreende terem sido erguidos durante as duas primeiras décadas de atuação daquele organismo²³⁷.

²³⁴ Vide Estampa L: IEp. 37, IEp. 38.

²³⁵ Vide Estampa LIII: IEp. 18; Estampa LIV: IEp. 46, IEp. 47.

²³⁶ ZÚQUETE, 1943: 86.

²³⁷ Vide Estampa L: IEp. 13, 16, 19, 22, 23; Estampa LI: IEp. 24 a 29.

Com recurso a aparelho de calcário ergueu-se igualmente a Porta Nova, também sob tutela da DGEMN, conforme se depreende da análise de uma fotografia publicada em 1929, em que não consta ainda esta estrutura²³⁸. A edificação [CJED IV, UE: 514], que uniu definitivamente as muralhas norte e oeste, resultaria na criação de um adarve, assim como de um vão de arco de volta completa [CJED IV, UE: 520] e de um vão de janela geminado [CJED IV, UE: 522, 523, 525], sem que existisse para tal restauro inequívoco suporte arqueológico. Por outro lado, se para a janela geminada, com os seus dois vãos apontados e emoldurados por cantaria de arestas chanfradas, se encontram paralelos que lhe possam ter servido de inspiração, nomeadamente na fachada dos Paços Novos, o mesmo não poderá dizer-se da forma adotada para o vão da porta, que, isento de moldura, não encontra em todo o baluarte leiriense um único paralelo.

A opção por aparelho de pedra calcária incidiria também sobre parte significativa das estruturas restauradas no Último Reduto. No caso deste conjunto edificado, porém, o restauro resultaria de ações de natureza bastante diversificada, que, conduzidas ao longo dos períodos de atuação da LACL e da DGEMN, recaíram, respetivamente, em opções de mimetização dos aparelhos existentes e de distinção tipológica mediante recurso a pedra calcária.

No recinto do Último Reduto, a LACL haveria de dar início à reconstrução do muro nascente, à data o mais arruinado, dando origem a dois tramos [CJED VIII, UE: 997, 999] de muralha encostados à Torre de Menagem e ao Torreão Sul, respetivamente²³⁹. Por sua vez, na Torre de Menagem, cujo restauro promovido pela LACL se encontra já detalhadamente abordado por alguns historiadores²⁴⁰, seria promovido um coroamento com ameias paralelepípedicas, assim como erguidos um telheiro sobre a porta e um torreão ao nível da cobertura²⁴¹. Para a fundamentação estilística do telheiro concorreria a cachorrada existente no alçado sul da torre²⁴², ainda que a descarga desta cobertura sobre pilares excedesse em muito o âmbito do indubitavelmente comprovável. De igual modo, também para a escolha do formato paralelepípedico das ameias, em detrimento do tronco-piramidal exibido pela única ameia subsistente²⁴³, bem como para a

²³⁸ Vide Estampa LII: IEp. 30.

²³⁹ Vide Estampa LVII: 67; Estampa LVI: IEp. 54, 55, 58.

²⁴⁰ Para mais detalhadas informações sobre as ações conduzidas pela LACL na Torre de Menagem do Castelo de Leiria, leia-se, entre outras obras possíveis, Lucília Verdelho da COSTA: *Ernesto Korrodi 1889 – 1944: arquitectura, ensino e restauro do património*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997. Vide também Estampa LVII: IEp. 64 a 66.

²⁴¹ Vide Estampa LVI: IEp. 57 e 58; Estampa LVII: IEp. 65.

²⁴² Vide Estampa LVII: IEp. 64.

²⁴³ Vide Estampa LVI: IEp. 54 e 55. A ameia tronco-piramidal subsistente no canto sudeste da Torre de Menagem poderá eventualmente ter servido de inspiração a Ernesto Korrodi, ao propor, em *Estudos de Reconstrução sobre o Castelo de Leiria*, um coroamento compósito, de ameias paralelepípedicas ladeadas, na prumada de cada esquina da torre, por

construção do torreão no topo da Torre de Menagem, não existiriam quaisquer sustentações arqueológica. Não obstante, ambas as soluções recaem no domínio do restauro estilístico na medida em que esta corrente previa, à semelhança, por exemplo, da paradigmática ‘torre-agulha’, promovida por Viollet-le-Duc na Catedral de Notre-Dame de Paris, a restituição do edifício a um estado ‘completo’ que poderia nunca ter existido.

O telheiro e o torreão haveriam de ser posteriormente desmontados, já no âmbito das intervenções realizadas pela DGEMN, conforme se depreende da análise de algumas imagens²⁴⁴, destino que afetaria também o topo piramidal da ameia tronco-piramidal, assim convertida em paralelepípedo. Da intervenção da DGEMN neste conjunto resultaria igualmente a concretização do restauro do muro nascente do recinto, mediante a construção do seu tramo central [CJED VIII, UE: 1035], assim como o coroamento de todo o conjunto, incluindo os muros poente e nascente, o Torreão Sul e a área anteriormente ocupada pelo torreão na Torre de Menagem, de adarve e ameias paralelepipedicas. Embora erguidos, na sua totalidade, em aparelho de calcário, distinguível do existente, e até do utilizado pela LACL, estas intervenções redundariam na aplicação de adarves e de ameias sobre estruturas que não exibiam para tal qualquer vestígio corroborante. Não obstante, tanto estas edificações como os desmontes do torreão e do telheiro erguidos pela LACL constituem ações enquadráveis numa demanda pela unidade de estilo, na medida em que procuram dotar o edificado a restaurar de elementos expectavelmente existentes em edifícios de datação e tipo similares.

De forma equivalente, também o restauro empreendido no alambor e na barbacã do Último Reduto procurou dotar estas estruturas dos atributos característicos de barreiras medievais desta natureza. Desta feita, contudo, seriam amiúde aplicados elementos arquitetónicos que, embora desaparecidos, se encontravam sugeridos, com maior ou menor probabilidade, por vestígios detetados no local. Assim parece ser o caso dos vãos [CJED VIII, UE: 1113, 1115] a sudoeste do alambor, reconstruindo-se as suas molduras e o aparelho envolvente [CJED VIII, UE: 1162], assim como dos tramos [CJED VIII, UE: 1165, 1167] que passaram a ladear o vão norte desta barreira ou ainda dos tramos que vieram definir o topo da barbacã [CJED VIII, UE: 1100, 1131], mediante os quais se dotou esta barreira de vãos de seteira. Por se encontrarem ausentes de algumas imagens datáveis

ameias tronco-piramidais (KORRODI, 1898: Estampa VI). Nada obsta porém que todo o coroamento da torre se fizesse com ameias tronco-piramidais.

²⁴⁴ Vide Estampa LVII: IEp 66.

de 1929 e de aproximadamente 1930²⁴⁵, os restauros dos vãos e dos tramos voltados a poente, incluindo o cimo da barbacã, deverão enquadrar-se nas intervenções promovidas pela DGEMN. Menos segura será a atribuição institucional dos tramos aplicados junto da porta norte e do topo da barbacã voltada a nascente, que, contando com menos documentação iconográfica, poderão no entanto remontar ao período de restauros promovidos pela LACL²⁴⁶.

²⁴⁵ *Vide* Estampa LVI: IEp. 53 a 58;

²⁴⁶ De facto, o cimo da barbacã voltada a nascente [CJED VIII, UE: 1131] aparenta encontrar-se registado, não obstante a reduzida qualidade dos registos fotográficos em causa, em duas imagens de cerca de 1930. *Vide* Estampa LVI: IEp. 58; Estampa LVII: 67. Os tramos [CJED VIII, UE: 1165, 1167] aplicados em ambos os lados da porta norte da barbacã, por seu turno, surgem registados apenas em uma imagem de época, enquadrável no período compreendido entre 1936-1950. Contudo, por recorrer a aparelho de pedra dolerítica, quando a DGEMN terá recorrido, aparentemente de forma exclusiva, a calcário, para os aparelhos aplicados no Último Reduto, deduz-se que os dois tramos em questão possam remontar à LACL. *Vide* Estampa LVI: IEp. 56, IEp. 62.

LEITURA FINAL: ELEMENTOS EM CONTEXTO

Arrancado ao esquecimento a que havia sido votado, pelo ímpeto romântico de Ernesto Korrodi, e elevado a símbolo nacional pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o Castelo de Leiria seria submetido, ao longo do século XX, a múltiplas intervenções de restauro e de consolidação, sem as quais com certeza não teria sobrevivido. A recuperação das ruínas em que se encontrava no início daquele século não se alcançou, no entanto, sem o elevado preço decorrente das subseqüentes alterações estruturais.

Feita a leitura estratigráfica das estruturas militares do Núcleo A desta fortaleza, foi todavia possível distinguir as diferentes etapas construtivas ou destrutivas que lhes deram origem, incluindo as resultantes das diversas intervenções de restauro. O confronto com elementos de diversas naturezas, arqueológicas, documentais e iconográficas, por exemplo, permitiu, por sua vez, remeter a maioria das estruturas analisadas para o seu devido contexto cronotipológico. Surgiram assim diferentes momentos construtivos, alguns dos quais já contemplados pela historiografia concernente, como as campanhas dionisina e joanina, que dariam respetivamente origem à Torre de Menagem e aos Paços Novos. Outras etapas construtivas, todavia, não tinham ainda sido alvo de um apropriado enquadramento cronológico, originando conceções tipológicas não totalmente corretas. Desde a sua origem até a atualidade, pretendeu o presente estudo definir as diferentes etapas construtivas que estão na origem das estruturas militares do Núcleo A do Castelo de Leiria, tendo sido detetadas múltiplas ações, genericamente enquadráveis em seis principais períodos, a que se somam os vestígios estruturais preexistentes, detetados em intervenções arqueológicas precedentes²⁴⁷.

As preexistências

Considerando a sua implantação, dificilmente poderia o Castelo de Leiria erguer-se em local de características orográficas mais bem adaptadas à sua defensibilidade. A aptidão natural para a defesa do domo dolerítico em que se encontra, reforçada por escarpas rochosas em grande parte intransponíveis, fundamenta a escolha do local para a fundação da fortaleza, embora em grande medida fomenta também incertezas quanto à aparente inexistência de fortificações anteriores. Escavações arqueológicas

²⁴⁷ Veja-se Vânia CARVALHO e Isabel INÁCIO: *Projecto de Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria*, PNTA, Sondagens Arqueológicas de Avaliação, Relatório Final, Leiria, 2011.

realizadas nas últimas décadas têm revelado a efetiva ocupação populacional do Núcleo C do Castelo de Leiria, desde tempos tão recuados quanto o Calcolítico, a Idade do Bronze ou o período romano²⁴⁸. Não obstante, dentro da área em análise, o Núcleo A, não se conhecem estruturas que possam indubitavelmente ser associadas a fortificações pré-*Reconquista* cristã do território leiriense, o que tem contribuído para a validação, até à data, da hipótese de fundação afonsina *ab initio* do seu castelo.

Carecendo ainda de análises arqueológicas mais alargadas, nomeadamente no domínio da atribuição cronológica, algumas estruturas jacentes sob o Último Reduto têm, no entanto, suscitado a possibilidade, senão de uma fortificação anterior à chegada de D. Afonso Henriques, pelo menos de edificações que precedem as estruturas deste complexo dionisino. De facto, as pedras argamassadas e o muro, de grande robustez, detetados sob a Torre de Menagem e o Torreão Sul sugerem a existência de um edifício de natureza defensiva. Derrubado, de forma accidental ou intencional, os seus vestígios permaneceriam soterrados sob o Último Reduto, o conjunto edificado de origem dionisina, até recentemente considerado a construção mais antiga desta área do Núcleo A.

Ao ímpeto reformista que amiúde decorre da necessidade de adaptação dos edifícios considerados obsoletos, poderá somar-se, contudo, a sua propositada anulação, decorrente, por exemplo, do desenquadramento face a novas lógicas de domínio territorial ou à perigosidade de ocupação, ou reocupação, por forças inimigas²⁴⁹. O derrube destes vestígios poderá, assim, dever-se a causas que seriam tão válidas aquando da reforma promovida por D. Dinis neste espaço, como para qualquer outro monarca antes de si. Assim, ainda que os vestígios em análise não se encontrem, por enquanto, cronologicamente bem definidos, e em grande parte por este mesmo motivo, a reforma dionisina, posto que constituindo a causa mais provável para o desmonte do edifício, não exclui por completo a sua anulação em tempos mais recuados.

Do castelo 'românico'

Sucessivamente adaptado às novidades poliorcéticas que se sucederam ao longo dos vários séculos da sua vida útil, o Núcleo A do Castelo de Leiria mantém tanto menos

²⁴⁸ Consulte-se, por exemplo, Património Cultural, Direção-Geral do Património Cultural, Portal do Arqueólogo, 'Antigos celeiros da Mitra (ex-RAL4)', Código Nacional de Sítio 24472 (consultado, a 14 de Julho de 2016, no endereço em linha www.patrimoniocultural.pt).

²⁴⁹ A este respeito, leia-se, por exemplo, Fernando Branco CORREIA: 'Prevalências do período islâmico em castelos portugueses das Ordens Militares', *Castelos das Ordens Militares*, Atas do Encontro Internacional, Coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, 2003.

estruturas próprias de cada período construtivo quanto mais longínquos são os tempos em que foram erguidas. Indubitavelmente atribuível ao castelo 'românico', por exemplo, o Núcleo A preserva apenas a Porta Buçaqueira, no tramo inferior da torre homónima, assim como parte da muralha norte, incluindo um cubelo, como visto, seus contemporâneos. Embora o siglário detetado na porta aproxime cronologicamente este conjunto de estruturas à Igreja de São Pedro, no Núcleo C, remetendo-as para meados do século XII, o tipo construtivo da porta prolonga-se até pelo menos finais do século XIII. De igual modo, também os cubelos não permitem uma datação precisa face à sua utilização em tempo particularmente alargado.

Postas as devidas reservas por tamanha amplitude cronológica, temos dificuldades, como de resto outros antes de nós, em atribuir estas estruturas a reinados concretos. Não obstante, o formato da porta e do maciço em que se abre inserem-se nos parâmetros tipológicos 'românicos', como de resto sucede com o traçado de todo o perímetro amuralhado do Núcleo A, que a difícil topografia do terreno impôs irregular. Da muralha porém, resultam várias dúvidas, decorrentes sobretudo das interrupções e ulteriores adaptações e consolidações que exhibe.

Embora seja expectável que o perímetro do Núcleo A se mantenha sensivelmente idêntico ao que terá sido em período 'românico', várias são as suas componentes que, como visto, resultam de intervenções conduzidas ao longo de outros períodos. Na muralha norte, coetânea da 'românica' Porta Buçaqueira, por exemplo, uma reforma posterior terá com grande probabilidade alterado o seu percurso e a sua configuração. Ainda que não tenhamos evidências inequívocas, a relação proporcional entre distâncias sugere, como visto, uma muralha primitiva substancialmente distinta, cujo traçado só poderá ser avaliado mediante intervenções arqueológicas adicionais.

O 'primeiro gótico'

Atribuída por inscrição a D. Dinis, não restam dúvidas quanto ao ascendente deste monarca sobre o projeto da Torre de Menagem do Castelo de Leiria²⁵⁰, assim como, ao que tudo indica, sobre o recinto em que a mesma se insere, o Último Reduto. Baixa, robusta e fechada sobre si própria, a Torre de Menagem leiriense só em aparência poderá contudo considerar-se arquitetonicamente arcaica. De facto, estabelecendo o

²⁵⁰ No âmbito da guerra civil de 1319-1324, Leiria seria entregue pelo alvazil Domingos Domingues, com o conluio de vários cidadãos importantes da vila, ao infante D. Afonso, opositor de seu pai, D. Dinis. Recuperada a vila, D. Dinis haveria de considerar o ato de Domingos Domingues, seu antigo copeiro-mor, como traição (PIZARRO, 2012: 248), podendo o episódio justificar a inclusão da inscrição da Torre de Menagem do Castelo de Leiria, caso raro entre as congéneres dionisinas.

limite norte do castelejo constituído pelo Último Reduto, a torre posiciona-se à cabeça do recinto que pretenderia defender, implantação que corresponde perfeitamente aos princípios de 'defesa ativa' preconizados pela arquitetura militar 'gótica'. Para mais, desviando-se do centro do recinto 'românico', e do seu setor nordeste, já plenamente ocupado pela colegiada de Santa Cruz de Coimbra, a torre aproxima-se bastante da muralha norte, a mais suscetível em caso de assalto.

Construída escassos meses antes da morte de D. Dinis, o aspeto pouco evoluído da Torre de Menagem do Castelo de Leiria, sobretudo quando comparado com o das também dionisinas torres do Sabugal ou de Beja, poderá imputar-se à não conclusão de um projeto eventualmente mais ambicioso. Trata-se de uma hipótese hoje difícil de comprovar, desde logo porque, ao mesmo reinado e iniciativa, ficam a dever-se outras estruturas turriformes mais próximas da de Leiria, pelo menos ao nível da proporção e do caráter opaco do corpo, como as de Chaves ou Monforte de Rio Livre.

Na sua totalidade, estima-se que D. Dinis tenha promovido intervenções arquitetónicas em 57 fortalezas, a maior parte das quais entre 1288 e 1315²⁵¹, período que corresponde ao afastamento dos Terra-Tenentes, ao Tratado de Alcanizes e ao conflito que o opôs a seu filho, o futuro D. Afonso IV²⁵². Datada de 1324, a iniciativa que conduziu à construção da Torre de Menagem de Leiria deverá, porventura, inserir-se portanto numa lógica de defesa das principais linhas de acesso às cidades mais importantes do reino, como Lisboa e Coimbra²⁵³, face às rotas de penetração dos exércitos castelhanos. Todavia, nem num reinado como o de D. Dinis, marcado por um processo de centralização do poder tão vincado, pode falar-se da ausência de conflitos internos entre o rei e a nobreza, ambiente que seguramente terá também contribuído para as reformas que empreendeu. Exemplo paradigmático, a guerra civil travada com o futuro D. Afonso IV, concorre para a contínua preocupação e investimento régios nas principais fortalezas, que, como se depreende do caso leiriense, se manteve até ao final do seu reinado.

O 'segundo gótico'

Seria necessário que o século XIV se aproximasse do seu final até que novas reformas imprimissem o seu cunho no Castelo de Leiria. Às consolidações promovidas na cerca

²⁵¹ BARROCA; 2003: 117 e 118.

²⁵² Sobre o reinado de D. Dinis, nomeadamente a guerra civil de 1319-1324, leia-se, entre outras obras possíveis, José Augusto de Sotto Mayor PIZARRO: *D. Dinis*, Dir. Roberto Carneiro, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Temas & Debates, Lisboa, 2012.

²⁵³ BARROCA, 1998b: 808.

da vila em 1374²⁵⁴, durante o reinado de D. Fernando, seguir-se-ia a grande campanha de residencialização no Núcleo A, dando origem aos Paços Novos e à nova Igreja de Santa Maria da Pena. Embora distintos na natureza a que se destinavam, e conseqüentemente na respetiva estruturação, o paço e a sua capela palatina revelam, como um fio condutor, alguns paralelismos ornamentais, que não são alheios a outros locais do Núcleo A. Entre todos, um dos mais recorrentes será porventura a base de ombreira em ‘unha’, ornato patente nos vãos de porta e de janela do paço e da capela, mas também nos vãos de porta e de janela do tramo superior da Torre Buçaqueira e no tramo inferior, não restaurado, da Porta da Traição.

Sobre a Torre Buçaqueira, até então, presume-se, de traçado ‘românico’, robusto e maciço, seria erguido um novo corpo, que, abrindo em todos os alçados múltiplos vãos ogivais, viria conferir à velha torre, maior leveza e graciosidade. Convertendo a torre em sineira, a reforma da Buçaqueira associa-se à reforma de Santa Maria da Pena, hoje, por filiação na primeira fase de construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitoria da Batalha, remetida, de forma praticamente consensual, para período compreendido ente 1388 e 1402. Ainda que a reforma da torre possa ter decorrido em período distinto, a mesma não deverá, face às semelhanças tipológicas entre os seus vãos e, por exemplo, o vão de porta da parede norte de Santa Maria da Pena, afastar-se muito do período de construção deste templo.

O ímpeto reformista alcançaria igualmente a Porta da Traição, de que subsistiam, antes de restaurada, a soleira e as bases das ombreiras, também ornadas por ‘unhas’. Embora não se vislumbre presentemente nenhum vestígio de uma porta precedente, uma sondagem arqueológica revelaria o predicado desta área do Núcleo A como local de passagem anterior à soleira existente. Coadjuvada pela inverosimilhança da inexistência de uma Porta da Traição, neste que seria o núcleo ‘românico’ do Castelo de Leiria, a presença de um local de passagem sugere, de facto, a existência de uma porta anterior. Confirmando-se, a base da Porta da Traição resultará de uma reforma, que, se, como visto, não se distancia muito do período de edificação do paço, remontará a finais do século XIV, meados do século seguinte.

Coetânea desta reforma será eventualmente a reestruturação de parte da muralha oeste, onde um novo edifício intramuros se organizaria em vários pisos, articulados com dois vãos abertos na própria muralha. Ainda que, face à escassez de vestígios

²⁵⁴ MONTEIRO, 1999: 130.

remanescentes, não possamos definir a natureza do edifício em causa, as janelas abertas na muralha, suscitando alguma debilidade defensiva, atestam a prevalência de opções 'residencializantes' sobre as estritamente militares, aparente apanágio das reformas empreendidas neste período.

Quaisquer que tenham sido os motivos, o esforço empreendido por D. João I, e porventura continuado durante os reinados que se seguiram, para dotar o Castelo de Leiria de todas as comodidades à época essenciais a uma residência régia, as obras conduzidas para esse efeito no Núcleo A não terão diminuído significativamente a sua capacidade defensiva. Eventualmente relacionadas com a recusa de auxílio da vila leiriense a D. João I, aquando do conflito que o opôs a D. Beatriz e a D. João I de Castela, com a necessidade de legitimação da dinastia que inaugurou ou ainda, com maior probabilidade, pela proximidade ao futuro panteão régio, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, cujos progressos construtivos se impunha controlar²⁵⁵, as obras no Castelo de Leiria resultariam na construção de novos e volumosos edifícios. Não obstante, para além da preservação das estruturas estritamente militares, como seja o Último Reduto ou o próprio perímetro amuralhado, as novas edificações, como o paço, a capela palatina ou a torre sineira, quando erguidas sobre estruturas militares preexistentes, contribuiriam, pela conseqüente construção de contrafortes, para o efetivo aumento da sua resistência.

Novidades poliorcéticas

Não obstante, em meados do século XV já o Castelo de Leiria ia paulatinamente perdendo a sua pertinência militar, processo que culminaria com a doação do próprio paço aos condes de Vila Real, em 1475. Por meados do século XV, eventualmente até meados do século seguinte, todavia, ainda se encetavam certas reformas no Núcleo A desta fortaleza, resultando na sua efetiva adaptação às novidades poliorcéticas da época. O Último Reduto, por exemplo, veria o seu perímetro exterior ser reforçado por barbacã e alambor, que, definindo em conjunto um pequeno terraço, deverão recuar precisamente a meados do século XV. A construção do alambor no Último Reduto poderá mesmo ter motivado a subida da cota de circulação a poente deste complexo, levando por sua vez à reforma do Conjunto Edificado V, que passaria a incluir, para o

²⁵⁵ Sobre a vida e obra de D. João I, nomeadamente a sua ascensão ao poder e o subsequente conflito com Castela, a construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha e conseqüentes ecos regionais, leia-se, entre outras obras possíveis, Maria Helena da Cruz COELHO: *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*, Dir. Roberto Carneiro, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Temas & Debates, Lisboa, 2008.

efeito, um muro de sustentação de terras. Já entre finais do século XV e meados do século XVI seria reformada, por seu turno, a muralha norte do Núcleo A, que, passando a definir, na sua extremidade poente, um trajeto anguloso, munido de escarpa, sairia mais resistente ao tiro direto e rasante.

Na origem da adoção de modelos claramente importados, quer da novidade que constituía a muralha escarpada, quer do revivalismo constituído pela aplicação do alambor, poderá estar um certo desenvolvimento cultural que, sob a égide da nova dinastia de Avis, conheceria a corte régia, e que, inevitavelmente, teria repercussões nas principais casas nobiliárquicas do país, que de resto norteava²⁵⁶.

Paralelamente, a estabilidade social e económica na Europa de finais da Idade Média incentivava a circulação de pessoas e bens, possibilitando o contato com as mais diversificadas novidades tecnológicas, a que não seriam estranhas as inovações poliorcéticas. Porventura o exemplo mais completo, tanto pela instrução literária como pelo contato direto com bens culturais estrangeiros, D. Afonso, 4º conde de Ourém, optaria, para a edificação do seu paço de Ourém, afinal cronológica e geograficamente tão próximo do paço leiriense, por um modelo que não encontra filiação na arquitetura civil coeva, senão na do norte da península itálica, que seguramente conheceu²⁵⁷.

Da doação ao abandono

Doados os paços aos condes de Vila Real, em 1475, que pouco depois haveriam, todavia, de preferir instalar-se na atual Praça Rodrigues Lobo²⁵⁸, no sopé do castelo, inaugura-se para o Castelo de Leiria um ciclo de paulatino abandono. Sintomaticamente, o relato seiscentista de que a Igreja de Santa Maria da Pena “por estar em ermo fora já

²⁵⁶ A corte régia da casa de Avis incentivava profundamente a formação dos príncipes e dos jovens nobres através da leitura de obras de distintas naturezas, nomeadamente militar. Sobre a produção literária dos primeiros monarcas e príncipes da dinastia de Avis, leia-se, entre outros possíveis, Sebastião TAVARES PINHO: *Humanismo em Portugal, Estudos I*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2006. Sobre a adoção e divulgação pela ‘Ínculta Geração’ de obras de cariz militar de origem estrangeira, como sejam os clássicos *Vida e Feitos de Júlio César*, *Epitoma de Rei Militar* ou *De Regimine Principum*, os romances *Livro de Tristam*, *Merlim* ou *Livro de Galaaz*, ou ainda, mais significativamente, as primeiras obras de tratadística bélica, como *Aruore das batalhas*, leia-se, por exemplo, João Gouveia MONTEIRO: *A Cultura Militar da Nobreza na Primeira Metade de Quatrocentos. Fontes e Modelos Literários*, Sep. Revista de História das Ideias, Vol. 19, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1997/1998.

²⁵⁷ Neto de D. João I, D. Afonso desempenhou várias missões diplomáticas e militares, durante as quais privaria com a mais alta nobreza europeia. Sobre a vida e obra de D. Afonso, 4º conde de Ourém, nomeadamente a construção, a partir de 1440, do Paço de Ourém, leia-se, entre outras obras possíveis, Alexandra Alves BARRADAS: *Ourém e Porto de Mós, A Obra Mecenática de D. Afonso, 4º Conde de Ourém*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, 2006.

²⁵⁸ Sobre o desaparecido Palácio dos Vila Real na Praça Rodrigues Lobo, veja-se, por exemplo, Afonso ZÚQUETE: *Monografia de Leiria. A Cidade e o Concelho 1950*, 2ª Ed., Folheto, Leiria, 2013.

roubada”²⁵⁹, sugere um efetivo estado de abandono do Núcleo A do Castelo de Leiria, já em meados do século XVII.

A este período remontam, todavia, as obras empreendidas em 1538, que incidiram, com grande probabilidade, sobre o muro que atualmente parte a sudoeste da Torre Buçaqueira. Próximo à cabeceira de Santa Maria da Pena, o muro ter-lhe-á servido de resguardo. Simultaneamente, a noticiada inclusão de uma inscrição comemorativa neste muro, ponto obrigatório de acesso ao templo, refletiria a sua preponderância social, que, apesar de isolada num espaço em crescente abandono, manteria o seu estatuto matricial até 1548.

Embora de difícil posicionamento cronológico, o edifício que seria criado no Conjunto Edificado V, e de que subsistem apenas um vão de porta ogival e os orifícios destinados ao travejamento, poderá também recuar a este período de abandono do Núcleo A. Efetivamente, tendo vindo ocupar uma área compreendida entre diferentes estruturas militares, este edifício anularia toda a capacidade defensiva da área do Núcleo A em que se insere. Também por estratigraficamente se seguir à edificação da muralha norte, não obstante exibir características ornamentais que o remetem para período anterior, perspetiva-se ter recorrido ao aproveitamento de cantarias. A julgar pelas similitudes que partilha com certos vãos dos Paços Novos e de Santa Maria da Pena, o vão poderá ter a sua proveniência num destes edifícios, ou mesmo na colegiada de Santa Cruz, o que, em qualquer dos casos, sugere o estado de abandono e de ruína em que necessariamente teriam de se encontrar.

Da consolidação ao restauro

Não obstante o inegável ascendente do restauro promovido tanto pela Liga de Amigos do Castelo de Leiria como pela Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais no Castelo de Leiria, tantas vezes resultando em características para as quais não existiam quaisquer sustentações arqueológicas ou documentais, uma atenta leitura estratigráfica permite detetar os elementos acrescentados e até os desmontados. O mesmo porém não poderá dizer-se das intenções subjacentes a cada restauro efetuado. Se é certo que os tramos de maiores dimensões resultantes de restauro definem na maior parte das vezes estruturas que não existiam, denunciando a sua filiação nos parâmetros genericamente atribuíveis ao restauro estilístico, também não deixa de ser verdade que vários tramos construídos não vão além da mera consolidação de áreas

²⁵⁹ *Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, in Ed. AZEVEDO, 2011: 26.

arruinadas. Por outro lado, se amiúde o restauro conduziu a estrutura restaurada a um modelo que possa nunca ter existido, também em algumas estruturas a direção do restauro seria invertida, desmontando-se estruturas que o próprio tinha acrescentado.

O telheiro ou o torreão do topo da Torre de Menagem, por exemplo, introduzidos durante a direção de Ernesto Korrodi, seriam integralmente desmontados pela DGEMN por não corresponderem à imagem que a mesma eventualmente teria de uma torre de menagem. Ambas as estruturas, tão polémicas à data, alterariam sem dúvida a configuração do recinto, mas não em grau superior ao das alterações introduzidas pela DGEMN, por exemplo, nos Paços Novos. Daqui se depreende, com relativa legitimidade, que o restauro do Castelo de Leiria em geral, e do Núcleo A em particular, não foi conduzido de forma linear, mas antes terá avançado e recuado ao sabor dos ideais de autenticidade das diferentes direções de obra.

Parece-nos portanto que no que ao restauro das estruturas analisadas diz respeito, deve ser ponderado não o seu resultado propriamente dito, se o mesmo corresponde ou não às normas preconizadas pelo restauro estilístico, mas antes, que critério conduziu ao próprio restauro estilístico, o que cada agente restaurador entendia ser, afinal, a autenticidade da estrutura a restaurar.

Desafios futuros

Pese embora a pesquisa estratigráfica e artística que agora se encerra, o presente estudo deve ser encarado não como um ensaio concluído mas antes como o ponto de partida para estudos subsequentes. De facto, para além das várias relações estratigráficas que, pelos motivos que ao longo deste trabalho fui apontando, permanecem por esclarecer, vários são também os casos em que análises de índole laboratorial, nomeadamente no concernente à datação de argamassas, poderão corroborar as sequências construtivas estabelecidas ou, pelo contrário, revelar dados que contribuam para a sua reconfiguração. Por outro lado, importa igualmente prosseguir as investigações de índole arqueológica e artística, sobretudo no que diz respeito às estruturas ou aos seus vestígios que, estando representadas física ou iconograficamente, se revelaram insuficientes para atribuições cronotípicas.

Mais de cem anos volvidos desde que Ernesto Korrodi inaugurou, com os seus *Estudos de Reconstrução sobre o Castelo de Leiria*, o debate científico em torno das ruínas do Castelo de Leiria, permanecem por esclarecer múltiplas questões, das mais variadas índoles. Ainda que debilitadas, reformadas, delapidadas, arruinadas e restauradas, as

velhas muralhas do baluarte leiriense conseguem ainda, afinal, defender segredos suficientes para outros tantos anos de investigação.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de; BARROCA, Mário Jorge (2012) – *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, Figueirinhas, Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1989) – ‘Castelos e cercas medievais. Séculos X a XIII’, *História das fortificações portuguesas no mundo*, Dir. Rafael Moreira, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 38 – 54.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1987) – ‘Muralhas Românicas e Cercas Góticas de Algumas Cidades do Centro e Norte de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então’, *Cidades e História*, Ciclo de Conferências Promovidas pelo Serviço de Belas Artes, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 137 – 141.

ANDRADE, Amélia Aguiar (2000) – ‘De Contrasta a Valença: a formação de uma vila medieval’, *Monumentos*, 12, DGEMN, Lisboa, pp. 9 – 13.

ARNAUT, Salvador Dias; Dias, Pedro (2009) – *Penela, história e arte*, Câmara Municipal de Penela, Penela.

BARRADAS, Alexandra Alves (2006) – *Ourém e Porto de Mós: a obra mecenática de D. Afonso, 4º Conde de Ourém*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa.

BARROCA, Mário Jorge (2003) – ‘Arquitectura Militar’, *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 1, Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severino Teixeira, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 95 – 121.

BARROCA, Mário Jorge (2002) – ‘Arquitectura Gótica Civil’, *História da Arte em Portugal - O Gótico*, Editorial Presença, Lisboa, pp. 86 – 133.

BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Vol. II, Tomo 1 e Tomo 2, Corpus Epigráfico Medieval Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

BARROCA, Mário Jorge (1998 a) – ‘Castelos Medievais Portugueses. Origens e Evolução (Séc. IX-XIV)’, *La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo*, Ed. Juan António Barrio Barrio e José Vicente Cabezuelo Pliego, Alicante, pp. 13 – 30.

BARROCA, Mário Jorge (1998 b) – ‘D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa’, *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval – as relações de fronteira no século de Alcanises*, Tomo 1, Porto, pp. 801 – 822.

BARROCA, Mário Jorge (1990/91) – ‘Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)’, *Portugalia*, Nova Série, Vol. XI-XII, FLUP, Porto, pp. 89 – 136.

- BOIÇA, Joaquim; BARROS, Maria de Fátima Rombouts (2013) – *O Castelo de Mértola. História, Espaço e Formas, sécs. XIII-XXI*, Câmara Municipal de Mértola, Mértola.
- BRITES, Joana da Costa (2005) – ‘Uma nova memória para um Estado Novo: restauro de monumentos e ensino da História no salazarismo’, *Biblos*, vol. 3, 2.^a série, Coimbra, pp. 285 – 308.
- BROWN III, Marley; HARRIS, Edward (1993) – ‘Interfaces in archaeological stratigraphy’, *Practices of Archaeological Stratigraphy*, Ed. Edward C. Harris, Marley R. Brown III e Gregory J. Brown, Colonial Williamsburg Foundation, Virginia, pp. 7 – 20.
- CABALLERO ZOREDA, Luis (2009) – ‘Edifício Histórico y Arqueología: un compromiso entre exigencias, responsabilidad y formación’, *Arqueología de la Arquitectura*, N. 6, pp. 11 – 19.
- CABALLERO ZOREDA, Luis (2002) – ‘Sobre límites y posibilidades de la investigación arqueológica de la arquitectura. De la estratigrafía a un modelo histórico’, *Arqueologia de la Arquitectura*, N.º 1, pp. 83 – 100.
- CABALLERO ZOREDA, Luis (1996) – ‘El análisis estratigráfico de construcciones históricas’, *Actas Arqueologia de la Arquitectura, El método arqueológico aplicado al processo de estudio y de intervención en edificios históricos*, Ed. Luis Caballero Zoreda e Consuelo Escribano Velasco, Junta de Castilla y León, Burgos, pp. 55 – 74.
- CABRAL, João (1975) – *Anais do Município de Leiria*, Vol. I e II, Imprensa de Coimbra, Coimbra.
- CÁMARA, Leandro (1996) – ‘La documentación gráfica: fotogrametría y bases de datos’, *Actas Arqueologia de la Arquitectura, El método arqueológico aplicado al processo de estudio y de intervención en edificios históricos*, Ed. Luis Caballero Zoreda e Consuelo Escribano Velasco, Junta de Castilla y León, Burgos, pp. 23 – 40.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2008) – *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*, Dir. Roberto Carneiro, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Temas & Debates, Lisboa.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1989) – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, Vol. I, Dissertação de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Estudos Gerais, Série Universitária, Lisboa.
- CORREIA, Fernando Branco (2013) – ‘Prevalências do período islâmico em castelos portugueses das Ordens Militares’, *Castelos das Ordens Militares*, Atas do Encontro Internacional, Vol. 1, Coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, pp. 99 – 117.
- CORREIA, Luís Miguel (2011) – *Castelos em Portugal, Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

- COSTA, Lucília Verdelho da (1997) – *Ernesto Korrodi 1889 – 1944: arquitectura, ensino e restauro do património*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- COSTA, Lucília Verdelho da (1989) – *Leiria*, Coleção Cidades e Vilas de Portugal, Dir. Raquel Henriques da Silva, Editorial Presença, Lisboa.
- CRISTINO, Luciano (2005) – ‘A Diocese de Leiria-Fátima’, *Catedral de Leiria*, Coord. Virgolino Jorge, Diocese de Leiria-Fátima, Comissão de Arte e Património, pp. 37 – 66.
- CRISTINO, Luciano (1983) – ‘A Vila de Leiria em 1385’, *Jornadas sobre Portugal Medieval*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, pp. 171 – 220.
- CURTO, Diogo Ramada (1993) – ‘A Capela Real: um espaço de conflitos (Séculos XVI a XVIII)’, *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, Anexo V, Porto, pp. 143 – 154.
- CUSTÓDIO, Jorge (2011) – “*Renascença*” *artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República - Fundamentos e antecedentes*, Caleidoscópio, Casal de Cambra.
- DIAS, Pedro (1986) – ‘A arquitectura do ciclo batalhino’, *O gótico*, História da Arte em Portugal, Publicações Alfa, pp. 65 – 109.
- DUARTE, D. (1942) – *Leal Concelheiro*, Livraria Bertrand, Lisboa.
- GARCÍA de MIGUEL, José (1996) – ‘La caracterización de los materiales aplicada al estudio de la construcción histórica’, *Actas Arqueologia de la Arquitectura, El método arqueológico aplicado al processo de estudio y de intervención en edificios históricos*, Ed. Luis Caballero Zoreda e Consuelo Escribano Velasco, Junta de Castilla y León, Burgos, pp. 41 – 53.
- GUINER de los RÍOS, Francisco (1888) – *Portugal, impressões para servir de guia al viajero*, Imprensa Popular, Madrid.
- GOMES, Rita Costa (2003) – *Castelos da Raia*, Vol. II: *Trás-os-Montes*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.
- GOMES, Rita Costa (1996) – *Castelos da Raia*, Vol. I: *Beira*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa.
- GOMES, Rita Costa (1995) – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Memória e Sociedade, Difusão Editorial, Viseu.
- GOMES, Saul António (2005) – ‘O Priorado cruzio de Santa Maria de Leiria do Século XII à Criação da Diocese’, *Catedral de Leiria*, Coord. Virgolino Jorge, Diocese de Leiria-Fátima, Comissão de Arte e Património, pp. 15-35.
- GOMES, Saul António (2004) – *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria.

- GOMES, Saul António (2001) – ‘Torre e Prisão: para um entendimento da Torre de Menagem do Castelo de Leiria’, *Torre de Menagem do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, pp. 10 – 25.
- GOMES, Saul António (1993) – ‘A organização do espaço urbano numa cidade estremenha: Leiria Medieval’, *A Cidade - Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Actas II, Universidade Aberta, Lisboa, pp. 81 – 112.
- GOMES, Saul António (1992) – ‘Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV’, *Lusitania Sacra*, Estudos de História Medieval, 2ª série, Tomo IV, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, pp. 163 – 310.
- GRANT, Jim; GORIN, Sam; FLEMING, Neil (2002) - *The Archaeology Coursebook, an introduction to study skills, topics and methods*, Routledge, Londres e Nova Iorque.
- GUIMARAENS IGUAL, Guilherme; NOGUERA GIMÉNEZ, Juan Francisco; NAVALÓN MARTÍNEZ, Virginia (2011/2012) – ‘La Tradición Militar Aplicada a la Investigación del Patrimonio: el Caso de la Fortificación Abaluartada’, *Arché*, N. 6 e 7, Instituto Universitario de Restauración del Patrimonio de la Universitat Politècnica de València, València, pp. 163 – 172.
- HERCULANO, Alexandre (2007) – *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até ao fim do Reinado de Afonso III*, Vol. 1, Livrarias Aillaud & Bertrand, Lisboa.
- LARCHER, Jorge (1933) – *Castelos de Portugal: Distrito de Leiria*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- LOPES, Gonçalo (2001) – ‘Cerâmicas Medievais da Torre de Menagem do Castelo de Leiria’, *Torre de Menagem do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, pp. 31 - 37.
- MACARRÓN MIGUEL, Ana Maria (2002) – *Historia de la conservación y la restauración desde la antigüedad hasta el siglo XX*, Tecnos, Madrid.
- MACARRÓN MIGUEL, Ana Maria; GONZÁLEZ MOZO, Ana (1998) – *La conservación y la restauración en el siglo XX*, Tecnos, Madrid.
- MALDONADO RAMOS, Luis; VELA COSSÍO, Fernando (1998) – *De Arquitectura y Arqueología*, Munilla-Lería, Madrid.
- MAÑANA BORRAZÁS, Patrícia; BLANCO ROTEÁ, Rebeca; AYÁN VILA, Xurxo (2002) – ‘Arqueotectura 1: Bases teórico-metodológicas para una Arqueología de la Arquitectura’, *Trabalhos de Arqueoloxía e Patrimonio*, N. 25, Instituto de Investigacións Tecnolóxicas, Santiago de Compostela.
- MARGARIDO, Ana Paula (1988) – *Leiria, história e morfologia urbana*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria.

MARQUES, José (1988) - 'Povoamento e Defesa na Estruturação do Estado Medieval Português', *Revista de História*, N. VIII, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto.

MARTIN, Davies (1993) – 'The application of the Harris Matrix to the recording of standing structures', *Practices of Archaeological Stratigraphy*, Ed. Edward C. Harris, Marley R. Brown III e Gregory J. Brown, Colonial Williamsburg Foundation, Virginia, pp. 167 – 180.

MARTÍNEZ JUSTICIA, Maria José (2001) – *Historia y teoria de la conservación y restauración artística*, Tecnos, Madrid.

MATEUS, João (2002) – *Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias, A literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*, Livros Horizonte, Lisboa.

MATTOSO, José (2007) – *D. Afonso Henriques*, Círculo de Leitores, Lisboa.

MATTOSO, José (1987) – 'Introdução à História Urbana Portuguesa. A Cidade e o Poder', *Cidades e História*, Ciclo de Conferências Promovidas pelo Serviço de Belas Artes, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 9 – 20.

MELO, M^ª Luísa de Albuquerque (1995) – '450 datas para a história da Diocese de Leiria', *Leiria-Fátima Órgão Oficial da Diocese*, Ano III, N. 9, Leiria, pp. 87 – 151.

MELO, M^ª Luísa de Albuquerque (1995) – 'A criação da Diocese de Leiria e o contexto europeu da época. As transformações sociais e religiosas da idade moderna', *Leiria-Fátima Órgão Oficial da Diocese*, Ano III, N. 8, Leiria, pp. 319 – 334.

MONTEIRO, João Gouveia (2002) – 'Reformas góticas nos castelos portugueses ao longo do século XIV e na primeira metade do século XV', *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, Palmela, pp. 659 – 666.

MONTEIRO, João Gouveia (1999) – *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Edições Colibri, Lisboa.

MONTEIRO, João Gouveia (1997/1998) – *A Cultura Militar da Nobreza na Primeira Metade de Quatrocentos. Fontes e Modelos Literários*, Sep. Revista de História das Ideias, Vol. 19, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp.195-227.

NETO, Maria João (2001) – *Memória, Propaganda e Poder, O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.

NETO, Maria João (1995) – *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de

Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

NUNES, António Pires (2005) – *Dicionário de Arquitectura Militar*, Caleidoscópio, Casal de Cambra.

NUNES, António Pires (1991) – *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Direcção do Serviço Histórico Militar, Estado Maior do Exército, Lisboa.

ORTIGÃO, Ramalho (1917?) – *O Culto da Arte em Portugal*, 2ª Ed., Ed. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, Livrarias Aillaud & Bertrand, Lisboa.

PARENTI, Roberto (1996) – ‘Una visión de la Arqueología de la Arquitectura’, *Actas Arqueología de la Arquitectura, El método arqueológico aplicado al proceso de estudio y de intervención en edificios históricos*, Ed. Luis Caballero Zoreda e Consuelo Escribano Velasco, Junta de Castilla y León, Burgos, pp. 13 – 21.

PARENTI, Roberto (1996) – ‘Individualización de las unidades estratigráficas murarias’, *Actas Arqueología de la Arquitectura, El método arqueológico aplicado al proceso de estudio y de intervención en edificios históricos*, Ed. Luis Caballero Zoreda e Consuelo Escribano Velasco, Junta de Castilla y León, Burgos, pp. 75 – 85.

PEREIRA, Paulo (2009) – *A Arquitectura Gótica*, Arte Portuguesa da Pré-História ao Século XX, Vol. 3, Coord. Dalila Rodrigues, Fubu Editores.

PEREIRA, Paulo (2007) – ‘A arquitectura (1250-1450)’, *O «Modo» Gótico*, História da Arte Portuguesa, Vol. 3, Dir. Paulo Pereira, Círculo de Leitores, Lisboa.

PINHO, Sebastião Tavares (2006) – *Humanismo em Portugal, Estudos I*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (2012) – *D. Dinis*, Dir. Roberto Carneiro, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Temas & Debates, Lisboa.

RIVER BLANCO, Javier (2001) – *De varia restauratione: Teoría e Historia de la restauración arquitectónica*, Restauración & Rehabilitación, Valladolid.

RODRIGUES, Maria João; SOUSA, Pedro; BONIFÁCIO, Horácio (2005) – *Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura*, Quimera Editores, Coimbra.

SENOS, Nuno (2002) – *O Paço da Ribeira*, Editorial Notícias, Lisboa.

SEQUEIRA, Gustavo (1955) – *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Leiria*, Vol. V, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa.

SILVA, José Custódio da (2002) – *Paços Medievais Portugueses*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.

SILVA, José Custódio da (1997) – *O Fascínio do Fim*, Livros Horizonte, Lisboa.

SILVA, José Custódio da (1996) – ‘Os Paços Régios de Leiria’, *Leiria 450 anos Diocese e Cidade*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, pp. 81 – 95.

SILVA, José Custódio da (1989 a) – *O tardo-gótico em Portugal. A arquitectura no Alentejo*, Livros Horizonte, Lisboa.

SILVA, José Custódio da (1989 b) – ‘Castelos e Cercas Medievais, Séculos XIV e XV’, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Dir. Rafael Moreira, Publicações Alfa, Lisboa, pp. 55 – 72.

TOMÉ, Miguel (2002) – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, FAUP publicações, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.

TRINDADE, Luísa (2013) – *Urbanismo na Composição de Portugal*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

VERA BOTÍ, Alfredo (2001) – *La arquitectura militar del Renacimiento a través de los tratadistas de los siglos XV y XVI*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Escola Técnica Superior de Arquitectura da Universidade politécnica de Valência, Valência.

ZÚQUETE, Afonso (2013) – *Monografia de Leiria. A Cidade e o Concelho 1950*, 2ª Ed., Folheto, Leiria.

ZÚQUETE, Afonso (2003) – *Monografia de Leiria. A Cidade e o Concelho 1950*, 1ª Ed., Folheto, Leiria.

ZUQUETE, Afonso (1943) – *Leiria: Subsídios para a História da sua Diocese*, Gráfica Leiria, Leiria.

FONTES IMPRESSAS

ARAUJO, Victorino da Silva (1876) – ‘O Castello de Leiria’, *Boletim Architectonico e d’Archeologia*, Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, 2ª Série, N. 1, Lisboa, pp. 10 – 12.

ARMAS, Duarte de (2006) – *Livro das Fortalezas*, introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Edições Inapa, 3ª edição, Lisboa (fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ca. 1509).

BARBOSA, Ignácio (1875) – *Estudos Historicos e Archeologicos*, Tomo II, Typographia Castro Irmão, Porto.

BARROS, Paulo (1917) – ‘Castelo de Leiria. Consolidação das ruínas do afamado monumento medieval’, *O Instituto, Revista Científica e Literária*, Vol. 64, Coimbra, pp. 177 – 186.

BRANDÃO, Fr. António (1690) – *Monarchia Lusitana, que contém a História de Portugal, desde o Conde Dom Henrique, até todo o Reynado d’El Rey Dom Afonso Henriques*, Parte III, Livro 9, Cap. 27, Ed. Officina Ferreyriana, Lisboa.

BOLETIM DA DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, 1, Setembro de 1935.

CORDEIRO, António Rodrigues (1873) – ‘Leiria’, *Artes e Letras*, 2º Ano, Rolland & Semiond, Lisboa.

COSTA, P.º António Carvalho da (1869) – *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal, com noticias das fundações das cidades, villas, & lugares que contêm, varoens illustres, genealogias das familias nobres, fundações de conventos, catálogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios, & outras curiosas observaçoens*, Tomo III, 2ª Ed., Officina de Valentim da Costa Deslandes, Braga.

Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria (2011) – Ed. Ricardo Charters d’Azevedo, Textiverso, Leiria (fac-simile da 2ª edição de 1898).

DGEMN (1938) – ‘A Igreja de S. Pedro de Leiria’, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, N.º 12, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Porto.

HAUPT, Albrecht (1907) – *A Arquitectura da Renascença em Portugal*, J. Rodrigues & Cª., Lisboa.

KORRODI, Ernesto (1944) – ‘A Alcáçova do Castelo de Leiria e sua Significação Social e Política’, *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, N. XIII, Lisboa, pp. 12 – 28.

KORRODI, Ernesto (1898) – *Estudos de Reconstrução sobre o Castelo de Leiria – Reconstituição gráfica de um notável exemplo de construção civil e militar portuguesa* (Prospecto), N. 153, Instituto Polygraphico, Zürich.

MURPHY, James (1795) - *Travels in Portugal through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura and Alem-Tejo, in the year 1789 and 1790*, Printed for A. Strahan and T. Cadell Jun. and W. Davies, Londres.

SARAIVA, José (1929) – *Leiria: Breve estudo crítico das suas origens e notícia histórica, arqueológica e artística, das ruínas do seu Castello, da Cathedral, do Santuário da S.ª da Encarnação e da Egreja de S. Pedro*, Monumentos de Portugal, Collecção de Vulgarização Artístico-Monumental, N. 6, Litografia Nacional, Porto.

VASCONCELLOS, José (1895) – ‘Notícias várias, 1. Castello de Leiria’, *O Archaeologo Português*, Vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, p. 301.

VASCONCELLOS, José (1907) – ‘Leiria’, *A Arte e a Natureza em Portugal*, Vol. 7, Dir. F. Brütt e Cunha Moraes, Emilio Biel & C^a., Porto, pp. 84 – 95.

ESTUDOS

CARVALHO, Vânia; INÁCIO, Isabel (2011) – *Projecto de Valorização e Requalificação do Castelo de Leiria*, PNTA, Sondagens Arqueológicas de Avaliação, Relatório Final, Leiria.

RUIVO, Joaquim (1950) – *O Castelo de Leiria, sua acção no período da Reconquista Cristã: 1135-1147*, Dissertação para a Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [texto policopiado].

WEBGRAFIA

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Direção-Geral do Património Cultural, ‘Castelo de Leiria/Castelo e cerca urbana de Leiria’, Código IPA.00003312. Consultado, a 3 de maio de 2016, no endereço em linha www.monumentos.pt.

Património Cultural, Direção-Geral do Património Cultural, Portal do Arqueólogo, ‘Antigos celeiros da Mitra (ex-RAL4)’, Código Nacional de Sítio 24472. Consultado, a 14 de julho de 2016, no endereço em linha [www.patrimoniocultural](http://www.patrimoniocultural.pt).

ANEXOS ICONOGRÁFICOS



Imagem 1 – Detalhe do portal da Igreja de São Pedro, à esquerda. Marca de canteiro destacada, à direita.



Imagem 2 – Detalhe da Porta Buçaqueira, marca de canteiro patente na sua ombreira nascente.



Imagem 3 – Detalhe da porta norte do Último Reduto, marca de canteiro patente na sua ombreira poente.

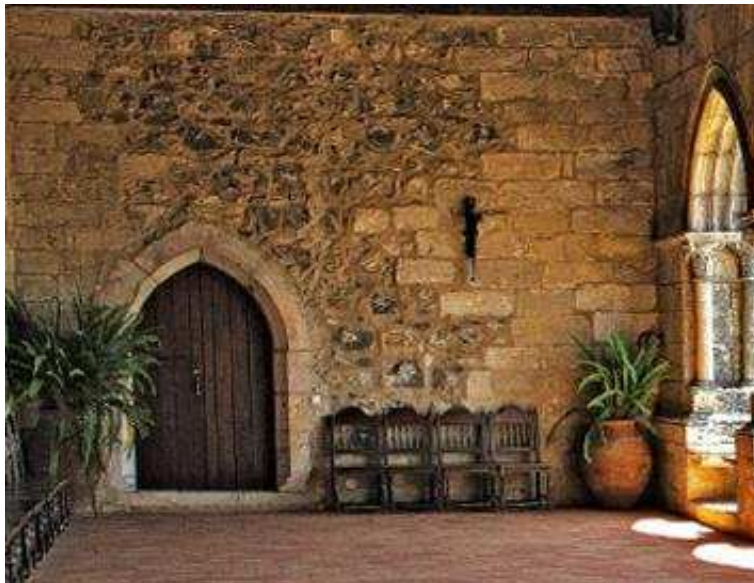


Imagem 4 – Registo fotográfico do vão de porta patente na parede lateral nascente da *loggia* dos Paços Novos.



Imagem 5 – Parede lateral nascente da *loggia* dos Paços Novos. Registo anterior aos restauros promovidos durante o século XX. Fotografia de Ernesto Korrodi e Câmara Municipal de Leiria. ca. 1900. Fonte: GOMES, 2004: 129.

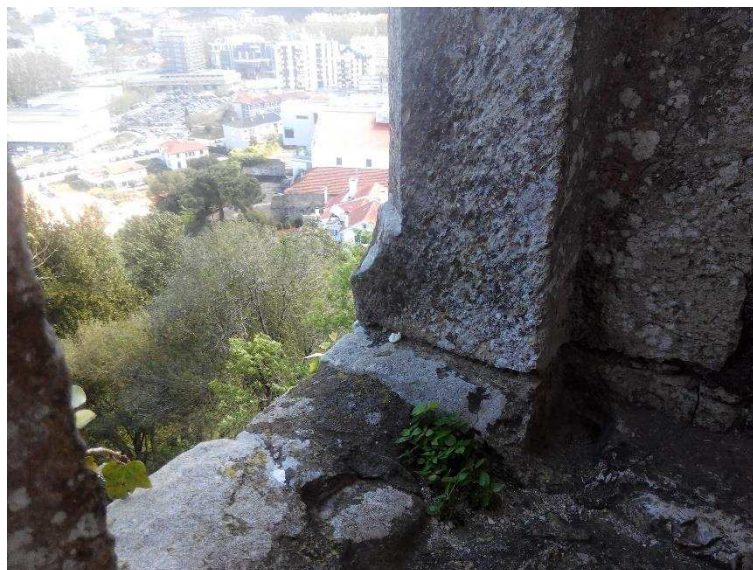


Imagem 6 – Vão de janela do alçado norte da Torre Buçaqueira, pormenor da base da ombreira, em 'unha'.



Imagem 7 – Vão de porta da parede poente do Paço de Monte Real.

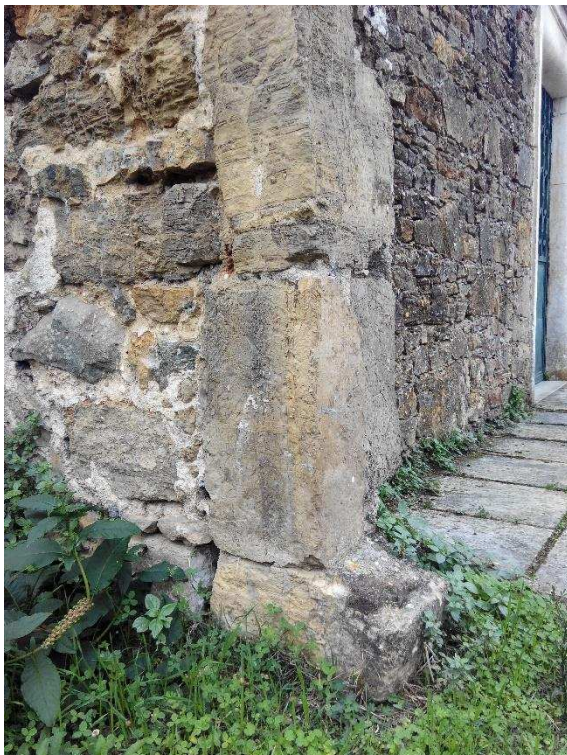


Imagem 8 – Vão de porta da parede nascente do Paço de Monte Real, pormenor da ombreira meridional.



Imagem 9 – Contraforte adossado à Torre Buçaqueira, detalhe da zona de contato entre as duas estruturas.



Imagem 10 – Setor anguloso e dotado de talude da muralha norte, alçado poente. Fotomontagem.



Imagem 11 – Estrutura paralela à muralha norte, junto da Porta Nova. Perspetiva norte.



Imagem 12 – Estrutura paralela à muralha norte, junto da Porta Nova. Perspetiva oeste.



Imagem 13 – Contraforte adossado à fachada principal dos Paços Novos (primeiro, a nascente).



Imagem 14 – Sala no piso inferior dos Paços Novos.



Imagem 15 – Porta da Traição, alçado exterior.

→
hipotético traçado do interface
UE: 430

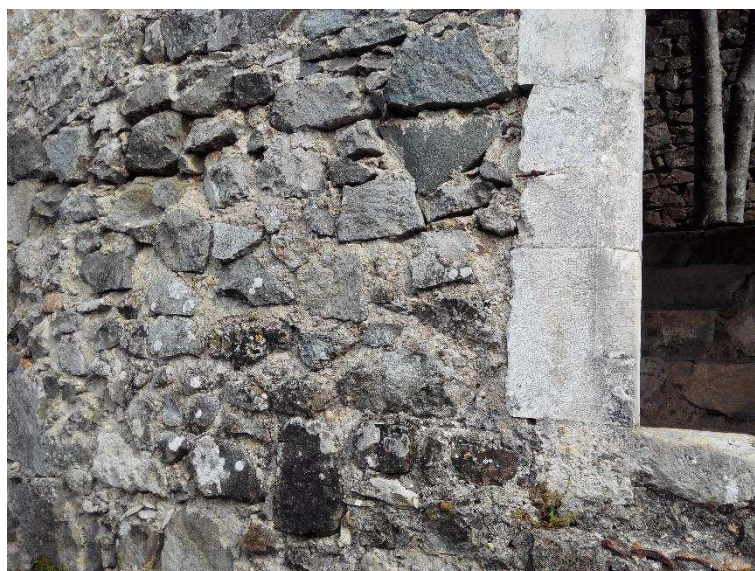


Imagem 16 – Tramo de muralha a norte da Porta da Traição.



Imagem 17 – Vão de Porta do CJED V, pormenor da base da ombreira, em 'unha'.

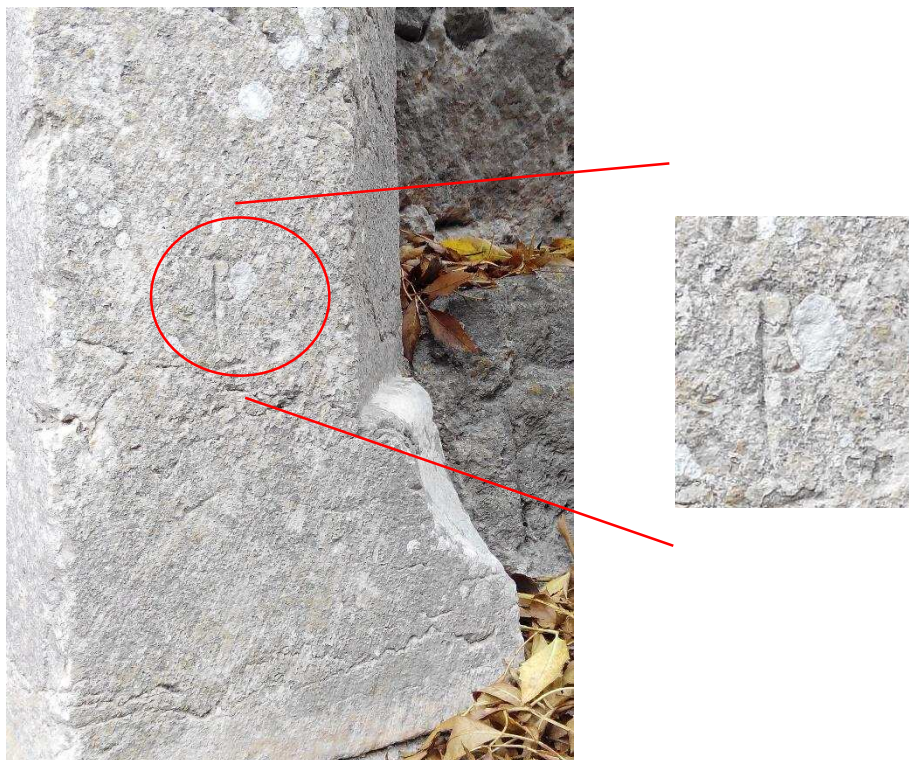


Imagem 18 – Vão de Porta do CJED V, pormenor da marca de canteiro, patente na ombreira norte.



Imagem 19 – Torre de Menagem, pormenor da sapata escalonada, alçado norte.



Imagem 20 – Estrutura [CJED VIII, UE: 1093], alçado poente.

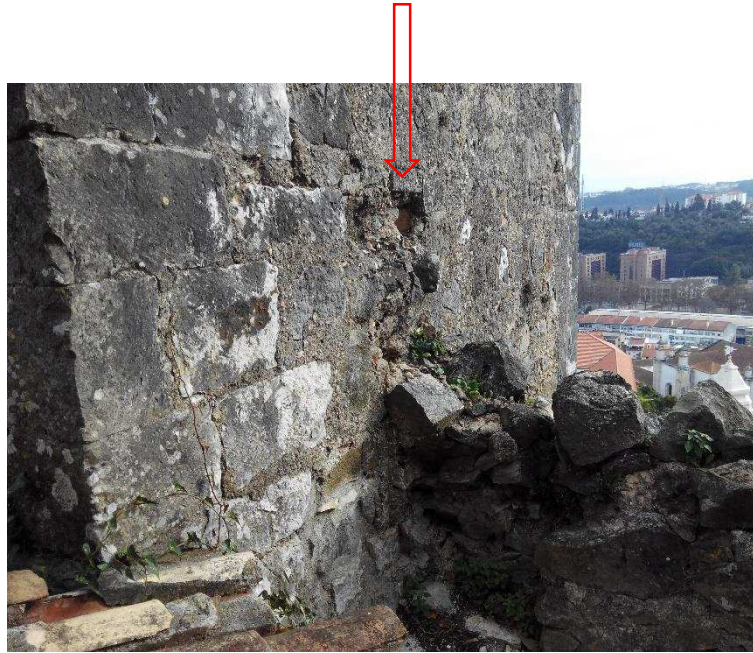


Imagem 21 – Parede a sudoeste do tramo superior da Torre Buçaqueira, detalhe do negativo de travamento entre as duas estruturas.



Imagem 22 – Parede a sudoeste do tramo inferior da Torre Buçaqueira, encostada pela sacristia de Santa Maria da Pena.

TABELA 1 – TIPOS DE APARELHO

Aparelho Tipo 1 - Aparelho misto

Aparelho Tipo 1.1 - Aparelho misto regular

Aparelho Tipo		1.1.1
Alvenaria		✓
Cantaria		✓
Tipo de Pedra	dolerito	✓
	calcário	✓
	outra	
Disposição	irregular	
	regular	✓
Argamassa	seca	
	magra	
	gorda	✓
Ligante	cal	✓
	cimento	
<p><u>Descrição</u></p> <p>Aparelho misto, conjugando alvenaria dolerítica, ou alvenaria dolerítica e calcária, regular a tendencialmente regular, de dimensão calibrada a tendencialmente calibrada, com cantaria pseudo-isodoma calcária, maioritariamente aplicada ao nível de elementos estruturantes, como cunhais, carregos, ombreiras, etc.</p> <p>Argamassa gorda, à base de areão, chamota de cerâmica e ligante de cal, com agregação de seixos quartzíticos.</p> <p>Inserção muito pontual de fragmentos de cerâmica de construção, em contexto de reaproveitamento.</p> <p>Juntas largas a tendencialmente largas.</p>		



Aspeto geral



Pormenor

Aparelho Tipo		1.1.2
Alvenaria		✓
Cantaria		
Tipo de Pedra	dolerito	✓
	calcário	✓
	outra	
Disposição	irregular	
	regular	✓
Argamassa	seca	
	magra	
	gorda	✓
Ligante	cal	
	cimento	✓
<p>Descrição</p> <p>Aparelho misto, conjugando alvenaria dolerítica e calcária regular a tendencialmente regular, de dimensão calibrada a tendencialmente calibrada, ainda que por vezes se remetam as pedras de menor dimensão para setores específicos, tais como guarda-corpos.</p> <p>Argamassa gorda, à base de areão e ligante de cimento ou cal hidráulica artificial, com agregação pontual de seixos quartzíticos.</p> <p>Juntas apertadas a tendencialmente apertadas.</p>		




Aspeto geral




Pormenor

Aparelho Tipo 1.2 - Aparelho misto irregular

Aparelho Tipo		1.2.1
Alvenaria		✓
Cantaria		
Tipo de Pedra	dolerito	✓
	calcário	✓
	outra	
Disposição	irregular	✓
	regular	
Argamassa	seca	
	magra	
	gorda	✓
Ligante	cal	✓
	cimento	
<p><u>Descrição</u></p> <p>Aparelho misto, conjugando alvenaria dolerítica e calcária irregular a tendencialmente irregular, de dimensão não calibrada. Conjuga-se por vezes com aparelho pelásgico ou com cantaria calcária pseudo-isodoma, ao nível de elementos estruturantes, como cunhais, ombreiras ou pendentes de contrafortes.</p> <p>Argamassa gorda, à base de areia e/ou areão, chamota de cerâmica e ligante de cal, com agregação de seixos quartzíticos.</p> <p>Inserção frequente de fragmentos de cerâmica de construção, em contexto de reaproveitamento.</p> <p>Juntas apertadas a tendencialmente apertadas.</p>		




Aspeto geral




Pormenor

Aparelho Tipo		1.2.2
Alvenaria		✓
Cantaria		
Tipo de Pedra	dolerito	✓
	calcário	✓
	outra	
Disposição	irregular	✓
	regular	
Argamassa	seca	
	magra	
	gorda	✓
Ligante	cal	
	cimento	✓
<p>Descrição</p> <p>Aparelho misto, conjugando alvenaria dolerítica e calcária irregular a tendencialmente irregular, de dimensão não calibrada. Conjuga-se por vezes com aparelho pelásgico ou com cantaria calcária pseudo-isodoma, ao nível de elementos estruturantes, como cunhais ou ombreiras.</p> <p>Argamassa gorda, à base de areia e/ou areão e ligante de cimento ou cal hidráulica artificial.</p> <p>Juntas apertadas a tendencialmente apertadas.</p>		



Aspeto geral




Pormenor


Aparelho Tipo 2 - Aparelho simples dolerítico

Aparelho Tipo 2.1 - Aparelho simples dolerítico regular

Aparelho Tipo		2.1.1
Alvenaria		✓
Cantaria		
Tipo de Pedra	dolerito	✓
	calcário	
	outra	
Disposição	irregular	
	regular	✓
Argamassa	seca	
	magra	
	gorda	✓
Ligante	cal	✓
	cimento	



Aspeto geral



Pormenor

Descrição

Aparelho simples composto por alvenaria dolerítica regular a tendencialmente regular, de dimensão calibrada a tendencialmente calibrada, alternando por vezes fiadas de pedras maiores com fiadas de pedras menores. Conjuga-se por vezes com aparelho pelásgico, ao nível de elementos estruturantes, como cunhais ou ombreiras.

Argamassa gorda, à base de areão, chamota de cerâmica e ligante de cal, com agregação de seixos quartzíticos.

Inserção muito pontual de fragmentos de cerâmica de construção, em contexto de reaproveitamento.

Juntas apertadas, por vezes organizadas de forma ciclópica (preenchidas por pedras miúdas), apesar do emprego de ligante.

Aparelho Tipo		2.1.2
Alvenaria		✓
Cantaria		
Tipo de Pedra	dolerito	✓
	calcário	
	outra	
Disposição	irregular	
	regular	✓
Argamassa	seca	
	magra	
	gorda	✓
Ligante	cal	
	cimento	✓
<p>Descrição</p> <p>Aparelho simples composto por alvenaria dolerítica regular a tendencialmente regular, de dimensão calibrada a tendencialmente calibrada.</p> <p>Argamassa gorda, à base de areia ou areão e ligante de cimento ou cal hidráulica artificial, com agregação muito pontual de seixos quartzíticos.</p> <p>Juntas apertadas.</p>		



Aspeto geral



Pormenor

Aparelho Tipo		2.1.3
Alvenaria		✓
Cantaria		
Tipo de Pedra	dolerito	✓
	calcário	
	outra	
Disposição	irregular	
	regular	✓
Argamassa	seca	
	magra	✓
	gorda	
Ligante	cal	✓
	cimento	
<p>Descrição</p> <p>Aparelho simples composto por alvenaria dolerítica regular a tendencialmente regular, de dimensão calibrada a tendencialmente calibrada.</p> <p>Argamassa magra, à base de terra, areia ou areão, chamota de cerâmica e ligante de cal, com agregação de seixos quartzíticos.</p> <p>Inserção pontual de fragmentos de cerâmica de construção, em contexto de reaproveitamento.</p> <p>Juntas apertadas, por vezes organizadas de forma ciclópica (preenchidas por pedras miúdas, tanto doleríticas como calcárias), apesar do emprego de ligante.</p>		



Aspetto geral



Pormenor

Aparelho Tipo 2.2 - Aparelho simples dolerítico irregular

Aparelho Tipo		2.2.1
Alvenaria		✓
Cantaria		
Tipo de Pedra	dolerito	✓
	calcário	
	outra	
Disposição	irregular	✓
	regular	
Argamassa	seca	
	magra	
	gorda	✓
Ligante	cal	✓
	cimento	
<p>Descrição</p> <p>Aparelho simples composto por alvenaria dolerítica irregular, de dimensão não calibrada a tendencialmente não calibrada. Argamassa gorda, à base de areão, chamota e ligante de cal, com agregação pontual de seixos quartzíticos.</p> <p>Inserção pontual de fragmentos de cerâmica de construção, em contexto de reaproveitamento.</p> <p>Juntas apertadas a tendencialmente apertadas.</p>		



Aspeto geral



Pormenor

Aparelho Tipo		2.2.2
Alvenaria		✓
Cantaria		
Tipo de Pedra	dolerito	✓
	calcário	
	outra	
Disposição	irregular	✓
	regular	
Argamassa	seca	
	magra	
	gorda	✓
Ligante	cal	
	cimento	✓
<p>Descrição</p> <p>Aparelho simples composto por alvenaria dolerítica irregular a tendencialmente irregular de dimensão calibrada a tendencialmente calibrada.</p> <p>Argamassa gorda, à base de areão e ligante de cimento.</p> <p>Juntas apertadas.</p>		



Aspetto geral



Pormenor

Aparelho Tipo 3 - Aparelho simples calcário

Aparelho Tipo		3.1
Alvenaria		✓
Cantaria		
Tipo de Pedra	dolerito	
	calcário	✓
	outra	
Disposição	irregular	
	regular	✓
Argamassa	seca	
	magra	
	gorda	✓
Ligante	cal	✓
	cimento	
<p>Descrição</p> <p>Aparelho simples composto por alvenaria calcária regular, de dimensão calibrada a tendencialmente calibrada, ainda que por vezes se remetam as pedras de menor dimensão para setores específicos, tais como guarda-corpos. Conjuga-se por vezes com aparelho pelásgico, ao nível de elementos estruturantes, como cunhais, ombreiras ou ameias. Argamassa gorda, à base de areão e ligante de cal ou cal hidráulica artificial. Juntas apertadas.</p>		



Aspeto geral



Pormenor

Aparelho Tipo		3.2
Alvenaria		✓
Cantaria		
Tipo de Pedra	dolerito	
	calcário	✓
	outra	
Disposição	irregular	
	regular	✓
Argamassa	seca	
	magra	
	gorda	✓
Ligante	cal	
	cimento	✓
<p>Descrição</p> <p>Aparelho simples composto por alvenaria calcária regular, de dimensão calibrada a tendencialmente calibrada, ainda que por vezes se remetam as pedras de menor dimensão para setores específicos, tais como guarda-corpos. Conjuga-se por vezes com aparelho pelásgico, ao nível de elementos estruturantes, como cunhais ou ombreiras. Argamassa gorda, à base de areia ou areão e ligante de cimento. Juntas apertadas.</p>		



Aspeto geral



Pormenor

Aparelho Tipo 4 - Cantaria calcária

Aparelho Tipo		4.1
Alvenaria		
Cantaria		✓
Tipo de Pedra	dolerito	
	calcário	✓
	outra	
Disposição	irregular	
	regular	✓
Argamassa	seca	
	magra	
	gorda	✓
Ligante	cal	✓
	cimento	
<p>Descrição</p> <p>Aparelho simples composto por cantaria calcária, tendencialmente isódoma, de dimensão calibrada a tendencialmente calibrada. Argamassa gorda, à base de areão e ligante de cal. Inserção pontual de fragmentos de cerâmica de construção, em contexto de reaproveitamento. Juntas apertadas.</p>		




Aspeto geral




Pormenor

Aparelho Tipo		4.2
Alvenaria		
Cantaria		✓
Tipo de Pedra	dolerito	
	calcário	✓
	outra	
Disposição	irregular	
	regular	✓
Argamassa	seca	
	magra	
	gorda	✓
Ligante	cal	
	cimento	✓
<p><u>Descrição</u></p> <p>Aparelho simples composto por cantaria calcária, tendencialmente isódoma, de dimensão calibrada a tendencialmente calibrada.</p> <p>Argamassa gorda, à base de areão e ligante de cimento ou cal hidráulica artificial.</p> <p>Juntas apertadas.</p>		



Aspeto geral



Pormenor

TABELA 2 – SÍNTESE DA LEITURA ESTRATIGRÁFICA

U. E.	Localização	Descrição	Relações Estratigráficas	Cronologia Relativa	Cronologia Absoluta
1	Conjunto Edificado I	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1	Definia a: 5, 6, 7, 8, 9, 71 Coberta por: 10 Imbrica com: 2, 3, 4, 69, 98, 351 Encostada por: 44, 15, 72, 99, 812, 233 (?) Cortada por: 47, 70 Equivale a: 801	Anterior a: 10, 15, 44, 47, 70, 72, 99, 812, 233 (?) Coetânea de: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 71, 69, 72 (?), 98, 351 Equivale a: 801	Meados do século XII a finais do século XIII
2	Conjunto Edificado I	Estrutura de vão de porta com moldura composta por impostas e aduelas de calcário. Marca de canteiro em peça colocada na ombreira este: ∞	Definia a: 5 Imbrica com: 1, 97 Encostada por: 3 (?), 15 (?)	Coetânea de: 1, 5, 97 Anterior a: 3 (?), 15 (?)	Meados do século XII a finais do século XIII
3	Conjunto Edificado I	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 4.1	Definia a: 5 Imbrica com: 1, 12, 14 Encosta a: 2 (?)	Coetânea de: 1, 5, 12, 14 Posterior a: 2 (?)	Meados do século XII a finais do século XIII
4	Conjunto Edificado I	Estrutura de arco em silharia de calcário disposta ao cutelo	Definia a: 5 Imbrica com: 1, 69	Coetânea de: 1, 5, 69	Meados do século XII a finais do século XIII
5	Conjunto Edificado I	Vão de porta aberto no aparelho 1, em arco de volta completa	Definida por: 1, 2, 3, 4, 15, 69	Coetânea de: 1, 2, 3, 4, 15, 69	Meados do século XII a finais do século XIII
6	Conjunto Edificado I	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 1	Coetânea de: 1	Meados do século XII a finais do século XIII

7	Conjunto Edificado I	Agulheiro para caibro de andaime (?)	Definida por: 1	Coetânea de: 1	Meados do século XII a finais do século XIII
8	Conjunto Edificado I	Agulheiro para caibro de andaime (?)	Definida por: 1	Coetânea de: 1	Meados do século XII a finais do século XIII
9	Conjunto Edificado I	Agulheiro para caibro de andaime (?)	Definida por: 1	Coetânea de: 1	Meados do século XII a finais do século XIII
10	Conjunto Edificado I	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1	Cobre a: 1 Imbrica com: 13, 16, 19, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 31, 34, 37, 40, 74, 353 Cortada por: 48 Define a: 41, 42 Encostada por: 67, 74	Posterior a: 1 Coetânea de: 13, 16, 19, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 31, 34, 37, 40, 41, 42, 353 Anterior a: 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
11	Conjunto Edificado I	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 10 sobre o aparelho 1			
12	Conjunto Edificado I	Pedra de gonzo prismática, aplicada junto à ombreira este da moldura 2	Imbrica com: 15	Coetânea de: 15	Meados do século XII a finais do século XIII
13	Conjunto Edificado I	Pedra que se destaca do alçado oeste do aparelho 10, a norte do vão 20	Imbrica com: 10	Coetânea de: 10	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
14	Conjunto Edificado I	Pedra de gonzo prismática, aplicada junto à ombreira oeste da moldura 2	Imbrica com: 15	Coetânea de: 15	Meados do século XII a finais do século XIII
15	Conjunto Edificado I	Estrutura de carrego da estrutura 3, em aparelho Tipo 2.2.1	Imbrica com: 14 Cobre a: 3 Encosta a: 1 (?), 2 (?), 69	Coetânea de: 14 Posterior a: 1 (?), 2 (?), 3, 69	Meados do século XII a finais do século XIII

16	Conjunto Edificado I	Estrutura de vão de janela geminada de moldura composta de ombreiras, mainel e arquivolta de aduelas em cantaria de calcário de arestas chanfradas	Imbrica com: 10 Define a: 17, 18	Coetânea de: 10, 17, 18	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
17	Conjunto Edificado I	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 10, geminado com 18	Definida por: 16	Coetânea de: 16	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
18	Conjunto Edificado I	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 10, geminado com 17	Definida por: 16	Coetânea de: 16	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
19	Conjunto Edificado I	Estrutura de vão de porta de moldura composta de ombreiras e arquivolta de aduelas em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Imbrica com: 10 Define a: 20	Coetânea de: 10, 20	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
20	Conjunto Edificado I	Vão de porta ogival, aberto no aparelho 10	Definida por: 19	Coetânea de: 19	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
21	Conjunto Edificado I	Pedra de gonzo prismática, aplicada junto à ombreira norte do vão 20	Imbrica com: 10, 19	Coetânea de: 10, 19	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
22	Conjunto Edificado I	Pedra de gonzo prismática, aplicada junto à ombreira sul do vão 20	Imbrica com: 10, 19	Coetânea de: 10, 19	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
23	Conjunto Edificado I	Estrutura de vão de janela geminada de moldura composta de ombreiras, mainel e arquivolta de aduelas em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Imbrica com: 10 Define a: 24, 25	Coetânea de: 10, 24, 25	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
24	Conjunto Edificado I	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 10, geminado com 25	Definida por: 23	Coetânea de: 23	Finais do século XIV a primeira metade do século XV

25	Conjunto Edificado I	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 10, geminado com 24	Definida por: 23	Coetânea de: 23	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
26	Conjunto Edificado I	Floreira (?), cantaria de calcário (?)	Imbrica com: 10	Coetânea de: 10	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
27	Conjunto Edificado I	Floreira (?), cantaria de calcário (?)	Imbrica com: 10	Coetânea de: 10	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
28	Conjunto Edificado I	Estrutura de vão de janela geminada, de moldura composta de ombreiras, mainel e arquivolta de aduelas em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Imbrica com: 10 Define a: 29, 30	Coetânea de: 10, 29, 30	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
29	Conjunto Edificado I	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 10, geminado com 30	Definida por: 28	Coetânea de: 28	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
30	Conjunto Edificado I	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 10, geminado com 29	Definida por: 28	Coetânea de: 28	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
31	Conjunto Edificado I	Estrutura de vão de janela geminada, de moldura composta de ombreiras, mainel e arquivolta de aduelas em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Imbrica com: 10 Define a: 32, 33	Coetânea de: 10, 32, 33	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
32	Conjunto Edificado I	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 10, geminado com 33	Definida por: 31	Coetânea de: 31	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
33	Conjunto Edificado I	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 10, geminado com 32	Definida por: 31	Coetânea de: 31	Finais do século XIV a primeira metade do século XV

34	Conjunto Edificado I	Estrutura de vão de janela geminada, de moldura composta de ombreiras, mainel e arquivolta de aduelas em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Imbrica com: 10 Define a: 35, 36	Coetânea de: 10, 35, 36	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
35	Conjunto Edificado I	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 10, geminado com 36	Definida por: 34	Coetânea de: 34	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
36	Conjunto Edificado I	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 10, geminado com 35	Definida por: 34	Coetânea de: 34	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
37	Conjunto Edificado I	Estrutura de vão de janela geminada, de moldura composta de ombreiras, mainel e arquivolta de aduelas em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Imbrica com: 10 Define a: 38, 39	Coetânea de: 10, 38, 39	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
38	Conjunto Edificado I	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 10, geminado com 39	Definida por: 37	Coetânea de: 37	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
39	Conjunto Edificado I	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 10, geminado com 38	Definida por: 37	Coetânea de: 37	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
40	Conjunto Edificado I	Gárgula, cantaria de calcário (?)	Imbrica com: 10	Coetânea de: 10	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
41	Conjunto Edificado I	Orifício para escoamento de águas pluviais (?)	Definida por: 10	Coetânea de: 10	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
42	Conjunto Edificado I	Orifício para escoamento de águas pluviais (?)	Definida por: 10	Coetânea de: 10	Finais do século XIV a primeira metade do século XV

43	Conjunto Edificado I	Interface. Arranque de estrutura resultante de desmonte do aparelho 1			
44	Conjunto Edificado I	Estrutura de contraforte, erguido em aparelho Tipo 1.2.1	Encosta a: 1, 10 Define a: 45 Encostada por: 115, 233 (?), 340, 344	Posterior a: 1, 10 Coetânea de: 45 Anterior a: 115, 233 (?), 340	Não anterior a finais do século XIV a primeira metade do século XV
45	Conjunto Edificado I	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 44	Coetânea de: 44	Não anterior a finais do século XIV a primeira metade do século XV
46	Conjunto Edificado I	Interface. Encosto resultante da edificação do contraforte 44 sobre os aparelhos 1 e 10			
47	Conjunto Edificado I	Interface. Abertura resultante de desmonte do aparelho 1			
48	Conjunto Edificado I	Interface. Ameias e aberturas fingidas resultantes de desmonte do topo do aparelho 10 e posterior edificação dos aparelhos 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66			
49	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
50	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
51	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
52	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
53	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
54	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
55	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929

56	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
57	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
58	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
59	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
60	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
61	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
62	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
63	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
64	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
65	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
66	Conjunto Edificado I	Estrutura chanfrada, fingindo topo de ameia 'manuelina'	Cobre a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
67	Conjunto Edificado I	Gárgula, cantaria de calcário (?)	Encosta a: 10	Posterior a: 10	1915 a 1929
68	Conjunto Edificado I	Interface. Encosto resultante da inclusão da gárgula 67 no aparelho 10			

69	Conjunto Edificado I	Estrutura abobadada, erguida em aparelho Tipo 4.1	Definia a: 5 Imbrica com: 1, 4 Encostada por: 15	Anterior a: 15 Coetânea de: 1, 4, 5	Meados do século XII a finais do século XIII
70	Conjunto Edificado I	Orifício para tranca de porta, aberto no aparelho 1	Corta a: 1	Posterior a: 1	Não anterior a meados do século XII a finais do século XIII
71	Conjunto Edificado I	Orifício para tranca de porta, aberto no aparelho 1	Definida por: 1	Coetânea de: 1	Meados do século XII a finais do século XIII
72	Conjunto Edificado I	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1	Encosta a: 1, 351 Coberta por: 74, 76, 77, 85, 347 Define a: 73	Posterior a: 1, 351 Anterior a: 74, 76, 77, 347	Não anterior a início do século XVI
73	Conjunto Edificado I	Agulheiro para caibro de andaime (?)	Definida por: 72	Coetânea de: 72	Não anterior a início do século XVI
74	Conjunto Edificado I	Estrutura parietal, erguida em aparelho Tipo 1.2.1	Cobre a: 72 Encosta a: 353 Imbrica com: 82 Define a: 83 Cortada por: 84 Encostada por: 85	Posterior a: 72, 353 Coetânea de: 82, 83 Anterior a: 84, 85	Não anterior a início do século XVI
75	Conjunto Edificado I	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 74 sobre os aparelhos 72 e 353			
76	Conjunto Edificado I	Estrutura de remate, erguida em aparelho pelásgico dolerítico, eventualmente constituindo ombreira ou cunhal	Cobre a: 72 Imbrica com: 347 Coberta por: 85 Encostada por: 77 (?), 349	Posterior a: 72 Coetânea de: 347 Anterior a: 77 (?), 85, 349	(?) Início do século XVI a 1538
77	Conjunto Edificado I	Estrutura de vão de porta, composta de arranque de ombreira com moldura em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Encosta a: 76 (?) Cobre a: 72 Coberta por: 349 Define a: 87	Posterior a: 72, 76 (?) Anterior a: 87, 349	(?) Início do século XVI a 1538

78	Conjunto Edificado I	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 347	Coetânea de: 347	(?) Início do século XVI a 1538
79	Conjunto Edificado I	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 74	Definida por: 347	Coetânea de: 347	(?) Início do século XVI a 1538
80	Conjunto Edificado I	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 347	Coetânea de: 347	(?) Início do século XVI a 1538
81	Conjunto Edificado I	Vão de seteira rectangular, aberto no aparelho 74	Definida por: 347	Coetânea de: 347	(?) Início do século XVI a 1538
82	Conjunto Edificado I	Pedra calcária com orifício ovalado	Imbrica com: 74	Coetânea de: 74	Não anterior a início do século XVI
83	Conjunto Edificado I	Vão de porta, aberto no aparelho 74	Definida por: 74	Coetânea de: 74	Não anterior a início do século XVI
84	Conjunto Edificado I	Interface de desmonte. Cumeada resultante do desmonte do topo dos aparelhos 74 e 353 e do material de emparedamento do vão 83			
85	Conjunto Edificado I	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.2	Encosta a: 74 Cobre a: 72, 76, 94, 347 Imbrica com: 86	Coetânea de: 86 Posterior a: 74, 76, 94, 347	1929 a 1950
86	Conjunto Edificado I	Estrutura de vão de porta, de moldura composta de ombreira e aduelas de arquivolta em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Imbrica com: 85 Cobre a: 349 Definia a: 87	Posterior a: 349 Coetânea de: 85, 87	1929 a 1950
87	Conjunto Edificado I	Vão de porta ogival, aberto nos aparelhos 76 e 85	Definida por: 77, 86, 349	Coetânea de: 86 Posterior a: 77, 349	1929 a 1950
88	Conjunto Edificado I	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 85 e da estrutura 86 sobre a estrutura 349 e os aparelhos 74, 76, 94 e 347			
89	Conjunto Edificado I	Estrutura parietal erguida em aparelho (?) (**)	Encosta a: 233 Encostada por: 90 Coberta por: 91, 92, 93	Posterior a: 233 Anterior a: 90, 91, 92, 93	(?) Não anterior a finais do século XIV a primeira metade do século XV

90	Conjunto Edificado I	Estrutura de vão embutido, de base e ombreiras em tijoleiras cerâmicas	Encosta a: 89 Coberta por: 91, 92, 93	Posterior a 89 Anterior a: 91, 92, 93	(?) Não anterior a finais do século XIV a primeira metade do século XV
91	Conjunto Edificado I	Revestimento parietal em reboco de argamassa de cal e areão	Cobre a: 89 Coberto por: 92	Anterior a: 92 Posterior a: 89	(?) Não anterior a finais do século XIV a primeira metade do século XV
92	Conjunto Edificado I	Revestimento parietal em reboco de argamassa de cal e areão	Cobre a: 91 Coberta por: 93	Anterior a: 93 Posterior a: 91	(?) Não anterior a finais do século XIV a primeira metade do século XV
93	Conjunto Edificado I	Revestimento parietal em reboco de argamassa de cal e areão	Cobre a: 92	Posterior a: 92	(?) Não anterior a finais do século XIV a primeira metade do século XV
94	Conjunto Edificado I	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.2	Cobre a: 89 Coberta por: 85 Define a: 95	Posterior a: 89 Anterior a: 85 Coetânea de: 95	1929 a 1950
95	Conjunto Edificado I	Vão embutido nos aparelhos 89 e 96	Definida por: 90 e 94	Coetânea de: 94	1929 a 1950
96	Anulada				
97	Conjunto Edificado I	Pedra de fecho do arco de moldura da estrutura 2, com cruz pátea inscrita em círculo, em baixo-relevo	Imbrica com: 2	Coetânea de: 2	Meados do século XII a finais do século XIII
98	Conjunto Edificado I	Pedra de fecho do arco de moldura da estrutura 2, com cruz pátea inscrita em círculo, em baixo-relevo	Imbrica com: 1	Coetânea de: 1	Meados do século XII a finais do século XIII
99	Conjunto Edificado I	Argamassa de cimento aplicada sobre o aparelho 1	Encosta a: 1	Posterior a: 1	Não anterior a 1929
100	Conjunto Edificado I	Interface. Encosto resultante da edificação da argamassa 99 sobre o aparelho 1			

101	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1 (*)	Define a: 102 Coberta por: 103 Encostada por: 209, 211, 213, 215, 218	Coetânea de: 102 Anterior a: 103, 209, 211, 213, 215, 218	Anterior a 1373 a 1442
102	Conjunto Edificado II	Orifício. Escoamento de águas ?	Definida por: 101	Coetânea de: 101	Anterior a 1373 a 1442
103	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1 (*)	Cobre a: 101 Imbrica com: 112, 115, 124, 127, 130, 133, 136, 139, 142, 145, 148, 152 Define a: 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 146, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 155 Encostada por: 234, 245 Coberta por: 221, 253, 340 Equivale a: 115 (?), 233 (?)	Posterior a: 101 Coetânea de: 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155 Anterior a: 221, 234, 245, 253, 340 Equivale a: 115 (?), 233 (?)	1373 a 1442
104	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 103 sobre o aparelho 101			
105	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
106	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
107	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
108	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442

109	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
110	Conjunto Edificado II	Orifício. escoamento de águas ?	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
111	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
112	Conjunto Edificado II	Estrutura de vão de seteira, de moldura composta de ombreira e lintel em silharia de calcário	Imbrica com: 103 Define a: 113	Coetânea de: 103, 113	1373 a 1442
113	Conjunto Edificado II	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 103	Definida por: 112	Coetânea de: 112	1373 a 1442
114	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
115	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1 (*)	Imbrica com: 103, 157, 161, 191, 192, 207, 208 Define a: 160, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 250, 287, 288 Cortada por: 182, 190 Encostada por: 193, 201, 221, 247, 281, 283 Coberta por: 195, 203, 249, 251, 253, 280, 285, 289, 330 Equivale a: 103 (?)	Anterior a: 182, 190, 193, 195, 201, 203, 221, 247, 249, 250, 251, 253, 280, 281, 283, 285, 287, 288, 289, 330 Coetânea de: 103, 157, 161, 160, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 191, 192, 207, 208 Equivale a: 103 (?)	1373 a 1442
116	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442

117	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
118	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
119	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 101, 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
120	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 101, 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
121	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 101, 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
122	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
123	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
124	Conjunto Edificado II	Estrutura de arquivolta de vão de janela, em arco quebrado composto de tijolos 'de palmo' ao cutelo	Imbrica com: 103 Define a: 125	Coetânea de: 103, 125	1373 a 1442
125	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 103	Definida por: 103, 124	Coetânea de: 103, 124	1373 a 1442
126	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
127	Conjunto Edificado II	Estrutura de arquivolta de vão de janela, em arco quebrado composto de tijolos 'de palmo' ao cutelo	Imbrica com: 103 Define a: 128	Coetânea de: 103, 128	1373 a 1442
128	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 103	Definida por: 103, 127	Coetânea de: 103, 127	1373 a 1442
129	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442

130	Conjunto Edificado II	Estrutura de arquivolta de vão de janela, em arco quebrado composto de tijolos 'de palmo' ao cutelo	Imbrica com: 103 Define a: 131	Coetânea de: 103, 131	1373 a 1442
131	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 103	Definida por: 103, 130	Coetânea de: 103, 130	1373 a 1442
130	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
133	Conjunto Edificado II	Estrutura de arquivolta de vão de janela, em arco quebrado composto de tijolos 'de palmo' ao cutelo	Imbrica com: 103 Define a: 134	Coetânea de: 103, 134	1373 a 1442
134	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 103	Definida por: 103, 133	Coetânea de: 103, 133	1373 a 1442
135	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
136	Conjunto Edificado II	Estrutura de arquivolta de vão de janela, em arco quebrado composto de tijolos 'de palmo' ao cutelo	Imbrica com: 103 Define a: 137	Coetânea de: 103, 137	1373 a 1442
137	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 103	Definida por: 103, 136	Coetânea de: 103, 136	1373 a 1442
138	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
139	Conjunto Edificado II	Estrutura de arquivolta de vão de janela, em arco quebrado composto de tijolos 'de palmo' ao cutelo	Imbrica com: 103 Define a: 140	Coetânea de: 103, 140	1373 a 1442
140	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 103	Definida por: 103, 139	Coetânea de: 103, 139	1373 a 1442
141	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
142	Conjunto Edificado II	Estrutura de arquivolta de vão de janela, em arco quebrado composto de tijolos 'de palmo' ao cutelo	Imbrica com: 103 Define a: 143	Coetânea de: 103, 143	1373 a 1442

143	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 103	Definida por: 103, 142	Coetânea de: 103, 142	1373 a 1442
144	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
145	Conjunto Edificado II	Estrutura de arquivolta de vão de janela, em arco quebrado composto de tijolos 'de palmo' ao cutelo	Imbrica com: 103 Define a: 146	Coetânea de: 103, 146	1373 a 1442
146	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 103	Definida por: 103, 145	Coetânea de: 103, 145	1373 a 1442
147	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
148	Conjunto Edificado II	Estrutura de arquivolta de vão de janela, em arco quebrado composto de tijolos 'de palmo' ao cutelo	Imbrica com: 103 Define a: 149	Coetânea de: 103, 149	1373 a 1442
149	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 103	Definida por: 103, 148	Coetânea de: 103, 148	1373 a 1442
150	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
151	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
152	Conjunto Edificado II	Estrutura de arquivolta de vão de janela, em arco quebrado composto de tijolos 'de palmo' ao cutelo	Imbrica com: 103 Define a: 153	Coetânea de: 103, 153	1373 a 1442
153	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 103	Definida por: 103, 152	Coetânea de: 103, 152	1373 a 1442
154	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
155	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442

156	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 103	Coetânea de: 103	1373 a 1442
157	Conjunto Edificado II	Estrutura de vão de janela geminada, de moldura composta de ombreiras, mainel e arquivolta de aduelas em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Imbrica com: 115 Define a: 158, 159	Coetânea de: 115, 158, 159	1373 a 1442
158	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 10, geminado com 36	Definida por: 157	Coetânea de: 157	1373 a 1442
159	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 10, geminado com 35	Definida por: 157	Coetânea de: 157	1373 a 1442
160	Conjunto Edificado II	Orifício	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
161	Conjunto Edificado II	Estrutura de duplo vão de janela geminada, de moldura composta de ombreiras, maineis e arquivoltas de aduelas em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Imbrica com: 115 Define a: 162, 163, 164, 165	Coetânea de: 115, 162, 163, 164, 165	1373 a 1442
162	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 115, geminado com 163	Definida por: 161	Coetânea de: 161	1373 a 1442
163	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 115, geminado com 162	Definida por: 161	Coetânea de: 161	1373 a 1442
164	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 115, geminado com 165	Definida por: 161	Coetânea de: 161	1373 a 1442
165	Conjunto Edificado II	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 115, geminado com 164	Definida por: 161	Coetânea de: 161	1373 a 1442
166	Conjunto Edificado II	Orifício	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
167	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442

168	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
169	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
170	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
171	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
172	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
173	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
174	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
175	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
176	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
177	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
178	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
179	Conjunto Edificado II	Orifício	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
180	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
181	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442

182	Conjunto Edificado I	Interface. Abertura resultante de desmonte do aparelho 115			
183	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
184	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
185	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
186	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
187	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
188	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
189	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 115	Coetânea de: 115	1373 a 1442
190	Conjunto Edificado II	Interface. Abertura resultante de desmonte do aparelho 115			
191	Conjunto Edificado II	Estrutura composta por base de coluna em cantaria de calcário	Imbrica com: 115 Coberta por: 285 Define a: 287	Coetânea de: 115 Anterior a: 285, 287	1373 a 1442
192	Conjunto Edificado II	Vestígios de estrutura de moldura, compostos por base de coluna e capitel em cantaria de calcário	Imbrica com: 115 Coberta por: 249 Encostada por: 247 Define a: 250	Coetânea de: 115 Anterior a: 247, 249, 250	1373 a 1442
193	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1 (*)	Imbrica com: 195 Define a: 196, 197, 198, 199, 200 Encosta a: 115 Encostada por: 254, 260	Coetânea de: 195, 196, 197, 198, 199, 200 Anterior a: 254, 260 Posterior a: 115	Não anterior a 1373 a 1442

194	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 193 e da estrutura 195 sobre o aparelho 115			
195	Conjunto Edificado II	Estrutura de vão de arco composta de base, fuste e capitel de coluna em cantaria de calcário, e arranque de arquivolta de aduelas em cantaria de calcário	Imbrica com: 193 Encostada por: 254 Cobre a: 115 Define a: 257	Coetânea de: 193 Anterior a: 254, 257 Posterior a: 115	Não anterior a 1373 a 1442
196	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 193	Coetânea de: 193	Não anterior a 1373 a 1442
197	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 193	Coetânea de: 193	Não anterior a 1373 a 1442
198	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 193	Coetânea de: 193	Não anterior a 1373 a 1442
199	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 193	Coetânea de: 193	Não anterior a 1373 a 1442
200	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 193	Coetânea de: 193	Não anterior a 1373 a 1442
201	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1 (*)	Define a: 204, 205, 206 Encosta a: 115 Encostada por: 255, 272 Imbrica com: 203	Coetânea de: 203, 204, 205, 206 Anterior a: 255, 272 Posterior a: 115	Não anterior a 1373 a 1442
202	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 201 e da estrutura 203 sobre o aparelho 115			
203	Conjunto Edificado II	Estrutura de vão de arco composta de base, fuste e capitel de coluna em cantaria de calcário, e arranque de arquivolta de aduelas em cantaria de calcário	Imbrica com: 201 Cobre a: 115 Encostada por: 255 Define a: 259	Coetânea de: 201 Anterior a: 255, 259 Posterior a: 115	Não anterior a 1373 a 1442
204	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 201	Coetânea de: 201	Não anterior a 1373 a 1442

205	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 201	Coetânea de: 201	Não anterior a 1373 a 1442
206	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura	Definida por: 201	Coetânea de: 201	Não anterior a 1373 a 1442
207	Conjunto Edificado II	Estrutura de vão de arco composta de base, fuste e capitel de coluna em cantaria de calcário, e arranque de arquivolta de aduelas em cantaria de calcário	Imbrica com: 115 Encostada por: 325 Define a: 327	Coetânea de: 115 Anterior a: 325, 327	1373 a 1442
208	Conjunto Edificado II	Estrutura composta por base de coluna em cantaria de calcário	Imbrica com: 115 Coberta por: 281 Define a: 282	Coetânea de: 115 Anterior a: 281, 282	1373 a 1442
209	Conjunto Edificado II	Estrutura de contraforte, erguido em aparelho Tipo 1.2.1	Encosta a: 101	Posterior a: 101	Não anterior a 1373 a 1442
210	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do contraforte 209 sobre o aparelho 101			
211	Conjunto Edificado II	Estrutura de contraforte, erguido em aparelho Tipo 1.2.1 (*)	Encosta a: 101	Posterior a: 101	Não anterior a 1373 a 1442
212	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do contraforte 211 sobre o aparelho 101			
213	Conjunto Edificado II	Estrutura de contraforte, erguido em aparelho Tipo 1.2.1 (*)	Encosta a: 101	Posterior a: 101	Não anterior a 1373 a 1442
214	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do contraforte 213 sobre o aparelho 101			
215	Conjunto Edificado II	Estrutura de vão de seteira, erguida em aparelho Tipo 1.1.1 (*)	Encosta a: 101 Define a: 217	Coetânea de: 217 Posterior a: 101	(?) Não anterior a 1930
216	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação da estrutura 215 sobre o aparelho 101			

217	Conjunto Edificado II	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 101 (fingido)	Definida por: 215	Coetânea de: 215	(?) Não anterior a 1930
218	Conjunto Edificado II	Estrutura de vão de seteira, erguida em aparelho Tipo 1.1.1 (*)	Encosta a: 101 Define a: 220	Coetânea de: 220 Posterior a: 101	(?) Não anterior a 1930
219	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação da estrutura 218 sobre o aparelho 101			
220	Conjunto Edificado II	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 101 (fingido)	Definida por: 218	Coetânea de: 218	(?) Não anterior a 1930
221	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1 (*) (**)	Encosta a: 115 Cobre a: 103 Encostada por: 243	Posterior a: 103, 115 Anterior a: 243	Não anterior a 1373 a 1442
222	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 221 sobre os aparelhos 103 e 115			
223	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1 (*) (***)	Define a: 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231 Encosta a: 290 Encostada por: 234, 243 Coberta por: 334	Coetânea de: 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231 Anterior a: 234, 243, 334 Posterior a: 290	1915 a 1930
224	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 223	Coetânea de: 223	1915 a 1930
225	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 223	Coetânea de: 223	1915 a 1930
226	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 223	Coetânea de: 223	1915 a 1930
227	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 223	Coetânea de: 223	1915 a 1930
228	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 223	Coetânea de: 223	1915 a 1930
229	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 223	Coetânea de: 223	1915 a 1930

230	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 223	Coetânea de: 223	1915 a 1930
231	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 223	Coetânea de: 223	1915 a 1930
232	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1 (*)	Imbrica com: 290 (?), 454 (?) Coberta por: 334	Anterior a: 334 Coetânea de: 290 (?), 454	1915 a 1930
233	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1	Encosta a: 1 (?), 44 (?) Coberta por: 340, 344 Equivale a: 103 (?)	Anterior a: 340, 344 Posterior a: 1 (?), 44 (?) Equivale a: 103 (?)	1915 a 1930
234	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1 (*)	Encosta a: 103, 223 Define a: 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242 Coberta por: 243	Posterior a: 103, 223 Anterior a: 243 Coetânea de: 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242	1915 a 1930
235	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 234 sobre os aparelhos 103 e 223			
236	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 234	Coetânea de: 234	1915 a 1930
237	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 234	Coetânea de: 234	1915 a 1930
238	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 234	Coetânea de: 234	1915 a 1930
239	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 234	Coetânea de: 234	1915 a 1930
240	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 234	Coetânea de: 234	1915 a 1930
241	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 234	Coetânea de: 234	1915 a 1930
242	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 234	Coetânea de: 234	1915 a 1930

243	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1	Cobre a: 234 Coberta por: 335, 337, 339 Encosta a: 221, 223	Posterior a: 207, 228, 230 Anterior a: 344, 347, 348	1915 a 1930
244	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 243 sobre os aparelhos 221, 223, 234			
245	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1 (*)	Encosta a: 103 Define a: 333	Posterior a: 103 Anterior a: 333	(?) ca. 1930 a 1970
246	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 245 sobre o aparelho 103			
247	Conjunto Edificado II	Estrutura composta por fuste de coluna, em cantaria de calcário	Encosta a: 115, 192 Define a: 250	Posterior a: 115, 192 Coetânea de: 250	1915 a 1930
248	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação da estrutura 247 sobre o aparelho 115 e a estrutura 192			
249	Conjunto Edificado II	Estrutura de vão de arco, de moldura composta de bases, fustes e capiteis de coluna, de arquivolta em aduelas, em cantaria de calcário	Cobre a: 115, 192 Imbrica com: 251 Define a: 250 Coberta por: 285	Coetânea de: 250, 251 Posterior a: 115, 192 Anterior a: 285	1915 a 1930
250	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 115, 192, 247, 249	Coetâneo de: 247, 249 Posterior a: 115, 192	1915 a 1930
251	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 4.2 (*)	Cobre a: 115 Imbrica com: 249	Posterior a: 115 Coetânea de: 249	1915 a 1930
252	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 251 e da estrutura 249 sobre o aparelho 115 e a estrutura 192			
253	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 4.2 (*)	Cobre a: 103, 115 Imbrica com: 254, 255 Define a: 257, 258, 259, 293, 294, 295, 296, 297	Posterior a: 103, 115 Coetânea de: 254, 255, 257, 258, 259 Anterior a: 293, 294, 295, 296, 297	1915 a 1930

254	Conjunto Edificado II	Estrutura de dois vãos de arco, de molduras compostas de bases, fustes e capiteis de coluna, de arquivoltas em aduelas em cantaria de calcário	Imbrica com: 253 Encosta a: 193, 195 Define a: 257, 258, 293 Coberta por: 260, 291	Coetânea de: 253, 257, 258 Posterior a: 193, 195 Anterior a: 260, 291, 293	1915 a 1930
255	Conjunto Edificado II	Estrutura de vão de arco, de moldura composta de base, fuste e capitel de coluna, de arquivolta em aduelas em cantaria de calcário	Imbrica com: 253 Encosta a: 201, 203 Define a: 259, 297 Coberta por: 272, 291	Coetânea de: 253, 259 Posterior a: 201, 203 Anterior a: 272, 291, 297	1915 a 1930
256	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 253 e das estruturas 254 e 255 sobre os aparelhos 103, 115, 193, 201 e as estruturas 195, 203			
257	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 115, 195, 253, 254	Coetâneo de: 253, 254 Posterior a: 115, 195	1915 a 1930
258	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 253, 254	Coetâneo de: 253, 254	1915 a 1930
259	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 115, 203, 253, 255	Coetâneo de: 253, 255 Posterior a: 115, 203	1915 a 1930
260	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.2 (*)	Cobre a: 254 Encosta a: 193 Define a: 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271 Encostada por: 298	Anterior a: 298 Posterior a: 254, 193 Coetânea de: 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271	1915 a 1930
261	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 260 sobre o aparelho 193 e a estrutura 254			
262	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 260	Coetânea de: 260	1915 a 1930
263	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 260	Coetânea de: 260	1915 a 1930
264	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 260	Coetânea de: 260	1915 a 1930

265	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 260	Coetânea de: 260	1915 a 1930
266	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 260	Coetânea de: 260	1915 a 1930
267	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 260	Coetânea de: 260	1915 a 1930
268	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 260	Coetânea de: 260	1915 a 1930
269	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 260	Coetânea de: 260	1915 a 1930
270	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 260	Coetânea de: 260	1915 a 1930
271	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 260	Coetânea de: 260	1915 a 1930
272	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.2 (*)	Cobre a: 255 Encosta a: 201 Define a: 274, 275, 276, 277, 278, 279 Encostada por: 298	Anterior a: 298 Posterior a: 255, 201 Coetânea de: 274, 275, 276, 277, 278, 279	1915 a 1930
273	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 272 sobre o aparelho 201 e a estrutura 255			
274	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 272	Coetânea de: 272	1915 a 1930
275	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 272	Coetânea de: 272	1915 a 1930
276	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 272	Coetânea de: 272	1915 a 1930
277	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 272	Coetânea de: 272	1915 a 1930

278	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 272	Coetânea de: 272	1915 a 1930
279	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 272	Coetânea de: 272	1915 a 1930
280	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 4.2 (*)	Cobre a: 115 Imbrica com: 281 Define a: 282, 327, 328, 329	Posterior a: 103, 115 Coetânea de: 254, 255, 257, 258, 259, 281, 282 Anterior a: 293, 294, 295, 296, 297	1915 a 1930
281	Conjunto Edificado II	Estrutura de vão de arco, de moldura composta de base, fustes e capiteis de coluna, de arquivolta em aduelas, em cantaria de calcário	Imbrica com: 280 Encosta a: 115 Cobre a: 208 Define a: 282, 329 Coberta por: 283 Encostada por: 325	Anterior a: 272, 297, 283, 325, 329 Coetânea de: 280, 282, 283 Posterior a: 115, 208	1915 a 1930
282	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 208, 280, 281	Coetâneo de: 280, 281 Posterior a: 208	1915 a 1930
283	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 4.2 (*)	Encosta a: 115 Imbrica com: 281	Posterior a: 115 Coetânea de: 281	1915 a 1930
284	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação dos aparelhos 280 e 283 e da estrutura 281 sobre o aparelho 115 e a estruturas 208			
285	Conjunto Edificado II	Estrutura de dois vãos de arco, de molduras compostas de base, fuste e capiteis de coluna, de arquivoltas em aduelas em cantaria de calcário	Cobre a: 115, 191, 249 Encosta a: 251 Define a: 287, 288	Coetânea de: 287, 288 Posterior a: 115, 191, 249, 251	1915 a 1956
286	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação da estrutura 285 sobre o aparelho 115 e a estrutura 191			
287	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 115, 191, 285	Coetâneo de: 285 Posterior a: 115, 191	1915 a 1956

288	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 115, 250, 285	Coetâneo de: 285 Posterior a: 115, 250	1915 a 1956
289	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 4.2 (*)	Cobre a: 115 Encosta a: 251 Imbrica com: 285	Posterior a: 115, 251 Coetânea de: 285	1915 a 1956
290	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1 (*)	Coberta por: 334 Encostada por: 223 Imbrica com: 232 (?)	Anterior a: 223, 334 Coetânea de: 232 (?)	(?) Época Medieval
291	Conjunto Edificado II	Estrutura de cinco vãos de arco, de molduras compostas de bases, fustes e capiteis de coluna, de arquivoltas em aduelas em cantaria de calcário	Cobre a: 253 Encosta a: 254, 255 Define a: 293, 294, 295, 296, 297	Coetânea de: 293, 294, 295, 296, 297 Posterior a: 253, 254, 255	1915 a 1956
292	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação da estrutura 291 sobre o aparelho 253 e as estruturas 254, 255			
293	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 253, 254, 291	Coetâneo de: 291 Posterior a: 253, 254	1915 a 1956
294	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 253, 291	Coetâneo de: 291 Posterior a: 253	1915 a 1956
295	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 253, 291	Coetâneo de: 291 Posterior a: 253	1915 a 1956
296	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 253, 291	Coetâneo de: 291 Posterior a: 253	1915 a 1956
297	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 253, 255, 291	Coetâneo de: 291 Posterior a: 253, 255	1915 a 1956

298	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.2 (*)	Cobre a: 291 Encosta a: 260, 272 Define a: 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324	Coetânea de: 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324 Posterior a: 260, 272, 291	1915 a 1956
299	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 298 sobre a estrutura 291 e os aparelhos 260, 272			
300	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
301	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
302	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
303	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
304	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
305	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
306	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
307	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
308	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
309	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956

310	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
311	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
312	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
313	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
314	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
315	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
316	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
317	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
318	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
319	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
320	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
321	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
322	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
323	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956

324	Conjunto Edificado II	Orifício para travejamento de cobertura, fingido	Definida por: 298	Coetânea de: 298	1915 a 1956
325	Conjunto Edificado II	Estrutura de três vãos de arco, de molduras compostas de bases, fustes e capiteis de coluna, de arquivoltas em aduelas, em cantaria de calcário	Cobre a: 207, 280, 281 Imbrica com: 330 Define a: 327, 328, 329	Coetânea de: 327, 328, 329, 330 Posterior a: 207, 280, 281	1915 a 1956
326	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação da estrutura 325 e do aparelho 330 sobre as estruturas 207, 281 e os aparelhos 115 e 283			
327	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 207, 280, 325	Coetâneo de: 325 Posterior a: 207, 280	1915 a 1956
328	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 280, 325	Coetâneo de: 325 Posterior a: 280	1915 a 1956
329	Conjunto Edificado II	Vão de arco ogival	Definida por: 280, 281, 325	Coetâneo de: 285 Posterior a: 115, 250	1915 a 1956
330	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 4.2 (*)	Cobre a: 115 Encosta a: 283 Imbrica com: 325	Posterior a: 115, 283 Coetânea de: 325	1915 a 1956
331	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 223 sobre o aparelho 290			
332	Conjunto Edificado II	Interface. Abertura resultante do desmonte do aparelho 245, para criação do vão 333			
333	Conjunto Edificado II	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 245 (fingido)	Definida por: 245	Posterior a: 218	1915 a 1930
334	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, incluindo recriação de adarve, ameias e abertas	Cobre a: 223, 232, 243, 290 Imbrica com: 452	Posterior a: 223, 232, 243, 290 Coetânea de: 452	1936 a 1950
335	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 334 sobre os aparelhos 223, 232 e 243, 290			
336	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, recriando ameia	Cobre a: 243	Posterior a: 243	1936 a 1950
337	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 336 sobre os aparelhos 243			

338	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, recriando ameia	Cobre a: 243	Posterior a: 243	1936 a 1950
339	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 338 sobre os aparelhos 243			
340	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.1	Cobre a: 233 Define a: 342, 343 Coberta por: 344 Encosta a: 44	Coetânea de: 342, 343 Anterior a: 344 Posterior a: 44, 233	1915 a 1944
341	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 340 sobre o aparelho 233			
342	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 340	Coetânea de: 340	1915 a 1944
343	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 340	Coetânea de: 340	1915 a 1944
344	Conjunto Edificado II	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.2, incluindo recriação de guarda-corpos de adarve	Cobre a: 233, 340 Define a: 346 Encosta a: 44	Coetânea de: 346 Posterior a: 44, 340	1915 a 1956
345	Conjunto Edificado II	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 344 sobre os aparelhos 340			
346	Conjunto Edificado II	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 344	Coetânea de: 344	1915 a 1956
347	Conjunto Edificado I	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1	Cobre a: 72 Imbrica com: 76 Define a: 78, 79, 80, 81 Coberta por: 85	Posterior a: 72 Coetânea de: 76, 78, 79, 80, 81 Anterior a: 85	(?) Início do século XVI a 1538
348	Conjunto Edificado I	Interface. Encosto resultante da edificação dos aparelhos 76 e 347 sobre o aparelho 72			
349	Conjunto Edificado I	Estrutura de vão de porta, composta de topo de ombreira e arranque de arquivolta de aduela, em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Cobre a: 77 Define a: 87 Coberta por: 86 Encosta a: 76	Posterior a: 76, 77 Anterior a: 86, 87	(?) 1929 a 1950

350	Conjunto Edificado I	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 349 sobre os aparelhos 76 e 77			
351	Conjunto Edificado I	Arranque de estrutura perpendicular ao aparelho 1, com vestígios de reboco em argamassa de cal e de areão (**) (***)	Imbrica com: 1	Coetânea de: 1	Meados do século XII a finais do século XIII
352	Conjunto Edificado I	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 72 sobre os aparelhos 1 e 351			
353	Conjunto Edificado I	Arranque de estrutura perpendicular ao aparelho 10 (**) (***)	Imbrica com: 10	Coetânea de: 10	Finais do século XIV a primeira metade do século XV
354	Conjunto Edificado I	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 94 sobre o aparelho 89			
355	Conjunto Edificado I	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 89 sobre o aparelho 233			
356 a 400	Não atribuídas				
401	Conjunto Edificado III	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1	Imbrica com: 411 (?), 435 Define a: 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 442, 457 Encostada por: 429, 514 Coberta por: 439 Equivale a: 507	Coetânea de: 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411 (?), 435, 457 Anterior a: 429, 439, 442, 514 Equivale a: 507	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
402	Conjunto Edificado III	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 401	Coetânea de: 401	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
403	Conjunto Edificado III	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 401	Coetânea de: 401	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV

404	Conjunto Edificado III	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 401	Coetânea de: 401	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
405	Conjunto Edificado III	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 401	Coetânea de: 401	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
406	Conjunto Edificado III	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 401	Coetânea de: 401	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
407	Conjunto Edificado III	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 401	Coetânea de: 401	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
408	Conjunto Edificado III	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 401	Coetânea de: 401	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
409	Conjunto Edificado III	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 401	Coetânea de: 401	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
410	Conjunto Edificado III	Orifício para barroto de piso (?), fingido (?)	Definida por: 401, 439	Coetânea de: 439	(?) 1936 a 1950
411	Conjunto Edificado III	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1	Imbrica com: 401 (?), 426 Define a: 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 425, 427 Encostada por: 433, 439 Coberta por: 452	Coetânea de: 401 (?), 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 425, 426, 427 Anterior a: 433, 439, 452	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
412	Conjunto Edificado III	Orifício para barroto de piso (?)	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV

413	Conjunto Edificado III	Orifício para barrote de piso (?)	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
414	Conjunto Edificado III	Orifício para barrote de piso (?)	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
415	Conjunto Edificado III	Orifício para barrote de piso (?)	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
416	Conjunto Edificado III	Soco para sanefa de piso (?)	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
417	Conjunto Edificado III	Vão retangular, aberto no aparelho 411	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
418	Conjunto Edificado III	Vão trapezoidal, aberto no aparelho 411	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
419	Conjunto Edificado III	Orifício para barrote (?)	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
420	Conjunto Edificado III	Orifício para barrote (?)	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
421	Conjunto Edificado III	Orifício para barrote (?)	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV

422	Conjunto Edificado III	Orifício para barroto de piso (?)	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
423	Conjunto Edificado III	Orifício para barroto de piso (?)	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
424	Conjunto Edificado III	Orifício para barroto de piso (?)	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
425	Conjunto Edificado III	Orifício para barroto de piso (?)	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
426	Conjunto Edificado III	Arranque de estrutura perpendicular ao aparelho 411	Imbrica com: 411 Encostada por: 452	Coetânea de: 411 Anterior a: 452	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
427	Conjunto Edificado III	Soco para sanefa de piso (?)	Definida por: 411	Coetânea de: 411	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
428	Conjunto Edificado III	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1	Encostada por: 433, 436 (?), 458 Coberta por: 452 Imbrica com: 436 (?)	Anterior a: 433, 436 (?), 452, 458 Coetânea de: 436 (?)	?
429	Conjunto Edificado III	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1	Encosta a: 401 Imbrica com: 431, 455 Coberta por: 439	Posterior a: 401 Coetânea de: 431, 455 Anterior a: 439	1915 a 1929
430	Conjunto Edificado III	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 429 sobre o aparelho 401			

431	Conjunto Edificado III	Estrutura de vão de porta de ombreiras e arquivolta em arco abatido em silharia de calcário	Define a: 432 Imbrica com: 429, 455 Cobre a: 435	Coetânea de: 429, 432, 455 Posterior a: 435	1915 a 1929
432	Conjunto Edificado III	Vão de porta aberto no aparelho 429, em arco abatido	Definida por: 431, 435	Coetânea de: 431, 435	1915 a 1929
433	Conjunto Edificado III	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.1	Encosta a: 411, 428 Coberta por: 452	Posterior a: 411, 428 Anterior a: 452	(?) Não anterior a finais do século XIV a primeira metade do século XV
434	Conjunto Edificado III	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 433 sobre os aparelhos 411 e 428			
435	Conjunto Edificado III	Estrutura de vão de porta composta por bases de ombreiras de arestas chanfradas e soleira.	Imbrica com: 401 Coberta por: 431 Define a: 432	Coetânea de: 401 Anterior a: 431	Finais do século XV a primeira metade do século XVI
436	Conjunto Edificado III	Estrutura parietal de Tipo (?) (*)	Encosta a : 428 (?), 454 (?) Imbrica com : 428 (?), 454 (?) Coberta por: 452 (?)	Posterior a: 428 (?), 454 (?) Coetânea de: 428 (?), 454 (?) Anterior a: 452 (?)	1936 a 1950
437	Conjunto Edificado III	Interface (?). Encosto resultante da edificação do aparelho 436 sobre os aparelhos 428 e 454			
438	Anulada				
439	Conjunto Edificado III	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, incluindo recriação de adarve, ameias, abertas e ruína fingida	Cobre a: 401, 429 Imbrica com: 441, 514 Encosta a: 411 Define: 410, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451	Posterior a: 401, 410, 411, 429 Coetânea de: 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 514	1936 a 1950
440	Conjunto Edificado III	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 439 sobre os aparelhos 401, 411, 429			

441	Conjunto Edificado III	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1.2, recriando ruína de estrutura perpendicular ao aparelho 439	Imbrica com: 439	Coetânea de: 439	1936 a 1950
442	Conjunto Edificado III	Orifício para travejamento de piso (?), fingido	Definida por: 401, 439	Coetânea de: 439	1936 a 1950
443	Conjunto Edificado III	Orifício para travejamento de piso (?), fingido	Definida por: 439	Coetânea de: 439	1936 a 1950
444	Conjunto Edificado III	Orifício para travejamento de piso (?), fingido	Definida por: 439	Coetânea de: 439	1936 a 1950
445	Conjunto Edificado III	Orifício para travejamento de piso (?), fingido	Definida por: 439	Coetânea de: 439	1936 a 1950
446	Conjunto Edificado III	Orifício para travejamento de piso (?), fingido	Definida por: 439	Coetânea de: 439	1936 a 1950
447	Conjunto Edificado III	Orifício para travejamento de piso (?), fingido	Definida por: 439	Coetânea de: 439	1936 a 1950
448	Conjunto Edificado III	Orifício para travejamento de piso (?), fingido	Definida por: 439	Coetânea de: 439	1936 a 1950
449	Conjunto Edificado III	Orifício para travejamento de piso (?), fingido	Definida por: 439	Coetânea de: 439	1936 a 1950
450	Conjunto Edificado III	Orifício para travejamento de piso (?), fingido	Definida por: 439	Coetânea de: 439	1936 a 1950
451	Conjunto Edificado III	Orifício para travejamento de piso (?), fingido	Definida por: 439	Coetânea de: 439	1936 a 1950
452	Conjunto Edificado III	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, incluindo recriação de adarve, ameias, abertas e torreão	Cobre a: 411, 428, 433, 436 (?), 454 (?) Imbrica com: 334 Encosta a: 426	Posterior a: 411, 426, 428, 433, 436 (?), 454 (?) Coetânea de: 334	1936 a 1950

453	Conjunto Edificado III	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 452 sobre os aparelhos 411, 426, 428, 433 e 436			
454	Conjunto Edificado III	Estrutura parietal Tipo 2.1.1 (*)	Imbrica com: 232 (?), 436 (?) Encostada por: 436 (?) Coberta por: 452 (?)	Coetânea de: 232 (?), 436 (?) Anterior a: 436 (?), 452 (?)	(?) Época Medieval
455	Conjunto Edificado III	Estrutura de vão de porta, de moldura composta de ombreiras e aduelas de arquivolta em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Definia a: 456 Imbrica com: 429	Coetânea de: 429, 456	1915 a 1929
456	Conjunto Edificado III	Vão de porta ogival, aberto no aparelho 429	Definida por: 435, 455	Coetânea de: 455	1915 a 1929
457	Conjunto Edificado III	Negativo de antigo nível de circulação, patente no aparelho 401	Definida por: 401	Coetânea de: 401	(?) Finais do século XIV a primeira metade do século XV
458	Conjunto Edificado III	Arranque de estrutura perpendicular ao aparelho 428 (***)	Encosta a: 428 (?)	Posterior a: 428 (?)	?
459 a 500	Não atribuídas				
501	Conjunto Edificado IV	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1	Define a: 502 Encosta a: 704 Encostada por: 514, 652 Coberta por: 508	Coetânea de: 502 Anterior a: 508, 514, 652 Posterior a: 704	Não anterior a finais do século XV a meados do século XVI
502	Conjunto Edificado IV	Negativo de antigo nível de circulação, patente no aparelho 501	Definida por: 501	Coetânea de: 501	Não anterior a finais do século XV a meados do século XVI
503	Conjunto Edificado IV	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1 (***)	Coberta por: 504 Equivale a: 701	Anterior a: 504 Equivale a: 701	(?) Época Medieval

504	Conjunto Edificado IV	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1	Imbrica com: 665 Cobre a: 503 Encostada por: 508, 514, 524, 675 Define a: 525 Coberta por: 506 Equivale a: 704	Coetânea de: 665 Anterior a: 506, 508, 514, 524, 675 Posterior a: 503 Equivale a: 704	Finais do século XV a meados do século XVI
505	Conjunto Edificado IV	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 504 sobre o aparelho 503. Equivale a: 705			
506	Conjunto Edificado IV	Revestimento parietal em reboco de argamassa de cal e areão	Cobre a: 504	Posterior a: 504	Não anterior a finais do século XV a meados do século XVI
507	Conjunto Edificado IV	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1	Coberta por: 514 Equivale a: 401	Anterior a: 514 Equivale a: 401	(?) Finais do século XV a meados do século XVI
508	Conjunto Edificado IV	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.1	Cobria a: 501 Encosta a: 504, 620, 704 Define a: 511, 512, 513, 525 Encostada por: 514, 652, 675	Coetânea de: 511, 512, 513 Posterior a: 501, 504, 620, 704 Anterior a: 514, 525, 652, 675	1929 a 1956
509	Conjunto Edificado IV	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 508 sobre os aparelhos 501 e 504			
510	Anulada				
511	Conjunto Edificado IV	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 508	Coetânea de: 508	1929 a 1956
512	Conjunto Edificado IV	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 508	Coetânea de: 508	1929 a 1956
513	Conjunto Edificado IV	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 508	Coetânea de: 508	1929 a 1956

514	Conjunto Edificado IV	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.2, incluindo pano de peito do vão 525, e guarda-corpos simulando adarve, no topo	Define a: 518, 520, 525, 528 Imbrica com: 439, 519, 521, 524, 715 Encosta a: 501, 508 Cobre a: 504, 507	Coetânea de: 439, 519, 518, 520, 521, 524, 525, 528, 715 Posterior a: 501, 504, 507, 508	1936 a 1950
515	Conjunto Edificado IV	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 514 e da estrutura 524 sobre os aparelhos 501, 504, 507, 508. Equivale a: 714			
516 e 517	Anuladas				
518	Conjunto Edificado IV	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 514	Coetânea de: 514	1936 a 1950
519	Conjunto Edificado IV	Estrutura de arco de volta completa, em silharia de calcário disposta ao cutelo	Definia a: 520 Imbrica com: 514	Coetânea de: 514, 520	1936 a 1950
520	Conjunto Edificado IV	Vão de porta em arco de volta completa, aberto no aparelho 514	Definida por: 514, 519	Coetânea de: 514, 519	1936 a 1950
521	Conjunto Edificado IV	Estrutura de vão de janela geminada, de moldura composta de ombreiras, mainel e arquivolta de aduelas, em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Imbrica com: 514 Define a: 522, 523, 525 Encostada por: 526	Coetânea de: 514, 522, 523, 525 Anterior a: 526	1936 a 1950
522	Conjunto Edificado IV	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 514, geminado com 523	Definida por: 521	Coetânea de: 521	1936 a 1950
523	Conjunto Edificado IV	Vão de janela ogival, aberto no aparelho 514, geminado com 522	Definida por: 521	Coetânea de: 521	1936 a 1950
524	Conjunto Edificado IV	Estrutura de arco abatido, de obreira em silharia de calcário e arquivolta em silharia de calcário disposta ao cutelo	Definia a: 525 Imbrica com: 514 Encosta a: 504	Coetânea de: 514, 525 Posterior a: 504	1936 a 1950

525	Conjunto Edificado IV	Vão de janela em arco abatido, aberto no aparelho 514	Definida por: 508, 514, 521, 524	Coetânea de: 504, 514, 521, 254 Posterior a: 508	1936 a 1950
526	Conjunto Edificado IV	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo (?) (*) (***)	Encosta a: 504, 521	Posterior a: 504, 521	1936 a 1950
527	Conjunto Edificado IV	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 526 sobre os aparelhos 504 e 521			
528	Conjunto Edificado IV	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 514	Coetânea de: 514	1936 a 1950
529	Conjunto Edificado IV	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 508 sobre o aparelho 704			
530 a 600	Não atribuídas				
601	Conjunto Edificado V	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1	Define a: 602, 603, 604, 605 Encostada por: 606, 650, 652, 658 (?), 660 (?) Coberta por: 621	Coetânea de: 602, 603, 604, 605 Anterior a: 606, 621, 650, 652, 658 (?), 660 (?)	(?) Época Medieval (não posterior a medos do século XV)
602	Conjunto Edificado V	Vão de seteira (?), aberto no aparelho 601	Definida por: 601	Coetânea de: 601	(?) Época Medieval
603	Conjunto Edificado V	Agulheiro para caibro de andaime (?)	Definida por: 601	Coetânea de: 601	(?) Época Medieval
604	Conjunto Edificado V	Agulheiro para caibro de andaime (?)	Definida por: 601	Coetânea de: 601	(?) Época Medieval
605	Conjunto Edificado V	Negativo de antigo nível de circulação, patente no aparelho 601	Definida por: 601	Coetânea de: 601	(?) Época Medieval

606	Conjunto Edificado V	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1	Define a: 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620 Encosta a: 601 Encostada por: 647, 669, 671 Coberta por: 621, 647	Coetânea de: 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620 Posterior a: 601 Anterior a: 621, 647, 669, 671	(?) Meados do século XV
607	Conjunto Edificado IV	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 606 sobre o aparelho 601			
608	Conjunto Edificado V	Ladrão para escoamento de águas (?)	Definida por: 606	Coetânea de: 606	(?) Meados do século XV
609	Conjunto Edificado V	Ladrão para escoamento de águas (?)	Definida por: 606	Coetânea de: 606	(?) Meados do século XV
610	Conjunto Edificado V	Ladrão para escoamento de águas (?)	Definida por: 606	Coetânea de: 606	(?) Meados do século XV
611	Conjunto Edificado V	Ladrão para escoamento de águas (?)	Definida por: 606	Coetânea de: 606	(?) Meados do século XV
612	Conjunto Edificado V	Ladrão para escoamento de águas, arruinado (?)	Definida por: 606	Coetânea de: 606	(?) Meados do século XV
613	Conjunto Edificado V	Ladrão para escoamento de águas (?)	Definida por: 606	Coetânea de: 606	(?) Meados do século XV
614	Conjunto Edificado V	Ladrão para escoamento de águas (?)	Definida por: 606	Coetânea de: 606	(?) Meados do século XV
615	Conjunto Edificado V	Ladrão para escoamento de águas (?)	Definida por: 606	Coetânea de: 606	(?) Meados do século XV
616	Conjunto Edificado V	Ladrão para escoamento de águas (?)	Definida por: 606	Coetânea de: 606	(?) Meados do século XV
617	Conjunto Edificado V	Vão de seteira (?), aberto no aparelho 606	Definida por: 606	Coetânea de: 606	(?) Meados do século XV
618	Conjunto Edificado V	Ladrão para escoamento de águas (?)	Definida por: 606	Coetânea de: 606	(?) Meados do século XV
619	Conjunto Edificado V	Ladrão para escoamento de águas (?)	Definida por: 606	Coetânea de: 606	(?) Meados do século XV
620	Conjunto Edificado V	Ladrão para escoamento de águas (?)	Definida por: 606	Coetânea de: 606	(?) Meados do século XV

621	Conjunto Edificado V	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.1	Define a: 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 656 (?) Cobre a: 606 Encostada por: 601, 647, 660, 650/658 Coberta por: 654, 675 Equivale a: 675	Coetânea de: 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 656 (?) Anterior a: 601, 647, 654, 660, 675 Posterior a: 606, 650 Equivale a: 675	(?) Não anterior a finais do século XV
622 e 624	Anuladas				
624	Conjunto Edificado V	Orifício	Definida por: 675	Coetânea de: 675	(?) Não anterior a finais do século XV
625	Conjunto Edificado V	Orifício	Definida por: 675	Coetânea de: 675	(?) Não anterior a finais do século XV
626	Conjunto Edificado V	Estrutura de vão de porta de soleira, ombreiras e arquivolta em cantaria de calcário	Definia a: 627 Imbrica com: 628, 673, 674, 675	Coetânea de: 627, 628, 673, 674, 675	(?) Não anterior a finais do século XV
627	Conjunto Edificado V	Vão de porta aberto no aparelho 675, em arco abatido	Definida por: 626	Coetânea de: 626	(?) Não anterior a finais do século XV
628	Conjunto Edificado V	Estrutura de vão de porta moldura composta de ombreiras e aduelas de arquivolta em cantaria de calcário, de arestas chanfradas, com ombreiras de base 'em unha'.	Definia a: 629 Imbrica com: 626, 673, 674, 675 Encostada por: 662, 663	Coetânea de: 626, 629, 673, 674, 675 Anterior a: 662, 663	(?) Não anterior a finais do século XV
629	Conjunto Edificado V	Vão de porta aberto no aparelho 675, em arco ogival	Definida por: 628	Coetânea de: 628	(?) Não anterior a finais do século XV

630	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621	Coetânea de: 621	(?) Não anterior a finais do século XV
631	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621	Coetânea de: 621	(?) Não anterior a finais do século XV
632	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621	Coetânea de: 621	(?) Não anterior a finais do século XV
633	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621	Coetânea de: 621	(?) Não anterior a finais do século XV
634	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621	Coetânea de: 621	(?) Não anterior a finais do século XV
635	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621	Coetânea de: 621	(?) Não anterior a finais do século XV
636	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621, 654	Coetânea de: 624	(?) Não anterior a finais do século XV
637	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621, 654	Coetânea de: 624	(?) Não anterior a finais do século XV
638	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621, 654	Coetânea de: 624	(?) Não anterior a finais do século XV
639	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621, 654	Coetânea de: 624	(?) Não anterior a finais do século XV
640	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621, 654	Coetânea de: 624	(?) Não anterior a finais do século XV
641	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621, 654	Coetânea de: 624	(?) Não anterior a finais do século XV
642	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621, 654	Coetânea de: 624	(?) Não anterior a finais do século XV

643	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621, 654	Coetânea de: 624	(?) Não anterior a finais do século XV
644	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 621	Coetânea de: 621	(?) Não anterior a finais do século XV
645	Conjunto Edificado V	Orifício para travejamento de piso/cobertura (?)	Definida por: 675	Coetânea de: 675	(?) Não anterior a finais do século XV
646	Conjunto Edificado V	Orifício. Postigo de iluminação a escada (?)	Definida por: 675	Coetânea de: 675	(?) Não anterior a finais do século XV
647	Conjunto Edificado V	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1	Define a: 648 Encosta a: 606, 621 Encostada por: 669	Coetânea de: 648 Posterior a: 606, 621 Anterior a: 669	(?) Não anterior a finais do século XV
648	Conjunto Edificado V	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 647 sobre os aparelhos 606 e 621			
649	Conjunto Edificado V	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 647	Coetânea de: 647	(?) Não anterior a finais do século XV
650	Conjunto Edificado V	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1	Encosta a: 601, 621, 675 Encostada por: 652 Equivale a: 658 (?)	Posterior a: 601, 621, 675 Anterior a: 652 Equivale a: 658 (?)	(?) Não anterior a finais do século XV
651	Conjunto Edificado V	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 650 sobre os aparelhos 601			
652	Conjunto Edificado V	Estrutura de escadaria erguida em aparelho Tipo 1.2.2, de um único lanço, composto por onze degraus e um patamar superior	Encosta a: 501, 508, 601, 650, 675	Posterior a: 501, 508, 601, 650, 675	1936 a 1956
653	Conjunto Edificado V	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 652 sobre os aparelhos 501, 508, 601, 621 e 650			

654	Conjunto Edificado V	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.2	Cobre a: 621, 675 Encostada por: 660 Define a: 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643	Posterior a: 621, 675 Anterior a: 660 Coetânea de: 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643	1936 a 1956
655	Conjunto Edificado V	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 654 sobre o aparelho 621			
656	Conjunto Edificado V	Orifício. Ruína (?)	Definida por: 621 (?)	Coetânea de: 621 (?)	(?) Não anterior a finais do século XV
657	Conjunto Edificado V	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1 (***)	Encosta a: 621 Encostada por: 658 Coberta por: 660	Posterior a: 621 Anterior a: 658, 660	1936 a 1956
658	Conjunto Edificado V	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1 (***)	Encosta a: 621, 657 Encostada por: 675 Coberta por: 660 Equivale a: 650 (?)	Posterior a: 657 Anterior a: 621, 660, 675 Equivale a: 650 (?)	?
659	Conjunto Edificado V	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 658 sobre o aparelho 657			
660	Conjunto Edificado V	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1	Cobre a: 657, 658 Encosta a: 621, 654, 675	Posterior a: 621, 657, 658, 654, 675	1936 a 1956
661	Conjunto Edificado V	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 660 sobre os aparelhos 657, 658, 621 e 654			
662	Conjunto Edificado V	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo (?) (**)(***)	Encosta a: 628, 675	Posterior a: 628, 675	(?) Não anterior a finais do século XV
663	Conjunto Edificado V	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo (?) (**)(***)	Encosta a: 628, 675	Posterior a: 628, 675	(?) Não anterior a finais do século XV
664	Anulada				
665	Conjunto Edificado V	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1	Imbrica com: 504 Encostada por: 675	Coetânea de: 504 Anterior a: 675	Finais do século XV a meados do século XVI

666	Anulada				
667	Conjunto Edificado V	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 662 sobre o aparelho 628			
668	Conjunto Edificado V	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 663 sobre o aparelho 628			
669	Conjunto Edificado V	Simulação de estrutura parietal para ocultação de canalização em aço, com recurso a pedras doleríticas e argamassa de areão e cal	Encosta a: 606, 647	Posterior a: 606, 647	(?) Época Contemporânea (recente)
670	Conjunto Edificado V	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 669 sobre os aparelhos 606 e 647			
671	Conjunto Edificado V	Enchimento de orifício (?), com recurso a pedra dolerítica miúda e argamassa de areão	Encosta a: 606	Posterior a: 606	?
672	Conjunto Edificado V	Interface. Encosto resultante da edificação do enchimento 671 sobre o aparelho 606			
673	Conjunto Edificado V	Pedra de gonzo prismática, aplicada junto à ombreira sul da moldura 628	Imbrica com: 626, 628	Coetânea de: 626, 628	(?) Não anterior a finais do século XV
674	Conjunto Edificado V	Pedra de gonzo prismática, aplicada junto à ombreira norte da moldura 628	Imbrica com: 626, 628	Coetânea de: 626, 628	(?) Não anterior a finais do século XV
675	Conjunto Edificado V	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.1	Imbrica com: 626, 628 Encosta a: 504, 650, 658, 665 Define a: 624, 625, 645, 646 Coberta por: 654 Encostada por: 508, 601, 652, 660, 662, 663 Equivale a: 621	Coetânea de: 624, 625, 626, 628, 645, 646 Anterior a: 508, 601, 652, 654, 660, 662, 663 Posterior a: 504, 650, 658, 665 Equivale a: 621	(?) Não anterior a finais do século XV
676	Conjunto Edificado V	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 621/675 sobre os aparelhos 650, 665, 601 e 606.			
677	Anulada				

678 a 700	Não atribuídas				
701	Conjunto Edificado VI	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1 (***)	Coberta por: 704, 715 Equivale a: 503	Anterior a: 704, 715 Equivale a: 503	(?) Época Medieval
702	Conjunto Edificado VI	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.3, incluindo planta circular, a Este	Define a: 703 Coberta por: 706 Equivale a: 801	Coetânea de: 703, 801 Anterior a: 706 Equivale a: 801	Meados do século XII a finais do século XIII
703	Conjunto Edificado VI	Orifício para escoamento de águas pluviais, vulgo 'ladrão'	Definida por: 702, 720	Coetânea de: 702, 720	Meados do século XII a finais do século XIII
704	Conjunto Edificado VI	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1 (**)	Define a: 719 Coberta por: 713, 715 Encostada por: 501, 508, 706 Equivale a: 504	Coetânea de: 719 Anterior a: 706, 713, 715 Equivale a: 504	Finais do século XV a meados do século XVI
705	Conjunto Edificado VI	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 704 sobre o aparelho 701. Equivale a 505 e a 805			
706	Conjunto Edificado VI	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1, incluindo planta circular, a Este	Define a: 708, 709, 710, 711, 712 Imbrica com: 804 Cobre a: 702 Encosta a: 704 Coberta por: 715 Equivale a: 804	Coetânea de: 708, 709, 710, 711, 712, 804 Posterior a: 702, 704 Anterior a: 715 Equivale a: 804	1915 a 1956
707	Conjunto Edificado VI	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 706 sobre os aparelhos 702 e 704. Equivale a 805			
708	Conjunto Edificado VI	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 706	Coetânea de: 706	1915 a 1956
709	Conjunto Edificado VI	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 706	Coetânea de: 706	1915 a 1956
710	Conjunto Edificado VI	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 706	Coetânea de: 706	1915 a 1956
711	Conjunto Edificado VI	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 706	Coetânea de: 706	1915 a 1956

712	Conjunto Edificado VI	Agulheiro para caibro de andaime, fingido (?)	Definida por: 706	Coetânea de: 706	1915 a 1956
713	Conjunto Edificado VI	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.2 (*)	Cobre a: 704 Coberta por: 715	Posterior a: 704 Anterior a: 715	1936 a 1956
714	Conjunto Edificado VI	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 713 sobre o aparelho 704			
715	Conjunto Edificado VI	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.2, incluindo planta circular, a este, e guarda-corpos simulando adarve, no topo	Cobre a: 701, 704, 706, 713 Imbrica com: 514, 812 Equivale a: 812	Coetânea de: 514, 812 Posterior a: 701, 704, 706, 713 Equivale a: 812	1936 a 1956
716	Conjunto Edificado VI	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 715 sobre os aparelhos 704, 706, 713. Equivale a 813			
717	Conjunto Edificado VI	Estrutura de vão erguida em aparelho Tipo 1.2.2	Encosta a: 704 Define a: 719	Posterior a: 704, 719	?
718	Conjunto Edificado VI	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 717 sobre o aparelho 704			
719	Conjunto Edificado VI	Vão para escoamento de águas sujas (?), pluviais (?), cloaca (?)	Definida por: 704, 717	Coetânea de: 704 Anterior a: 717	?
720	Conjunto Edificado VI	Pedra de embasamento do orifício 703, de superfície côncava	Define a: 703	Coetânea de: 703	Meados do século XII a finais do século XIII
721 a 800	Não atribuídas				
801	Conjunto Edificado VII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.3, incluindo planta circular, a norte	Define a: 802, 803 Equivale a: 1, 702 Coberta por: 804, 808, 812	Coetânea de: 802, 803 Equivale a: 1, 702 Anterior a: 804, 808, 812	Meados do século XII a finais do século XIII
802	Conjunto Edificado VII	Orifício para escoamento de águas pluviais, vulgo 'ladrão'	Definida por: 801	Coetânea de: 801	Meados do século XII a finais do século XIII
803	Conjunto Edificado VII	Orifício para escoamento de águas pluviais, vulgo 'ladrão' (?)	Definida por: 801	Coetânea de: 801	Meados do século XII a finais do século XIII

804	Conjunto Edificado VII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1, em planta circular	Define a: 806, 807 Equivale a: 706 Coberta por: 812 Cobre a: 801	Coetânea de: 806, 807 Equivale a: 706 Anterior a: 812 Posterior a: 801	1915 a 1956
805	Conjunto Edificado VII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 804 sobre o aparelho 801. Equivale a 707			
806	Conjunto Edificado VII	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 804	Coetânea de: 804	1915 a 1956
807	Conjunto Edificado VII	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 804	Coetânea de: 804	1915 a 1956
808	Conjunto Edificado VII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.1	Define a: 810, 811 Coberta por: 812 Cobre a: 801	Coetânea de: 810, 811 Anterior a: 812 Posterior a: 801	1936 a 1956
809	Conjunto Edificado VII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 808 sobre o aparelho 801.			
810	Conjunto Edificado VII	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 808	Coetânea de: 808	1936 a 1956
811	Conjunto Edificado VII	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 808	Coetânea de: 808	1936 a 1956
812	Conjunto Edificado VII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.2, incluindo planta circular, a este, e guarda-corpos simulando adarve, no topo	Define a: 814, 815, 816, 817, 818, 819 Equivale a: 715 Cobre a: 801, 804, 808 Encosta a: 1	Coetânea de: 814, 815, 816, 817, 818, 819 Equivale a: 715 Posterior a: 1, 801, 804, 808	1936 a 1950
813	Conjunto Edificado VII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 812 sobre o aparelho 804, 808. Equivale a 716			
814	Conjunto Edificado VII	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 812	Coetânea de: 812	1936 a 1950
815	Conjunto Edificado VII	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 812	Coetânea de: 812	1936 a 1950

816	Conjunto Edificado VII	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 812	Coetânea de: 812	1936 a 1950
817	Conjunto Edificado VII	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 812	Coetânea de: 812	1936 a 1950
818	Conjunto Edificado VII	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 812	Coetânea de: 812	1936 a 1950
819	Conjunto Edificado VII	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 812	Coetânea de: 812	1936 a 1950
820 a 898	Não atribuídas				
899	Conjunto Edificado VIII Sapata da Torre de Menagem	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1, em planta retangular, servindo de sapata à estrutura 901	Imbrica com: 901 Encostada por: 976	Coetânea de: 901 Anterior a: 976	ca. 1324
900	Anulada				
901	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal composta pelas paredes externas da Torre de Menagem, erguida em aparelho Tipo 1.1.1, de planta retangular. Inclui remanescente de ameia a sudeste	Define a: 902, 903, 904, 905, 906, 908, 909, 910, 911, 912, 913 Imbrica com: 899, 907, 916, 917, 918, 929 (?) Encostada por: 923, 926, 930, 960, 976, 999, 1018, 1040 Coberta por: 914, 978	Coetânea de: 899, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 916, 917, 918, 929 (?) Anterior a: 914, 923, 926, 930, 960, 976, 978, 999, 1018, 1040	ca. 1324
902	Conjunto Edificado VIII	Orifício. Vão de postigo (?)	Definida por: 901	Coetânea de: 901	ca. 1324
903	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 901	Definida por: 901	Coetânea de: 901	ca. 1324
904	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 901	Definida por: 901	Coetânea de: 901	ca. 1324
905	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 901	Definida por: 901	Coetânea de: 901	ca. 1324

906	Conjunto Edificado VIII	Orifício para tranca, aberto no aparelho 901, junto da ombreira oeste do vão 922	Corta a: 901	Posterior a: 901	ca. 1324
907	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de vão de porta, de moldura composta de ombreiras e arquivolta de aduelas em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Imbrica com: 901 Define a: 922	Coetânea de: 901, 922	ca. 1324
908	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 901	Definida por: 901	Coetânea de: 901	ca. 1324
909	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 901	Definida por: 901	Coetânea de: 901	ca. 1324
910	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 901	Definida por: 901	Coetânea de: 901	ca. 1324
911	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 901	Definida por: 901	Coetânea de: 901	ca. 1324
912	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 901	Definida por: 901	Coetânea de: 901	ca. 1324
913	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 901	Definida por: 901	Coetânea de: 901	ca. 1324
914	Conjunto Edificado VIII	Reboco de revestimento aos alçados externos da Torre de Menagem, em argamassa de cal e de areão	Cobre a: 901 Cortada por: 915	Posterior a: 901 Anterior a: 915	(?) ca. 1324
915	Conjunto Edificado VIII	Esgrafito sobre reboco, patente no alçado Oeste da Torre de Menagem. Leitura: Era de mil e trezentos ... anos. fez ... oito dias de Maio	Corta a: 901	Posterior a: 901	(?) meados século XIV
916	Anulada				
916	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de arquivolta de abóbada de descarga sobre vão, em aduelas de calcário	Imbrica com: 901 Cobre a: 907, 918 Encostada por: 920	Coetânea de: 901 Posterior a: 907, 918 Anterior a: 920	ca. 1324

917	Conjunto Edificado VIII	Imposta oeste da moldura 907, epigrafada. Leitura: V[iva] D. M[aria] II R[ainha de] P[ortugal] MDCCCXXXIV	Imbrica com: 901	Coetânea de: 901	1834
918	Conjunto Edificado VIII	Epígrafe, a oeste do vão 922. Leitura: Era M°.CCC:LXII:ANNOS:FOI:ESTA:TORE:CO MEÇADA:VIII:DIAS:DE:MAIO:E MANDOU A:FAZER: O:MUY:NOBRE:D:DINIS:REY:DE:PORTUGAL: E:DO:ALGARUE:E:FOE:ACABADA: [três brasões a) de Portugal b) de Aragão c) de Portugal]	Imbrica com: 901 Coberta por: 916 Encostada por: 920	Coetânea de: 901 Anterior a: 916, 920	1324
919	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 916 sobre o aparelho 907			
920	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 4.1	Encosta a: 907, 916, 918	Posterior a: 907, 916, 918	Não anterior a ca. 1324
921	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 920 sobre os aparelhos 907 e 916			
922	Conjunto Edificado VIII	Vão de porta ogival, aberto no aparelho 901	Definida por: 907	Coetânea de: 907	ca. 1324
923	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de enchimento erguida em aparelho Tipo (?) (*) (**) (***)	Encosta a: 901 Imbrica com: 924	Posterior a: 901 Coetânea de: 924	Não anterior a ca. 1324
924	Conjunto Edificado VIII	Cachorro, em calcário, de aresta inferior arredondada	Imbrica com: 923	Coetânea de: 923	Não anterior a ca. 1324
925	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do enchimento 923 sobre o aparelho 901			
926	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de enchimento erguida em aparelho Tipo (?) (*) (**) (***)	Encosta a: 901 Imbrica com: 927	Posterior a: 901 Coetânea de: 927	Não anterior a ca. 1324
927	Conjunto Edificado VIII	Cachorro, em calcário, de aresta inferior arredondada	Imbrica com: 926	Coetânea de: 926	Não anterior a ca. 1324

928	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do enchimento 926 sobre o aparelho 901			
929	Conjunto Edificado VIII	Cachorro, em calcário, de aresta inferior arredondada	Imbrica com: 901 (?)	Coetânea de: 901 (?)	(?) ca. 1324
930	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de enchimento erguida em aparelho Tipo (?) (*) (**) (***)	Encosta a: 901 Imbrica com: 931	Posterior a: 901 Coetânea de: 931	Não anterior a ca. 1324
931	Conjunto Edificado VIII	Cachorro, em calcário, de aresta inferior arredondada	Imbrica com: 930	Coetânea de: 930	Não anterior a ca. 1324
932	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do enchimento 930 sobre o aparelho 901			
933	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de escadaria erguida em aparelho Tipo 2.2.1, de três lanços, composto por vinte e um degraus e três patamares	Define a: 934 Encosta a: 901 Imbrica com: 940 (?), 948 (?) Coberta por: 960, 1031	Coetânea de: 934, 940 (?), 948 (?) Posterior a: 901 Anterior a: 960, 1031	(?) ca. 1324 a meados do século XV
934	Conjunto Edificado VIII	Orifício	Definida por: 933	Coetânea de: 933	(?) ca. 1324 a meados do século XV
935	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 936 sobre o aparelho 962			
936	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.1	Imbrica com: 937, 938 Encosta a: 962 Coberta por: 940 Encostada por: 1093	Coetânea de: 937 Posterior a: 962 Anterior a: 940, 1093	(?) ca. 1324 a meados do século XV
937	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de vão de porta composta por ombreira em cantaria de calcário	Imbrica com: 936, 938 Define a: 957 Coberta por: 948	Coetânea de: 936, 938 Anterior a: 948, 957	(?) ca. 1324 a meados do século XV
938	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de vão de porta, de moldura composta de ombreira em cantaria de calcário, de aresta chanfrada	Imbrica com: 936, 937 Define a: 956 Coberta por: 946	Coetânea de: 936, 937 Anterior a: 946, 956	(?) ca. 1324 a meados do século XV

939	Conjunto Edificado VIII	Orifício	Definida por: 936	Coetânea de: 936	(?) ca. 1324 a meados do século XV
940	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1	Imbrica com: 933 (?), 946, 948 Encostada por: 1031 Encosta a: 901, 962 Coberta por: 960, 1020, 1022	Coetânea de: 933 (?), 946, 948 Posterior a: 901, 962 Anterior a: 960, 1020, 1022	(?) ca. 1324 a meados do século XV
941	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 940 sobre os aparelhos 936 e 962, e das estruturas 946 e 948 sobre as estruturas 937 e 938			
942 a 945	Anuladas				
946	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de vão de porta, de moldura composta de ombreira e arquivolta de aduelas em cantaria de calcário, de arestas chanfradas	Imbrica com: 940, 948 Define a: 956 Cobre a: 938 Encostada por: 953	Coetânea de: 940, 948, 956 Posterior a: 938 Anterior a: 953	(?) ca. 1324 a meados do século XV
947	Anulada				
948	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de arquivolta de abóbada de descarga sobre vão, em aduelas de calcário e ombreira de cantaria de calcário	Imbrica com: 940, 946, 951, 952 Define a: 957 Cobre a: 937 Encostada por: 953	Coetânea de: 940, 946, 951, 952, 957 Posterior a: 937 Anterior a: 953	(?) ca. 1324 a meados do século XV
949	Anulada				
950	Conjunto Edificado VIII	Orifício para tranca, aberto no aparelho 948, na ombreira norte do vão 957	Corta a: 948	Posterior a: 948	(?) ca. 1324 a meados do século XV
951	Conjunto Edificado VIII	Pedra de gonzo de secção circular, aplicada junto à ombreira norte do vão 957	Imbrica com: 948, 953	Coetânea de: 948, 953	(?) ca. 1324 a meados do século XV

952	Conjunto Edificado VIII	Pedra de gonzo de secção circular, aplicada junto à ombreira sul do vão 957	Imbrica com: 948, 953	Coetânea de: 948, 953	(?) ca. 1324 a meados do século XV
953	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 4.1	Encosta a: 946, 948	Coetânea de: 946, 948	(?) ca. 1324 a meados do século XV
954	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 953 sobre os aparelhos 946 e 948			
955	Conjunto Edificado VIII	Orifício para tranca, aberto no aparelho 937, na ombreira sul do vão 957	Corta a: 937	Posterior a: 937	(?) ca. 1324 a meados do século XV
956	Conjunto Edificado VIII	Vão de porta ogival, aberto no aparelho 940	Definida por: 938, 946	Coetânea de: 946 Posterior a: 938	(?) ca. 1324 a meados do século XV
957	Conjunto Edificado VIII	Vão de porta aberto no aparelho 940, em arco de volta completa	Definida por: 937, 948	Coetânea de: 948 Posterior a: 937	(?) ca. 1324 a meados do século XV
958	Anulada				
959	Conjunto Edificado VIII Sapata Torreão Sul	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1, em planta rectangular, servindo de sapata à estrutura 962/971/976	Imbrica com: 962, 971, 976	Coetânea de: 962, 971, 976	Época Medieval D. Dinis ca. 1324
960	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.1, incluindo recriação de adarve, ameias e abertas	Imbrica com: 1031 Cobre a: 940 Encosta a: 901 Coberta por: 1016, 1018 Encostada por: 1020, 1022	Posterior a: 901, 940 Anterior a: 1016, 1018, 1020, 1022 Coetânea de: 1031	1915 a 1929
961	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 960 sobre os aparelhos 901 e 940			
962	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1	Imbrica com: 959, 981 Define a: 963, 964 Encosta a: 966 (?) Coberta por: 1025 Encostada por: 936, 940, 1022	Coetânea de: 963, 964, 959, 981 Anterior a: 936, 940, 1025 Posterior a: 966 (?)	ca. 1324 a meados do século XV

963	Conjunto Edificado VIII	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 962	Coetânea de: 962	ca. 1324 a meados do século XV
964	Conjunto Edificado VIII	Agulheiro para caibro de andaime	Definida por: 962	Coetânea de: 962	ca. 1324 a meados do século XV
965	Conjunto Edificado VIII	Negativo de antigo nível de circulação, patente no aparelho 966	Definida por: 966	Coetânea de: 966	ca. 1324 a meados do século XV
966	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1, incluindo patamar integrado em adarve (**)	Imbrica com: 971, 973 Define a: 965, 967, 968, 969, 972 Coberta por: 974, 1022, 1027 Encostada por: 936, 940, 970 (?), 976 (?), 981 (?), 997	Coetânea de: 965, 967, 968, 969, 971, 972, 973 Anterior a: 936, 940, 970 (?), 974, 976 (?), 981 (?), 997, 1022, 1027	ca. 1324 a meados do século XV
967	Conjunto Edificado VIII	Orifício para barroto de piso (?)	Definida por: 966	Coetânea de: 966	ca. 1324 a meados do século XV
968	Conjunto Edificado VIII	Orifício para barroto de piso (?)	Definida por: 966	Coetânea de: 966	ca. 1324 a meados do século XV
969	Conjunto Edificado VIII	Orifício para barroto de piso (?)	Definida por: 966	Coetânea de: 966	ca. 1324 a meados do século XV
970	Conjunto Edificado VIII	Arranque de estrutura erguida em aparelho Tipo 1.1.1, constituindo adarve sobre passadiço (***)	Encosta a: 966 (?) Coberta por: 1022 Encostada por: 1024	Coetânea de: 966 (?) Anterior a: 1022, 1024	ca. 1324 a meados do século XV
971	Conjunto Edificado VIII	Imposta em calcário, de topo aplanado e base prismática	Imbrica com: 966	Coetânea de: 966	(?) ca. 1324 a meados do século XV
972	Conjunto Edificado VIII	Vão de postigo (?), nicho embutido (?)	Definida por: 966	Coetânea de: 966	(?) ca. 1324 a meados do século XV

973	Conjunto Edificado VIII	Imposta em calcário, de topo aplanado e base prismática	Imbrica com: 966	Coetânea de: 966	(?) ca. 1324 a meados do século XV
974	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de escadaria erguida em aparelho Tipo 1.1.1, de um único lanço, composto por dez degraus e um patamar superior	Imbrica com: 959 Cobre a: 966 Encosta a: 976, 981	Coetânea de: 959 Posterior a: 966, 976, 981	ca. 1324 a meados do século XV
975	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação da escadaria 974 sobre os aparelhos 976 e 981			
976	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1	Define a: 1001 Imbrica com: 959, 981 Encosta a: 899, 966 (?) Encostada por: 974, 997 Coberta por: 1029, 1035	Coetânea de: 959, 981 Posterior a: 899, 966 (?) Anterior a: 974, 997, 998, 1029	ca. 1324 a meados do século XV
977	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 976 sobre os aparelhos 899 e 901			
978	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.1, incluindo recriação de adarve, ameias e abertas	Imbrica com: 979 Cobre a: 901 Coberta por: 1006, 1008, 1010, 1012, 1014	Coetânea de: 979 Posterior a: 901 Anterior a: 1006, 1008, 1010, 1012, 1014	1915 a 1929
979	Conjunto Edificado VIII	Gárgula, cantaria de calcário (?)	Imbrica com: 978	Coetânea de: 978	1915 a 1929
980	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 978 sobre o aparelho 901			
981	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.1.1	Imbrica com: 962, 976 Encosta a: 966 (?) Encostada por: 974 Coberta por: 1027	Coetânea de: 962, 976 Posterior a: 966 (?) Anterior a: 974, 1027	ca. 1324 a meados do século XV
982 a 996	Anuladas				

997	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1, incluindo recriação de adarve e, a sul, escadaria e ameia	Define a: 1002 Encosta a: 966 Cobre a: 976 Encostada por: 1035	Coetânea de: 1002 Posterior a: 966, 976 Anterior a: 1035	1919 a ca. 1930
998	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 997 sobre o aparelho 976			
999	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.1, incluindo recriação de adarve, ameia e abertas	Define a: 1003 Encosta a: 901 Cobre a: 976 Encostada por: 1035	Coetânea de: 1003 Posterior a: 901, 976 Anterior a: 1035	1919 a ca. 1930
1000	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 999 sobre o aparelho 976			
1001	Conjunto Edificado VIII	Soco para sanefa de cobertura (?), definido pelo aparelho 976	Definida por: 976	Coetânea de: 976	Não anterior a ca. 1324
1002	Conjunto Edificado VIII	Soco para sanefa, fingida, definido pelo aparelho 997	Definida por: 997	Coetânea de: 997	1919 a ca. 1930
1003	Conjunto Edificado VIII	Soco para sanefa, fingida, definido pelo aparelho 999	Definida por: 999	Coetânea de: 999	1919 a ca. 1930
1004	Conjunto Edificado VIII	Interface. Cumeada resultante do desmonte do topo do aparelho da ameia sudeste de 901			
1005	Anulada				
1006	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, recriando ameia	Cobre a: 978	Posterior a: 978	1919 a ca. 1930
1007	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1006 sobre o aparelho 978			
1008	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, recriando ameia	Cobre a: 978	Posterior a: 978	1919 a ca. 1930
1009	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1008 sobre o aparelho 978			

1010	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, recriando ameia	Cobre a: 978	Posterior a: 978	1919 a ca. 1930
1011	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1010 sobre o aparelho 978			
1012	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, recriando ameia	Cobre a: 978	Posterior a: 978	1936 a 1950
1013	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1012 sobre o aparelho 978			
1014	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, recriando ameia	Cobre a: 978	Posterior a: 978	1936 a 1950
1015	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1014 sobre o aparelho 978			
1016	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, recriando ameia	Cobre a: 960	Posterior a: 960	1936 a 1950
1017	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1016 sobre o aparelho 960			
1018	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, recriando ameia	Cobre a: 960 Encosta a: 901	Posterior a: 960	1936 a 1950
1019	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1018 sobre os aparelhos 901 e 960			
1020	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.1, incluindo recriação de adarve, ameias e abertas	Cobre a: 940 Encosta a: 960 Encostada por: 1022	Posterior a: 940, 960 Anterior a: 1022	1915 a 1950
1021	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1020 sobre o aparelho 960			
1022	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, incluindo recriação de adarve, ameias e abertas	Cobre a: 940 Imbrica com: 1024 Encosta a: 960, 962, 1020, 1025	Coetânea de: 1024 Posterior a: 940, 960, 962, 1020, 1025	1929 a 1950
1023	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1022 sobre os aparelhos 940, 960, 962 e 1020			

1024	Conjunto Edificado VIII	Estrutura erguida em aparelho 3.1, recriando adarve sobre passadiço e respetivo guarda-corpos	Encosta a: 970 Imbrica com: 1022	Coetânea de: 1022 Posterior a: 970	1929 a 1950
1025	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, incluindo recriação de adarve, ameias e abertas	Cobre a: 962 Imbrica com: 1027	Coetânea de: 1027 Posterior a: 962	1929 a 1950
1026	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1025 sobre os aparelhos 962			
1027	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, incluindo recriação de adarve, ameias e abertas	Cobre a: 981 Imbrica com: 1025	Coetânea de: 1025 Posterior a: 981	1929 a 1950
1028	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1027 sobre os aparelhos 981			
1029	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, incluindo recriação de adarve, ameias e abertas	Cobre a: 976 Imbrica com: 1027	Coetânea de: 1027 Posterior a: 976	1929 a 1950
1030	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1027 sobre os aparelhos 976			
1031	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.2, incluindo recriação de guarda-corpos de escadaria	Cobre a: 933 Imbrica com: 960 Encosta a: 940	Coetânea de: 960 Posterior a: 933, 940	1915 a 1929
1032	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1031 sobre os aparelhos 933 e 940			
1033	Conjunto Edificado VIII	Orifício para escoamento de águas pluviais	Definida por: 1031	Coetânea de: 1031	1915 a 1929
1034	Conjunto Edificado VIII	Interface. Cumeada resultante do desmonte do topo do aparelho 1031			
1035	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, incluindo recriação de adarve, ameias e abertas	Cobre a: 976 Encosta a: 997, 999 Define a: 1037, 1038, 1039	Coetânea de: 1025 Posterior a: 981	1929 a 1950
1036	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1035 sobre os aparelhos 976, 997 e 999			
1037	Conjunto Edificado VIII	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 1035	Coetânea de: 1035	1929 a 1950

1038	Conjunto Edificado VIII	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 1035	Coetânea de: 1035	1929 a 1950
1039	Conjunto Edificado VIII	Agulheiro para caibro de andaime, fingido	Definida por: 1035	Coetânea de: 1035	1929 a 1950
1040	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, recriando ameia	Cobre a: 999	Posterior a: 999	1936 a 1950
1041	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1040 sobre o aparelho 999			
1042	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1, recriando ameia	Cobre a: 999	Posterior a: 999	1936 a 1950
1043	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1042 sobre o aparelho 999			
1044	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de vão de porta, de moldura composta por ombreiras em cantaria de calcário. Marca de canteiro em peça colocada na ombreira oeste: ∞	Imbrica com: 1045 Define a: 1053 Coberta por: 1051 Encostada por: 1046, 1070, 1097	Coetânea de: 1045 Anterior a: 1046, 1051, 1053, 1097	Meados do século XV
1045	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo (?) (**) (***)	Imbrica com: 1044 Encostada por: 1046, 1070, 1165, 1167 Coberta por: 1054	Coetânea de: 1044 Anterior a: 1046, 1054, 1070, 1165, 1167	Meados do século XV
1046	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1	Encosta a: 1044, 1045, 1097 Coberta por: 1100, 1102, 1154, 1156, 1167 Encostada por: 1098, 1154, 1156	Posterior a: 1044, 1045, 1097 Anterior a: 1100, 1102, 1154, 1156, 1098, 1154, 1156, 1167	Meados do século XV
1047	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1	Encostada por: 1063, 1149, 1151 Coberta por: 1056, 1100	Anterior a: 1056, 1063, 1100, 1149, 1151	Meados do século XV
1048	Conjunto Edificado VIII	Soco para sanefa, fingida, definido pelo aparelho 1035	Definida por: 1035	Coetânea de: 1035	Meados do século XV

1049	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação da estrutura 1046 sobre as estruturas 1044, 1045, 1097			
1050	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação da estrutura 1099 sobre as estruturas 1065, 1072			
1051	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de vão de porta, de moldura composta de arquivolta de aduelas em cantaria de calcário	Define a: 1053 Cobre a: 1044 Coberta por: 1054	Coetânea de: 1053 Anterior a: 1054 Posterior a: 1044	Meados do século XV
1052	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação da estrutura 1051 sobre a estrutura 1044			
1053	Conjunto Edificado VIII	Vão de porta ogival, aberto nos aparelhos 1045 e 1054	Definida por: 1044, 1051	Coetânea de: 1051 Posterior a: 1044	Meados do século XV
1054	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.1	Cobre a: 1045, 1051 Encostada por: 1100, 1131, 1165, 1167	Posterior a: 1045, 1051 Anterior a: 1100, 1131, 1165, 1167	Meados do século XV
1055	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1054 sobre a estrutura 1051 e o aparelho 1045			
1056	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1	Define a: 1058, 1059, 1060, 1061, 1062 Cobre a: 1047 Encostada por: 1149 Coberta por: 1100	Coetânea de: 1058, 1059, 1060, 1061, 1062 Posterior a: 1047 Anterior a: 1100, 1149	Meados do século XV
1057	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1056 sobre o aparelho 1047			
1058	Conjunto Edificado VIII	Orifício para travejamento de cobertura (?)	Definida por: 1056	Coetânea de: 1056	Meados do século XV
1059	Conjunto Edificado VIII	Orifício para travejamento de cobertura (?)	Definida por: 1056	Coetânea de: 1056	Meados do século XV
1060	Conjunto Edificado VIII	Orifício para travejamento de cobertura (?)	Definida por: 1056	Coetânea de: 1056	Meados do século XV
1061	Conjunto Edificado VIII	Orifício para travejamento de cobertura (?)	Definida por: 1056	Coetânea de: 1056	Meados do século XV
1062	Conjunto Edificado VIII	Orifício para travejamento de cobertura (?)	Definida por: 1056	Coetânea de: 1056	Meados do século XV

1063	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1	Imbrica com: 1065 Define a: 1066, 1067, 1068, 1069 Encosta a: 1047 Encostada por: 1151 Coberta por: 1100, 1162	Coetânea de: 1065, 1066, 1067, 1068, 1069 Posterior a: 1047 Anterior a: 1100, 1151, 1162	Meados do século XV
1064	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1063 sobre o aparelho 1047			
1065	Conjunto Edificado VIII	Ombreira Norte estruturando vão de porta 1115, em aparelho de pedras não facetadas	Define a: 1115 Coberta por: 1100	Anterior a: 1100, 1115	Meados do século XV
1066	Conjunto Edificado VIII	Sulco vertical rasgado no aparelho 1063. Arranque de vão de seteira (?)	Definida por: 1063	Coetânea de: 1063	Meados do século XV
1067	Conjunto Edificado VIII	Sulco vertical rasgado no aparelho 1063 e arranque de vão de seteira (?)	Definida por: 1063	Coetânea de: 1063	Meados do século XV
1068	Conjunto Edificado VIII	Sulco vertical rasgado no aparelho 1063 e arranque de vão de seteira (?)	Definida por: 1063	Coetânea de: 1063	Meados do século XV
1069	Conjunto Edificado VIII	Sulco vertical rasgado no aparelho 1063. Arranque de seteira (?)	Definida por: 1063	Coetânea de: 1063	Meados do século XV
1070	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1	Imbrica com: 1072, 1093 (?) Define a: 1073, 1074, 1075, 1076, 1077, 1078, 1079, 1080, 1081, 1082, 1083, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1089, 1090, 1091, 1092, 1093 (?) Encosta a: 1044, 1045, 1097 Encostada por: 1153, 1098 Coberta por: 1100, 1131, 1162, 1165	Coetânea de: 1072, 1073, 1074, 1075, 1076, 1077, 1078, 1079, 1080, 1081, 1082, 1083, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1089, 1090, 1091, 1092, 1093 (?) Posterior a: 1044, 1045, 1097 Anterior a: 1100, 1131, 1153, 1098, 1162, 1165	Meados do século XV

1071	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1070 sobre o aparelho 1045			
1072	Conjunto Edificado VIII	Ombreira sul estruturando vão de porta 1115, em aparelho de pedras não facetadas	Define a: 1115 Coberta por: 1100	Anterior a: 1100, 1115	Meados do século XV
1073	Conjunto Edificado VIII	Sulco vertical rasgado no aparelho 1070 e vão de seteira retangular (?)	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1074	Conjunto Edificado VIII	Sulco vertical rasgado no aparelho 1070 e vão de seteira retangular (?)	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1075	Conjunto Edificado VIII	Sulco vertical rasgado no aparelho 1070 e vão de seteira retangular (?)	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1076	Conjunto Edificado VIII	Sulco vertical rasgado no aparelho 1070. Arranque de vão de seteira (?)	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1077	Conjunto Edificado VIII	Sulco vertical rasgado no aparelho 1070. Arranque de vão de seteira (?)	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1078	Conjunto Edificado VIII	Sulco vertical rasgado no aparelho 1070. Arranque de vão de seteira (?)	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1079	Conjunto Edificado VIII	Sulco vertical rasgado no aparelho 1070. Arranque de vão de seteira (?)	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1080	Conjunto Edificado VIII	Sulco vertical rasgado no aparelho 1070 e arranque de vão de seteira (?)	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1081	Conjunto Edificado VIII	Sulco vertical rasgado no aparelho 1070 e arranque de vão de seteira (?)	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1082	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira (?), aberto no aparelho 1070	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1083	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira (?), aberto no aparelho 1070	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1084	Conjunto Edificado VIII	Orifício	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1085	Conjunto Edificado VIII	Orifício	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV

1086	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira (?) retangular, aberto no aparelho 1070	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1087	Conjunto Edificado VIII	Orifício	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1088	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira (?) retangular, aberto no aparelho 1070	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1089	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1162 sobre os aparelhos 1063 e 1070			
1090	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira (?) retangular, aberto no aparelho 1070	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1091	Conjunto Edificado VIII	Vão para escoamento de águas sujas (?), pluviais (?), cloaca (?)	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1092	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira (?) retangular, aberto no aparelho 1070	Definida por: 1070	Coetânea de: 1070	Meados do século XV
1093	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de planta semicircular, com embocadura retilínea, direcionada para o vão 1113, em aparelho de tipo 2.2.1	Imbrica com: 1070 (?) Encosta a: 936	Coetânea de: 1070 (?) Posterior a: 936	(?) Meados do século XV
1094	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação da estrutura 1093 sobre o aparelho 936			
1095 e 1096	Anuladas				
1097	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de escadaria erguida em aparelho Tipo 2.2.1, compreendida entre os aparelhos 1046 e 1070, de um único lanço, composto por cinco degraus e um patamar superior	Imbrica com: 1044 Encostada por: 1046, 1070, 1098	Coetânea de: 1044 Anterior a: 1046, 1070, 1098	Meados do século XV
1098	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de escadaria erguida em aparelho Tipo 1.1.1, de um único lanço, composto por cinco degraus e um patamar superior	Encosta a: 1046, 1070, 1097	Posterior a: 1046, 1070, 1097	(?) Não anterior ao século XVI/XVII

1099	Conjunto Edificado VIII	Estrutura de escadaria erguida em aparelho Tipo 1.1.1, compreendida entre os aparelhos 1065 e 1072, de um único lanço, composto por sete degraus	Encosta a: 1065, 1072 Define a: 1115	Coetânea de: 1115 (?) Posterior a: 1065, 1072	(?) Não anterior a meados do século XV
1100	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1	Imbrica com: 1102, 1112 Define a: 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1110, 1111, 1113, 1116, 1117, 1118, 1119, 1120, 1121, 1124, 1125, 1126, 1127, 1128, 1129, 1130 Encosta a: 1054, 1102 Encostada por: 1149 Cobre a: 1046, 1047, 1056, 1063, 1065, 1070, 1072, 1114, 1162, 1167	Coetânea de: 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1110, 1111, 1112, 1116, 1117, 1118, 1119, 1120, 1121, 1124, 1125, 1126, 1127, 1128, 1129, 1130 Posterior a: 1046, 1047, 1054, 1056, 1063, 1065, 1070, 1072, 1113, 1114, 1162, 1102, 1167 Anterior a: 1149	1936 a 1950
1101	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1100 sobre os aparelhos 1046, 1047, 1056, 1063, 1065, 1070 e 1072, 1162, 1167			
1102	Conjunto Edificado VIII	Estrutura recriando contra-forte	Imbrica com: 1100, 1167 Cobre a: 1046 Encostada por: 1156	Coetânea de: 1100, 1167 Posterior a: 1046 Anterior a: 1156	1936 a 1950
1103	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1104	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1105	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1106	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950

1107	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1108	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1109	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1110	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1111	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1112	Conjunto Edificado VIII	Lintel estruturando vão de janela 1113, em pedra calcária	Define a: 1113 Imbrica com: 1162	Coetânea de: 1162 Posterior a: 1113	1936 a 1950
1113	Conjunto Edificado VIII	Vão retangular (?), aberto no aparelho 1162	Definido por: 1112, 1162	Anterior a: 1112, 1162	1936 a 1950
1114	Conjunto Edificado VIII	Lintel estruturando vão de porta 1115, em pedra calcária	Define a: 1115 Imbrica com: 1162	Coetânea de: 1162 Posterior a: 1115	1936 a 1950
1115	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definido por: 1065, 1072, 1099, 1114, 1162	Coetâneo de: 1065, 1072, 1099 (?) Anterior a: 1114, 1162	1936 a 1950
1116	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1117	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1118	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1119	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950

1120	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1121	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1122	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1123	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1124	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1125	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1126	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1127	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1128	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1129	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950
1130	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1100, fingido	Definida por: 1100	Coetânea de: 1100	1936 a 1950

1131	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.1	Define a: 1133, 1134, 1135, 1136, 1137, 1138, 1139, 1140, 1141, 1142, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1148 Encosta a: 1045, 1054 Cobre a: 1165, 1070	Coetânea de: 1133, 1134, 1135, 1136, 1137, 1138, 1139, 1140, 1141, 1142, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1148 Posterior a: 1045, 1054, 1070, 1165	1929 a 1950
1132	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1131 sobre os aparelhos 1045, 1054, 1070, 1097, 1165			
1133	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1134	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1135	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1136	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1137	Conjunto Edificado VIII	Orifício, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1138	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1139	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1140	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1141	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950

1142	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1143	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1144	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1145	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1146	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1147	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1148	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1131, fingido	Definida por: 1131	Coetânea de: 1131	1929 a 1950
1149	Conjunto Edificado VIII	Simulação de estrutura parietal para ocultação de canalização em aço, com recurso a pedras doleríticas e argamassa de areão e cal	Encosta a: 1047, 1056	Posterior a: 1047, 1056	(?) Época Contemporânea (recente)
1150	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1149 sobre os aparelhos 1047, 1056			
1151	Conjunto Edificado VIII	Orifício para tranca de porta, aberto na estrutura 1044	Corta a: 1044	Posterior a: 1044	Meados do século XV
1152	Conjunto Edificado VIII	Pedra de gonzo prismática, aplicada junto à ombreira Oeste da estrutura 1044	Imbrica com: 1044	Coetânea de: 1044	Meados do século XV
1153	Conjunto Edificado VIII	Pedra de gonzo prismática, aplicada junto à ombreira Este da estrutura 1044	Imbrica com: 1044	Coetânea de: 1044	Meados do século XV
1154	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.2	Encosta a: 1046	Posterior a: 1046	?

1155	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1154 sobre os aparelhos 1046			
1156	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.2.2	Encosta a: 1046	Posterior a: 1046	?
1157	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1156 sobre os aparelhos 1046			
1158	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1	Encosta a: 1063	Posterior a: 1063	1929 a 1950
1159	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1158 sobre os aparelhos 1063			
1160	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 3.1	Encosta a: 1063	Posterior a: 1063	1929 a 1950
1161	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1160 sobre os aparelhos 1070			
1162	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 1.2.1	Cobre a: 1063, 1070 Coberta por: 1100 Imbrica com: 1112, 1114 Define a: 1113, 1115, 1163, 1164	Posterior a: 1063, 1070, 1113, 1115 Anterior a: 1100 Coetânea de 1112, 1114	1936 a 1950
1163	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1162, fingido	Definida por: 1162	Coetânea de: 1162	1936 a 1950
1164	Conjunto Edificado VIII	Vão de seteira retangular, aberto no aparelho 1162, fingido	Definida por: 1162	Coetânea de: 1162	1936 a 1950
1165	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1	Cobre a: 1070 Encosta a: 1045, 1054 Coberta por: 1131	Posterior a: 1045, 1054, 1070 Anterior a: 1131	1929 a 1950
1166	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1165 sobre os aparelhos 1045, 1054, 1070			
1167	Conjunto Edificado VIII	Estrutura parietal erguida em aparelho Tipo 2.1.1	Cobre a: 1046 Encosta a: 1045, 1054 Coberta por: 1100 Imbrica com 1102	Posterior a: 1045, 1046, 1054 Anterior a: 1100 Coetânea de: 1102	1929 a 1950

1168	Conjunto Edificado VIII	Interface. Encosto resultante da edificação do aparelho 1167 sobre os aparelhos 1045, 1046, 1054
------	-------------------------	--

(*) Por motivos de segurança não foi possível a aproximação à estrutura em causa, indispensável à adequada avaliação das suas características construtivas

(**) Devido à existência de reboco, ou vestígios de reboco, não foi possível avaliar convenientemente as características construtivas da estrutura em causa

(***) Dada a reduzida área disponível para avaliação, não foi possível avaliar convenientemente as características construtivas da estrutura em causa